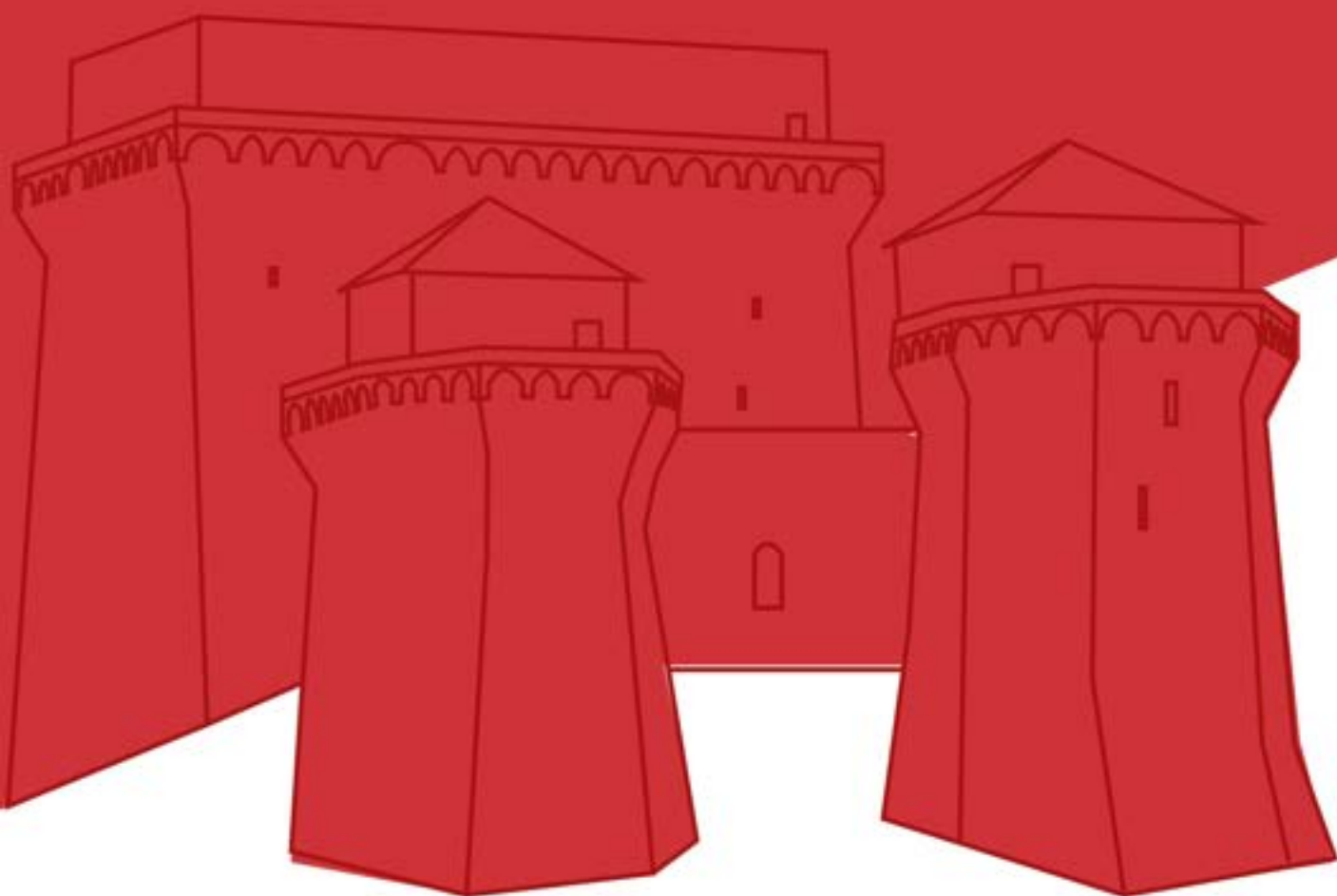


RELATÓRIO DE GESTÃO 2020



Ourém
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Órgão Executivo	7
Considerações Iniciais	10
1. Conjuntura.....	11
1.1 – Economia Mundial	11
1.2 – União Europeia e Zona Euro	17
1.3 – Nacional	18
1.3.1 – Evolução político-legal.....	18
1.3.2 – Enquadramento macroeconómico.....	21
1.3.3 – Portugal no contexto global	31
1.4 – Conjuntura na área do Município	35
1.4.1 – Caracterização do Município.....	35
1.4.2 – Análise SWOT.....	36
1.4.2.1 – Pontos Fortes.....	36
1.4.2.2 – Oportunidades.....	37
1.4.2.3 – Pontos Fracos	37
1.4.2.4 – Ameaças	38
1.4.3 – Indicadores relativos à área do Município	39
2. Enquadramento interno.....	62
2.1 – Alterações no órgão executivo	62
2.2 – Política de recursos humanos adotada.....	64
2.2.1 – Estrutura orgânica e quadro de pessoal.....	64
2.2.2 – Evolução dos recursos humanos	64
2.3 – Atividades desenvolvidas.....	69
2.3.1 – Divisão de Gestão Financeira.....	69
2.3.1.1 – Setor de Contabilidade.....	76
2.3.1.2. – Setor de Património	79
2.3.1.3 – Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA	83
2.3.2 – Divisão de Recursos Humanos e Informática	103
2.3.2.1 – Setor de Informática.....	103
2.3.2.2 – Secção de Recursos Humanos	105

2.3.3 – Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	111
2.3.3.1 – Setor de Fiscalização e Empreitadas	112
2.3.3.2 – Setor de Administração Direta	115
2.3.3.3 – Setor de Oficina e Serralharia.....	116
2.3.4 – Divisão de Urbanismo do Território	116
2.3.4.1 – Gabinete de Operações Urbanísticas	116
2.3.4.2. – Setor de apoio administrativo:.....	118
2.3.4.3. – Serviço de Planeamento do Território	120
2.3.5 – Divisão de Ação Cultural	126
2.3.5.1 – Setor de Intervenção Cultural e Cidadania.....	126
2.3.5.2. – Setor do Museu Municipal e Património	138
2.3.5.3. – Setor da Biblioteca Municipal.....	153
2.3.5.4. – Setor do Arquivo Histórico	170
2.3.6 – Divisão de Educação e Vida Saudável.....	176
2.3.6.1 – Setor de Educação	176
2.3.6.2 – Serviço de Ação Social	191
2.3.6.3. – Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	212
2.3.7 – Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	221
2.3.7.1 – Setor de Atendimento ao Munícipe	221
2.3.7.2 – Setor de Estudos e Projetos Financeiros	224
2.3.7.3 – Setor de Mobilidade e Transportes.....	230
2.3.7.4 – Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia	241
2.3.8 – Divisão de Empreendedorismo e Turismo	244
2.3.8.1. – Setor do Turismo e Relações Internacionais	244
2.3.8.2. – Setor do Espaço Empresa	250
2.3.8.3. – Gabinete de Apoio ao Emigrante	254
2.3.9 – Divisão de Fiscalização e Contencioso.....	256
2.3.9.1. – Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações:	256
2.3.9.2. – Setor de Execuções Fiscais	259
2.3.9.3. – Apoio ao consumidor, licenciamentos não urbanísticos, cemitério e casa mortuária.....	259
2.3.9.4. – Setor de Metrologia	260
2.3.9.5. – Seção de Fiscalização.....	260

2.3.10 – Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.....	261
2.3.11 – Divisão de Projetos Técnicos	291
2.3.11.1. – Setor de Projetos.....	292
2.3.11.2. – Setor de Medições e Orçamentação	298
2.3.11.3. – Setor de Topografia	299
2.3.11.4. – Setor de energia e eficiência energética	302
2.3.12 – Gabinete de Comunicação e Imagem.....	304
2.3.13 – Serviço de Atividades Municipais e Protocolo.....	307
2.3.14 – Serviço Municipal de Proteção Civil	311
2.3.15 – Gabinete de Salubridade Animal e Saúde Pública.....	317
2.3.16. – Gabinete Técnico Florestal	318
3. Análise Orçamental	325
3.1 – Evolução do orçamento da receita por classificação económica	325
3.2 – Evolução do orçamento da despesa por classificação económica	333
3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objetivos e programas	339
3.3.1 – Evolução das GOP's	339
3.3.2 – Estrutura das GOP's.....	347
3.4 – Evolução da execução orçamental	349
3.4.1 – Orçamento da Receita	349
3.4.2 – Orçamento da Despesa	350
3.4.3 – Grandes Opções do Plano.....	351
3.5 – Compromissos assumidos para anos seguintes	353
3.6 – Evolução dos resultados orçamentais	354
3.6.1 – Resultado corrente	354
3.6.2 – Resultado orçamental.....	355
4. Fontes de Financiamento	357
4.1 – Receitas Próprias	357
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias.....	357
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	358
4.1.3 – Indicadores	358
4.2 – Outros Financiamentos.....	359

4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	359
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	360
4.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado.....	360
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	362
4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais.....	363
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	364
4.2.5 – Fundos Comunitários.....	364
4.2.6 – Endividamento Municipal.....	364
4.2.6.1 – Curto Prazo	364
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	365
4.2.7 – Indicadores	365
5. Aplicação dos Recursos Financeiros.....	367
5.1 – Despesas de Funcionamento.....	367
5.1.1 – Estrutura das despesas de funcionamento	367
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento.....	368
5.1.3 – Indicadores	368
5.2 – Despesas com pessoal	369
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal.....	369
5.2.2 – Indicadores	369
5.3 – Aquisição de bens e serviços	369
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços.....	369
5.3.2 – Indicadores	370
5.4 – Serviço da dívida	370
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida.....	371
5.4.2 – Indicadores	371
5.5 – Apoios concedidos a terceiros.....	372
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros.....	372
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	372
5.5.3 – Indicadores	373
5.6 – Investimento Municipal	373
5.6.1 – Investimento direto	373

5.6.1.1 – Evolução do investimento direto	373
5.6.1.2 – Indicadores	374
5.6.2 – Investimento total (direto e indireto)	374
5.6.2.1 – Evolução do investimento total.....	374
5.6.2.2 – Indicadores	375
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	375
6. Cumprimentos legais na despesa.....	377
6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal	377
6.2 – Cumprimento dos limites de endividamento	378
6.2.1 – Endividamento líquido – SEC/2010	380
6.2.2 – Endividamento de curto prazo	380
6.2.3 – Endividamento de médio e longo prazo.....	381
6.2.4 – Volume de pagamentos em atraso	381
6.2.5 – Limite da dívida total	382
7. Análise Económico-Financeira	383
7.1 – Análise da Situação Económica	383
7.1.1 – Condições Económicas	383
7.1.2 – Rendimentos.....	385
7.1.2.1 – Estrutura dos rendimentos.....	385
7.1.2.2 – Evolução dos rendimentos	385
7.1.3 – Gastos	391
7.1.3.1 – Estrutura dos gastos.....	391
7.1.3.2 – Evolução dos gastos	392
7.1.4 – Resultados	399
7.1.4.1 – Resultado antes de depreciações e gastos.....	399
7.1.4.2 – Resultado operacional.....	399
7.1.4.3 – Resultado líquido do exercício	399
7.2 – Análise da Situação Financeira	403
7.2.1 – Condições Financeiras	403
7.2.2 – Dívidas de terceiros	406
7.2.3 – Dívidas a terceiros	407
8. Contabilidade de gestão.....	411

9. Monitorização do Plano de Ajustamento Financeiro.....	419
10. Consolidação das contas do município com o grupo autárquico municipal.....	428
11. Outras disposições	429
11.1 – Proposta de aplicação de resultados	429
11.2 – Evolução previsível da atividade.....	429
11.3 – Factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício.....	429
Índice de ilustrações.....	430

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO



Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Ourém e no escrupuloso cumprimento das funções para as quais fui legitimado pelos oureenses, é com muita honra que apresento o Relatório de Gestão e Prestação de Contas referente ao exercício de 2020.

O produto final latente neste documento, resulta do rigoroso desempenho de uma estratégia delineada em prol da saúde financeira do Município, obedecendo aos mesmos parâmetros de rigor que marcam a nossa linha de ação, desde o primeiro dia

do mandato que exercemos.

Foi da prática deste zelo e rigor que resultou o equilíbrio financeiro das contas municipais, atingido no decorrer deste mandato, e sem o qual o Município de Ourém não teria conseguido responder afirmativamente aos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, sem deixar de continuar a investir no futuro do Concelho.

Aliás, o ponto de equilíbrio atingido, permitiu-nos apoiar famílias, empresas e demais instituições do nosso Concelho, de uma forma tão positiva e cabal que o Município de Ourém passou a ser encarado como referência a nível regional, também neste contexto.

Concluída a elaboração deste documento, ressalvo o seguinte, entre os aspetos mais relevantes:

1.º O grau de execução da receita na ótica das cobranças líquidas, foi fixado em 95,3%. Este número reflete a superação da meta definida no Regime Financeiro das Autarquias Locais, fixada em 85%;

2.º O investimento total fixou-se em 13,6 milhões de euros, traduzindo um aumento de 7,2 milhões de euros, quando comparado com o exercício de 2019. É, aliás, o maior investimento aplicado pelo Município de Ourém nos últimos 16 anos;

3.º O documento em apreço permite-nos concluir que os resultados orçamentais emergiram positivos, tanto a nível de resultado corrente (10,8 milhões de euros), como a nível orçamental (16,7 milhões de euros);

4.º É com sentimento de dever cumprido e com orgulho nos resultados obtidos, que constatamos que são inexistentes os pagamentos em atraso, situação para a qual temos vindo a contribuir decisivamente ao longo deste mandato;

5.º Importa destacar, também, o facto de termos conseguido aumentar em 1,9 milhões de euros a margem do limite da dívida total, face ao previsto por lei: é agora de 37,7 milhões de euros, quando estava em 35,8 milhões de euros em 2019;

6.º O flagelo da pandemia teve repercussões naturais nos rendimentos obtidos ao longo do exercício de 2020: menos 3,7 milhões de euros em rendimentos; quebras de 1,5 milhões de euros nas prestações de serviços, de 817 mil euros no recebimento de impostos e taxas, e de 1,4 milhões de euros nas transferências correntes e em subsídios obtidos.

Não obstante os prejuízos causados pelo flagelo da pandemia, o Município de Ourém tornou-se referência pela resposta ampla e pronta, privilegiando o bem-estar social da comunidade, através da deliberação e execução de medidas municipais de apoio a famílias, empresas e demais instituições;

7.º Noutro contexto, importa salientar uma quebra de 4,5% nos gastos com pessoal, traduzindo uma poupança de 435,9 mil euros: o valor das depreciações e amortizações sofreu um acréscimo de cerca de 720 mil euros;

8.º O valor das dívidas a terceiros também decresceu, refletindo uma diminuição de 1 milhão de euros, face ao ano anterior, fixando-se agora em 6,6 milhões de euros, precisamente o valor mais baixo do período comparado (2002-2020);

9.º Das Grandes Opções do Plano (GOP's) destaco que foi o objetivo "Habitação e Urbanismo" aquele que se configurou como o mais representativo (29%), seguindo-se os objetivos "Educação" (18%) e "Saneamento e Salubridade" (12%).

10.º O resultado líquido do exercício, ao contrário dos últimos dois anos, foi negativo em cerca de 2 milhões de euros, o que resulta, essencialmente, da aplicação do SNC-AP, pela primeira vez, que alienou significativamente a forma de contabilização de algumas rubricas, das quais destaco o aumento das depreciações e amortizações, que aumentaram em cerca de 720 mil euros, comparativamente ao ano anterior, em virtude da alteração da vida útil dos bens do ativo imobilizado, e ainda o facto de cerca de 2,2 milhões de euros decorrentes da transferência de capital do FEF, que agora são contabilizadas de forma diferente, em relação ao local.

Caso o regime anterior se mantivesse em vigor, poder-se-ia dizer que o resultado líquido do exercício seria novamente positivo em cerca de 800 mil euros.

Pelos fatores supramencionados, considero o resultado do exercício de 2020 como revelador das boas práticas de gestão que vêm pautando a ação do Executivo Municipal a que presido, pelo que submeto à vossa apreciação o Relatório de Gestão e Prestação de Contas referente ao exercício de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O relato efetuado referente ao ano económico de 2020, representa o primeiro exercício de apresentação de contas em observância ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), em substituição do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), estabelecendo um sistema aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social e às entidades públicas reclassificadas.

Este novo modelo contabilístico baseia-se numa estrutura conceptual disposta em 28 normas (NCP), uma parte significativa destas, tendo por referência as normas internacionais (IPSAS).

Consequentemente, a comparabilidade do exercício em análise com os períodos anteriores, é uma ação que se encontra manifestamente comprometida, em virtude das diferenças normativas aplicáveis.

Contudo, apresentam-se neste documento comparações evolutivas, sabendo-se que a sua análise carece de cuidada análise, sendo meramente indicativa, porquanto estão subjacentes sistemas divergentes, condição que constrange a existência de assertivo rigor nas conclusões comparativas que possam ser dispostas.

1. CONJUNTURA

1.1 – ECONOMIA MUNDIAL

Em 2020, a economia mundial assistiu ao emergir de uma crise que ocorre uma vez em cada século, nesta circunstância decorrente de uma perturbação desencadeada por uma pandemia viral que atingiu todo o mundo.

A pandemia espalhou-se de forma generalizada, infectando mais de 90 milhões e matando cerca de 2 milhões de pessoas em todo o mundo. Durante vários meses, incertezas e pânico paralisaram grande parte das atividades económicas, tanto em países desenvolvidos como em economias em desenvolvimento. O comércio e o turismo foram paralisados, enquanto as perdas de emprego e produção ultrapassaram, rapidamente, os níveis observados em qualquer crise anterior. Em poucos meses, segundo a ONU, o número de pessoas que vivem na pobreza aumentaram acentuadamente, enquanto a desigualdade de rendimentos e riqueza tendeu a assinalar novos máximos.

Os diversos governos, responderam rapidamente, tendo em vista conter o contágio e a crise económica induzidas pelas medidas de confinamento que foram necessárias estabelecer. Neste contexto, foram estabelecidos pacotes de estímulo fiscal e monetário. Contudo, importa verificar que as escolhas foram difíceis de estabelecer, estando por um lado a necessidade de se salvarem vidas e do outro garantirem-se meios de subsistência.

Embora se tenham estabelecido algumas medidas de índole fiscal tendentes a mitigar o impacto económico induzido pela crise pandémica, os elevados níveis de dívida pública, restringiram a capacidade de muitos países, particularmente os em vias de desenvolvimento, de estabelecerem medidas com suficiente impacto.

Os custos económicos de curto prazo deste momento tremendamente disruptivo que marca 2020, estarão ainda aquém dos seus efeitos, particularmente no que concerne ao impacto que irá ocorrer a médio prazo no que concerne ao emprego e à produtividade. Muitas previsões indicam que a economia mundial se irá ajustar a uma trajetória de crescimento reduzida, sendo a recuperação lenta e prolongada, condicionando, por exemplo, a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A pandemia expôs a vulnerabilidade sistémica da economia mundial, e demonstrou que o desenvolvimento sustentável, nomeadamente através de um crescimento inclusivo, equitativo e reduzindo a desigualdade, poderá salvaguardar a capacidade de resiliência em crises futuras.

Notoriamente, não há resiliência sem desenvolvimento sustentável. Novos sistemas fiscais e de sustentabilidade da dívida, associados a uma maior resiliência social com sistemas universais de proteção social e, sobretudo, um maior investimento na economia verde, poderá impelir uma trajetória de desenvolvimento sustentável à escala global.

Segundo as Nações Unidas¹, o produto bruto mundial deverá apresentar uma quebra de 4,3% em 2020, ou seja, registando a contração mais acentuada de produção global desde a Grande Depressão. Em contraste, veja-se que a produção mundial encolheu 1,7% na grande recessão de 2009. A pandemia atingiu as economias desenvolvidas, sofrendo o impacto das medidas de bloqueio que muitos países da Europa e vários estados dos Estados Unidos impuseram logo no início do surto.

Os países em desenvolvimento denotaram uma contração relativamente menos severa, com a produção a encolher 2,5% em 2020 e os países menos desenvolvidos (LCDs) deverão ter observado uma quebra em 1,3%. Os países da América Latina, o Caribe e o Sul Asiático, são os territórios, deste âmbito, que assinalam as quebras mais acentuadas. Em contraste, as economias do Leste Asiático deverão apresentar uma expansão do PIB em 1%.

As economias do Grupo dos Vinte (G20), que respondem por quase 80% da produção mundial, diminuíram 4,1%, refletindo o desempenho geral da economia mundial. Apenas a China, entre os membros do G20, conseguiu registar um crescimento positivo em 2020.

Os impactos no PIB, embora não sejam positivos, mascaram uma gravidade muito mais marcada, decorrente da pandemia, no que concerne ao emprego. As medidas de bloqueio tomadas globalmente, particularmente desde abril, afetaram quase 2,7 biliões de trabalhadores representando 81% da força de trabalho mundial. A taxa agregada de desemprego, segundo a OCDE, atingiu 8,8% em abril de 2020, antes de cair para quase 7% no final do ano em análise.

A crise decorrente da Covid-19, também causou estragos no mercado do trabalho nos países em desenvolvimento. Em meados de 2020, as taxas de desemprego aumentaram rapidamente,

¹ United Nations, *World Economic Situation and Prospects* – 2021

atingindo valores extremamente elevados na Nigéria (27%), Índia (23%), Colômbia (21%), Filipinas (17%), sendo ainda de referir taxas acima dos 13% na Argentina, Brasil, Chile, Arábia Saudita e Turquia. As mulheres foram particularmente atingidas pela pandemia, considerando que as áreas económicas onde era predominante o emprego feminino, foram das mais atingidas com a pandemia.

As consequências da crise a longo prazo serão igualmente graves. Por um lado, a pandemia irá provavelmente acelerar o ritmo de digitalização, automação e robotização, o que irá deprimir ainda mais a procura do trabalho no médio prazo. Embora a produtividade observe algum crescimento nos setores económicos que adotam a automação, o declínio nos níveis de investimento em capital fixo, irá induzir um baixo crescimento da produtividade média e uma menor participação da força de trabalho, pelo que o crescimento económico mundial tenderá a ser débil no horizonte mais próximo.

Ao longo do ano a procura superou os choques verificados do lado da procura, atenuando-se pressões inflacionistas em todo o mundo. Embora os bancos centrais tenham sido amplamente bem-sucedidos na injeção de quantidades assinaláveis liquidez e mantendo as taxas de juro de longo prazo baixas, o sucesso tem sido bastante comedido no que concerne às metas da inflação, com a inflação real a cair abaixo das expectativas. O ambiente de liquidez excessiva e baixa inflação tem permitido que os mercados financeiros baixem os preços criando uma bolha financeira maciça, o que poderá agravar a instabilidade financeira. A reduzida inflação também terá um impacto negativo na sustentabilidade dos elevados níveis de dívida pública e privada, um pouco por todo o mundo. Como as dívidas são normalmente contraídas em valores nominais, uma inflação abaixo do esperado manterá alto o valor real da dívida. Consequentemente, o aumento do valor real da dívida e a estagnação ou queda da receita, tenderá a agravar os riscos de incumprimento.

As firmes e oportunas repostas ao nível das políticas fiscais evitaram no imediato uma catástrofe económica semelhante à da Grande Depressão. Neste contexto, importa observar que os gastos neste âmbito verificado nos países desenvolvidos representaram quase 80% dos 12,7 triliões apurados no âmbito dos estímulos fiscais em todo o mundo, com a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos a significarem 50% do conjunto referido. O grupo dos 46 países em vias de desenvolvimento (LDCs) administraram coletivamente em medidas fiscais, apenas 2,6% do seu PIB, enquanto os países desenvolvidos, os estímulos adotados neste âmbito ascenderam, em

média, 15,8% do seu PIB. Os gastos neste âmbito, per capita, foram em média de quase 10 mil USD nos países desenvolvidos e de 20 USD nos países menos desenvolvidos.

As políticas económicas adotadas e as quebras das receitas públicas têm prejudicado as finanças públicas de forma generalizada. Em quase uma em cada cinco economias em desenvolvimento e em transição, projeta-se que o défice orçamental público alcance dois dígitos em % do PIB de 2020. Segundo a ONU, a dívida pública mundial aumentou 9,9 triliões de USD em 2020, ou seja, o maior aumento verificado desde a Segunda Guerra Mundial. De forma evidente, os diversos governos mundiais, hipotecaram parte do futuro, tendo em vista minimizar no momento o impacto da crise vivenciada. Contudo, a emergência decorrente da crise atual, não inibe a tremenda responsabilidade de não se hipotecarem as gerações futuras.

As crescentes preocupações com os déficits e a sustentabilidade da dívida pública não devem empurrar os governos para a implementação de novas políticas públicas de austeridade, embora os países com elevados níveis de dívida pública, possam ser impelidos a reduzir os seus gastos de forma mais precoce. Note-se que uma adoção prematura da austeridade inevitavelmente irá enfraquecer a velocidade e a qualidade da recuperação, minando a resiliência do tecido empresarial a choques futuros. Em complemento, será de verificar que as medidas de austeridade, quase sempre representam cortes nas despesas públicas com o setor social, saúde, educação e serviços públicos.

As elevadas taxas de desemprego e a quebra verificada nos rendimentos, levaram milhões à miséria durante a pandemia. A ONU projeta que o número total de pessoas que viva na pobreza tenha aumentado em 131 milhões, apenas em 2020, prevendo-se que até 2030, cerca de 800 milhões de pessoas estejam em situação de pobreza extrema, ou seja, 9% da população. Assim, a pobreza continuará generalizada na África Subsariana e em muitos países sem litoral.

Quase 8 milhões de pessoas nos Estados Unidos perderam os seus empregos durante a pandemia e a taxa de pobreza nacional saltou de 9,3% para 11,77%. Ao invés a riqueza total de 644 bilionários aumentou de 31,6%, ou seja de 2,95 triliões de USD para 3,88 triliões de USD. A crescente divisão de renda e riqueza, reforçada por incertezas persistentes entre a saúde e a atividade económica, irão induzir maior descontentamento, desgastar a coesão social e potenciar eventuais esforços de recuperação.

Assim, mitigar a desigualdade continuará a ser um objetivo fundamental na definição de medidas de resiliência de recuperação económica.

A crise da COVID-19 causou um choque significativo no comércio global, restringindo as viagens e interrompendo as redes de produção internacional, motivando uma quebra na oferta. Após o colapso dos fluxos comerciais nas fases iniciais da pandemia, o comércio de mercadorias observou uma recuperação, devido à forte procura por equipamentos eletrónicos e produtos farmacêuticos. Esta recuperação foi liderada pela China e por outras economias do Leste Asiático, territórios que foram bem-sucedidos na contenção da propagação do vírus, permitindo uma maior celeridade na recuperação das respetivas atividades económicas.

De forma bem marcante, as viagens internacionais foram particularmente afetadas pela pandemia. As restrições implementadas, persistem um pouco por todo o mundo, com reflexos muito incisivos na área do turismo, estimando-se que esta área assinala uma quebra de 70% em 2020, ou seja, observando o maior declínio de que existe memória, com perdas na receita do turismo internacional que se estima em 1,1 triliões de USD. Esta circunstância em inúmeros países em desenvolvimento, onde o turismo é responsável por 80% do total das receitas de exportação. O comércio transfronteiriço em setores de serviços que requerem distanciamento físico, tal com a construção, também evidencia uma quebra drástica, enquanto o comércio de serviços de informática foi impulsionado pelo aumento da procura por soluções digitais.

No geral, estima-se que o comércio global de bens e serviços tenha diminuído 7,6% em 2020, uma contração um pouco menor do que a registada durante a crise financeira global mais recente. Note-se que as perspetivas do comércio mundial, permanecem obscurecidas, face às significativas incertezas da evolução pandémica.

A senda pela economia digital está a transforma os métodos de produção e de prestação de serviços em todo o mundo. A procura crescente motivada pela pandemia, acelerou, inequivocamente, a transformação digital em curso. Com os bloqueios e as restrições, operar digitalmente tem sido a única opção viável para muitas empresas permanecerem no mercado. Deste modo, tem-se assistido a uma incorporação acelerada dos processos digitais na produção e comércio, com as tecnologias da informação e comunicação a controlarem processos de negócios e a facilitarem transações dentro de redes e entre empresas e clientes. As novas tecnologias, como a impressão 3D a manufatura robotizada, têm o potencial para alterar fundamentalmente os modelos de negócios e redefinir a vantagem comparativa, facilitando

uma produção eficiente independente de escala e aproximando os sistemas de produção dos consumidores. A médio prazo, tais desenvolvimentos poderão apoiar as tendências de recolocação, aumentando a competitividade de locais de produção anteriormente não competitivos e encorajando a mudança do modelo tradicional de economias de escala de grandes fábricas que atendem aos mercados globais, para redes de fábricas menores, mais flexíveis e geograficamente distribuídas. Em complemento, a digitalização e as tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial, vão transformando a prestação de serviços em todo o mundo, particularmente na área da saúde, educação, com um reforço da importância dos serviços no comércio global e no desenvolvimento.

Ao expor o risco associado a complexas redes de produção, manifestamente dispersas geograficamente, esta crise pode acelerar a reconfiguração e, possivelmente encurtamento das mesmas. A rápida mudança tecnológica e a mudança nos padrões de comércio global apresentam os países em desenvolvimento com grandes desafios, mas também com um manancial de oportunidades imensas. No passado, muitos países em desenvolvimento lutaram para replicar o sucesso do Leste Asiático em usar o comércio como motor para o desenvolvimento. Muitas vezes, as exportações não se constituíram como o principal veículo do progresso tecnológico e os seus efeitos dinâmicos sobre o crescimento da produtividade foram limitados. A mudança no cenário do comércio mundial exige uma reavaliação das estratégias de desenvolvimento e explorar modelos da dinâmica comparativa. Ao contrário da produção industrial, as desvantagens geográficas são menos importantes na exportação de serviços.

A exclusão digital em muitos países em desenvolvimento, sobretudo os com menores rendimentos, e mais carentes de infraestruturas digitais, será indutor de uma enorme desvantagem competitiva no novo ambiente do comércio internacional. Os esforços de desenvolvimento serão prejudicados por um regime global altamente fragmentado de regulamentação de fluxos de dados. Em muitos países em desenvolvimento, será vital que os sistemas nacionais de inovação sejam fortalecidos, com o objetivo de revigorar as capacidades das empresas em absorver e utilizar o conhecimento e consequentemente em se ajustarem às novas circunstâncias.

1.2 – UNIÃO EUROPEIA E ZONA EURO

União Europeia

Quadro 1 – Indicadores Avançados para a UE27

Indicador	Unidade	Fonte	2019	2020	I T 20	II T 20	III T 20	IV T 20
União Europeia (UE-27) - PIB Real	VH	Eurostat	1,4	-6,2	-2,7	-13,8	-4,1	-4,6
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	102,2	87,8	100,9	71,4	88,1	90,8
Área do Euro (AE-19) - PIB Real	VH	Eurostat	1,2	-6,6	-3,3	-14,6	-4,2	-4,9
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	103,4	88,2	100,8	72,0	88,5	91,4
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-1,7	-8,5	-5,7	-20,1	-6,7	-1,4
Índice de Vendas a Retalho	VH Real	Eurostat	2,2	-1,2	-1,3	-6,7	-2,4	0,9
Taxa de Desemprego	%	Eurostat	7,6	7,9	7,3	7,6	8,6	8,2
IHPC	VH	Eurostat	1,2	0,3	1,1	0,2	0,0	-0,3

Em 2020, o PIB da União Europeia (EU-27) apresentou uma quebra acentuada, em termos homólogos reais (-6,2%), o que contrasta com um crescimento de 1,4% em 2019). A quebra no crescimento da economia europeia estendeu-se à generalidade dos países.

O indicador de sentimento económico na UE27 denotou uma quebra, se efetuada comparação com o ano anterior.

Ao nível do IHPC (Índice de Harmonizado de Preços do Consumidor), a variação homóloga foi de 0,3% (1,2% em 2019) e a taxa de desemprego denota uma deterioração (8,2% no 4.º T/2020 que contrapõe com 7,9% em 2019).

Área Euro

O PIB da Área do Euro (AE-19) apresentou uma atividade económica negativa (-6,6% em 2020, face a 1,2% em 2019), ou seja, denotando uma quebra substancial e a um nível ligeiramente superior ao verificado na EU-27.

Em 10 de março de 2016, o Banco Central Europeu deliberou reduzir a taxa de refinanciamento bancário (main refinancing operations), de 0,050% (taxa definida em 4 de setembro de 2014) para 0,0%, circunstância que permaneceu inalterada no decurso de 2020.

1.3 – NACIONAL

1.3.1 – EVOLUÇÃO POLÍTICO-LEGAL

Eleições

No decurso de 2017 verificaram-se eleições autárquicas a 1 de outubro. Em resultado das referidas eleições verificou-se a seguinte distribuição de mandatos, no que concerne ao Município de Ourém.

- Câmara Municipal:
 - Presidente e 3 vereadores (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);
 - 3 vereadores (PS).
- Assembleia Municipal:
 - 11 membros (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS);
 - 8 membros (PS);
 - 2 membros (MOVE)
 - 13 Presidentes de Freguesia:
 - 10 Presidentes (Coligação Ourém Sempre PSD/CDS)
 - 3 Presidentes (PS).

Alterações legislativas

Apresenta-se quadro resumo das alterações legislativas ocorridas em 2020, consideradas mais relevantes, com incidência nas autarquias locais e consequentemente, com condicionalismos na gestão municipal.

Quadro 2 – Legislação do ano 2020 mais relevante, com impacto nas autarquias

Data	Referência	Resumo
02/03	Despacho nº 2836-A/2020	Ordena aos empregadores públicos a elaboração de um plano de contingência alinhado com as orientações emanadas pela Direção-Geral de Saúde, no âmbito da prevenção e controlo de infeção por novo Coronavírus (COVID-19).

05/03	Resolução Conselho de Ministros nº 30/2020	Aprova o Plano de Ação para a Transição Digital
13/03	Decreto Lei nº 10-A/2020	Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19.
19/03	Lei nº 1-A/2020	Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e a doença COVID-19.
19/03	Resolução da Assembleia da República nº 16/2020	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, que procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.
31/03	Lei nº 2/2020	Orçamento do Estado para 2020.
06/04	Lei nº 4-B/2020	Procede à primeira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus COVID-19.
07/04	Decreto Lei nº 14-A/2020	Altera o prazo de implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
10/04	Lei nº 6/2020	Regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

07/05	Lei nº 11/2020	Regime excecional e transitório para a celebração de acordos de regularização de dívida no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais.
29/05	Declaração de Retificação nº 23/2020	Retifica a Lei n.º 2/2020, de 31 de março, «Orçamento do Estado para 2020».
25/06	Despacho de Retificação nº 24/2020	Retifica o Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, da Modernização do Estado e da Administração Pública, que altera a orgânica das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 116, de 17 de junho de 2020
12/08	Dec. Lei nº 55/2020	Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social
13/08	Lei nº 35/2020	Altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorroga o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração às Leis n.º 4-B/2020, de 6 de abril, e 6/2020, de 10 de abril.
21/08	Despacho Conjunto nº 8138/2020	Atribui à Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) e à Agência para a Modernização Administrativa a avaliação das condições necessárias para permitir aos titulares dos órgãos das autarquias locais eleitos proceder à assinatura eletrónica qualificada de documentos através do Cartão de Cidadão ou da Chave Móvel Digital, com a certificação do cargo que exercem.
07/12	Despacho nº 12452/2020	Descentralização de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - lista do património imobiliário público sem utilização

16/12	Lei nº 72/2020	Estabelece um regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos e altera o Código do Procedimento Administrativo
-------	----------------	---

1.3.2 – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Evolução

A estimativa das Contas Nacionais Trimestrais aponta para que, em termos anuais, 2020 assinala uma expressiva quebra do PIB em volume de 7,6% (+2,2% em 2019). Segundo o INE, esta variação resultou de um contributo da procura externa líquida, parcialmente compensada pelo contributo menos negativo da procura interna.

Ao nível do consumo privado, em termos anuais, o Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu 0,5% (4,5% em 2019).

Relativamente ao investimento, será de reportar que o indicador de FBCF apresentou uma variação negativa em 24%, com quebras no volume de vendas de bens de investimento (-22,1%), nas vendas de veículos comerciais ligeiros (-28,3%) e nas vendas de veículos comerciais pesados (-22,1%) e não obstante o aumento verificado nas vendas de cimento (+10,6%).

No que concerne ao mercado de trabalho e de acordo com os elementos publicados pelo INE, a taxa de desemprego assinalou uma pequena subida, situando-se a média anual nos 6,8% (6,5% em 2019). No final de 2020, encontravam-se registados, nos centros de emprego, 331,1 mil desempregados, representando cerca de 57% de um total de 582,9 mil pedidos de emprego. O aumento de desempregados inscritos é mais expressivo no setor dos serviços, nomeadamente nas atividades de alojamento, restauração e similares, transporte e armazenagem de atividades imobiliárias administrativas e dos serviços de apoio. As ofertas de emprego por satisfazer, no final de dezembro de 2020, totalizavam 11.862, traduzindo uma variação anual de -5,6% e mensal de -21,7%. De acordo com o módulo do Inquérito ao Emprego sobre “Trabalho a partir de casa”, e que refere o impacto da pandemia COVID-19 na dinâmica do mercado de trabalho, cerca de 11,6% do total da população empregada indicou ter exercido a sua profissão em regime de teletrabalho.

No âmbito dos preços, o ano de 2020 nota uma variação homóloga do IPC (Índice de Preços do Consumidor) nula (0%) (0,3% em 2019). Por seu lado, o IPC dos Bens foi negativo em 0,5% (-0,3% em 2019) enquanto o IPC dos Serviços registou uma variação positiva em 0,7% (1,2% em 2016).

No que concerne ao IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, a variação também foi nula (0%), uma desaceleração face à variação positiva em 0,5%, verificada no ano anterior.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em 2020, foi de -0,1% (0,4 p.p abaixo do valor de 2019). Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,3%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos -0,4p.p.

Já o Índice de Preços na Produção Industrial acentuou a sua quebra no decurso de 2020 (-4,2), face à quebra menos expressiva regista no ano anterior (-0.4).

Comércio Internacional

Relativamente ao comércio internacional, os resultados preliminares das estatísticas apontam para uma quebra das exportações de mercadorias (-10,2%), em termos homólogos, enquanto as importações diminuíram de forma mais expressiva (-15,2%). Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 30%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações diminuíram (-8,8%) e as importações registaram uma variação homóloga negativa de (-12,6%).

No ano de 2020, as exportações representaram 79,3% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 4,4 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos as exportações passaram a representar 82,8% das importações (+3,4 p.p. que em igual período do ano transato).

No ano em análise, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE recuperou 26,4%, em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a diminuírem (-9,4%) e as importações (-14,2%). O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE recuperou 47,2%.

No ano de 2020, as exportações de mercadorias diminuíram (-10,2%) em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um decréscimo de (-8,8%).

Entre janeiro e dezembro de 2020, destaca-se o contributo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (-2,5 p.p), seguido do contributo dos “energéticos (-2 p.p), “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (-1.p.p), “Químicos”, “Madeira, cortiça e papel”, “Minérios e metais” e “Produtos acabados diversos” (todos com -0,8 p.p.) e “Máquinas, aparelhos e suas partes (-0,7 p.p.).

As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,7%). Seguem-se os “Agroalimentares” e “Material de transporte terrestre e suas partes” (ambos com 13,9%).

Neste período, a generalidade dos grupos de produtos contribuiu para o decréscimo das exportações de mercadorias (-10,2%), em termos homólogos. Destaca-se o contributo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (-2,5 p.p.), seguido do contributo dos “energéticos” (-2 p.p.), “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (-1p.p), “Químicos”, “Madeira, cortiça e papel”, “Minérios e metais” e “Produtos acabados diversos” (todos com -0,8 p.p.) e “Máquinas, aparelhos e suas partes (-0,7 p.p.).

Nos dozes meses de 2020, as exportações para a UE registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-9,4%) e contribuíram (-6,6 p.p.) para o decréscimo das exportações totais de mercadorias. As exportações destinadas aos países da UE-14 diminuíram (-9,3%), e as destinadas aos Países do Alargamento (-10,4%) e Países Terceiros (-12,3%), sendo os respetivos contributos para o decréscimo do total das exportações de (-6,1 p.p.) (-0,5p.p) e (-3,6p.p).

As exportações de mercadorias para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,4% do total de janeiro, a dezembro de 2020), registaram o maior contributo Intra UE (-1,9p.p) para o decréscimo das exportações, seguidas das exportações para Alemanha e França (-1,4 p.p.) e (-0,8 p.p), respetivamente.

Entre os países terceiros, será de referir que as exportações para a Suíça cresceram 5,5%. Todos os outros países diminuíram assumindo particular destaque o decréscimo das exportações com destino ao Canadá (-47,9%), Angola (-29,7%) e México (-21,9%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais.

Em 2020, as importações de mercadorias diminuíram (-15,2%). Destaca-se o contributo das importações dos “energéticos” (-4 p.p.), “Material de transporte terrestre e suas partes” (-

3p.p.), “Aeronaves, embarcações e suas partes (-2,5p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (-1,7 p.p.) a par dos “Minérios e metais” e dos “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (ambos com -0,8p.p.), para a redução das importações nos doze meses de 2020.

A UE mantém-se como o principal mercado de origem das importações portuguesas (74,6%). No ano de 2020 as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário diminuíram (-14,2%), em termos homólogos, situação análoga no caso da UE-14 (-14,7%) e dos Países do Alargamento (-6%).

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros decresceram (-18%), em termos homólogos). A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (4,5% do total). Segue-se o Reino Unido (2,7%) e o Brasil (2,4%).

De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos, no ano de 2020, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram uma taxa de variação homóloga (-20,4%). A componente de Bens contribuiu (-6,2p.p.) para a redução das “exportações” totais.

No ano de 2020, a componente dos Serviços representou 30% do total das Exportações e contribuiu (-14,2p.p) para a sua redução. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,6% no total, tendo contribuído (-4,4p.p) para o decréscimo das “Importações” totais (-15,1%).

Finanças Públicas

No final do ano de 2020, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um défice de 10.320 milhões de euros (um agravamento homólogo de 9.704 milhões), para o qual contribuiu o crescimento de 5,3% da Despesa Efetiva, conjugada com a diminuição de 5,6% da Receita Efetiva. Estes resultados contêm os impactos do surto da COVID-19 que se fez sentir em Portugal a partir do mês de março, bem como das políticas subsequentemente implementadas para controlo da doença.

A evolução da receita que diminuiu 4.962 milhões de euros face ao mesmo período de 2019, resultou sobretudo da diminuição da Receita Fiscal (-6,1%) e das Outras Receitas Correntes (-11,9%) e das Contribuições Sociais (-0,1%). Do lado da despesa, que subiu 4.743 milhões de

euros, destaca-se o crescimento das Despesas com Pessoal (3,7%), em parte devido à política salarial das Administrações Públicas, a que se junta o reforço das equipas de saúde para o combate ao surto de COVID-19, assim como o crescimento de 1,5% da Aquisição de Bens e Serviços, em parte explicado também pelo combate ao referido surto. Por outro lado, as despesas com Juros e Outras Despesas Correntes registaram contrações de 6% e 23,6% respetivamente. Estes factos, contribuíram para que o Saldo Primário se reduzisse em 10.189 milhões de euros face ao final de 2019, registando um défice de 2.718 milhões de euros. Por subsectores, a Administração Central apresentou um défice de 12.576 milhões de euros, a Segurança Social um excedente de 2.120 milhões de euros e a Administração Regional e Local um excedente no valor de 135 milhões de euros.

- Administração Central

No final de 2020, o Saldo Orçamental da Administração Central registou um défice de 12.576 milhões de euros, um agravamento de cerca de 8.747 milhões de euros em termos homólogos. O Saldo Primário também registou um défice, de 5.156 milhões de euros quando comparativamente no período homólogo se registou um excedente de 3.944 milhões de euros.

Esta evolução é explicada pelo crescimento da Despesa Efetiva em 7,5% a que se junta a redução na Receita Efetiva de 6%. Para o comportamento da receita, salientam-se as quedas da Receita Fiscal (-6,3%) assim como das Outras Receitas Correntes (-13,1%). Em sentido oposto, as contribuições sociais cresceram 2,9%. Do lado da despesa é de salientar o aumento das Despesas com o Pessoal (4,1%) e das Aquisições de Bens e Serviços (2,1%) e, de modo mais significativo, das Transferências Correntes (14,8%). Em sentido inverso, os Juros e Outros Encargos registaram uma diminuição de 4,5%.

Por subsectores, o subsector Estado registou no final de 2020 um défice de 12.242 milhões de euros (um agravamento de 8.302 milhões face ao período homólogo), e um défice primário de 5.316 milhões de euros (agravamento de 8.545 milhões de euros face ao período homólogo). Para estes resultados contribuem a queda de 6,2% da Receita Fiscal tendo os Impostos Diretos caído 3,6%, assinalando-se a diminuição de receita de 20,1% no IRC, contrapondo o crescimento de 3% no IRS. Os impostos indiretos caíram 8,1%, para o qual contribuiu a diminuição do ISV (-39,7%), do IUC (-1,7%), do IVA (-8,6%), e do IABA (-16,1%), bem como o Imposto do Selo (-4,1%) e do Imposto sobre o Tabaco (-0,4%).

Relativamente à Receita Não Fiscal, esta diminuiu 10%, devido essencialmente à queda das Taxas Multas e Outras Penalidades (-23,6%) e nos Rendimentos de Propriedade (-32,6%).

O subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo EPR) apresentou um défice de 334 milhões de euros, uma deterioração face ao excedente de 111 milhões de euros verificado no ano anterior. O crescimento da receita (3,8%) é justificado pelo aumento das Transferências da Administração Central (8,9%) e pelo aumento das Contribuições Sociais (3%). Do lado da despesa, que cresceu 5,2%, são de registar os aumentos da Despesa com Pessoal (5,3%), da Aquisição de Bens e Serviços (1,4%) e das Transferências Correntes (4,5%).

- Serviço Nacional de Saúde

A execução financeira do SNS no final de 2020 registou um défice de 292 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 336 milhões de euros face ao período homólogo.

A receita total aumentou 10,5%, atingindo 11.162 milhões de euros, justificado pelo crescimento de 12,6% das Transferências do Orçamento do Estado que se fixaram em 10.590 milhões de euros. Refira-se que estas transferências constituem 94,9% do total da receita.

A despesa total aumentou 6,8% em termos homólogos, atingindo 11.454 milhões de euros. Para esta variação contribuiu o aumento de 6,1% nas Despesas com Pessoal e de 4,9%, da despesa com Aquisição de Bens e Serviços. Relativamente a esta componente, evidenciaram-se os crescimentos de 2,6% da aquisição de Produtos Vendidos em Farmácias, de 16% de Aquisição de Bens (compras de inventários) e de 1% nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica. Em sentido contrário é de salientar a redução de despesa nas Parcerias público-privadas (-26,4%), que, em parte, reflete a passagem da Parceria Público-Privada de Braga a Hospital de Braga E.P.E.

- Segurança Social

No final de 2020, a Segurança Social apresentou um excedente de 2.120 milhões de euros, uma deterioração de 702 milhões de euros, verificados face ao ocorrido no final do ano anterior.

A receita efetiva cresceu 8,9% em termos homólogos, apesar da descida das receitas com Contribuições e quotizações (-0,8%), para o qual contribuiu o impacto do surto da COVID-19. Em

sentido oposto, as Transferências do Orçamento do Estado aumentaram 32,1%. É de salientar que das Transferências do Orçamento do Estado, as transferências referentes ao Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social registaram um aumento de 1,7%, com o IVA Social a crescer 3,4% e com o Adicional do IMI a registar um aumento de 146,9%. Em sentido contrário, a receita de IRC consignada à Segurança Social registou uma diminuição de 8,3% face ao período homólogo.

A despesa efetiva aumentou 12,5%, reflexo fundamentalmente do aumento da despesa com Pensões (3,3%), e do Subsídio de Doença (22%) assim como o crescimento das Prestações de Desemprego (27,5%). Ainda de realçar a despesa de 1.897 milhões de euros referente a medidas excecionais e temporárias (COVID-19), que se excluídas, permitiram que o excedente fosse maior (4.018 milhões de euros).

- Administração Regional

No final de 2020, a Administração Regional apresentou um saldo negativo de 366 milhões de euros, o que representa um agravamento no saldo de 186 milhões de euros em termos homólogos. Esta evolução é explicada pela diminuição da Despesa Efetiva (-2,5%) que não foi suficiente para compensar a diminuição da Receita Efetiva (-9,8%).

Ao déficit de 128 milhões de euros da Região Autónoma da Madeira junta-se o de 238 milhões de euros da Região Autónoma dos Açores. Face ao período homólogo, tal representa uma degradação de 31 milhões na Região Autónoma da Madeira e 156 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

Para a diminuição da Despesa Efetiva contribuiu, fundamentalmente a diminuição da despesa com Juros e Outros Encargos (-47,9%). Em sentido inverso seguiram os aumentos da Despesa com Pessoal (6%), e das Transferências Correntes (13,3%).

Do lado da receita, salienta-se o aumento de 3,1% das Transferências do Orçamento do Estado. Em sentido oposto, é de referir a diminuição na Receita Fiscal (-7,9%) nas Transferências de Capital do Orçamento do Estado (-21,6%) e das Outras Receitas Correntes (-25,1%).

- Administração Local

O saldo do subsector da Administração Local até ao final de 2020 diminuiu 69 milhões de euros face ao registado no período homólogo, atingindo 501 milhões de euros, em resultado da estagnação da Receita Efetiva (0%) e da subida da Despesa Efetiva em 0,9%.

Para este resultado contribuiu o aumento das Transferências Correntes do Orçamento do Estado (8,2%), devido sobretudo às Transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (6,7%) e no âmbito da Participação do IRS (2,8%). Adicionalmente, as Taxas Multas e Outras Penalidades apresentaram um aumento de 2%. Comportamento contrário teve a Receita de Capital que registou uma diminuição de 19,5%, muito devida à quebra de 78,4% da Venda de Bens de Investimento.

O comportamento da despesa assenta no ligeiro aumento das Despesas com Pessoal (0,2%) e na subida das Transferências Correntes de 11%. Em sentido oposto, regista-se a diminuição da Aquisição de bens e serviços (-0,8%).

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com o Banco de Portugal, no final do ano de 2020, a dívida pública atingiu 270.408 milhões de euros, um acréscimo de 3.325 milhões de euros face ao mês anterior e mais 20.423 milhões de euros que no final de 2019.

A dívida líquida de depósitos das administrações públicas registou um crescimento de 1.836 milhões de euros face ao verificado no final de novembro e mais 11.025 milhões de euros que no final do ano de 2019 com os depósitos a aumentarem 9.398 milhões de euros face ao início do ano.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 1.429 milhões de euros em dezembro, um recuo de 254 milhões de euros face ao mês anterior, e de 45 milhões de euros que em final de 2019. A variação mensal resultou da diminuição da dívida não financeira da Administração Central (173 milhões de euros), assim como da Administração Regional (81 milhões de euros).

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) averbaram 338 milhões de euros em dezembro, correspondendo a uma retração de 334 milhões

de euros face ao mês anterior, e de 53 milhões de euros face ao final de 2019. A variação resulta, em grande medida, da diminuição verificada nos Hospitais EPE. Adicionalmente, verificaram-se diminuições de 11 milhões na Administração Regional e nas Entidades Públicas Reclassificadas, e de 3 milhões no próprio SNS, bem como a redução de 2 milhões na Administração Central, excluindo o setor da saúde.

Dívida Direta do Estado

Em dezembro, a dívida direta do Estado atingiu 265.316 milhões de euros, valor que após cobertura cambial se ficou em 268.028 milhões de euros.

Síntese de indicadores económicos nacionais

- Atividade Económica Nacional

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2018	2019	2020
PIB - CN Trimestrais	INE	VH (Real)	2,4	2,2	-7,6
Indicador de Clima Económico	INE	SRE-VE	2,3	2,3	-0,6
Indicador de Confiança da Indústria	INE	SRE-VCS	0,5	-3,5	-16,6
Indicador de Confiança do Comércio	INE	SRE-VCS	3,3	2,6	-0,9
Indicador de Construção dos Serviços	INE	SRE-VCS	14,1	12,3	-23,8
Indicador de Construção da Construção	INE	SRE-VCS	-11,9	-11,1	-16,0
Índice de Produção Industrial - Ind. Transf.	INE	VH	-0,5	-1,1	-8,4
Índice de Volume de Negócios - Ind. Transf.	INE	VH	0,6	0,1	-11,5
Índice de Volume de Negócios - Serviços	INE	VH	5,0	2,5	-15,3

- Consumo Privado

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2018	2019	2020
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-4,8	-6,8	-8,1
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho	INE	VH	4,1	4,5	0,5
Bens alimentares	INE	VH	3,7	0,8	1,8
Bens não alimentares	INE	VH	4,0	1,5	-0,4
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	2,7	-1,6	-6,3
Importação de Bens de Consumo (excl. mat. transp.)	INE	VH	4,7	1,6	0,4

- Investimento

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2018	2019	2020
Indicador de FBCF	INE	SRE-VE	4,4	6,4	-24,0
Vendas de Cimento	Cimpor/Secil	VH	-2,7	6,3	10,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	ACAP	VH	10,6	-2,1	-28,3
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	ACAP	VH	7,4	-3,1	-27,9
Volume de Vendas de Bens de Investimento	INE	SRE-VE	-8,1	-0,5	-22,1
Licença de Construção de Fogos	INE	VH	-3,7	57,2	3,2
Importação de Bens de Capital	INE	VH	2,2	7,5	-7,3

Índice Vol. Neg. da IT de Bens. de Investimento	INE	VH	-0,2	1,1	-15,6
---	-----	----	------	-----	-------

- Indicadores de Contas Externas

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2018	2019	2020
Importações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	4,9	5,2	-12,1
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	INE	VH (real)	3,7	3,7	-18,2
Saídas de bens	INE	VH (nominal)	5,3	3,6	-10,2
Entradas de bens	INE	VH (nominal)	8,0	6,6	-15,2
Saldo Balança Corrente e de Capital	BP	10 ⁶ Euro	903	1 871	256
Saldo Balança de Bens	BP	10 ⁶ Euro	-14 707	-16 666	-12 186
Saldo Balança de Serviços	BP	10 ⁶ Euro	15 718	17 484	8 603
Saldo Balança de Rendimentos Primários	BP	10 ⁶ Euro	-5 701	-5 211	-3 034
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	BP	10 ⁶ Euro	2 459	4 212	4 240

- Mercado de trabalho

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2018	2019	2020
Taxa de Desemprego	INE	%	7,0	6,5	6,8
Emprego Total	INE	VH	3,5	1,0	-2,0
Desemprego Registrado (fim de período)	IEFP	VH	-16,0	-1,6	-10,7
Desempregados Inscritos (ao longo do período)	IEFP	VH	-6,1	-0,7	-1,4
Ofertas de Emprego (ao longo do período)	IEFP	VH	-8,7	-2,8	-1,1
Contratação Coletiva	MSESS	VHA	2,2	2,2	--
Índice do Custo do Trabalho	INE	VH	3,0	2,1	2,6

- Preços

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2018	2019	2020
Índice de Preços no Consumidor	INE	VH	1,0	0,3	0,0
IPC - Bens	INE	VH	0,5	-0,3	-0,5
IPC - Serviços	INE	VH	1,7	1,2	0,7
IPC - excl. aliment. não transf. e energéticos	INE	VH	0,7	0,5	0,0
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VH	3,2	-0,4	-4,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VH	1,2	0,3	-0,1
Diferencial IHPC vs Área do Euro (VH)	Eurostat	p.p	-0,6	-0,9	-0,4

- Indicadores Monetários e Financeiros

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2018	2019	2020
Yield OT 10 anos - Portugal (fim de período)	IGCP	%	1,7	0,4	0,1
Yield OT 10 anos - Spread-vis-à-vis Alemanha	IGCP	p.b.	148	92	64
PSI 20	CMVM	VC	-12,2	10,2	-6,1
Empréstimos a particulares: - para consumo	BP	V. Anual	-1,1	7,7	2,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	BP	V. Anual	9,9	1,0	0,5
Empréstimos a empresas	BP	V. Anual	3,0	0,4	9,7
Taxas de juro de empréstimos p/habitação	BP	%	1,11	1,05	1,00
Taxas de juro de empréstimos p/empresas	BP	%	2,47	2,31	2,08

1.3.3 – PORTUGAL NO CONTEXTO GLOBAL

Remoção de obstáculos ao crescimento económico

Segundo o relatório do Banco Mundial “*Doing Business 2020: Doing Business 2019 report*”, o qual cobre o período de junho de 2018 a junho de 2019 (até à presente data ainda não foi publicado a edição de 2021 que irá reportar o período de junho 2019 a junho 2020), Portugal desceu cinco posições, para a 39.ª posição do ranking mundial no que concerne ao ambiente de negócios. Este indicador é apresentado como um ranking que compara 190 economias. Segundo este ranking, Portugal perde competitividade há quatro anos consecutivos (em 2015 – *Doing Business 2016* –, Portugal estava na 23.ª posição).

Quadro 3 – Ranking e indicadores do *Doing Business 2020*

Indicadores	2018	2019	2020
Abertura de negócio	48	57	63
Obtenção de alvarás de construção	32	60	60
Obtenção de eletricidade	58	32	52
Registo de propriedades	28	36	35
Obtenção de crédito	105	112	119
Proteção de investidores	57	64	61
Pagamento de impostos	38	39	43
Comércio entre fronteiras	1	1	1
Execução de contratos	19	35	38
Resolução de insolvências	15	16	15
Ranking "Doing Business"	29	34	39

Fonte: Banco Mundial

Nesta análise são considerados dez requisitos relacionados com facilidade/dificuldade em fazer negócios.

Os dados do Banco Mundial demonstram que os melhores indicadores respeitantes a Portugal respeitam ao comércio entre fronteiras (1.ª posição), resolução de insolvências (15.ª posição), e o registo de propriedades (35.ª posição).

As posições menos favoráveis relacionam-se com os seguintes requisitos: obtenção de crédito (119.ª posição), abertura de negócio (63.ª posição), e proteção de investidores (61.ª posição).

No primeiro lugar do ranking figura a Nova Zelândia, seguindo-se Singapura e a Hong Kong.

No contexto da UE28, Portugal assinala o 14.º lugar, sendo as primeiras posições ocupadas pela Dinamarca (4.ª), Reino Unido (8.ª) e Suécia (10.ª) as últimas pelo Luxemburgo (72.ª), Grécia (79.ª), e Malta (88.ª posição).

No que concerne à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Portugal detém a melhor posição, seguido, ainda que a larga distância, pelo Brasil (124.º), Cabo Verde (137.º), Moçambique (138.º), São Tomé e Príncipe (170.º), Guiné-Bissau (174.º), Angola (177.º), Guiné Equatorial (1778.º) e Timor Leste (181.º).

De referir que a China está a diminuir a distância para o seu principal rival económico, os EUA, no que concerne a este ranking, sendo cada vez mais um país que facilita o estabelecimento de negócios.

Pelo ranking divulgado, conclui-se que é mais fácil fazer negócios na Geórgia do que no Reino Unido.

No extremo do ranking, situa-se a Somália em último lugar, seguida da Eritreia e da Venezuela.

Índice de Desenvolvimento Humano – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores padronizados de modo a permitir a avaliação do bem-estar de uma população. Este índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual. O relatório de 2020, incluiu pela primeira vez, indicadores ambientais, concretamente ao nível das taxas de emissões de CO2 e pegadas de carbono.

Assim, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2020 divulgado pela Organização das Nações Unidas, Portugal continua no grupo de países com desenvolvimento humano muito alto, mas atrás da maior parte dos países europeus. Portugal subiu duas

posições, situando-se agora na 38ª posição no IDG, num total de 189 países, num ranking liderado pela Noruega, à qual se segue a Irlanda e a Suíça. Com 0,864, Portugal integra os 66 países de desenvolvimento humano muito elevado, apresentando uma esperança média de vida de 82,1 anos, uma média de escolaridade de 9,3 anos, de escolaridade esperada de 16,5 anos e com um rendimento bruto per capita de 33.967 dólares.

No contexto europeu, poucos são os países com pontuações inferiores a Portugal e, entre os intervencionados pelo FMI, Portugal é o que se apresenta em pior classificação (a Irlanda está em 2.º, a Espanha em 25.º e a Grécia em 32.º).

Ainda no âmbito do relatório em análise, destacam-se as seguintes referências:

- Uma em nove pessoas no mundo está com fome e uma em cada três está desnutrida;
- A diferença ao nível da esperança de vida à nascença entre os países com um grau baixo e muito elevado de desenvolvimento humano é de 19 anos;
- Cerca de 42% dos adultos concluíram o ensino primário nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 94% nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.
- Apenas 3,2% dos adultos possuem um grau de ensino superior nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 29% nos países com elevado desenvolvimento humano.
- 53% das crianças com 10 anos de idade, nos países com um rendimento baixo ou médio (e até 80%, nos países com um rendimento baixo ou médio), são incapazes de ler e compreender um parágrafo escrito simples.
- Com a pandemia, verificou-se um encerramento de escolas que afetou 90% das crianças em todo o mundo, embora algumas tenham tido oportunidade de aprender à distância. Estima-se que no pico, a taxa de abandono escolar tenha atingido 20% nos países com um nível elevado de desenvolvimento humano, em comparação com 86% nos países com menor desenvolvimento humano. Este choque educativo poderá resultar numa perda de capacidades fundamentais e de capacitação de uma geração, com efeitos nefastos nas raparigas e jovens mulheres, particularmente vulneráveis às seguintes situações: gravidez precoce, casamento infantil e violência de género.
- O número de pessoas afetadas pela fome (subnutridas) tem aumentado desde 2014. As estimativas para 2020, incluindo o efeito da COVID-19, variam entre os 780 milhões e

os 829 milhões e cerca de 2 milhões, encontram-se em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

- Relativamente ao acesso à tecnologia, os países em vias de desenvolvimento têm 67 assinaturas de telemóveis por cada 100 habitantes, metade do número dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento. No que concerne à banda larga, os países com baixo nível de desenvolvimento apresentam menos de 1 assinatura por cada 100 habitantes, em comparação com 28 em cada 100 habitantes nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.
- Os países piores posicionados abrangem 600 milhões de pessoas que ainda vivem abaixo do limiar de pobreza extrema, um número que dispara para 1,3 mil milhões quando medido segundo o Índice de Pobreza Multidimensional.
- Cerca de 262 milhões de crianças não estão matriculadas no ensino primário nem no secundário e 5,4 milhões de crianças não sobrevivem além dos primeiros 5 anos de vida.
- A esperança de vida aos 70 anos, é duas vezes superior nos países com um nível de desenvolvimento humano muito elevado, em relação aos países com um baixo nível de desenvolvimento humano.
- A proporção da população adulta com um grau de ensino superior, nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano, está a aumentar a um ritmo mais do que seis vezes superior ao dos países com um baixo nível de desenvolvimento humano;
- Apenas 1 em cada 10 homens (e 1 em cada 7 mulheres), não apresentam qualquer forma de preconceito claro contra a igualdade de género.

Acresce dispor e salientar que, segundo a ONU, no âmbito do IDH, *“As pessoas são a verdadeira riqueza das nações e o desenvolvimento humano concentra-se em alargar a capacidade de escolha do indivíduo”*.

O Relatório das Nações Unidas reporta que os cientistas têm alertado para a chegada de uma pandemia como esta há anos, apontando o aumento do número de agentes patogénicos zoonóticos – transmissíveis de animais para seres humanos – como um reflexo das pressões que as pessoas exercem sobre o planeta Terra. Estas pressões têm vindo a crescer exponencialmente ao longo dos últimos 100 anos. A humanidade alcançou feitos incríveis mais levámos a Terra ao limite. As alterações climáticas, as desigualdades fraturantes os números record de pessoas

forçadas a abandonar os seus lares pelo conflito e pela crise – tudo isto é o resultado de sociedades que valorizam aquilo que medem, em vez de medirem o que valorizam.

De facto, as pressões que exercemos sobre o planeta tornaram-se tão intensas que os cientistas têm considerado a possibilidade de a Terra ter entrado numa era geológica inteiramente nova: o Antropoceno ou a era dos seres humanos. Isto significa que somos as primeiras pessoas a viver numa época definida pelas opções humanas, em que o risco predominante para a nossa sobrevivência somos nós próprios.

1.4 – CONJUNTURA NA ÁREA DO MUNICÍPIO

1.4.1 – CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

“Ourém, cidade e sede de concelho do distrito de Santarém, situa-se no centro do país, na área do Vale do Tejo, a cerca de 40Km da costa atlântica e posiciona-se entre a latitude 39º 30’ N e 39º 50’e a longitude 8º 30W e 8º 40’W. A área afeta a este município desenvolve-se entre a vertente norte da Serra de Aire, a plataforma de Fátima a oeste e o Rio Nabão a leste e abrange uma área de cerca de 416,1Km². Fica ainda encravado pelos concelhos de Pombal, a Norte, Alvaiázere, Ferreira do Zêzere e Tomar a nascente, Torres Novas e Alcanena a sul e a poente pelos concelhos da Batalha e Leiria”.²

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias, Freixianda, Vilar dos Prazeres, e Olival, registando em 2011 (dados censitários), uma população na ordem dos 46 mil habitantes distribuídos por 13 freguesias.

No que concerne a infraestruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do Norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias,

² Roteiro Turístico de Ourém (2004), pág. 9

sendo de referir, a disponibilização recente de uma via complementar de importância regional, o IC9.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria, concentrando o setor terciário a maior proporção de população empregada (55%), seguido do setor secundário (42%) e por fim o setor primário (3%).

O turismo e, em particular, o de cariz religioso detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual na ordem dos 6,3 milhões de visitantes (volume verificado em 2019, segundo estimativas do Santuário de Fátima).

1.4.2 – ANÁLISE SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à autoestrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Assinalável dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do setor da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do setor da construção civil no contexto regional e nacional;
- Taxa de desemprego que se mantém inferior à verificada na generalidade dos Municípios da região;
- Capacidade de atração de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supramunicipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, centros de dia e apoio domiciliário);
- Existência de uma escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com polos nas duas cidades;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;

- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a atividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos Dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...);
- Capacidade empreendedora dos Oureenses.

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do Município face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima) que deverão reforçar a sua coesão e complementaridade;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visita religiosa, que poderá constituir-se como uma âncora para a região;
- Basílica da Santíssima Trindade como pólo de atratividade de peregrinos;
- Desenvolvimento do Parque de Negócios de Ourém-Fátima;
- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, bem como o IC9, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- A valorização do setor vitivinícola, reconhecendo a tradicional importância deste setor na área deste município;
- Papel de charneira entre elementos do arco patrimonial – Património da Humanidade.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento;
- Recensão demográfica de algumas freguesias (denominação das Freguesias aquando dos censos 2011): Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento populacional, reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade na área territorial do município, como consequência na sua infraestruturação e dinamização cultural;

- Agricultura denotando um subaproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Solo urbano fragmentado – dificuldade de encontrar pontos de urbanização (habitação e indústria)
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém;
- Reduzido aproveitamento turístico da sede de município face à proximidade de Fátima;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade e valorização do serviço ferroviário;
- Centralidade do município dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da atividade turística, embora com tendências em se esbater;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima, prédios rústicos com baixa tributação dentro das áreas urbanas).
- Excessiva dispersão de equipamentos e infraestruturas induzindo elevados custos de exploração e manutenção.

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infraestruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- A reforma judicial com o encerramento de tribunais e a transferência de valências, circunstância que afetará a proximidade dos munícipes deste território aos serviços de referência;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios, situação agravada pela existência de uma propriedade florestal fragmentada;
- Tecido económico fortemente fustigado pela adversa conjuntura económica nacional e perceção da existência de reduzidos níveis de confiança dos empresários.

1.4.3 – INDICADORES RELATIVOS À ÁREA DO MUNICÍPIO

Desde a primeira metade dos anos 90 que o Instituto Nacional de Estatística promove a publicação de anuários estatísticos regionais, os quais disponibilizam informação estatística à escala regional e municipal.

Em 2020 foi divulgado o Anuário Estatístico da Região Centro – 2019, no qual se engloba informação referente à área do Município de Ourém e cujo âmbito temporal é, fundamentalmente, referente a 2019.

Tendo por base o documento anteriormente referenciado, apresenta-se, seguidamente, um quadro que contém os elementos estatísticos mais significativos referentes à área do Município de Ourém.

Quadro 4 – Informação Estatística 2019 referente à área do Município de Ourém

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro, disponibilizado em 2020 pelo INE)

1. - TERRITÓRIO	
1.1 - Área, Perímetro e Altitude	
1.1.1 - Área (Km2)	416,68
1.1.2 - Perímetro (Km)	128
1.1.3 - Comprimento Máximo (Este-Oeste) (Km)	24
1.1.4 - Comprimento Máximo (Norte-Sul) (Km)	34
1.1.5 - Altitude máxima (m)	678
1.1.6 - Altitude mínima (m)	95
1.1.7 - Amplitude altimétrica	583
1.2 - Temperatura média do ar	
1.2.1 - Média	15,5
1.2.2 - Mínima	9,2
1.2.3 - Máxima	21,8
1.3 - Rede Natura 2000	
1.3.1 - Sítios (Rede Natura 2000)	2969
1.3.2 - Áreas Protegidas - Parque Natural	1198
1.4 - Ordenamento do território	

1.4.1 - Usos do solo identificados nos PMOT (ha)	
1.4.1.1 - Urbano	7 422,7
1.4.1.2 - Solo rural	34 220,2
1.4.1.3 - Áreas Protegidas (PEOT) aprovados (un)	1
1.5 - Lugares Censitários	
1.5.1 - População isolada	731
1.5.2 - População residente - com menos de 2000 habitantes	30 446
1.5.3 - População residente - de 5000 a 9999 habitantes	14 763
1.6 - Estrutura Territorial	
1.6.1 - Lugares	244
1.6.1.1 - População residente	45 209
1.6.2 - Vilas	4
1.6.3 - Cidades	2
1.6.3.1 - População residente	14 813
1.6.4 - Freguesias	13
1.6.4.1 - Área média (ha)	3 205,0
1.7 - Indicadores de Ambiente	
1.7.1 - Gestão de resíduos - despesas por 1 000 habitantes (Eur)	46 586,0
1.7.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem (Eur)	13 280,0
1.8 - Qualidade das águas para consumo humano	
1.8.1 - Análises regulamentares obrigatórias (N.º)	1 695
1.8.2 - Análises realizadas obrigatórias (N.º)	2 102
1.8.3 - Análises em falta (N.º)	0
1.8.4 - Análises realizadas com valor paramédico	
1.8.4.1 - Em incumprimento do valor paramédico	6
1.8.4.2 - Total	1 645
1.8.5 - Água segura (%)	99,64
1.9 - Receitas e despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e proteção do ambiente	
1.9.1 - Receita	
1.9.1.1 - Gestão de resíduos	1 264
1.9.1.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	13

1.9.1.3 - Outros	0
1.9.2 - Despesa	
1.9.2.1 - Gestão de resíduos	2 052
1.9.2.2 - Proteção da biodiversidade e da paisagem	585
1.9.2.3 - Outros	1
2. - POPULAÇÃO	
2.1 - Densidade populacional (hab/km2)	105,7
2.2 - Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,05
2.3 - Taxa de crescimento natural (%)	-0,6
2.4 - Taxa de crescimento migratório (%)	0,55
2.5 - Taxa bruta de natalidade (%)	7,60
2.6 - Taxa bruta de mortalidade (%)	13,60
2.7 - Taxa bruta de nupcialidade (%)	4,00
2.8 - Taxa bruta de divórcio (%)	2,10
2.9 - Taxa bruta de fecundidade geral	34,30
2.10 - Nados vivos fora do casamento (%)	42,30
2.11 - Proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as	11,30
2.12 - Proporção de casamentos católicos (%)	54,90
2.13 - População estrangeira a quem foi concedido título de residente por 100 hab.	0,91
2.14 - Índice de envelhecimento	187,00
2.15 - Índice de dependência de idosos	34,10
2.16 - Índice de longevidade	54,00
2.17 - Relação de masculinidade	90
2.18 - População residente segundo grandes grupos etários e o sexo	
2.18.1 - Homens	20 862
2.18.2 - Mulheres	23 182
2.18.3 - Total	44 044
2.18.1.1 - Dos 0 a 14 anos	5 267
2.18.1.2 - Dos 15 a 24 anos	5 035
2.18.1.3 - Dos 25 a 64 anos	23 891
2.18.1.4 - 65 e mais anos	9 851

2.18.1.5 - 75 e mais anos	5 319
2.19 - Movimento da população e população estrangeira	
2.19.1 - Nados-vivos	
2.19.1.1 - Homem	171
2.19.1.2 - Mulher	162
2.19.1.3 - Fora do casamento	141
2.19.1.4 - Em coabitação dos pais	107
2.19.2 - Óbitos	
2.19.2.1 - Homem	302
2.19.2.2 - Mulher	296
2.19.3 - Casamentos	
2.19.3.1 - Entre pessoas de sexo oposto (só civis)	79
2.19.3.2 - Entre pessoas de sexo oposto (católicos)	96
2.19.3.3 - Casamentos dissolvidos por divórcio	94
2.19.3.4 - Casamentos dissolvidos por morte	239
3. - EDUCAÇÃO	
3.1 - Indicadores de educação	
3.1.1 - Taxa de pré-escolarização (%)	118,6
3.1.2 - Taxa bruta de escolarização (%)	
3.1.2.1 - Ensino Básico	115,9
3.1.2.2 - Ensino Secundário	150,1
3.2 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	
3.2.1 - 1º Ciclo	1,4
3.2.2 - 2º Ciclo	1,2
3.2.3 - 3º Ciclo	4,1
3.2.4 - Total	2,3
3.3 - Taxa de transição/conclusão do ensino secundário (%)	
3.3.1 - Cursos gerais/científico-humanísticos	91,3
3.3.2 - Cursos tecnológicos/ profissionais	93,2
3.3.3 - Total	92,4
3.4 - Instituições de educação por nível e natureza	
3.4.1 - Educação Pré-Escolar	

3.4.1.1 - Público	22
3.4.1.2 - Privado	6
3.4.2 - 1º Ciclo	
3.4.2.1 - Público	24
3.4.2.2 - Privado	1
3.4.2.3 - Dos quais com menos de 21 alunos	1
3.4.3 - 2º Ciclo	
3.4.3.1 - Público	4
3.4.3.2 - Privado	3
3.4.4 - 3º Ciclo	
3.4.4.1 - Público	4
3.4.4.2 - Privado	3
3.4.5 - Secundário	
3.4.5.1 - Público	1
3.4.5.2 - Privado	4
3.5 - Alunos matriculados, segundo o nível de ensino ministrado	
3.5.1 - Educação Pré-Escolar	1116
3.5.2 - 1º Ciclo	1539
3.5.3 - 2º Ciclo	949
3.5.4 - 3º Ciclo	1517
3.5.5 - Secundário	2195
3.6 - Pessoal docente, segundo o nível de ensino ministrado	
3.6.1 - Educação Pré-Escolar	65
3.6.2 - 1º Ciclo	118
3.6.3 - 2º Ciclo	78
3.6.4 - 3º Ciclo e ensino secundário	310
3.6.5 – Formadores (escolas profissionais)	59
3.7 - Pessoal não docente do ensino não superior	347
4. - CULTURA E DESPORTO	
4.1 - Indicadores da cultura e desporto	
4.1.1 - Recintos de espetáculos - lotação média total das salas	350
4.1.1.1 - Espectadores por habitante	0,7

4.1.1.2 - Valor médio dos bilhetes vendidos (em euros)	2,8
4.1.2 - Visitantes por museu	--
4.1.3 - Proporção de visitantes escolares (%)	--
4.2 - Publicações periódicas por município	
4.2.1 - Publicações	14
4.2.2 - Edições	132
4.2.3 - Circulação Total	
4.2.3.1 - Total	1 312 002
4.2.3.2 - Jornais	889 520
4.2.3.3 - Revistas	...
4.2.4 - Exemplares vendidos	
4.2.4.1 - Total	269 410
4.2.4.2 - Jornais	126 310
4.2.4.3 - Revistas	...
4.3 - Recintos de espetáculos e espetáculos ao vivo	
4.3.1 Recintos utilizados	1
4.3.2 Espetáculos ao vivo	65
4.4 - Museus e galerias de arte	
4.4.1 - Museus	4
4.4.1.1 - Total de visitantes	--
4.4.1.2 - Visitantes escolares	--
4.4.1.3 - Bens	--
4.4.2 - Galerias	4
4.4.2.1 - Exposições temporárias	12
4.4.2.2 - Obras expostas	741
4.4.2.3 - Autores/as representados	136
5. - SAÚDE	
5.1 - Indicadores de saúde	
5.1.1 - Enfermeiros por 1000 habitantes	3,2
5.1.2 - Médicos por 1000 habitantes	1,5
5.1.3 - Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	0,5
5.1.4 - Internamentos nos hospitais por 1000 habitantes	0,0

5.1.5 - Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2014/2018)	3,3
5.1.6 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2014/2018)	3,3
5.1.7 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	3,0
5.1.8 - Taxa de mortalidade por tumores malignos	3,0
5.2 - Hospitais	
5.2.1 - Número	0
5.3 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis	
5.3.1 - Farmácias	15
5.3.2 - Postos farmacêuticos móveis	5
5.3.3 - Farmacêuticos de oficina	42
5.3.4 - Profissionais de farmácia	15
5.3.5 - Médicos com residência na área do município	65
6. - MERCADO DE TRABALHO	
6.1 - Indicadores do mercado de trabalho	
6.1.1 - Taxa de TCO em estabelecimentos com < 10 trabalhadores (%)	25,8
6.1.2 - Taxa de TCO em estabelecimentos com > 250 trabalhadores (%)	12,1
6.1.3 - Ganho médio mensal (em euros)	1 004,6
6.1.4 - Disparidade no ganho médio mensal por sexo (%)	12,8
6.1.5 - Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa (%)	15,6
6.1.6 - Disparidade do ganho médio mensal por setor de atividade (%)	6,7
6.1.7 - Disparidade no ganho médio mensal por nível de habitações (%)	14,8
6.1.8 - Disparidade no ganho médio mensal por profissão principal (%)	23,1
6.2 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o setor de atividade	
6.2.1 - Primário (CAE: A)	91
6.2.2 - Secundário (CAE: B - F)	3945
6.2.3 - Terciário (CAE: G - U)	7707
6.3 - Ganho médio mensal dos trab. por conta de outrem, por setor de atividade	
6.3.1 - Primário (CAE: A) (em euros)	775,08
6.3.2 - Secundário (CAE: B - F) (em euros)	1 096,94
6.3.3 - Terciário (CAE: G - U) (em euros)	959,97
6.4 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habitações	

6.4.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	55
6.4.2 - 1º ciclo do ensino básico	1422
6.4.3 - 2º ciclo do ensino básico	1662
6.4.4 - 3º ciclo do ensino básico	3215
6.4.5 - Ensino secundário	3384
6.4.6 - Bacharelato	173
6.4.7 - Licenciatura	1615
6.4.8 - Mestrado	183
6.4.9 - Doutoramento	5
6.5 - Ganho méd. mensal dos trab. por contra de outrem, segundo o nível de habilit.	
6.5.1 - Inferior ao 1º ciclo do ensino básico (em euros)	866,12
6.5.2 - 1º ciclo do ensino básico (em euros)	922,34
6.5.3 - 2º ciclo do ensino básico (em euros)	919,85
6.5.4 - 3º ciclo do ensino básico (em euros)	941,00
6.5.5 - Ensino secundário (em euros)	953,03
6.5.6 - Bacharelato (em euros)	1 318,53
6.5.7 - Licenciatura (em euros)	1 331,14
6.5.8 - Mestrado (em euros)	1 360,87
6.5.9 - Doutoramento (em euros)	1 399,00
7. - PROTEÇÃO SOCIAL	
7.1 - Indicadores de proteção social	
7.1.1 - Valor médio anual das pensões (em euros)	
7.1.1.1 - Invalidez	5 460
7.1.1.2 - Velhice	5 090
7.1.1.3 - Sobrevivência	2 847
7.1.2 - Valor médio do subsídio de desemprego (em euros)	2 591
7.1.3 - Número médio de dias de subsídio de desemprego	145
7.1.4 - Valor médio de subsídio de doença (em euros)	925
7.1.5 - Número médio de dias de subsídio de doença	56
7.2 - Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência	
7.2.1 - Invalidez	1 165

7.2.2 - Velhice	8 460
7.2.3 - Sobrevivência	3 159
7.3 - Beneficiários de subsídio de desemprego, segundo a idade	
7.3.1 - Menos de 25 anos	59
7.3.2 - 25 a 29 anos	117
7.3.3 - 30 a 39 anos	235
7.3.4 - 40 a 49 anos	274
7.3.5 - 50 a 54 anos	105
7.3.6 - 55 e mais anos	219
7.4 - Prestações familiares	
7.4.1 - Abono de família para crianças e jovens	
7.4.1.1 - Beneficiários	2 873
7.4.1.2 - Descendentes ou equiparados	5 754
7.4.2 - Subsídio por assistência de 3ª pessoa	
7.4.2.1 - Beneficiários	49
7.4.2.2 - Descendentes ou equiparados	50
7.4.3 - Subsídio de funeral	
7.4.3.1 - Beneficiários	58
7.5 - Subsídio por doença	
7.5.1 - Total de beneficiários	3 081
7.5.2 - Dias processados	171 631
7.5.3 - Valores processados	2 850
7.6 - Subsídio parental	
7.6.1 - Total de beneficiários	782
7.6.2 - Valor processado (milhares de euros)	1335
7.7 - Total de beneficiários do rendimento social de inserção	250
8. - ATIVIDADE ECONÓMICA	
8.1 - Indicadores das empresas	
8.1.1 - Densidade de empresas (N.º/Km2)	13,30
8.1.2 - Proporção de empresas individuais (%)	64,18
8.1.3 - Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço (%)	100,00
8.1.4 - Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)	94,60

8.1.5 - Pessoal ao serviço da empresa	3,10
8.1.6 - Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	245,50
8.1.7 - Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	12,06
8.1.8 - Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	12,23
8.2 - Volume de negócios das empresas segundo a CAE (em milhares de euros)	
8.2.1 - A	28 215
8.2.2 - B	26 898
8.2.3 - C	309 866
8.2.4 - D	58
8.2.5 - E	10 673
8.2.6 - F	194 880
8.2.7 - G	485 004
8.2.8 - H	74 892
8.2.9 - I	93 500
8.2.10 - J	8 038
8.2.11 - L	27 540
8.2.12 - M	19 253
8.2.13 - N	40 043
8.2.14 - O	...
8.2.15 - P	3 093
8.2.16 - Q	23 773
8.2.17 - R	14 321
8.2.18 - S	4 263
8.3 - Comércio internacional declarado de mercadorias	
8.3.1 - Importações	115 128
8.3.2 - Exportações	94 106
8.4 - Agricultura e floresta	
8.4.1 - Produção vinícola declarada expressa em mosto (hl)	4 900
8.4.2 - Vinho licoroso com DOP	0
8.4.3 - Vinho com DOP	
8.4.3.1 - Branco	237

8.4.3.2 - Tinto/Rosado	314
8.4.4 - Vinho com IGP	
8.4.4.1 - Branco	322
8.4.4.2 - Tinto/Rosado	744
8.4.5 - Vinho sem certificação	
8.4.5.1 Branco	746
8.4.5.2 Tinto/Rosado	2 538
8.5 - Árvores de fruto e oliveiras vendidas pelos viveiristas	
8.5.1 - Ameixieiras	141
8.5.2 - Amendoeira	65
8.5.3 - Castanheiros	78
8.5.4 - Cerejeiras	132
8.5.5 - Damasqueiros	118
8.5.6 - Diospireiros	73
8.5.7 - Kiwi	117
8.5.8 - Laranjeiras	163
8.5.9 - Limoeiros	117
8.5.10 - Macieiras	311
8.5.11 - Nogueiras	81
8.5.12 - Pereiras	300
8.5.13 - Pessegueiros	277
8.5.14 - Tangerineiras	119
8.5.15 - Oliveiras	446
8.6 - Incêndios florestais e bombeiros	
8.6.1 - Ocorrência de incêndios florestais	63
8.6.2 - Área ardida (ha)	
8.6.2.1 - Total	105
8.6.2.2 - Povoamentos florestais	10
8.6.2.3 - Matos	94
8.6.2.4 - Corporações de bombeiros	3
8.6.2.5 - Número total de bombeiros	282
8.7 - Energia	

8.7.1 - Consumo de energia elétrica segundo o tipo de consumo (kWh)	
8.7.1.1 - Total	163 023 309
8.7.1.2 - Doméstico	54 426 297
8.7.1.3 - Não Doméstico	53 269 870
8.7.1.4 - Agricultura	7 174 674
8.7.1.5 - Indústria	37 971 096
8.7.1.6 - Iluminação das vias públicas	7 915 715
8.7.1.7 - Iluminação interior de edifícios do Estado	2 260 702
8.7.2 - Consumidores de energia elétrica por tipo de consumo (kWh)	
8.7.2.1 - Total	31 102
8.7.2.2 - Doméstico	26 690
8.7.2.3 - Não Doméstico	2 955
8.7.2.4 - Agricultura	304
8.7.2.5 - Indústria	516
8.7.3 - Vendas de combustíveis para consumo (t)	
8.7.3.1 - Gás	
8.7.3.1.1 - Butano	184,0
8.7.3.1.2 - Propano	1 290,0
8.7.3.1.3 - Gás auto (GPL)	67,0
8.7.3.2 - Gasolina	
8.7.3.2.1 - Sem chumbo 95	7 413,0
8.7.3.2.2 - Sem Chumbo 98	1 010,0
8.7.3.3 - Petróleo	0,0
8.7.3.4 - Gasóleo rodoviário	61 212,0
8.7.3.5 - Gasóleo colorido	7 759,0
8.7.3.6 - Gasóleo para aquecimento	3 583,0
8.7.3.7 - Fuel	2 590,0
8.8 - Construção e Habitação	
8.8.1 - Indicadores de construção e habitação	
8.8.1.1- Licenciamento de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.1.1 - Pavimentos por edifício	1,90
8.8.1.1.2 - Fogos por pavimento	0,90

8.8.1.1.3 - Divisões por fogo	4,30
8.8.1.1.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	21,60
8.8.1.2 - Conclusão de construções novas para habitação familiar	
8.8.1.2.1 - Pavimentos por edifício	1,90
8.8.1.2.2 - Fogos por pavimento	0,60
8.8.1.2.3 - Divisões por fogo	5,10
8.8.1.2.4 - Superfície média habitável das divisões (m2)	22,20
8.8.1.3 - Valor médio dos prédios (em euros)	
8.8.1.3.1 - Urbanos transacionados, em propriedade horizontal	75 034,00
8.8.1.3.2 - Urbanos transacionados, total	77 889,00
8.8.1.3.3 - Rústicos transacionados	10 322,00
8.8.1.3.4 - Urbanos hipotecados, em propriedade horizontal	141 315,00
8.8.1.3.5 - Urbanos hipotecados, total	121 601,00
8.8.1.3.6 - Rústicos hipotecados	215 000,00
8.8.1.4 - Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares p/habitante (em euros)	411,00
8.8.2 - Edifícios licenciados para construção	
8.8.2.1 - Construções novas	
8.8.2.1.1 - Edifícios para habitação familiar	62
8.8.2.1.2 - Edifícios para apartamentos	3
8.8.2.1.3 - Edifícios, total	65
8.8.2.1.4 - Fogos para habitação familiar	116
8.8.2.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.2.2.1 - Edifícios para habitação familiar	0
8.8.2.2.2 - Edifícios, total	0
8.8.3 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar	
8.8.3.1 - Entidade promotora	
8.8.3.1.1 - Pessoa singular	60
8.8.3.1.2 - Empresa privada	56
8.8.3.1.3 - Outras entidades	0
8.8.3.2 - Tipologia	
8.8.3.2.1 - T0 ou T1	13

8.8.3.2.2 - T2	35
8.8.3.2.3 - T3	59
8.8.3.2.4 - T4 ou mais	9
8.8.4 - Edifícios concluídos	
8.8.4.1 - Construções novas	
8.8.4.1.1 - Edifícios para habitação familiar	
8.8.4.1.1.1 - Apartamentos	3
8.8.4.1.1.2 - Moradias	58
8.8.4.1.2 - Edifícios, total	61
8.8.4.1.3 - Fogos para habitação familiar	68
8.8.4.2 - Ampliações, Alterações e Reconstruções	
8.8.4.2 - Edifícios para habitação familiar	3
8.8.4.3 - Edifícios, total	6
8.8.5 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar	
8.8.5.1 - Entidade promotora	
8.8.5.1.1 - Pessoa singular	57
8.8.5.1.2 - Empresa privada	11
8.8.5.1.3 - Outras entidades	0
8.8.5.2 - Tipologia	
8.8.5.2.1 - T0 ou T1	5
8.8.5.2.2 - T2	8
8.8.5.2.3 - T3	39
8.8.5.2.4 - T4 ou mais	16
8.8.5 - Estimativas do parque habitacional	
8.8.5.1 - Edifícios de habitação familiar clássica	24 186
8.8.5.2 - Alojamentos familiares clássicos	29 739
8.9 - Transportes	
8.9.1 - Indicadores de transportes	
8.9.1.1 - Veículos automóveis novos vendidos e registados por 1000 habitantes	17,48
8.9.1.2 - Índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas	1,96
8.9.1.3 - Proporção de acidentes de viação com vítimas nas autoestradas (%)	2,45

8.9.2 - Veículos automóveis registados	
8.9.2.1 - Total	770
8.9.2.2 - Ligeiros de passageiros	344
8.9.2.3 - Ligeiros de mercadorias	188
8.9.2.4 - Pesados de passageiros	0
8.9.2.5 - Pesados de mercadorias	9
8.9.2.6 - Pesados, tratores rodoviários	197
8.9.2.7 - Tratores agrícolas	32
8.9.3 - Acidentes de viação e vítimas	
8.9.3.1 - Total de acidentes de viação com vítimas	204
8.9.3.2 - Vítimas	
8.9.3.2.1 - Total	274
8.9.3.2.2 - Mortos	4
8.9.3.2.3 - Feridos graves	22
8.9.3.2.4 - Feridos ligeiros	248
8.10 - Comunicações	
8.10.1 - Indicadores de comunicações	
8.10.1.1 - Acessos telefónicos por 100 habitantes	41,83
8.10.1.2 - Postos telefónicos residenciais por 100 habitantes	31,6
8.10.1.3 - Postos telefónicos públicos por 1000 habitantes	1,77
8.10.1.4 - Habitantes por estações de correio	22 028,0
8.10.1.5 - Habitantes por postos de correio	3671,3
8.10.1.6 - Acessos à internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes	29,6
8.10.2 - Postos telefónicos fixos	
8.10.2.1 - Total de acessos telefónicos públicos	78
8.10.2.2 - Total de acessos telefónicos residenciais	13 922
8.10.2.3 - Total de acessos telefónicos não residenciais	4 506
8.10.3 - Estações e postos de correio	
8.10.3.1 - Estações de correio	
8.10.3.1.1 - Total	2
8.10.3.1.2 - Estações fixas	2

8.10.3.1.3 - Estações móveis	0
8.10.3.2 - Postos de correio	12
8.11 - Turismo	
8.11.1 - Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.1.1 - Estada média de hóspedes estrangeiros (número de noites)	1,8
8.11.1.2 - Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	208,1
8.11.1.3 - Hóspedes por habitante	14,9
8.11.1.4 - Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	63,9
8.11.1.5 - Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	34,4
8.11.1.6 - Dormidas em estab. de alojamento turístico por 100 habitantes	2 356,6
8.11.2 - Estabelecimentos e capacidade de alojamento	
8.11.2.1 - Estabelecimentos	
8.11.2.1.1 - Total	90
8.11.2.1.2 - Hotelaria	57
8.11.2.1.3 - Alojamento local	29
8.11.2.1.4 - Turismo no espaço rural e de habitação	4
8.11.2.2 - Capacidade de alojamento	
8.11.2.2.1 - Total	9 166
8.11.2.2.2 - Hotelaria	7 802
8.11.2.2.3 - Alojamento local	1 281
8.11.2.2.4 - Turismo no espaço rural e de habitação	83
8.11.3 - Hóspedes, dormidas e aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico	
8.11.3.1 - Número total de dormidas	656 435
8.11.3.2 - Número total de hóspedes	1 038 225
8.11.3.3 - Total de proveitos de aposento (milhares de euros)	26 512
8.11.4 - Dormidas nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.4.1 - Total	1 038 225
8.11.4.2 - Portugal	315 910
8.11.4.3 - Europa (excluindo Portugal)	459 251
8.11.4.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	452 360

8.11.4.5 - Alemanha	16 583
8.11.4.6 - Espanha	207 115
8.11.4.7 - França	51 267
8.11.4.8 - Reino Unido	11 359
8.11.4.9 - África	6 624
8.11.4.10 - América	126 023
8.11.4.11 - Ásia	126 457
8.11.4.12 - Oceânia/n.e.	3 960
8.11.5 - Hóspedes nos estab. de alojamento turístico, segundo o continente de residência habitual	
8.11.5.1 - Total	656 435
8.11.5.2 - Portugal	236 782
8.11.5.3 - Europa (excluindo Portugal)	221 797
8.11.5.4 - UE28 Total (excluindo Portugal)	217 734
8.11.5.5 - Alemanha	7 456
8.11.5.6 - Espanha	94 196
8.11.5.7 - França	28 319
8.11.5.8 - Reino Unido	4 537
8.11.5.9 - África	2 649
8.11.5.10 - América	83 197
8.11.5.11 - Ásia	109 942
8.11.5.12 - Oceânia/n.e.	2 068
8.12 - Setor Monetário e Financeiro	
8.12.1 - Indicadores do setor monetário e financeiro	
8.12.1.1 - Estabelecimentos de bancos e similares por 10 000 habitantes	6,3
8.12.1.2 - Taxa de depósitos de emigrantes (%)	8,48
8.12.1.3 - Taxa de crédito à habitação (%)	58,15
8.12.1.4 - Crédito à habitação por habitante (em euros)	6198
8.12.1.5 - Prémios brutos emitidos pelas empresas de seguros, por hab. (em euros)	...
8.12.1.6 - Rede nacional de Multibanco	
8.12.1.6.1 - Caixas automáticas Multibanco por 10 000 habitantes	11,4
8.12.1.6.2 - Operações por habitante	77

8.12.1.6.3 - Levantamentos nacionais por habitante (em euros)	2 634
8.12.1.6.4 - Compras através de terminais de pag. automático por hab (em euros)	3 200
8.12.2 - Estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.2.1 - Bancos e caixas económicas	
8.12.2.1.1 - Número de estabelecimentos	23
8.12.2.1.2 - Pessoal ao serviço	131
8.12.2.2 - Caixas de crédito agrícola mútuo	
8.12.2.2.1 - Número de estabelecimentos	5
8.12.2.2.2 - Pessoal ao serviço	14
8.12.3 - Movimentos dos estabelecimentos de outra intermediação monetária	
8.12.3.1 - Depósitos	
8.12.3.1.1 - Total (milhares de euros)	1 071 340
8.12.3.1.2 - De Emigrantes (milhares de euros)	90 825
8.12.3.2 - Crédito concedido	
8.12.3.2.1 - Total (em milhares de euros)	471 555
8.12.3.2.2 - Para habitação (em milhares de euros)	274 190
9. - JUSTIÇA	
9.1 Indicadores de Justiça	
9.1.1 - Duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância	
9.1.1.1 - Cíveis (meses)	...
9.1.1.2 - Penais (meses)	...
9.1.1.3 - Trabalho (meses)	...
9.1.2 - Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância (%)	...
9.1.3 - Proporção de arguidos condenados nos tribunais de 1ª instância (%)	...
9.1.4 - Proporção de não condenados por desistência de queixa (%)	...
9.1.5 - Proporção de não condenados por absolvição/carência de prova (%)	...
9.1.6 - Taxa de criminalidade por categoria de crimes (%)	
9.1.6.1 - Crimes contra a integridade física	4,2
9.1.6.2 - Contra o património	11,0

9.1.6.3 - Furto/roubo por esticção e na via pública	0,3
9.1.6.4 - Furto de veículo e em veículo motorizado	0,8
9.1.6.5 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	2,0
9.1.6.6 - Condução sem habilitação legal	0,7
9.2 - Movimento de processos de 1ª instância (%)	
9.2.1 - Processos Cíveis	
9.2.1.1 - Pendente a 31 de Dezembro	...
9.2.1.2 - Entrados	...
9.2.1.3 - Findos	...
9.2.2 - Processos Penais	
9.2.2.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.2.2 - Entrados	...
9.2.2.3 - Findos	...
9.2.3 - Processos tutelares	
9.2.3.1 - Pendente a 31 de dezembro	...
9.2.3.2 - Entrados	...
9.2.3.3 - Findos	...
9.3 - Principais atos notariais celebrados por escritura pública	
9.3.1 - Total de escrituras	2 047
9.3.2 - Compra e venda de imóveis	793
9.3.3 - Constituição de propriedade horizontal	26
9.3.4 - Constituição de sociedades com. e civis	21
9.3.5 - Doação	185
9.3.6 - Habilitação	660
9.3.7 - Hipoteca	25
9.3.8 - Justificação	189
9.3.9 - Mútuo	152
9.3.10 - Partilha	154
9.4 - Crimes registados pelas autoridades policiais	
9.4.1 - Total	1 074
9.4.2 - Contra as pessoas	

9.4.2.1 - Total	280
9.4.2.2 - Contra a integridade física	187
9.4.3 - Contra o património	
9.4.3.1 - Total	484
9.4.3.2 - Furto/roubo por esticção e na via pública	13
9.4.3.3 - Furto de veículo e em veículo motorizado	36
9.4.4 - Contra a vida em sociedade	
9.4.4.1 - Total	226
9.4.4.2 - Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	90
9.4.5 - Contra o Estado	17
9.4.6 - Contra animais de companhia	4
9.4.7 - Legislação avulsa	
9.4.7.1 - Total	63
9.4.7.2 - Condução sem habilitação legal	31
10. - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
10.1 - Indicadores da participação política	
10.1.1 - Eleição para a Presidência da República (2016)	
10.1.1.1 - Taxa de abstenção	48,8
10.1.1.2 - Proporção de votos em branco	1,3
10.1.1.3 - Proporção de votos nulos	1,1
10.1.1.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	76,4
10.1.2 - Eleição para a Assembleia da República (2019)	
10.1.2.1 - Taxa de abstenção	45,8
10.1.2.2 - Proporção de votos em branco	3,7
10.1.2.3 - Proporção de votos nulos	2,7
10.1.2.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	46,4
10.1.2.5 - Partido/ coligação mais votado	PPD/PSD
10.1.3 - Eleição para o Parlamento Europeu (2019)	
10.1.3.1 - Taxa de abstenção	65,2
10.1.3.2 - Proporção de votos em branco	6,1
10.1.3.3 - Proporção de votos nulos	4,1
10.1.3.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	41,4

10.1.3.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD
10.1.4 - Eleição para as Câmaras Municipais (2017)	
10.1.4.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.4.2 - Proporção de votos em branco	3,2
10.1.4.3 - Proporção de votos nulos	2,7
10.1.4.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,2
10.1.4.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.5 - Eleição para as Assembleias Municipais (2017)	
10.1.5.1 - Taxa de abstenção	44
10.1.5.2 - Proporção de votos em branco	3,5
10.1.5.3 - Proporção de votos nulos	2,8
10.1.5.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	47,6
10.1.5.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.1.6 - Eleição para as Assembleias de Freguesia (2017)	
10.1.6.1 - Taxa de abstenção	43,9
10.1.6.2 - Proporção de votos em branco	2,7
10.1.6.3 - Proporção de votos nulos	2,6
10.1.6.4 - Proporção de votos do partido/coligação mais votado	52,0
10.1.6.5 - Partido/coligação mais votado	PPD/PSD.CDS-PP
10.2 - Resultados e participação na eleição para a Presidência da República (2016)	
10.2.1 - População inscrita	42 863
10.2.2 - Abstenção	20 902
10.2.3 - Votos	
10.2.3.1 - Total	21 961
10.2.3.2 - Em branco	288
10.2.3.3 - Nulos	240
10.3 - Resultados e participação na eleição para a Assembleia da República (2019)	
10.3.1 - População inscrita	41 335
10.3.2 - Abstenção	18 921
10.3.3 - Votos	

10.3.3.1 - Total	22 414
10.3.3.2 - Em branco	819
10.3.3.3 - Nulos	605
10.4 - Participação na eleição para as Câmaras Municipais (2017)	
10.4.1 - População inscrita	42 224
10.4.2 - Abstenção	18 559
10.4.3 - Votos	
10.4.3.1 - Total	23 665
10.4.3.2 - Válidos	22 292
10.4.3.3 - Em branco	747
10.4.3.4 - Nulos	626
10.4.4 - Mandatos	7
10.5 - Participação na eleição para as Assembleias Municipais (2017)	
10.5.1 - População inscrita	42 224
10.5.2 - Abstenção	18 559
10.5.3 - Votos	
10.5.3.1 - Total	23 665
10.5.3.2 - Válidos	22 189
10.5.3.3 - Em branco	820
10.5.3.4 - Nulos	656
10.5.4 - Mandatos	21
10.6 - Participação na eleição para as Assembleias de Freguesias (2017)	
10.6.1 - População inscrita	42 224
10.6.2 - Abstenção	18 555
10.6.3 - Votos	
10.6.3.1 - Total	23 669
10.6.3.2 - Válidos	22 431
10.6.3.3 - Em branco	629
10.6.3.4 - Nulos	609
10.6.4 - Mandatos	123
10.7 - Resultados e participação na eleição para o Parlamento Europeu (2019)	
10.7.1 - População inscrita	41 265

10.7.2 - Abstenção	26 920
10.7.3 - Votos	
10.7.3.1 - Total	14 345
10.7.3.2 - Válidos	12 875
10.7.3.3 - Em branco	875
10.7.3.4 - Nulos	595

2. ENQUADRAMENTO INTERNO

2.1 – ALTERAÇÕES NO ÓRGÃO EXECUTIVO

No decurso de 2020, a composição do órgão executivo e a distribuição de funções decorreu conforme o quadro que seguidamente se apresenta.

Quadro 5 – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas

Nome	Situação	Período	Funções atribuídas
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque	Presidente	01/01 a 31/12	Coordenação Geral
			Conselho Municipal de Educação
			Conselho Municipal de Segurança
			Conselho Municipal de Ação Social
			Conselho Municipal de Juventude
			Comissão Municipal de Trânsito
			Autoridade Médico-Veterinária Municipal
			Serviço de Assessoria, Planeamento e Coordenação
			Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia
			Contabilidade
			Tesouraria
			Contratação Pública e Aprovisionamento
			Património
			Educação
			Assuntos Sociais
			Igualdade de Género e Cidadania
Natálio de Oliveira Reis	Vice-Presidente	01/01 a 31/12	Relações Institucionais e Comunicação
			Ambiente e Engenharia
			Recursos Naturais
			Obras Particulares
			Planeamento do Território e Reabilitação Urbana
			Sistema de Informação Geográfica
			Turismo
			Apoio ao Empresário

Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa	Vereadora a Tempo Inteiro	01/01 a 21/07 20/09 a 31/12	Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
			Informática
			Modernização Administrativa
			Expediente
			Atendimento ao Munícipe
			Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários)
			Transportes
			Estudos e Projetos Técnicos (Arquitetura e Especialidade)
			Acompanhamento de Obras
			Eficiência Energética
			Sinalização e Trânsito
			Cultura
			Arquivo Municipal
			Biblioteca Municipal
			Museu Municipal
			Fiscalização e Contencioso
Sandra Isabel Nunes da Silva Borges de Freitas	Vereadora a Tempo Inteiro	22/07 a 19/09	Notariado
			Apoio ao Consumidor
			Recursos Humanos e Segurança no Trabalho
			Informática
			Modernização Administrativa
			Expediente
			Atendimento ao Munícipe
			Estudos e Projetos Financeiros (Fundos Comunitários)
			Transportes
			Estudos e Projetos Técnicos (Arquitetura e Especialidade)
			Acompanhamento de Obras
			Eficiência Energética
			Sinalização e Trânsito
			Cultura
			Arquivo Municipal
			Biblioteca Municipal
			Museu Municipal
			Fiscalização e Contencioso
			Notariado
			Apoio ao Consumidor

Rui Manuel Simões Vital	Vereador a Tempo Inteiro	01/01 a 31/12	Obras Municipais
			Fiscalização de Obras Municipais
			Administração Direta
			Gestão de Equipamentos e Frota (Administração Direta)
			Jardins Municipais
			Associativismo, Desporto e Juventude
			Licenciamentos não Urbanísticos
			Serviço Municipal de Proteção Civil
Cília Maria de Jesus Seixo	Vereadora	01/01 a 31/12	--
José Augusto Dias dos Reis	Vereador	01/01 a 31/12	--
João Miguel Caldeira Heitor	Vereador	01/01 a 05/01	--
Estela Augusta Rito Ribeiro	Vereadora	08/01 a 31/12	--

2.2 – POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS ADOTADA

2.2.1 – ESTRUTURA ORGÂNICA E QUADRO DE PESSOAL

Em 2020, verificou-se uma alteração à estrutura aprovada, com publicação em Diário da República, 2.ª Série, n.º 11, de 16 de janeiro de 2020 (Despacho n.º 605/2020). Em resultado desta reestruturação, o Município previu doze unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau e seis de 3.º grau, que totalizam dezoito, ou seja, num valor inferior ao limite fixado pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 30 de setembro de 2019 (vinte). Complementar, procedeu-se à extinção da Equipa Multidisciplinar de Imagem Corporativa, Eventos e Protocolo (EMICEP), criada por deliberação do órgão executivo em 17 de setembro de 2018.

2.2.2 – EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Pessoal segundo o grupo profissional

Quadro 6 – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional

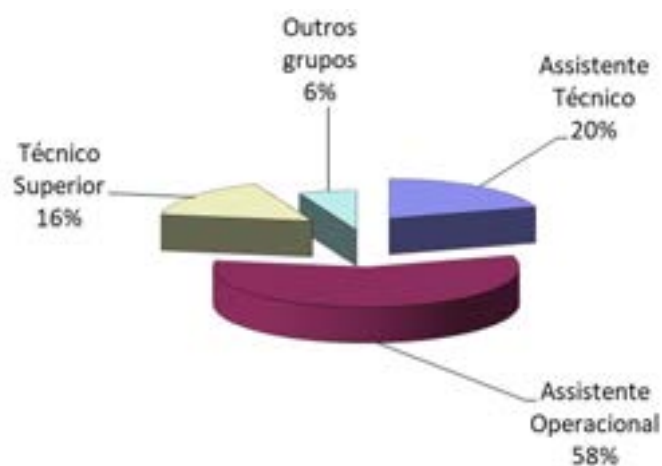
Designação	2018	2019	Var. Abs.	Var. (%)	2020	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	13	12	-1	-7,69	16	4	33,33
Técnico Superior	90	88	-2	-2,22	83	-5	-5,68
Informática	4	4	0	0,00	5	1	25,00
Assistente Técnico	108	105	-3	-2,78	103	-2	-1,90
Assistente Operacional	306	308	2	0,65	292	-16	-5,19
Outros Grupos	9	10	1	11,11	10	0	0,00
Total	530	527	-3	-0,57	509	-18	-3,42
Grau de Tecnicidade Superior	19,43	18,98	-0,45	-2,34	19,45	0,47	2,50
Grau de Tecnicidade Geral	40,57	39,66	-0,91	-2,25	40,67	1,01	2,55

O ano de 2020 demonstra uma diminuição do número de funcionários da autarquia, na ordem de 3,4%, que, em termos absolutos, significou uma quebra em 18 funcionários, com particular influência decorrente na diminuição dos trabalhadores afetos à categoria de assistente operacional (-16).

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afetos ao Município foi de 40,7, ou seja, cerca de 41% dos trabalhadores do Município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, informática e assistente técnico. O grau de tecnicidade superior situou-se próximo de 19,5%.

A estrutura do pessoal, segundo o grupo profissional, caracteriza-se pela predominância do pessoal assistente operacional (58%), assistente técnico (20%) e técnico superior (16%).

Gráfico 1 – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional



Escalão etário e sexo

Quadro 7 – Evolução segundo o escalão etário e sexo

Designação	2018	2019	Var. Abs.	Var. (%)	2020	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 20 anos	0	0	0	--	0	0	--
20-24	0	1	1	--	1	0	--
25-29	2	5	3	150,00	4	-1	-20,00
30-39	74	71	-3	-4,05	60	-11	-15,49
40-49	174	170	-4	-2,30	165	-5	-2,94
50-59	200	188	-12	-6,00	176	-12	-6,38
60-69	79	92	13	16,46	103	11	11,96
70 ou mais	1	0	-1	-100,00	0	0	--
TOTAL	530	527	-3	-0,57	509	-18	-3,42
Número de Homens	179	169	-10	-5,59	162	-7	-4,14
Número de Mulheres	351	358	7	1,99	347	-11	-3,07

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de mulheres manifesta uma dominância, significando estas cerca de 68,2% do total dos recursos humanos disponíveis.

O escalão etário dos 50-59 é o mais representativo com 176 funcionários, apresentando uma variação absoluta negativa, relativa ao ano anterior, em 12 trabalhadores.

Analisando o escalão etário segundo o grupo profissional, verifica-se que a predominância das idades mais baixas está adstrita ao pessoal de informática e técnico superior. Em oposição, a predominância dos escalões etários mais elevados ocorre no pessoal assistente operacional.

Importa realçar que 279 funcionários têm mais de 50 anos. Destes, 103 têm idades compreendidas entre os 60 e os 69 anos.

Absentismo

Quadro 8 – Evolução do Absentismo

Designação	2018	2019	Var. Abs.	Var. (%)	uni: dias		
					2020	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	0	30	30	--	0	-30	--
Proteção na Parentalidade	852	1162	310	36,38	1244	82	7,06
Falecimento Familiar	217	221	4	1,84	151	-70	-31,67
Doença	6864	7161	297	4,33	8865	1704	23,80
Doença Prolongada	0	0	0	--	0	0	--
Assistência a Familiares	200	275	75	37,50	195	-80	-29,09
Trabalhador Estudante	23	52	29	126,09	14	-38	-73,08
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0	0	--	0	0	--
Injustificadas	0	0	0	--	0	0	--
Outras	1188	805	-383	-32,24	386	-419	-52,05
TOTAL (dias de ausência)	8652,5	9344	691,5	7,99	10855	1511	16,17
Dias de ausência (per capita)	16,33	17,73	1,40	8,57	21,33	3,60	20,28

Face a 2019, o ano de 2020 regista um acréscimo do número de dias de ausência global, na ordem de 16,2%, apresentando uma variação absoluta positiva de 1.511 dias.

Relativamente ao valor apurado *per capita*, verifica-se um aumento em 3,6 dias, pelo que o número de ausência *per capita* se situou em 21,3 dias.

Com um peso representativo preponderante, surgem as faltas relativas a doença, as quais totalizaram 8.865 dias (representam 81,7% do total do absentismo) e a de proteção na parentalidade com um total de 1.244 dias (representam 11,5% do total do absentismo).

Desta forma, o número total de dias de ausência situou-se em 10.855 dias em detrimento dos 9.344 dias ocorridos em 2019.

Acidentes ocorridos em serviço

O ano de 2020 demonstra um aumento do número de acidentes (+10), verificando-se um total de 24, dos quais 9 motivaram períodos de 1 a 3 dias de baixa, 10 de 4 a 30 dias de baixa e 3 motivaram mais de 30 dias de baixa.

O número de dias perdidos com baixa sofreu um acréscimo absoluto em 131 dias, face ao verificado no ano anterior.

Consequentemente, verificou-se um total de 371 dias perdidos com baixa resultante de acidentes ocorridos no local de trabalho ou no percurso para o respetivo local

Importa ainda referir que não se verificou qualquer acidente “*in itinere*” no decurso de 2020.

Quadro 9 – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço

Designação	2018	2019	Var. Abs.	Var. (%)	2020	Var. Abs.	Var. (%)
Número total de acidentes	24	14	-10	-41,67	24	10	71,43
1 a 3 dias de baixa	0	1	1	--	9	8	800,00
4 a 30 dias de baixa	12	6	-6	-50,00	10	4	66,67
Superior a 30 dias de baixa	7	3	-4	-57,14	3	0	0,00
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a)	19	10	-9	-47,37	22	12	120,00
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	683	240	-443	-64,86	371	131	54,58
1 a 3 dias de baixa	0	2	2	--	13	11	550,00
4 a 30 dias de baixa	135	73	-62	-45,93	159	86	117,81
Superior a 30 dias de baixa	548	165	-383	-69,89	199	34	20,61
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	1	0	-1	--	0	0	--
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--

4 a 30 dias de baixa	16	0	-16	--	0	0	--
Superior a 30 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (a1)	700	240	-460	-65,71	371	131	54,58
Número total de Acidentes "in itinere"	5	1	-4	-80,00	0	-1	-100,00
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	0	1	1	--	0	-1	--
Superior a 30 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b)	0	1	1	0,00	0	-1	--
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	57	13	-44	-100,00	0	-13	-100,00
1 a 3 dias de baixa	0	0	0	-100,00	0	0	--
4 a 30 dias de baixa	57	13	-44	--	0	-13	--
Superior a 30 dias de baixa	0	0	0	--	0	0	--
Mortais	0	0	0	--	0	0	--
Total parcial (b1)	57	13	-44	--	0	-13	-100,00
N.º Total de acidentes (a) + (b)	19	11	-8	--	22	11	100,00
N.º de dias perdidos com baixa (a1)+(b1)	757	253	-504	-66,58	371	118	46,64

2.3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.3.1 – DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)

A Administração Pública Local está hoje sujeita a um dilema funcional e conceptual que percorre transversalmente todo o setor público.

Por um lado, verificam-se fortes constrangimentos financeiros, induzidos pelo memorando de entendimento com a Troika, ou mesmo pela crise conjuntural e estrutural que devasta e caracteriza o espectro económico nacional. Noutro sentido, deparamo-nos com uma sociedade

civil cada vez mais ávida de mais e melhores serviços públicos, e, especialmente atenta ao binómio custo/benefício, impelindo a maximização do denominado “*value for money*”, em estreita observância pelo retorno legítimo e espectável, que os cidadãos relacionam ao tributo dos seus impostos.

Não obstante se reconhecer que o contexto burocrático é um requisito essencial ao regular funcionamento das organizações nos Estados de Direito Democrático, sendo fundamental na definição do relacionamento estabelecido entre os cidadãos e a Administração, ou mesmo no adequado funcionamento das Instituições, circunstâncias que impelem a premência em se definirem e implementarem mecanismos de controlo interno, a LCPA veio induzir um “espartilho” abrupto e nada gradualista, onde o simples e inevitável desenvolvimento de ações que visem um excecional interesse público ou a salvaguarda da vida humana, está particularmente condicionada.

O Município de Ourém cumpriu integralmente o disposto na LCPA, não constando na listagem de entidades públicas em incumprimento divulgada no website da DGO (Direção Geral do Orçamento).

Controlo externo e estatístico

A área financeira está hoje fortemente assolada por diferentes mecanismos de controlo externo e estatístico, num reporte sistemático e crescente de elementos para entidades externas, designadamente, Tribunal de Contas, Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral das Autarquias Locais, Direção Geral do Orçamento e Instituto Nacional de Estatística. Persiste alguma incompreensibilidade da ausência de partilha de informação entre os diversos organismos públicos, ou ainda a adoção de critérios e conceitos técnicos díspares.

Transparência e divulgação de dados inerentes à área financeira

Neste contexto, assinalam-se inúmeras exigências legais de divulgação de elementos de índole financeira, designadamente no contexto virtual da internet, seja no website do município ou ainda em plataformas públicas nacionais constituídas para o efeito, na qual se destaca o base.gov (divulgação de contratos públicos).

Esta circunstância aumenta, não só, o nível de transparência das políticas públicas, particularmente no que respeita à utilização dos recursos públicos, incrementando a proximidade e grau de informação dos cidadãos.

Protocolos

A Divisão de Gestão Financeira promoveu/acompanhou a elaboração de um conjunto de protocolos ou contratos-programa conforme o quadro que abaixo se apresenta.

Quadro 10 – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2020

Designação	Entidade	DESCRIÇÃO	Apoio financeiro
Protocolo de Colaboração	União de Freguesias de Gondemaria e Olival	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a União de Freguesias de Gondemaria e Olival - "Arranjos Exteriores da Casa Mortuária de Olival"	72.130,35€
Protocolo de Colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Fábrica da Igreja Paroquial de N.ª Sr.ª da Piedade - "Utilização do Centro Paroquial de Ourém e Remodelação da Cobertura do Imóvel"	17.584,00€
Protocolo de Colaboração	Associação Recreativa Bernardense	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Associação Recreativa Bernardense - "Requalificação da Escola do 1.º Ciclo do Casalinho"	21.057,60 €
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (Ourém) - "Construção da Casa Mortuária de Pinheiro/Cabiçalva"	75.340,50€
Protocolo de Colaboração	Associação (Universidade) Sénior de Ourém	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Associação (Universidade) Sénior de Ourém - "Climatização dos Espaços da ASO/USO"	7.749,00 €
Protocolo de Colaboração	Grupo de Atletismo de Fátima	Apoio Financeiro - Protocolo entre o Município de Ourém e o Grupo de Atletismo de Fátima - "9.ª Caminhada da Paz - 2020"	2.500,00€
Protocolo de Colaboração	Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL	Apoio Financeiro - Protocolo entre o Município de Ourém e o Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL "Requalificação do Auditório Cultural dos Monfortinos em Fátima"	148.000,00€
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Fátima	Apoio Financeiro - Protocolo de Colaboração Entre o Município de Ourém e a Freguesia de Fátima - "Implementação de Ourém e a Freguesia de Fátima - "Implementação de Espaço do Cidadão em Fátima"	45.453,19€

Protocolo de Colaboração	Centro de 3.ª Idade da Gondemaria	Apoio Financeiro - Protocolo de Colaboração Entre o Município de Ourém e o Centro de 3.ª Idade da Gondemaria "Alargamento do centro de 3.ª Idade da Gondemaria"	13 785,85 €
Protocolo de Colaboração	Arabesque- Academia de Dança, CRL	Apoio Financeiro - Protocolo de Colaboração Entre o Município de Ourém e Arabesque- Academia de Dança, CRL - "Requalificação das Instalações da Escola"	32 367,54 €
Protocolo de Colaboração	ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima	Apoio Financeiro - Protocolo de Colaboração Entre o Município de Ourém e ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima "Promoção do Turismo Religioso em 2020 e 2021"	95.000,00€
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária de Bombeiros de Ourém	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Associação Humanitária de Bombeiros de Ourém - Covid-19	1.000,00€
Protocolo de Colaboração	Centro Desportivo Social, Cultural do Cercal Vales e Ninho	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e o Centro Desportivo Social Cultural Cercal Vales e Ninho "Ligação de águas Residuais ao Coletor Público de Esgotos Domésticos	1.733,71€
Protocolo de Colaboração	Associação do Centro de Dia da Freguesia de Fátima	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Associação do Centro de Dia da Freguesia de Fátima - "Remodelação das Instalações do Centro de Dia"	15.000,00€
Protocolo de Colaboração	Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida "Requalificação de muros nas proximidades da Rua da Casa da Criança, em Ourém"	15 820,69 €
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária de Bombeiros de Caxarias	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Associação Humanitária de Bombeiros de Caxarias - Covid-19	1.000,00€
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária de Bombeiros de Fátima	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Associação Humanitária de Bombeiros de Fátima - "Covid 19"	1.000,00€
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária de Bombeiros de Fátima	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Associação Humanitária de Bombeiros de Fátima - "Apoio Financeiro a atividades Específicas Desenvolvidas pelos bombeiros de Fátima - 2020"	17 500,00 €
Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém - "Apoio Financeiro a atividades Específicas Desenvolvidas pelos bombeiros de Ourém 2020"	15 500,00 €

Protocolo de Colaboração	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ourém - "Apoio Financeiro a atividades Específicas Desenvolvidas pelos bombeiros de Caxarias 2020"	7 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Fátima	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Freguesia de Fátima - "Ampliação do cemitério de Fátima - Aquisição de terrenos"	200 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama -	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama - "Remodelação e Ampliação dos Balneários"	104 739,08 €
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Urqueira	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Freguesia de Urqueira - Instalação de rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível em Urqueira	11 914,70 €
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Seiça	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Freguesia de Seiça - Climatização da Extensão de Saúde de Seiça	3 013,50 €
Protocolo de Colaboração	Clube Atlético Ouriense	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e o Clube Atlético Ouriense - "Melhoria da Eficiência Energética - Complexo Desportivo da Caridade"	25.243,18
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Fátima	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Freguesia de Fátima - "Requalificação do Edifício do Mercado de Fátima"	228.162,43
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Fátima	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Freguesia de Fátima - "Projeto de Requalificação da Antiga Escola de Lombo D'Égua (Fátima)"	13.530,00€
Protocolo de Colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alburitel	Protocolo de Colaboração - Entre o Município de Ourém e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Alburitel - " Requalificação da Escadaria de Acesso à Igreja de Alburitel	5 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Freguesia de Caxarias	Protocolo de Colaboração-Entre o Município de Ourém e a Freguesia de Caxarias - "Aquisição de Placas Toponímicas para Diversas Ruas da Freguesia de Caxarias"	4 745,62 €
Protocolo de Colaboração	Fábrica da Igreja Paroquial de Gondemaria	Protocolo de Colaboração-Entre o Município de Ourém e a Fábrica da Igreja Paroquial de Gondemaria - "Beneficiação da cobertura do Centro Pastoral de Gondemaria"	10 480,40 €
Protocolo de Colaboração	Centro Hospitalar de Leiria EPE	Protocolo de Colaboração-Entre o Município de Ourém e o Centro Hospitalar de Leiria EPE - "Apoio Financeiro na Aquisição de Equipamentos de Combate à pandemia COVID 19"	35 000,00 €

Protocolo de Colaboração	Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e o Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense "Requalificação do Campo de Futebol do Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo Bairrense"	12 300,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Bem-Estar de Bairro	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e o Centro de Bem-Estar de Bairro "Instalação de plataforma elevatória."	12 217,60 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e o Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, da União das Misericórdias Portuguesas - Aquisição de Equipamento para a Prática de Boccia	250,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e o Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, da União das Misericórdias Portuguesas - Edição do Livro "Asas do Sentimento"	1.000,00€
Protocolo de Colaboração	Montamora Sport Clube	Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e Montamora Sport Clube" Melhoramentos na Sede da Associação"	1.150,00€
Protocolo de Colaboração	Associação de Promoção da Freguesia do Cercal	Protocolo de Colaboração entre o Município e a Associação de Promoção da Freguesia do Cercal "Melhoramentos na Sede da Associação"	8 542,98 €
Protocolo de Colaboração	APAJEFÁTIMA	Protocolo entre o Município de Ourém e APAJEFÁTIMA- Apoio Financeiro - COVID 19	65 562,80 €
Protocolo de Colaboração	APDAF	Protocolo entre o Município de Ourém e APDAF- Apoio Financeiro - COVID 19	51 970,00 €
Protocolo de Colaboração	Associação de Bem Estar de Urqueira	Protocolo entre o Município de Ourém e Associação de Bem Estar de Urqueira- Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Associação Caxarias Infância Terceira Idade	Protocolo entre o Município de Ourém e Associação Caxarias Infância Terceira Idade - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Associação Cultural e Recreativa de Alburitel - ACRA	Protocolo entre o Município de Ourém e Associação Cultural e Recreativa de Alburitel - ACRA - Apoio Financeiro - COVID 19	4 645,00 €
Protocolo de Colaboração	Associação de Pais e Enc. Educ. Jardim-de-Infância e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros	Protocolo entre o Município de Ourém e Associação de Pais e Enc. Educ. Jardim-de-Infância e Escola do 1º Ciclo de Rio de Couros- Apoio Financeiro - COVID 19	1 178,77 €
Protocolo de Colaboração	Associação de Pais do Jardim e Escola do 1º Ciclo de Amieira - Urqueira - Setor Norte	Protocolo entre o Município de Ourém e Associação Centro de Dia da Freguesia de Fátima - Apoio Financeiro - COVID 19	2 587,23 €
Protocolo de Colaboração	Associação Social da Paróquia de Seiça	Protocolo entre o Município de Ourém e Associação Social da Paróquia de Seiça- Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €

Protocolo de Colaboração	Casa da Criança - Centro de Assistência Social de Fátima	Protocolo entre o Município de Ourém e Casa da Criança - Centro de Assistência Social de Fátima - Apoio Financeiro - COVID 19	12 003,00 €
Protocolo de Colaboração	Casa da Criança - Centro de Assistência Social de Fátima	Protocolo entre o Município de Ourém e Casa da Criança - Centro de Assistência Social de Fátima - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro de 3ª Idade de Gondemaria	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro de 3ª Idade de Gondemaria - Apoio Financeiro - COVID 19	5 581,16 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Ação Social do Santuário de Fátima	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro de Ação Social do Santuário de Fátima - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Apoio Social de Olival	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro de Apoio Social de Olival - Apoio Financeiro - COVID 19	14 252,50 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Bem Estar do Bairro	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro de Bem Estar do Bairro - Apoio Financeiro - COVID 19	9 447,60 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Cooperação Familiar "Lar Betânia"	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro de Cooperação Familiar "Lar Betânia" - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro Desportivo Social e Cultural do Cercal, Vales e Ninho	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Desportivo Social e Cultural do Cercal, Vales e Ninho - Apoio Financeiro - COVID 19	17 046,94 €
Protocolo de Colaboração	Centro Infantil Filhas de Santa Maria de Leuca	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Infantil Filhas de Santa Maria de Leuca - Apoio Financeiro - COVID 19	7 177,50 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Recuperação Infantil de Fátima	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro de Recuperação Infantil de Fátima - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro de Recuperação Infantil de Ourém	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro de Recuperação Infantil de Ourém - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro Social de Casal dos Bernardos	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social de Casal dos Bernardos - Apoio Financeiro - COVID 19	5 308,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro Social da Divina Providência - Casa do Bom Samaritano	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social da Divina Providência - Casa do Bom Samaritano - Apoio Financeiro - COVID 19	7 633,50 €
Protocolo de Colaboração	Centro Social do Espírito Santo	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social do Espírito Santo - Apoio Financeiro - COVID 19	9 109,58 €
Protocolo de Colaboração	Centro Social das Matas	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social das Matas - Apoio Financeiro - COVID 19	2 521,00 €
Protocolo de Colaboração	Centro Social Paroquial de Freixianda	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social Paroquial de Freixianda - Apoio Financeiro - COVID 19	3 226,83 €

Protocolo de Colaboração	Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social Paroquial da Freguesia de Atouguia - Apoio Financeiro - COVID 19	5 285,35 €
Protocolo de Colaboração	Centro Social Paroquial São João Batista	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social Paroquial São João Batista - Apoio Financeiro - COVID 19	1 867,92 €
Protocolo de Colaboração	Centro Social Paroquial de Rio de Couros	Protocolo entre o Município de Ourém e Centro Social Paroquial de Rio de Couros - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Comunidade Vida e Paz	Protocolo entre o Município de Ourém e Comunidade Vida e Paz- Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Escola Infantil Jacinta Marto	Protocolo entre o Município de Ourém e Escola Infantil Jacinta Marto - Apoio Financeiro - COVID 19	3 124,50 €
Protocolo de Colaboração	Fundação Arca da Aliança	Protocolo entre o Município de Ourém e Fundação Arca da Aliança - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	Protocolo entre o Município de Ourém e Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Fundação Obra Nossa Senhora Purificação	Protocolo entre o Município de Ourém e Fundação Obra Nossa Senhora Purificação - Apoio Financeiro - COVID 19	3 916,04 €
Protocolo de Colaboração	Instituto Juvenil Lopes e Vicunha	Protocolo entre o Município de Ourém e Instituto Juvenil Lopes e Vicunha - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém	Protocolo entre o Município de Ourém e Irmandade da Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	Jardim Infantil de Ourém	Protocolo entre o Município de Ourém e Jardim Infantil de Ourém - Apoio Financeiro - COVID 19	38 816,28 €
Protocolo de Colaboração	Lar Santa Beatriz da Silva	Protocolo entre o Município de Ourém e Lar Santa Beatriz da Silva - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €
Protocolo de Colaboração	União Misericórdias Portuguesas	Protocolo entre o Município de Ourém e União Misericórdias Portuguesas - Apoio Financeiro - COVID 19	1 000,00 €

2.3.1.1 – Setor de Contabilidade

Esta subunidade tem como principal missão abranger todas as operações relativas à arrecadação das receitas e processamento de despesas, de forma diária, compreendendo um conjunto de tarefas e operações como meio de manter a informação financeira atualizada

envolvendo a identificação, a agregação, a análise, o cálculo, a classificação, o lançamento nas contas, o resumo e o relato das várias operações e acontecimentos.

Procedimentos mais relevantes de 2020:

- Operacionalização do modelo 10 com vista ao cumprimento da obrigação declarativa a que se referem a subalínea ii) da alínea c) e a alínea d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC;
- Operacionalização do modelo 25 dando cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 66.º, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelas entidades que recebam donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado neste diploma legal e sua submissão no portal da Autoridade Tributária;
- Elaboração de todo o processo do IVA, no sentido de dar cumprimento ao estipulado no artigo 29º do Código do IVA, com as adaptações necessárias nas declarações anexas de regularização de IVA, de acordo com a portaria 255/2013 de 12 de agosto e sua submissão no portal da Autoridade Tributária;
- Preparação e recolha de informação, anualmente, para preenchimentos de formulários únicos da IES – Informação Empresarial Simplificada, por forma a dar cumprimento ao estipulado na Portaria n.º 208/2007, de 16 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 8/2008, de 03 de janeiro, Portaria nº 64-A/2011, de 3 de fevereiro e Portaria nº 26/2012, de 27 de janeiro;
- Comunicação, nos termos do artigo 5º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, à Inspeção-Geral de Finanças das subvenções e benefícios públicos concedidas a pessoas singulares ou coletivas dos setores privado, cooperativo e social e entidades públicas fora do perímetro das administrações públicas;
- Recolha de informação das participações do Município de Ourém em diversas entidades para submissão no SIPART – Sistema de Informação das Participações do Estado, no portal da IGF, entidade que, de acordo com o Decreto-Lei nº 491/99, de 17 de novembro - compete organizar e manter atualizado o registo das Participações, em entidades societárias e não societárias, detidas pelo Estado e outros entes públicos, individual ou conjuntamente, de forma direta ou indireta;
- Preparação e recolha de informação, semestral, com vista a dar cumprimento ao solicitado pela DGAL, no âmbito do Fundo Social Municipal (transferência financeira do Orçamento de Estado, consignada ao financiamento de despesas determinadas relativas

- a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social);
- Preenchimento de inquéritos para o INE, no âmbito da APCMAD – Administração Pública Local – Construção no Municípios por Administração Direta, do IMPA – Inquérito aos Municípios – Proteção do Ambiente e colaboração com diversos serviços no fornecimento de informação para reporte de diversa informação ao INE;
 - Comunicação eletrónica de faturas - envio dos ficheiros SAF-T. Configuração do Sistema de Gestão de Faturação de modo a permitir gerar o ficheiro SAF-T relativo à faturação de determinado período para posterior envio através do site da Autoridade Tributária e Aduaneira;
 - Definição mensal do plano de pagamentos, que ocorre a partir do dia 22 de cada mês;
 - Preparação e definição de contas patrimoniais e classificação económica da receita atribuir a cada artigo de receita, nas aplicações da AIRC;
 - Preparação e organização da aplicação SGF – Sistema de Gestão de Faturação, da AIRC, e sua interligação com a aplicação TAX – Sistema de Taxas e Licenças, com vista à faturação a ser emitida pelos diversos serviços/setores e sua interligação com o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica, para posterior registo contabilístico;
 - Preparação e definição, conforme deliberado, de tipos de penalizações a aplicar de forma automática e envio da receita para débito ao tesoureiro e para execução fiscal;
 - Análise e resolução célere de constrangimentos e dificuldades decorrentes da aplicação e operacionalização da LCPA e do reporte de informação à DGAL - SIIAL;
 - Na sequência do processo de recuperação de IVA junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, o Município foi alvo de uma ação inspetiva, cujo processo ainda está a decorrer.
 - No ano 2020 entrou em vigor o novo normativo, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, SNC-AP, tem sido um enorme desafio, dadas as limitações do aplicativo informático, que tem sofrido muitos ajustes, alguns solicitados pelos Municípios, outros por imposição da DGAL, por forma a que consigamos efetuar os reportes mensais obrigatórios.

O SNC-AP é composto por 27 Normas de Contabilidade Pública e prevê três subsistemas de informação: a contabilidade orçamental, a contabilidade financeira e a contabilidade de

gestão. Em relação aos subsistemas de informação, não há grande novidade em relação ao anterior normativo, as grandes novidades estão estabelecidas nas normas, agora aplicadas.

2.3.1.2. – Setor de Património

O Setor de Património tem como principal missão o Inventário e Cadastro de todo o imobilizado da Autarquia, compreendendo todos os bens, direitos e obrigações pertencentes ao Município de Ourém. Para além dos bens do domínio privado de que o Município é titular, compreende todos os bens do domínio público de que seja responsável pela sua administração ou controlo.

Para tal, desenvolve de forma diária um conjunto de tarefas e operações como meio de manter atualizado o Inventário e Cadastro do Município, que envolve procedimentos de classificação contabilística, aquisição, alienação, permuta, cedência, afetação, registos prediais, seguros, abate, valorimetria e gestão de bens móveis e imóveis do Município.

Neste ano foram promovidas várias aquisições e alienações, destacando-se os seguintes procedimentos mais relevantes:

Inventariação de bens móveis:

- Inventariação de 442 bens móveis.

Aquisição de diversos imóveis:

- Aquisição de terreno para implantação da captação de água denominada de FR5, em Matas, da União das Freguesias de Matas e Cercal;
- Aquisição de terreno para construção, sito na Rua dos Combatentes, Carvoeira, da Freguesia de Caxarias;
- Aquisição de diversas parcelas de terreno para construção do denominado “Passadiço do Agroal”, sito na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
- Aquisição de terreno, com vista à construção do futuro “Parque de Estacionamento de Aljustrel” sito na Freguesia de Fátima;
- Aquisição de terreno, com vista à construção do futuro “Centro Escolar de Fátima Sul”, na Freguesia de Fátima.

Abate de Imóveis:

- Alienação da Fração B, sito no Bairro 25 de Setembro, n.º 18 – 1.º Esq.

Aquisição de viaturas:

- Aquisição de duas viaturas Ligeiras de Passageiros (9 lugares), marca Toyota Proace Verso.

Abates de viaturas:

- Viatura ligeira de Mercadorias, marca Nissan Primastar, à Tejo Ambiente – Emp. Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA;
- Viatura ligeira de Passageiros, marca Opel Costa, à Tejo Ambiente – Emp. Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA;
- Trator Agrícola, marca New Holland, à Tejo Ambiente – Emp. Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA;
- Dois Reboques Agrícolas, marca Joper, à Tejo Ambiente – Emp. Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA;
- Reboque cisterna, marca Joper, à Tejo Ambiente – Emp. Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, SA;
- Duas Viaturas ligeiras de Passageiros, marca Volkswagen Golf, à firma Ouripeças – Comercialização de Peças de Automóveis, Ld.ª;
- Viatura ligeira de passageiros, marca BMW 525d, à Toyota Caetano Portugal, SA.

A gestão do imobilizado, inclui a cedência de diverso imobilizado a diversas entidades externas, de forma a tirar o maior proveito do mesmo, na certeza que é garantido o pleno aproveitamento do mesmo, destacando-se os seguintes procedimentos realizados no ano de 2020.

Hastas Públicas:

- Hasta Pública de arrendamento de lojas, sitas no piso -1 no Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão;
- Hasta Pública para alienação de madeiras;
- Hasta Pública de arrendamento do edifício de cave e r/chão, sito na Zona Industrial de Ourém;
- Hasta Pública de alienação de ativos fixos tangíveis, referente ao antigo edifício escolar EB1 de Cumeada, antigo edifício escolar Jardim de Infância e terreno urbano destinado a construção urbana.

Início de cobrança de rendas a terceiros:

- Loja G-F sita no piso -1 do Edifício do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão, na cidade de Ourém, arrendado à empresa Urbilei, Lda.;
- Edifício destinado a Cafetaria/Bar, localizado no Agroal, na União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, arrendado à empresa Fliparmu Unipessoal, Lda.;
- Pavilhão composto por cave e rés-do-chão, destinado a armazém, sito na Zona Industrial de Ourém, Casal dos Frades, freguesia de Seiça, arrendado à empresa Ocasão Impecável Unipessoal, Lda.;
- Estrutura modular, localizado no logradouro da Escola Profissional de Ourém, para o desenvolvimento do projeto CLDS 4G, arrendado à APDAF.

Arrendamento do Município a terceiros:

- Revogação do Contrato de Arrendamento da Biblioteca e Arquivo Municipal existente desde 1998 e celebração de novo contrato, com duração inicial de 5 anos, e redução do valor da renda em 500€ mensais.

No decorrer do ano 2020 deu-se ainda início à desafetação de diversos locais do Domínio Público para o Domínio Privado do Município:

- Parcela de terreno com 75,00m2 proveniente do “Beco Antunes”, sito no lugar de Andrés, freguesia de Caxarias;
- Parcela de terreno com a área de 140,00m2 sito no lugar de Fonte Santa, na União de freguesias de Matas e Cercal;
- Parcela de terreno com a área de 365,00m2 sito no lugar de Fonte Santa, na União de freguesias de Matas e Cercal;
- Parcela de terreno com a área de 132,00m2 sito no lugar de Fonte Santa, na União de freguesias de Matas e Cercal.

Celebração de diversos protocolos:

- Cedência de viatura de 9 lugares à Freguesia de Espite;
- Cedência de viatura de 9 lugares à União de Freguesias de Matas e Cercal;
- Contrato-Programa com a ARSLVT para remodelação da Unidade de Saúde de Alburitel;
- Contrato-Programa com a ARSLVT para remodelação da Unidade de Saúde do Olival;

- Contrato-Programa com a ARSLVT para remodelação da Unidade de Saúde do Sobral;
- Cedência da antiga EB1 de Carvalhal, sito em Carvalhal do Meio, na União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, à Associação de Escoteiros de Portugal – Grupo de Escoteiros em Formação de Rio de Couros;
- Cedência da antiga EB1 de Salgueira do Meio, na União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, à Associação Recreativa Bernardense;
- Cedência das instalações do Complexo Desportivo da Caridade ao Clube Atlético Ouriense;
- Cedência de sala no 1º Andar do Centro Municipal de Exposições de Ourém à empresa Fatiparques, S.A.

A gestão dos seguros é assegurada por esta estrutura, designadamente nos seguintes ramos: Acidentes de trabalho, acidentes pessoais/autarcas/bombeiros voluntários, atividades lúdicas/desportivas, viaturas e responsabilidade civil.

Os controlos dos consumos inerentes aos encargos de instalações, nomeadamente de água e energia, são mensalmente monitorizados e controlados pelo serviço, tendo ainda como objetivo garantir a ininterruptibilidade destes fornecimentos, considerando a operacionalidade e o conforto que conferem aos edifícios municipais, designadamente na vasta rede de edifícios municipais.

Neste ano promoveram-se diversas identificações de proprietários e avaliação de imóveis, no âmbito de investimentos a promover no curto e médio prazo.

No ano em reporte deu-se continuidade à implementação da gestão da frota municipal centralizada, tendo como propósito garantir uma maior eficiência, eficácia e economia na operacionalização e utilização das viaturas de serviços municipais, conforme norma de utilização das viaturas vigentes.

Importa ainda referir que se deu continuidade à elaboração de listagem contendo a identificação matricial de prédios devolutos e ou em ruínas existentes na área territorial do Município de Ourém, com o objetivo de ser facultada à Autoridade Tributária e Aduaneira, para aplicação de majoração da taxa de IMI, conforme deliberação da Assembleia Municipal, tendo sido

identificados e comunicados 1197 imóveis para majoração, dos quais se identificou 47 novos imóveis em relação ao ano transato.

2.3.1.3 – Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA

Ano marcado, pela Pandemia Covid – 19, que assolou o mundo, foi sem dúvida para este Serviço, um ano de esforço acrescido e de aprendizagem / adaptação constantes, para manter o nível de resposta adequada (e muitas delas urgentes!), a todos os Serviços do município.

Não obstante do referido e de termos tido períodos de redução de horários e/ou de encerramento conseguiu-se manter aproximadamente o mesmo número de procedimentos de contratação lançados. Existiu, também, uma estabilização no que respeita ao número de recursos humanos.

O ano em análise foi também um ano marcado pela transferência de competências das escolas para o município, na sequência da qual o serviço teve de dar resposta a pedidos de bens que até à então não dispunha em stock (levando mesmo à necessidade da ampliação dos espaços de arrumação existentes) efetuando-se, pela primeira vez, concursos para a confeção de refeições e aquisição de bens para a elaboração das mesmas, cumulativamente com um número considerável de contratos de cessão da posição contratual, decorrentes de obrigações anteriormente assumidas pelos Agrupamentos Escolares com inúmeros fornecedores, entre outros.

Em 2020, verificou-se um aumento na colaboração prestada por estes serviços e entidades tais como: Juntas de Freguesia e entidades privadas sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, do Concelho. As solicitações devem-se à obrigatoriedade que essas entidades têm de respeitar o Código dos Contratos Públicos nos vários procedimentos a contratualizar em resultado de exigência legal, da celebração de protocolos ou de candidaturas aprovadas.

Quantificação dos Processos de Concurso lançados:

TIPO DE PROCEDIMENTO:	N.º DE PROCEDIMENTOS*:
Ajuste Direto em Regime Simplificado (exceto empreitadas)	1785
Ajuste Direto em Regime Simplificado – Empreitadas	9

Ajuste Direto (não simplificado)	82
Consulta Prévia	49
Concurso Público	22
Concurso Público Internacional	2
Acordo Quadro	3

* Incluem-se os procedimentos que por motivos diversos terão no decurso do processo de contratação sido revogados / anulados.

Quantificação de contratos / protocolos:

TIPO DE DOCUMENTO:	N.º:
Contratos (CCP)	108
Protocolos	39
Adendas, a Protocolos e Contratos	32
Contratos de Arrendamento	1

CONSTRANGIMENTOS:

Relativamente a este capítulo realçam-se quatro constrangimentos principais que ocorreram ao longo do ano de 2020:

- a) A adaptação constante do serviço às exigências que a pandemia obrigou – ao nível dos recursos humanos: o distanciamento, o teletrabalho, isolamento profilático, adaptação a serviços mínimos, entre outros;
- b) Transferência de competências das escolas para o município – aquisições de novos bens com a consequente obrigação de aumentar o número de bens em stock em armazém, aquisição refeições, entre outros;
- c) A implementação do SNC-AP, com implicações nos aplicativos GES, OAD e SCE;
- d) A desmaterialização – com a implementação do MyDoc Win – Gestão documental, ou seja, a tramitação exclusiva e digital de todos os processos e procedimentos. Sendo certo que este é o futuro e o caminho a seguir a verdade é que é uma altura de adaptação com um esforço acrescido nos Recursos Humanos, que obriga à criação de novos procedimentos e processos, com implicações diretas, também, noutros Serviços;

- e) Apoio prestado a entidades externas ao Município – que se traduziu na necessidade que essas entidades têm, em seguir as regras inerentes ao CCP – Código dos Contratos Públicos, por força de imperativos legais e na sequência de contratos firmados com entidades financiadoras e / ou o cumprimento de protocolos estabelecidos entre estas e o Município.

O trabalho deste Serviço neste âmbito, vai desde a elaboração do protocolo inicial e respetivas adendas até ao apoio em todo o processo de contratação que inclui de forma genérica: orientação sobre a inscrição das entidades na plataforma (quando o procedimento envolve a consulta a mais que uma entidade); a elaboração das peças do procedimento; apoio na submissão do processo na plataforma ou email; análise dos documentos da proposta e habilitação; envio e elaboração de minutas de relatório, contratos e autos; designação de elementos do serviço para gestores e júris de procedimentos; apoio na inscrição e divulgação dos procedimentos no [base.gov](http://base.gov.pt), entre outros. Note-se que a elaboração das peças de um procedimento para uma entidade externa é muito mais moroso/trabalhoso, quando comparado com as peças de um procedimento do Município.

Registe-se ainda para a informação de carácter obrigatória, necessária publicar no portal www.base.gov.pt, cada vez mais rigorosa e complexa, o que exige de todos os intervenientes no processo uma maior disponibilidade e rigor nas informações prestadas.

Procedimentos 2020 (exceto os Ajustes Diretos em regime simplificado de bens e serviços)

N.º CPA	Fundamentação da Escolha do Procedimento	Designação	Prazo de Execução	Entidade	Data da adjudicação	Preço Contratual s/ IVA (€)
P001/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P001/2020 - Projetos de Execução no âmbito de Racionalização Energética na Piscina Municipal de Ourém	90 dias	Médio Tejo 21	43867,00	19 800,00 €
P002/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P002/2020 - Contratação de Prestador de Serviço - Monitor B - Aulas de Desporto Sénior - 7 meses	7 meses	Pedro Caetano Raposo	02/03/2020	5 484,00 €
P003/2020	Acordo Quadro	P003/2020 - Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (BTE / BTN-IP) - Ano de 2020	11 meses	Galp Power	20/04/2020	521 088,32 €
				Galp Power	20/04/2020	36 354,86 €
P004/2020	Concurso Público Internacional - alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P004/2020- Manutenção de espaços verdes na área do concelho de Ourém: Jardins de Ourém e Podas de Arruamento; Centros Escolares; Jardins de Fátima e Podas de Arruamento; Estádio Papa Francisco; e Podas nas Freguesias (5 Lotes)	12 meses	Vibeiras, SA	19/05/2020	85 561,18 €
				JJFLINVEST, LDA	19/05/2020	27 494,13 €
				Arquijardim, SA	19/05/2020	63 738,46 €
				Vibeiras, SA	19/05/2020	41 462,75 €
				JJFLINVEST, LDA	19/05/2020	19 969,60 €

P005/2020	Concurso Público - alínea b) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P005/2020 - Fornecimento com transporte de gasóleo rodoviário aditivado para garantir a operacionalidade das viaturas e equipamentos municipais durante o ano de 2020 e até ao limite de 120.000,00 €	11 meses	Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A.	17/02/2020	120 000,00 €
P007/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P007/2020 - Aquisição de sistema de climatização para o Datacenter Principal	15 dias	Fluxoterm, Lda	28/01/2020	6 231,64 €
P008/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P008/2020 - Contratação de prestador de serviços para diversas modalidades aquáticas - 7 meses	7 meses	CAUN - Clube Amigos Unidos pela Natação	05/03/2020	5 832,00 €
P009/2020	Ajuste Direto - alínea c) n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P009/2020 - Reparação urgente de danos na Via Pública provocados por deslizamento de terras – Rua da Capela da Calçada - Gondemaria	30 dias	Desarfate, Lda	30/01/2020	38 000,00 €
P010/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P010/2020 - Fornecimento contínuo e transporte de inertes para reposição de stock de armazém, até 31/12/2020	10 meses	Bripealtos - Agregados e Construções, S.A.	16/02/2020	17 961,10 €
P011/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P011/2020 - Contrato de Prestação de Serviços Jurídicos e de Solicitadoria em regime de tarefa, pelo período de 6 meses	6 meses	João Filipe das Neves Marques	12/02/2020	6 000,00 €
P012/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P012/2020 - Remodelação da Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais - Travessa Dr. Júlio Ferreira Constantino	60 dias	Construções Divireis, Lda	06/03/2020	11 788,00 €
P015/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P015/2020 - Requalificação do Jardim da Corredoura - Ourém	180 dias	Desarfate, Lda	25/05/2020	121 000,00 €

P16/2020	Consulta Prévia - alínea c) nº 1 do 20º	P016/2020 - Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares, em regime de fornecimento contínuo por um período de 18 meses - Lote 1	18 meses	Ouripneus, Lda	18/05/2020	19 600,00 €
		P016/2020 - Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares, em regime de fornecimento contínuo por um período de 18 meses - Lote 2	18 meses			13 500,00 €
		P016/2020 - Fornecimento e montagem de pneumáticos e serviços complementares, em regime de fornecimento contínuo por um período de 18 meses - Lote 3	18 meses			14 000,00 €
P017/2020	Consulta Prévia - alínea c) nº 1 do 20º	P017/2020 - Aquisição de Licenças de Software "AUTODESK", durante 36 meses	36 meses	PH Informática S.A.	16/03/2020	31 243,95 €
P018/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P018/2020 - Contratação de Serviços em Regime de Outsourcing de um Técnico de Engenharia Geológica	12 meses	Sónia Catarina dos Santos Rodrigues	18/05/2020	18 000,00 €
P019/2020	Consulta Prévia - alínea c) nº 1 do 20º	P019/2020 - Elaboração do projeto de execução para a requalificação da Av. Papa João XXIII - Fátima	120 dias	JERFI, Lda	22/04/2020	73 400,00 €
P020/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P020/2020 - Reparação da Ponte 125, na Avenida dos Bombeiros Voluntários, Ourém.	60 dias	Major, Santos & Filhos	22/04/2020	53 915,89 €
P021/2020	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P021/2020 - Prestação de Serviços - Técnico de Comunicação	10 meses	António Adão Farias	04/03/2020	11 250,00 €
P022/2020	Ajuste Direto - d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P022/2020 - Prestação de Serviços - Designer Gráfico	10 meses	Stéphanie Oliveira	04/03/2020	10 800,00 €

P023/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P023/2020 - Reabilitação Viária - Vilar dos Prazeres e Carregal	150 dias	Contec, S.A.	06/07/2020	218 963,95 €
P026/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P026/2020 - Aquisição de Serviço de Limpeza de Linhas de Água - Ribeira de Seiça - Aglomerado Urbano	120 dias	Arquijardim, SA	07/05/2020	45 999,99 €
P027/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P027/2020 - Trabalhos de Construção Civil para a Balança Báscula do Ecocentro de Fátima	60 dias	Soc. Construções Canhardo, Lda	16/04/2020	12 550,00 €
P028/2020	Ajuste Direto - Regime Simplificado (128.º do CCP)	P028/2020 - Implantação de 1 ramal de esgotos domésticos na rua Principal - Cercal (Posto de Combustíveis)	30 dias	Construções Divireis, Lda	17/03/2020	2 950,00 €
P029/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P029/2020 - Elaboração de Projetos - Requalificação Urbana de Vários Arruamentos no Centro Norte de Fátima	240 dias	Gabinete Lourenço Gomes, Lda	29/06/2020	40 450,00 €
P030/2020	Ajuste Direto - Artigo 163.º da Lei 71/2018 - LOE 2019	P030/2020 - Prestação de Serviços para os Trabalhos de Gestão de Combustível no concelho de Ourém, durante 12 meses	12 meses	Deseplan, Lda	28/04/2020	120 750,00 €
P031/2020	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P031/2020 - Aquisição de Serviços para Exterminação de Ninhos de Vespa Velutina/Asiática no concelho de Ourém, durante o ano 2020	9 meses	Deseplan, Lda	12/05/2020	18 075,00 €
P033/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P033/2020 - Colocação de Saias Metálicas e substituição de Rails no Concelho de Ourém	90 dias	Sociedade Construções ELIMUR, Lda	22/06/2020	99 950,00 €
P037/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P037/2020 - Projeto de execução para o Ecocentro de Caxarias	90 dias	Ecosalix, Lda	16/07/2020	10 990,00 €

P038/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P38/2020 - Requalificação da EM 357 - Estrada de Leiria, Troço entre a Rotunda Norte e o Limite do Concelho	300 dias	Contec, S.A.	20/07/2020	1 872 961,36 €
P039/2020	Consulta Prévia - alínea c) nº 1 do 20º	P039/2020 - Fornecimento de Gás Propano para a Piscina Municipal de Caxarias, por um período de 3 anos	36 meses	Petrogal, S.A.	18/05/2020	19 500,00 €
P041/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P041/2020 - Reabilitação Viária na Freguesia de Atouguia	150	Contec S.A.	06/07/2020	226 962,95 €
P042/2020	Ajuste Direto - Regime Simplificado (128.º do CCP)	P042/2020 - Requalificação da Escola EB1 de Atouguia	30 dias	Soc. Construções Canhardo, Lda	06/05/2020	8 522,50 €
P043/2020	Concurso Público - alínea b) do nº 1 do artigo 20.º do CCP	P043/2020 - Fornecimento contínuo e transporte de diversos tipos de calçada, para reposição de stock de armazém, durante o ano 2020	7 meses	Extrarústico, Lda	25/06/2020	70 200,00 €
P044/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P044/2020 - EN356 – Requalificação da ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9	300 dias	Lena Construções, S.A.	03/08/2020	1 820 000,00 €
P045/2020	Consulta Prévia - alínea c) nº 1 do 20º	P045/2020 - Fornecimento contínuo de diversos tipos de Betuminoso para aplicar na Área do Concelho de Ourém, durante o ano 2020	8 meses	Lena Agregados S.A.	24/06/2020	27 000,00 €
P047/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P047/2020 - Arranjos Vários no Centro Escolar Ourém Nascente	60 dias	Ediestreito, Lda	28/05/2020	133 049,31 €
P048/2020	Ajuste Direto - Regime Simplificado (128.º do CCP)	P048/2020 - Implantação de 1 Ramal de Pluviais na Rua Francisco Marto	15 dias	Vistaxterior, Lda	18/05/2020	1 240,32 €

P049/2020	Ajuste Direto - alínea b) do nº 1 do artigo 27.º do CCP	P49/2020 - Contratação de serviços jurídicos de patrocínio judiciário de processos pendentes (com mandato forense) - Avença	12 meses	Lorena de Séves	22/05/2020	33 600,00 €
P050/2020	Concurso Público - alínea b) do nº 1 do artigo 20.º do CCP	P050/2020 - Fornecimento e transporte contínuo de vários tipos de sinais para sinalização viária do Concelho durante o ano de 2020	até 31/12/2020	S.N.S.V.	25/05/2020	9 654,08 €
P051/2020	Ajuste Direto - alínea d) nº 1 do artigo 20.º do CCP	P051/2020 - Contratação de Serviços de Arqueologia em regime de avença, pelo período de 18 meses	18 meses	Seara Brigitte Rei	05/06/2020	19 980,00 €
P052/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P052/2020 - Requalificação da Rua do Moinho, Rua da Escadaria e Jardim envolvente - União Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	60 dias	Manuel da Conceição Antunes, S.A.	25/06/2020	82 999,00 €
P053/2020	Ajuste Direto - alínea d) nº 1 do artigo 20.º do CCP	P053/2020 - Levantamento Topográfico das Estrada da Gravia e da Estrada Principal do Alqueidão	30 dias	GOTOP, LDA	04/06/2020	8 620,00 €
P055/2020	Ajuste Direto - alínea d) nº 1 do artigo 20.º do CCP	P055/2020 - Fornecimento de Flores para os Jardins Municipais, durante o ano 2020	7 meses	Florometal, Lda..	23/06/2020	5 770,40 €
P057/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P057/2020 - Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil)	300 dias	Socrinel, Lda	07/09/2020	430 552,34 €
P058/2020	Ajuste Direto - Regime Simplificado (128.º do CCP)	P058/2020 - Praia Fluvial do Agroal - Trabalhos necessários para a abertura da Época Balnear	3 semanas	Vistaxterior, Lda	08/06/2020	9 953,66 €
P059/2020	Ajuste Direto - alínea d) nº 1 do artigo 20.º do CCP	P059/2020 - Contratação de Spots Televisivos - Campanha Pós-Pandemia	1 semana	Símbolo de Memória, Lda	08/06/2020	9 737,93 €

P060/2020	Sub alínea ii), da alínea e), do n.º 1, do artigo 24.º do CCP	P060/2020 - Manutenção e Gestão Centralizada de Parómetros no Concelho de Ourém	2 anos	Resopre, S.A.	06/07/2020	22 032,00 €
P061/2020	Ajuste Direto - Regime Simplificado (128.º do CCP)	P061/2020 - Execução de Trabalhos no Jardim de Infância da Atougua	15 dias	José Rodrigues Oliveira, Lda..	24/06/2020	3 527,50 €
P062/2020	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P062/2020 - Fornecimento contínuo de material de limpeza até 31 de dezembro de 2020	6 meses	Bioanalítica, Lda	16/07/2020	15 166,29 €
P063/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P063/2020 - Criação do Passadiço do Agroal	180	Carmo, S.A.	17/08/2020	176 999,29 €
P064/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P064/2020 - Contratação de um Técnico de Engenharia Civil, em regime de outsourcing por um período de 12 meses	12 meses	Susana Catarina Nunes	06/07/2020	18 000,00 €
P065/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P065/2020 - Contratação de técnico responsável pela exploração das Instalações Elétricas Municipais	3 anos	Gil & Mendes, Lda	17/08/2020	19 440,00 €
P067/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P067/2020 - Área de Localização Empresarial em Freixianda - Elaboração de Projeto de Execução para a Construção da Área de Acolhimento de Freixianda	60 dias	Central Projetos, Lda	08/07/2020	74 600,00 €
P068/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P068/2020 - Contratação de Prestação de Serviços de Nadador Salvador Coordenador, para a Praia Fluvial do Agroal	3 meses	Jorge Mendes Duarte	03/07/2020	8 544,00 €
P071/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P071/2020 - Arranjos Exteriores – Travessa Dr. Júlio Ferreira Constantino – Cova da Iria – Freguesia de Fátima	30 dias	Construções Divireis, Lda	14/07/2020	19 362,00 €

P073/2020	Consulta Prévia - alínea c) n.º 1 do 20.º	P073/2020 - Contratação de técnico de Arquitetura para a Divisão de Urbanismo e Território	6 meses	Tiago Filipe Dias dos Santos	24/07/2020	8 410,38 €
P074/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P074/2020 - Contratação de Prestação de Serviços de Nadador Salvador, para a Praia Fluvial do Agroal	3 meses	Rodrigo Lourenço	03/07/2020	8 572,50 €
P075/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P075/2020 - Aquisição de Serviços para Manutenção de Sistemas Térmicos e de Climatização (AVAC) em Edifício Municipais	24 meses	Fluxoterm, Lda	17/08/2020	69 910,00 €
P077/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P077/2020 - Aquisição de Artigos com Alteração da Legenda no Listel do Brasão do Município de Ourém	90 dias	A Loja das Bandeiras, Lda	22/07/2020	7 533,80 €
P080/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19.º do CCP	P080/2020 - Arranjos Vários no Centro Escolar de Freixianda	90 dias	Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda	19/08/2020	141 900,00 €
P081/2020	Concurso Público - alínea b) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P081/2020 - Aquisição de serviços móveis de comunicações para os serviços do município durante dois anos	2 anos	MEO, S.A.	19/10/2020	48 571,20 €
P082/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19.º do CCP	P082/2020 - Requalificação da Av. José Alves Correia da Silva – Troço Rotunda Sul até Rotunda de St.º António - Fátima	30 dias	Arquijardim, S.A.	06/08/2020	13 981,64 €
P083/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P083/2020 - Aquisição de Serviços de Inspeção de 380 Elevadores, até ao final do ano 2020	5 meses	Bureau Veritas Rinave	28/07/2020	9 075,00 €

P084/2020	artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)	P084/2020 - Acordo Quadro (Lote 3 e Lote 4) - Refeições Escolares - Ano Letivo 2020/2021 - Fornecimento de matéria-prima e fornecimento e distribuição agregado de refeições - Lote 3	12 meses	EUREST, S.A.	27/08/2020	209 953,23 €
		P084/2020 - Acordo Quadro (Lote 3 e Lote 4) - Refeições Escolares - Ano Letivo 2020/2021 - Fornecimento de matéria-prima e fornecimento e distribuição agregado de refeições - Lote 4		UNISELF, S.A.	27/08/2020	120 146,40 €
P085/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P085/2020 - Aquisição de Equipamento Informático para as UCS de Alburitel, Sobral e Olival	60 dias	Trigénus, Lda	11/08/2020	15 901,00 €
P086/2020	Concurso Público - alínea b) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P086/2020 - Aquisição de Equipamento Médico e Mobiliário para os UCS de Alburitel, Sobral e Olival	30	Alfraphar, Lda	23/10/2020	48 911,25 €
P087/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P087/2020 - Aquisição de Paineis LED de Dimensões 3840x1920 (Pitch 10mm), através de renting, pelo período de 60 meses	45 dias	Digidelta Internacional, S.A.	18/01/2021	36 960,00 €
P088/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P088/2020 - Contratação de Serviços de Arqueologia em Regime de Avença, pelo Período de 10 meses	10 meses	Ana Maria Gomes Vieira	05/08/2020	11 000,00 €
P089/2020	Ajuste Direto - a) do n.º 1 do artigo 24º do CCP	P089/2020 - Requalificação Urbana - Alburitel	90 dias	Tracomourém, Lda.	21/08/2020	134 155,00 €
P090/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P090/2020 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Estrada do Moinho / Estrada do Covão (troço) - Freguesia de Urqueira - Ourém	120 dias	António Rodrigues Capela & Filhos, Lda	19/08/2020	121 357,78 €

P092/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P092/2020 - Ampliação da rede e execução de ramais domiciliários: Rua da Pedrinha - Moimento - Fátima - Ourém	60 dias	Construções Divireis, Lda	19/08/2020	21 339,87 €
P093/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P093/2020 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Rua Professor Pimentel e envolvente - Freguesia de Seiça	75 dias	Matos & Neves, Lda	01/09/2020	115 478,55 €
P094/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P094/2020 - Animação Musical - Agosto 2020 - Ourém	24 dias	Zona Matrix, Lda	05/08/2020	11 000,00 €
P096/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P096/2020 - Contratação de um Técnico Superior Psicologia por um período de 12 meses	12 meses	Lina Mª Tábuas Pereira	07/09/2020	16 800,00 €
P097/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P097/2020 - Contratação de um Técnico de Terapia da fala por um período de 12 meses	12 meses	Ana Maria Sismeiro	07/09/2020	16 800,00 €
P098/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P098/2020 - Contratação de um Educador de Infância por um período de 12 meses	12 meses	Ângela Vanessa Marques	07/09/2020	16 800,00 €
P099/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P099/2020 - Contratação de um Técnico de Nutricionista por um período de 12 meses	12 meses	Joana Lúcia Marques Pedro	07/09/2020	16 800,00 €
P101/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P101/2020 - Aquisição de Leite Escolar para o Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Ourém	4 meses	Lactogal, S.A.	21/08/2020	6 438,20 €
P102/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P102/2020 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 10 Recursos Humanos a afetar aos Agrupamentos de Escolas do Concelho	67 dias úteis	Flexitemp, Lda	19/08/2020	50 417,50 €
P104/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P104/2020 - Elaboração do projeto de Execução para a Reconversão do JI em Centro Escolar da Atouguia	75 dias	MECH, Lda	01/09/2020	39 500,00 €
P105/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P105/2020 - Elaboração de Estudo Geológico Geotécnico - Área de acolhimento Empresarial de Freixianda	5 semanas (35 dias)	Geocontrolo, S.A	01/09/2020	13 720,00 €

P106/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P106/2020 - Requalificação da rede viária municipal - Várias ruas na União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	180 dias	Matos & Neves, Lda	21/12/2020	492 950,88 €
P107/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P107/2020 - Requalificação da EB1 de Espite	60 dias	Soc. Construções Canhardo, Lda	14/09/2020	25 071,81 €
P110/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P110/2020 - Elaboração de Projeto de Especialidades para Reabilitação da UCS de Rio de Couros	30 dias	NX Arquitetos, Lda	01/09/2020	6 200,00 €
P111/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P111/2020 - Beneficiação viária de várias ruas na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	150 dias	Contec, S.A.	18/01/2021	232 157,44 €
P112/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P112/2020 - Aquisição de Serviços para Elaboração da Estratégia Local de Habitação	6 meses	ValeConsultores, Lda	07/09/2020	19 200,00 €
P113/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P113/2020 - Aquisição de Diversos Equipamentos Informáticos	60 dias	Trigénius, Lda	01/09/2020	8 772,64 €
P114/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P114/2020 - Demolição de Estrutura - Rua dos Combatentes - Freguesia de Caxarias	30 dias	Terra Rito, Lda	01/09/2020	12 300,00 €
P115/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P115/2020 - Aquisição de Equipamentos de Proteção individual (EPI's) e Fardamento	90 dias	Best Green, Lda	12/10/2020	19 814,01 €
P116/2020	Ajuste Direto - ponto i) alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P116/2020 - Aquisição de Conteúdos de Entretenimento - Programa "Domingão Especial de Verão"	1 dia	Américo Monteiro, Lda	21/08/2020	14 000,00 €
P117/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P117/2020 - Prestação de Serviços de Gestão de Rede de Recolha Seletiva de Óleos Alimentares urbanos do Município de Ourém"	3 anos	Hardlevel, Lda	10/09/2020	16 000,00 €

P121/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P121/2020 - Site Survey a condutas de telecomunicações e energia na cidade de Fátima no âmbito do projeto Wifi financiado pelo Turismo de Portugal	30 dias	Guiatel, S.A.	16/09/2020	8 900,00 €
P122/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P122/2020 - Aquisição de Serviços para Exterminação de Ninhos de Vespa Velutina/Asiática no concelho de Ourém, até ao final do ano 2020	120 dias	Desenplan, Lda	06/10/2020	18 075,00 €
P123/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P123/2020 - Requalificação da Rua Francisco Sá Carneiro - Ourém	13 meses			
P125/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P125/2020 - Drenagem de Águas Pluviais na Freguesia de Fátima	60 dias	Vistaxterior, Lda	27/10/2020	148 202,19 €
P126/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P126/2020 - Animação Musical - Setembro 2020 - Ourém	30 dias	Zona Matrix, Lda	03/09/2020	19 000,00 €
P127/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P127/2020 - Implementação (Fornecimento e Instalação) Wifi4EU na Cidade de Ourém	60 dias	MEO, S.A.	20/10/2020	19 140,44 €
P128/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P128/2020 - Requalificação EB1/JI de Matas - UF Matas e Cercal	90 dias	Tracomourém, Lda	13/10/2020	59 399,43 €
P129/2020	Ajuste Direto - d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P129/2020 -Elaboração de Prospeção Geológica - Geotécnica, para Requalificação das Ruas Dr. Neves Eliseu e Rua Francisco Sá Carneiro	45 dias	Prosolos, Lda.	25/09/2020	7 277,00 €
P130/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P130/2020 - Empreitada de Pinturas no Cemitério Municipal e em alguns estabelecimentos escolares na área do concelho	60 dias	Manuel Santos Marques rodrigues	16/10/2020	29 841,00 €
P131/2020	Concurso Público - alínea bn.º 1) do artigo 20.º do CCP	P131/2020 - Aquisição de uma escavadora giratória "de lagartas" com retoma de diverso equipamento usado"	60 dias	Tracto-Lena, S.A.	23/11/2020	115 400,00 €

P132/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P132/2020 - Aquisição de Material Escolar para Diversos Estabelecimentos de Ensino	5 dias	Abílio, Luís & Alberto, Lda	27/10/2020	6 836,56 €
P133/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P133/2020 - Elaboração dos Projetos de Arquitetura e Especialidades e Elaboração de Estudo Geológico e Estudo Geotécnico - UCS Caxarias	120 dias	Ansiarte, Lda	27/10/2020	29 955,00 €
P134/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P134/2020 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de um Recurso Humano durante 6 meses	6 meses	Hélder Filipe Meireles Cardoso	23/11/2020	6 590,70 €
P135/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P135/2020 - Sanitários de Apoio ao Castelo e Paço dos Condes, Vila Medieval de Ourém - Contratação de Projetos de Especialidade	60 dias	Gabinete Lourenço Gomes, Lda	29/10/2020	8 800,00 €
P137/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P137/2020 - Elaboração do Projeto de Requalificação Urbana da Rua de São João de Eudes em Fátima	90 dias	Stivil, Lda	10/11/2020	24 850,00 €
P138/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P138/2020 - Implantação Ilha Ecológica na Av. Beato Nuno em Fátima - Ourém	30 dias	Valente & Carreira, Lda	19/11/2020	28 548,52 €
P139/2020	Ajuste Direto - alínea e) n.º 1 do 24.º do CCP	P139/2020 - Serviços de manutenção das aplicações AIRC, referente ao ano de 2020	60	AIRC - Associação de Informática da região centro	10/11/2020	23 253,00 €
P140/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P140/2020 - Elaboração do projeto de execução para a construção do Centro Escolar de Fátima Sul	64	Inplenitus, Lda	29/10/2020	45 900,00 €
P141/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P141/2020 - Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica, referente ao Plano de Urbanização de Ourém	60	H. Land, Lda	25/11/2020	11 700,00 €
P143/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P143/2020 - Ampliação de Ramais Domiciliários - Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Fátima	30	Contec, S.A.	15/11/2020	17 431,80 €

P144/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P144/2020 - Fornecimento de produtos de higiene, limpeza e outros para os Agrupamentos Escolares	45	JL Medirolo, Lda	28/11/2020	10 062,92 €
P146/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P146/2020 - Coordenação de Segurança da Empreitada P148/2017 – Redes de Drenagem de Águas Residuais da Freguesia de Fátima – Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga, pelo prazo de 180 dias	180	Fiargeng, Lda	25/11/2020	9 400,00 €
P148/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P148/2020 - Aquisição de Serviços e Aluguer de Equipamentos para as Festividades de Natal 2020	60	Figura Enigmática, Lda	19/11/2020	70 000,00 €
P149/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P149/2020 - Elaboração do projeto de Execução para Requalificação do Edifício Escolar EB 2/3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão	45	Sérgio & Jorge Gomes, Lda	10/12/2020	19 930,00 €
P150/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P150/2020 - Reparação da Célula da Lixeira da localidade de Alvega	60	Desarfate, Lda	23/12/2020	33 000,00 €
P151/2020	Ajuste Direto - alínea c) n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P151/2020 - Reparação Urgente de Coletor Pluvial na Via Pública - Rua Dr. Francisco Sá Carneiro - Ourém	15	Construções Martins & Reis, Lda	19/11/2020	12 358,05 €
P152/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P152/2020 - Serviço de Trabalho Temporário - Contratação de 15 Recursos Humanos a afetar aos Agrupamentos de Escolas do Concelho, durante o 2º Período do Ano Letivo 2020/2021	04/01 a 24/03/2021	Job Alliance, Lda	02/12/2020	49 957,95 €
P153/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P153/2020 - Prestação de Serviços de Comunicação, durante 10 meses	10 meses	António Adão Farias	04/01/2021	11 250,00 €
P154/2020	Ajuste Direto – alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP	P154/2020 - Prestação de Serviços de Imagem Gráfica, durante 10 meses	10 meses	Stephanie Oliveira	04/01/2021	11 250,00 €

P155/2020	Concurso Público Internacional - alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P155/2020- Manutenção de espaços verdes na área do concelho de Ourém: Jardins de Ourém e Podas de Arruamento; Centros Escolares; Jardins de Fátima e Podas de Arruamento; Estádio Papa Francisco; e Podas nas Freguesias (5 Lotes), durante 3 anos	36 meses			
P156/2020	alínea b) do artigo 27.º do CCP	P156/2020 - Prestação de Serviços de Consultoria Jurídica pelo período de 12 meses, para processos futuros - Avença	12 meses			
P157/2020	Acordo Quadro	P157/2020 - Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (BTN-IP / BTE / MT)) - Ano de 2021	12 meses			
P158/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P158/2020 - Aquisição de Serviços de Inspeção de 410 Elevadores, para o ano de 2021	12 meses	Bureau Veritas Rinave	13/01/2021	9 075,00 €
P159/2020	Consulta Prévia - alínea c) do 19º do CCP	P159/2020 - Substituição de Coletores de Águas Pluviais na Rua dos Congressos	180 dias			
P160/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P160/2020 - Contratação de um posto de trabalho em regime de outsourcing - Área de Engenharia do Ambiente	12 meses	Elodie Prino		
P161/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P161/2020 - Contratação de Prestador de Serviço para Nadador Salvador para a Piscina Municipal de Caxarias	12 meses			
P162/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P162/2020 - Reversão de Jardim Infantil em Centro Escolar na Atouguia - Reconhecimento Geotécnico	15 dias	Prosolos, Lda.	30/12/2020	5 083,00 €

P163/2020	Ajuste Direto - alínea d) do artigo 19.º do CCP	P163/2020 - Reparação de Esgotos Domésticos e Pluviais nas Ruas António Pereira Afonso e Rua Luís de Camões - Ourém	15 dias			
P164/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P164/2020 - Contratação de Técnico de Engenharia Civil / Arquitetura para a DUT, por um período de 8 meses	8 meses			
P165/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P165/2020 - Contratação de Técnico de Engenharia Civil / Arquitetura para a DUT, por um período de 12 meses	12 meses	Marco António oliveira Pinto	16/01/2021	14 460,96 €
166/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	166/2020 - Aquisição de Serviços de Programação Artística, Consultoria e Gestão do Teatro Municipal de Ourém - Avença	14 meses			
167/2020	Ajuste Direto - b) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP	P167/2020 - Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Ruas Diversas -Freguesias de Seiça e Alburitel	120 dias	Lusosicó, S.A.	18/01/2021	295 885,91 €
168/2020	Concurso Público - alínea b) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P168/2020 - Fornecimento de Gás Natural para diversas Instalações Municipais, durante 12 meses	12 meses			
169/2020	Concurso Público - alínea b) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P169/2020 - Fornecimento de Gás Propano a Granel (Depósitos de Gás) para Instalações Municipais, durante 12 meses	12 meses			
170/2020	Concurso Público - alínea b) do artigo 19.º do CCP	P170/2020 - Construção de Parque Infantil Santos Francisco e Jacinta - Fátima	120 dias			
171/2020	Ajuste Direto - alínea d) n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P171/2020 - Manutenção dos Depósitos de Areia Filtrante, inerentes aos Tanques Internos das Piscinas Municipais de Ourém e Caxarias	20 dias			

P172/2020	Consulta Prévia - alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP	P172/2020 - Prestação de serviços de medicina no trabalho para os anos de 2021, 2022 e 2023	3 anos			
-----------	--	---	--------	--	--	--

NOTA: Os campos por preencher referem-se a procedimentos já lançados, mas que não possuem adjudicação à data de 31/12/2020

2.3.2 – DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E INFORMÁTICA

A Divisão de Recursos Humanos e Informática tem como principal missão, garantir a eficiente coordenação dos recursos humanos contribuindo para a melhoria dos processos de trabalho e qualificação da organização. Garantir o funcionamento e o planeamento integrado de todos os sistemas informáticos e plataformas digitais da organização, salvaguardando a proteção de dados.

2.3.2.1 – Setor de Informática

O SI tem como funções:

- Gestão e administração do sistema informático central do Município
- Gestão das aplicações do ERP e apoio aos utilizadores
- Gestão e administração do sistema de voz fixa sobre IP (VOIP) dos serviços municipais e centros escolares.
- Gestão e manutenção dos computadores pessoais (PC's), quer afetos aos serviços municipais, quer afetos aos estabelecimentos escolares
- Gestão da Rede Wireless dos estabelecimentos escolares
- Gestão da Rede Municipal de Banda Larga (RMBL – “rede de fibra-ótica”) e dos Pontos de Acesso Público à Internet (PBL's – “PCs e rede Wifi”), existentes na cidade de Ourém e restantes freguesias.
- Gestão do sistema centralizado de impressão.
- Interlocutor Único no processo de comunicação com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa), para questões relacionadas com o Balcão do Empreendedor, Plataforma Multicanal de Serviços Partilhados e Plataforma de Licenciamento Industrial.
- Interlocutor e Coordenação dos Espaços do Cidadão de Ourém, Caxarias, Olival e Freixianda.
- Gestão de telemóveis e de contratos de telecomunicações do Município.

A gestão da atividade do SI é feita com recurso a uma aplicação informática que regista os pedidos de apoio/resolução de avarias, designados por “tickets”, o qual está assente numa plataforma à qual atribuímos a designação de “Suporte”.

Esta plataforma, permite uma gestão mais adequada do trabalho pelos colaboradores afetos a este serviço, com registo de histórico de avarias, intervenções e pedidos, facilitando imenso, quer o esclarecimento do modo como as intervenções foram realizadas, quer a capacidade e prontidão de resposta.

À semelhança do referido para a SRH, também para o SI, foram definidos um conjunto de 14 indicadores, cujo reporte ao longo do ano é feito nos relatórios enviados à Assembleia Municipal, sendo que os dados constantes dos quadros seguintes são o somatório dos dados parcelares apresentados ao longo do ano.

Indicadores Macro:

Indicadores	Ano 2020	Ano 2019	Métrica	Var. 2019/2020	
				N.º	Evol.
Tickets registados	31462	29048	N.º de tickets registados	2414	↗
Tickets resolvidos	31148	27806	N.º de tickets resolvidos	3342	↗
Tickets pendentes	314	311	N.º de tickets por resolver	3	↗
Desempenho	99.00%	95.72%	Taxa de resolução	3.28%	↗

Desagregação dos indicadores:

Indicadores	Ano 2020	Ano 2019	Métrica	Var. 2019/2020	
				N.º	Evol.
Acessos / Permissões	1944	1795	Ações relativas a cedência de credenciais e acesso a recursos	149	↗
E-mail	1438	1252	Ações relativas a criação, atualização e manutenção de contas de e-mail	186	↗
ERP AJRC	6781	5891	Ações relativas à gestão do ERP da AJRC	890	↗
Hardware	2936	2766	Ações de manutenção do parque informático	170	↗
Software	3120	3669	Ações de manutenção de software	-549	↘
Juntas de Freguesia/SAM	202	177	Apoio informático às Juntas de Freguesias	25	↗
Escolas / Jardins de Infância	1017	896	Apoio informático aos Estabelecimentos de Ensino	121	↗
Modernização Administrativa / Modelos / MyNet	696	665	Ações relativas à gestão da Modernização Administrativa	31	↗
Portais / Comunicação	3464	3254	Ações relativas à manutenção das plataformas Web	210	↗
Outros	9425	8683	Outras ações de suporte e help-desk não incluídas nas categorias referidas	742	↗
Totais	31023	29048		1975	↗

1. Notas sobre as atividades desenvolvidas

- 1.1 Gestão e acompanhamento do processo de encerramento do ciclo de avaliação 2019/2020 dos trabalhadores, no âmbito Sistema Integrado de Avaliação e Desempenho na Administração Pública (SIADAP), bem como o apoio e coordenação da implementação do processo de avaliação relativo ao biénio 2021/2022.
- 1.2 Conclusão dos trabalhos de modernização do centro de dados, quer do Data Center principal, quer do Data Center *disaster recovery*, localizado no estaleiro municipal. Este é um projeto de crucial importância para garantir que a transição gradual do “papel para o

digital” não afete o normal funcionamento dos serviços e que existe redundância entre sistemas por forma a garantir que a taxa de disponibilidade seja próxima dos 99%. Fruto deste investimento e dos realizados nas UPS’s e no sistema de AVAC, permitiram melhorar significativamente o desempenho do nosso sistema informático e a prová-lo está o facto de não terem sido registados períodos de indisponibilidade por falha dos sistemas. Houve sim, mas normais em sistemas complexos e dizem respeito a tarefas de rotina relacionadas com a normal manutenção dos sistemas.

- 1.3 Implementação do projeto Wifi4eu na cidade de Ourém. Trata-se de um projeto com financiamento comunitário traduzido num voucher e que visa a instalação de pontos de acesso à internet gratuita. Este projeto está na fase final de implementação e em breve ficará disponível para os cidadãos.
- 1.4 Realização de um survey de condutas para eventual concretização de um projeto já aprovado pelo Turismo de Portugal para disponibilização de acesso à internet gratuita em Fátima, designadamente na Av. D. José Alves Correia da Silva e ruas adjacentes.

2.3.2.2 – Secção de Recursos Humanos

A SRH está relacionada com a gestão dos recursos humanos do Município no que concerne a:

- Processamento de vencimentos e outros abonos e elaboração de mapas a entregar a entidades externas.
- Processos concursais relativos a admissão de novos trabalhadores, promoção de trabalhadores de carreiras subsistentes ou acolhimento de trabalhadores por mobilidade de outras entidades.
- Gestão do Sistema de assiduidade.
- Registo e controlo das ausências e outros requerimentos apresentados no âmbito de recursos humanos.
- Reporte de dados estatísticos e de gastos com pessoal a entidades terceiras.
- Gestão da medicina e saúde no trabalho e levantamento das condições de segurança no trabalho.
- Coordenação da Formação Profissional.
- Inscrição e manutenção de beneficiários da ADSE, CGA e SS e submissão de pedidos de aposentação ou contagens de tempo.
- Elaboração e manutenção de processos individuais de trabalhadores.
- Análise de requerimentos e elaboração de informações técnicas.
- Coordenação de segurança em projeto e em obra relativo a empreitadas públicas.

- de requerimentos e elaboração de informações técnicas.

O foco da SRH é a gestão dos recursos humanos do Município na vertente relacionada com os vencimentos, carreira e os aspetos legais relacionados com a situação jurídico-funcional de cada trabalhador com o Município.

Tem também como foco o recrutamento de trabalhadores e a coordenação do processo de avaliação de desempenho.

A caracterização detalhada do universo dos trabalhadores do Município é feita no Balanço Social, que é tratado em documento próprio, que fará também parte do relatório de gestão.

De qualquer forma e como primeira abordagem, importa referir que, a 31 de dezembro, o Município tinha 508 trabalhadores, distribuídos conforme quadro infra.

Há a registar uma diminuição de 26 trabalhadores entre 2019 e 2020, com maior expressão na carreira de assistente operacional, fruto da aposentação de trabalhadores afetos ao setor de administração direta e ao setor da educação. Registam-se também algumas mobilidades interserviços que contribuíram para este decréscimo.

Este decréscimo é o resultado do inevitável envelhecimento dos quadros da administração pública, ao qual o Município não é alheio, mas que se acentuou com a transferência de competências na área da educação para o Município em 2010, pois a média de idades dos trabalhadores integrados no mapa de pessoal do Município pela via dessa transferência, é elevada, o que se tem traduzido na aposentação de um número considerável de trabalhadores.

Um número significativo dos pedidos registados na SRH relacionados com os trabalhadores e autarcas que recebem abonos do Município é registada na plataforma Mynet, a qual recolhe os pedidos e os encaminha para a aplicação de back-office (MGD) para registo e acompanhamento.

Além do registo e tratamento dos documentos relacionados com os recursos humanos e suas implicações no processamento de vencimentos, esta subunidade orgânica também tem sob sua responsabilidade a gestão e controlo da medicina no trabalho, bem como a higiene, saúde e segurança em obra de parte das empreitadas em que o Município é o dono de obra.

Tem também sob sua responsabilidade a gestão e acompanhamento dos procedimentos de recrutamento e seleção de trabalhadores e dirigentes.

Em 2019 foram definidos um conjunto de indicadores de atividade que têm sido seguidos e que têm sido objeto de reporte regular nos relatórios enviados à Assembleia Municipal.

O quadro síntese desses indicadores é o constante do quadro seguinte:

Indicadores	Ano 2020	Ano 2019	Métrica	Var. 2019/2020	
				N.º	Evol.
Juntas Médicas p/ atribuição IPP-Ac.Trabalho	0	1	Nº de processos submetidos à CGA	-1	↘
Requerimentos	9992	8966	Nº requerimentos tratados e/ou encaminhados	1026	↗
Formação profissional1	0	11	Nº de inscrições efetuadas	-11	↘
Formação profissional2	0	7	Nº de ações formação em que participaram trabalhadores	-7	↘
Procedimentos concursais	186	223	Nº Procedimentos concursais em tratamento	-37	↘
Informações técnicas	77	81	Nº informações técnicas elaboradas	-4	↘
Coordenação de segurança de obras	21	15	Nº de empreitadas	6	↗
Planos de Segurança e Saúde em Projeto	1	7	Nº de planos elaborados	-6	↘
Fichas Procedimento de Segurança	2	3	Nº de Fichas analisadas	-1	↘
Plano de Segurança e Saúde em Obra	12	9	Nº de planos analisadas	3	↗
Medicina no trabalho	349	555	Nº de trabalhadores envolvidos	-206	↘
Processos de Aposentação	30	20	Nº de processos submetidos à CGA	10	↗
Pedidos de Juntas Médicas - CGA / ADSE	6	17	Nº de processos submetidos à CGA/ADSE	-11	↘

Algumas notas sobre os dados apresentados.

1. Há um aumento considerável do número de requerimentos tratados e/ou encaminhados, fruto, sobretudo, da situação de pandemia que vivemos e que como se sabe, tem afetado a nossa vida profissional e pessoal, desde o início de março de 2020, pois a assistência a filhos menores e as situações de doença e de isolamento profilático, adensaram consideravelmente, não só o número de requerimentos tratados, mas também os procedimentos para tratamento dos mesmos.
2. Há um decréscimo considerável no número de consultas de medicina no trabalho, que resultou da suspensão dessa atividade nos períodos de confinamento que tivemos ao longo do ano.
3. O valor registado no indicador “N.º de Procedimentos concursais em tratamento” corresponde às interações registadas em procedimentos concursais e não ao número de procedimentos abertos. Essa informação, bem como o estado em que os mesmos se encontram, é detalhado no quadro seguinte, sendo de referir que durante o ano estiveram em tratamento 36 procedimentos e desses, 13 foram concluídos e foi celebrado contrato de trabalho com os concorrentes posicionados em lugares a recrutar, na lista de ordenação final.

N.º Ordem	Designação do procedimento	N.º PT's a ocupar	Fase do Procedimento (a 31/12/2020)
1	Concurso externo de ingresso para ocupação de 1 (um) posto de trabalho de estagiário para a carreira de técnico de informática, categoria de técnico de informática do Grau1, Nível 1 do mapa de pessoal de 2020, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a candidatos com ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.	1	Procedimento concluído
2	1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional (área funcional de Calceteiro) – com a Referência n.º 4 Código - DOMSU/SMEPE/SAD-04	1	Procedimento concluído
3	1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional (área funcional de Pintor) – com a Referência n.º 5 Código - DOMSU/SMEPE/SAD-05	1	Procedimento concluído
4	1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional (área funcional de Carpinteiro) – com a Referência n.º 6 Código - DOMSU/SMEPE/SAD-06)	1	Procedimento concluído
5	(1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional – com a Referência n.º 7 Código - DOMSU/SMEPE/SOS-03)	1	Procedimento concluído
6	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior (área funcional de Desporto/Educação Física) – com a Referência n.º 3 Código - DOMSU/SMEPE/SEM – 02;	1	Procedimento concluído
7	Procedimento concursal comum para ocupação de 4 (quatro) Postos de Trabalho, na modalidade de contrato a termo resolutivo certo a título excecional e temporário da carreira/categoria de Assistente Operacional.	4	Procedimento concluído
8	Procedimento de Mobilidade na Categoria - Recrutamento de 1 (um) Técnico Superior, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, pelo período de 18 meses - DRHI/SRH - 07	1	Procedimento concluído
9	Procedimento de Mobilidade na Categoria - Recrutamento de 1 (um) Técnico Superior, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, pelo período de 18 meses - DEVS/SE – 07	1	Procedimento concluído
10	ESTÁGIOS PEPAL – 6ª EDIÇÃO 2.ª FASE - Ref.ª 1 – Nível de qualificação 6 - 1 estágio – Área de animação sociocultural de crianças e jovens (na vertente da rede educativa de museus) - Licenciados em Animação Cultural; Animação Sociocultural;	1	Procedimento concluído

	Animação Socioeducativa; Animação Cultural e Educação Comunitária.		
11	ESTÁGIOS PEPAL – 6ª EDIÇÃO 2.ª FASE - Ref.ª 2 - Nível de qualificação 6 - 1 estágio – Área de turismo - Licenciados em Turismo, Gestão Turística e Cultural, Gestão e Planeamento em Turismo ou Marketing Turístico.	1	Procedimento concluído
12	ESTÁGIOS PEPAL – 6ª EDIÇÃO 2.ª FASE - Ref.ª 4 - Nível de qualificação 6 - 1 estágio – Área de ambiente – Licenciados em Engenharia do Ambiente, Engenharia e Gestão Industrial ou Engenharia Industrial.	1	Procedimento concluído
13	ESTÁGIOS PEPAL – 6ª EDIÇÃO 2.ª FASE - Ref.ª 5 - Nível de qualificação 6 - 1 estágio – Área de planeamento do território (SPT) - Licenciados em Arquitetura, Engenharia civil ou Planeamento e Urbanismo.	1	Procedimento concluído
14	Procedimentos concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau. - Divisão de Ação Cultural - DAC	1	Aguarda a elaboração da ata de admissão e exclusão por parte do júri – já concluído em 2021
15	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau. - Divisão de Gestão Financeira - DGF	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública - EP – já concluído em 2021
16	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau- Divisão de Recursos Humanos e Informática - DRHI	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
17	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau. - Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente - DAFCE	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
18	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau. - Divisão de Ambiente e Sustentabilidade - DAS	1	A aguardar a nomeação por parte do Sr. Presidente - já concluído em 2021
19	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau. - Divisão de Empreendedorismo e Turismo - DET	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
20	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau.- Divisão de Fiscalização e Contencioso - DFC	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021

21	Procedimentos concursais para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau - Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos - DOMSU	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
22	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau - Divisão de Educação e Vida Saudável - DEVS	1	Aguarda esclarecimentos de um candidato sobre a candidatura apresentada – já concluído em 2021
23	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau - Divisão de Urbanismo e Território - DUT	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
24	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau.- Divisão de Projetos Técnicos - DPT	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
25	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau.- Chefe do Serviço de Associativismo, desporto e Juventude	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
26	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau.- Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	1	A aguardar o agendamento da Entrevista Pública – EP – já concluído em 2021
27	Procedimentos concursal para provimento do cargos de direção intermédia de 3.º grau.- Chefe do Gabinete Técnico Florestal - GTF	1	Foram consultadas as entidades para posterior designação de Júri
28	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau.- Chefe do Serviço de Atividades Municipais e Protocolo - SAMP	1	Foram consultadas as entidades para posterior designação de Júri
29	Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau.- Chefe do Serviço de Planeamento do Território - SPT	1	Foram consultadas as entidades para posterior designação de Júri
30	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de Design Gráfico e Multimédia/Design e Tecnologias das Artes Gráficas - Código – GIC/SIC-01;	1	Decorre prazo para apresentação de candidaturas
31	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da Jornalismo e Comunicação – Código – GIC/SCI-03	1	Decorre prazo para apresentação de candidaturas

32	2 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de Arquitetura – Código – DUT/GOU – 02	2	Decorre prazo para apresentação de candidaturas
33	1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de Engenharia Civil - Código – DPT/SP-01	1	Decorre prazo para apresentação de candidaturas
34	1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional da área funcional de Pedreiro - Código - DOMSU/SAD-04;	1	Decorre prazo para apresentação de candidaturas
35	1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional área funcional de Canalizador – Código – DOMSU/SAD– 09	1	Decorre prazo para apresentação de candidaturas
36	1 PT na carreira/categoria de Assistente Operacional área funcional de Cantoneiro – Código – DOMSU/SAD– 03	1	Decorre prazo para apresentação de candidaturas

Uma nota sobre os concursos de seleção de dirigentes

Desde 15/06/2010, altura em que foi aplicado o DL. 305/2009, de 18/09, o qual impunha uma adequação da estrutura dos serviços municipais às regras desse diploma, que os dirigentes foram nomeados em regime de substituição.

Essa substituição foi-se protelando no tempo. Contudo, volvidos um conjunto significativo de anos, os concursos de seleção foram lançados e estão prestes a chegar ao seu termo, com a elaboração da proposta de nomeação por parte do respetivo júri.

Reconhecemos, mesmo assim, algum atraso na conclusão destes processos, pois era suposto terem sido concluídos até ao final de 2020, mas tal não foi possível por causa dos períodos de confinamento provocados pela pandemia, que têm adiado a realização de atos processuais. Neste contexto, 13 dos 17 procedimentos que estão em curso, estarão concluídos no primeiro quadrimestre de 2021. Os restantes 4, por razões alheias ao Município, estão mais atrasados, pois está em causa a resposta ao pedido de colaboração de entidades terceiras, que aguardamos.

2.3.3 – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

A Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos compreende, o Setor de Apoio Administrativo, o Setor de Fiscalização de Empreitadas, o Setor de Administração Direta e o Setor de Oficina e Serralharia.

2.3.3.1 – Setor de Fiscalização e Empreitadas

O setor de Fiscalização e Empreitadas, tem como áreas de intervenção:

- A fiscalização de empreitadas promovidas pelo Município e adjudicadas a empreiteiros;
- A realização de projetos relativos a beneficiação de caminhos e estradas municipais, pontões, muros de suporte de terras e de vedação, medições e orçamentos diversos;
- A emissão e pareceres sobre projetos de obras públicas realizados por gabinetes projetistas;
- Acompanhamento de obras promovidas por outras entidades, como a Be Water, juntas de freguesia;
- Acompanhamento de intervenções na via pública pela Tagusgás, PT, EDP.

Fiscalização de empreitadas promovidas pelo Município

- Redes de Drenagem de águas residuais na freguesia de Fátima - Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga
- Requalificação do antigo JI para a extensão do centro de saúde (UCS Alburitel)
- Requalificação do antigo JI para a extensão do centro de saúde (UCS Olival)
- Requalificação do antigo JI para a extensão do centro de saúde (UCS Sobral)
- Requalificação da rede viária municipal - Várias ruas na União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
- Reabilitação Viária da Zona da Lomba de Égua e Travessa de Santa Clara - Fátima
- Requalificação da rede viária municipal - Execução de passeios em calçada na Rua Principal do Moimento, requalificação e saneamento da Rua da Várzea - Moimento - Fátima
- Execução de obras de reabilitação referente à instalação de um Centro de Documentação Joaquim Ribeiro - Zambujal - Ourém
- Requalificação da rede viária do concelho - Rua do Barreiro e Rua do Cubal - Matas União de Freguesias de Matas / Cercal
- Trabalhos Diversos na Freguesia de Caxarias e EN 356 - Ourém
- Arranjos vários no Centro Escolar Santa Teresa - Ourém

- Reparações no exterior na antiga escola de Alqueidão - Nossa Senhora da Piedade - Ourém
- Trabalhos de manutenção e reabilitação de parques infantis da Cidade de Ourém
- Construção de Ecovia Fátima - Ortiga
- Reparação urgente de danos na via pública provocados por deslizamento de terras - Rua da Capela da Calçada - Gondemaria
- Muro de suporte de terras junto da Casa da Criança, Ourém
- Requalificação da Rua do Moinho, Rua da Escadaria e Rua das Escolas - U. F. de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
- Reabilitação Viária – Vilar dos Prazeres e Carregal
- Arranjos Vários no Centro Escolar da Freixianda - Ourém
- Reabilitação Viária na freguesia de Atougua
- Requalificação da Rede viária Municipal - Várias ruas na U.F. de Rio de Couros e Casal dos Bernardos - Ourém
- Requalificação Urbana - Alburitel
- Arranjos Vários no Centro Escolar de Ourém Nascente
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Ruas Professor Pimentel e envolvente - Freguesias de Seiça
- Drenagens de Águas Pluviais na Freguesia de Fátima
- Arranjos Exteriores – Travessa Dr. Júlio Ferreira Constantino – Cova da Iria – Freguesia de Fátima
- Construção de Ecovia Fátima - Ortiga
- Remodelação da Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais - Travessa Dr. Júlio Ferreira Constantino
- Construção de Ecovia Fátima - Ortiga - Mapa para concurso
- Reparação da Célula da Lixeira de Alvega
- Requalificação da EB1 de Espite
- Beneficiação Viária de várias ruas – União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
- Demolição de estrutura – Rua dos Combatentes – Freguesia de Caxarias
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Estrada do Moinho/Estrada do Covão (troço) - Freguesia de Urqueira

- Pinturas no cemitério Municipal de Ourém e em alguns estabelecimentos escolares
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Rua Professor Pimentel e envolvente - Freguesia de Seiça
- Requalificação da EB1/JI de Matas - União de Freguesias de Matas e Cercal
- Reparação Urgente de coletor pluvial na via pública – Rua Dr. Francisco de Sá Carneiro - Ourém

Projetos / Procedimentos

- Reparação urgente de danos na via pública provocados por deslizamento de terras - Rua da Capela da Calçada - Gondemaria
- Contenção de Ruínas de fachada de edifício - Rua IV Conde de Ourém - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
- Muro de suporte de terras junto da Casa da Criança, Ourém
- Requalificação Jardim da Corredoura
- Requalificação da Rua do Moinho, Rua da Escadaria e Rua das Escolas - U. F. de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
- Reabilitação da rede viária – Vilar dos Prazeres e Carregal
- Arranjos Vários no Centro Escolar das Misericórdias – Ourém
- Arranjos Vários no Centro Escolar da Freixianda - Ourém
- Reabilitação Viária na freguesia de Atouguia de Atouguia
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Ruas Diversas - União de Freguesias de Gondemaria e Olival
- Requalificação da Rede viária Municipal - Várias ruas na U.F. de Rio de Couros e Casal dos Bernardos - Ourém
- Requalificação Urbana - Alburitel
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Ruas Diversas - Freguesias de Seiça e Alburitel
- Arranjos Vários no Centro Escolar de Ourém Nascente
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Ruas Professor Pimentel e envolvente - Freguesias de Seiça
- Drenagens de Águas Pluviais na Freguesia de Fátima
- Arranjos Exteriores – Travessa Dr. Júlio Ferreira Constantino – Cova da Iria – Freguesia de Fátima
- Requalificação da EB1 de Espite

- Trabalhos de manutenção nas Piscinas Municipais - Ourém
- Beneficiação Viária de Várias ruas - União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
- Demolição de estrutura – Rua dos Combatentes – Freguesia de Caxarias
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Estrada do Moinho/Estrada do Covão (troço) - Freguesia de Urqueira
- Arranjos Vários Centro Escolar da Caridade
- Pinturas no cemitério Municipal de Ourém e em alguns estabelecimentos escolares
- Reabilitação da Rede Viária do Concelho - Rua Professor Pimentel e envolvente - Freguesia de Seiça
- Requalificação da EB1/JI de Matas - União de Freguesias de Matas e Cercal
- Regularização Taludes na estrada de Alvega

Fiscalização de empreitadas promovidas por outras entidades – (Be Water, Tagusgás, PT, EDP)

- Acompanhamento de empreitadas da Be Water;

2.3.3.2 – Setor de Administração Direta

O Setor de Obras por Administração Direta é composto pela brigada de conservação da rede viária, da brigada de carpinteiros, da brigada de canalizadores (piquete), a brigada de eletricitas, a brigada de calceteiros. A este setor, compete:

- Pavimentação de estradas e caminhos;
- Reparação de pavimentos betuminosos;
- Preparar espaços e vias para pavimentações ou asfaltamentos; abertura e alargamento de vias de trânsito;
- Construção de aquedutos;
- Construção de valetas em cimento;
- Levantamento de tampas da rede saneamento;
- Colocação de sinalização vertical;
- Transporte de materiais para obras de administração direta;
- Transporte de resíduos das valetas;
- Transporte de terras nos alargamentos e construção de caminhos;
- Demolições de construções ilegais; limpeza de áreas florestais;

- Construção de muros;
- Construção de redes de esgotos e águas pluviais;
- Montagem de grades, portões; obras diversas de carpintaria; transporte de mobiliário; montagem de diversos equipamentos (câmaras de votos, placares, módulos para festas, palcos e de placas de identificação);
- Obras diversas de pintura; colocação de vidros;
- Marcação e pintura de sinalização horizontal e demais marcações (pintura de parques, marcação de n.º polícia, etc.);
- Obras diversas de eletricidade; obras diversas de canalizadores;
- Obras de calcetamentos de passeios, de bermas, de praças e de espaços públicos; limpezas de vegetação e valetas nas estradas e caminhos municipais;
- Apoios de carpintaria e eletricidade às diversas atividades dinamizadas pelo Município;
- Limpeza e manutenção do Canil Municipal

2.3.3.3 – Setor de Oficina e Serralharia

Ao setor compete os seguintes serviços:

- Reparação de veículos ligeiros e pesados de passageiros;
- Reparação de veículos ligeiros e pesados de mercadorias;
- Reparação de máquinas de movimentação de terras;
- Reparação de máquinas diversas de trabalhos em estradas; preparação de veículos ligeiros e pesados de passageiros e mercadorias para inspeções periódicas; trabalhos de serralharia diversos.

2.3.4 – DIVISÃO DE URBANISMO DO TERRITÓRIO

A atividade desenvolvida na DUT, tem como missão, garantir e assegurar o desenvolvimento harmonioso do território, mediante o adequado planeamento e controlo prévio, salvaguardando o interesse público e a sustentabilidade.

2.3.4.1 – Gabinete de Operações Urbanísticas

O gabinete de Operações Urbanísticas tem afeto 4 técnicos superiores e 2 consultores, com as seguintes formações: arquitetura, engenharia civil e urbanismo.

Têm como atividades principais:

- Apreciação e informação de processos respeitantes a: pedidos de licenciamento, a comunicação prévia, pedido de autorização de utilização, procedimento de legalização, pedido de parecer prévio não vinculativo, a pedido de informação prévia;
- Esta análise é feita, verificando o enquadramento dos processos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, no Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação e nas restantes normas e regulamentos específicos em vigor;
- Realização de vistorias com vista à concessão de autorização de utilização ao abrigo do DL 555/99 de 16/12, na atual redação (RJUE);
- A concessão de autorização de utilização pode ainda ser feita ao abrigo de legislação específica, designadamente a relacionada com Empreendimentos Turísticos, Postos de Abastecimento de Combustíveis, Estabelecimentos Industriais, entre outros;
- Realização de vistorias com vista à receção de loteamentos nos termos do RJUE;
- Realização de vistorias para verificação do estado de conservação de imóveis nos termos do RJUE e do DL 266-B/2012, de 31.12;
- Realização de vistorias para verificação de situação de segurança e salubridade do edificado nos termos do RJUE;
- Análise e informação de pedidos de certidões, com vista à certificação (certidões propriedade horizontal, pedido de informação simplificada);
- Análise e informação de exposições, pedidos de esclarecimentos, área de parcela edificável, reclamações, denúncias, entre outras;
- Execução das deliberações e dos despachos da Câmara Municipal, do Presidente e dos Vereadores.
- Análise e informação sobre pedidos de licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo, de instalações de postos de abastecimento de combustíveis e de redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de GPL, nos termos do DL 267/2002, de 26.11, alterado pelo DL 217/2012, de 9.10;
- Atendimento técnico, presencial e telefónico, aos interessados.

Atendimentos efetuados pelos Colaboradores da DUT:

Os técnicos da DUT - Gabinete de Operações Urbanísticas têm como dia definido de atendimento todas as quinta-feira de manhã. Assim perfizeram 548 atendimentos,

aproximadamente, tanto presenciais como telefónicos (dados retirados das agendas de atendimento e dos relatórios mensais elaborados por cada um).

2.3.4.2. – Setor de apoio administrativo:

O Apoio Administrativo da Divisão de Urbanismo e Território, é uma subunidade informal, que tem afeta 6 técnicos administrativos e 3 técnicos superiores.

Algumas das atividades desenvolvidas por este setor;

- Emissão de alvarás de licença de obras/utilização;
- Entrada de novos processos/requerimentos;
- Entrada de projetos de especialidades (organização e informação);
- Análise dos processos de especialidades;
- Análise e informação de pedidos de certidões, com vista à certificação (certidões destaque, entre outras de cariz administrativo);
- Análise de ocupação da via pública;
- Análise e informação de exposições, pedidos de esclarecimentos, reclamações e denúncias;
- Elaboração de ofícios;
- Autos de Vistoria;
- Emissão de certidões;
- Averbamentos de requerentes/licenças;
- Junção de elementos aos processos;
- Elaboração de mapas de relatórios mensais;
- Envio de preenchimento mensal de dados e correções para o Instituto Nacional de Estatística;
- Expedição de correio;
- Organização e numeração de processos;
- Elaboração de fluxogramas dos procedimentos a aplicar na divisão;
- Registo de Estabelecimentos de AL (Alojamento Local), assim como envio de informação por correio eletrónico para o Turismo de Portugal;
- Inserção de processos, alvarás e prorrogações que não se encontrem informatizados;

- Ligação de processos entre o MGD e SPO o âmbito da desmaterialização processual;
- Trabalho de apoio à DUT, transversal aos diversos sectores;
- Envio para o IDP, I.P. da lista dos alvarás de autorização de instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 13.º do DL n.º 141/2009 de 16/09.

Os quadros seguintes caracterizam as ações desenvolvidas na DUT, designadamente, Licenciamentos, Comunicações Prévias, Alvarás de Utilização.

Quadro - Requerimentos (por tipo) recebidos pelos serviços da DOT – 2020

Tipo de Pedido \ Ano	Ano		
	2020	2019	2018
Pedido de Destaque	32	20	24
Ocupação da Via Pública	18	31	28
Pedido de Informação Prévia - Loteamentos	3	0	3
Pedido de Informação Prévia - Edificação	82	50	22
Pedido de Autorização de Utilização	154	200	167
Pedido de Lic. Operações Loteamento (alteração)	8	11	5
Pedido de Licenciamento	317	255	272
Projetos de Especialidade	154	198	202
Pedido de Licenciamento Instalação Combustíveis	4	3	6
Pedido de Substituição	74	86	62
Anexação de Elementos ao Projeto	652	643	589
Prorrogação Alvará/Comunicação Prévia	74	61	50
Pedido de Vistoria - Combustíveis	4	0	1
Pedido de Emissão de Alvará de Utilização	149	162	172
Pedido de área de Parcela Edificável	2	1	3
Obras de Urbanização	1	1	1
Comunicação Prévia - Obras	10	11	8
Comunicação Prévia – Demolição/Outras	0	1	0
Remodelação de Terrenos	5	2	0
Pedido de Emissão de Alvará	203	264	262
Autorização para Execução de Redes e Ramais (GPL)	1	1	0
Pedidos. Vários - Licenciamento Industrial	0	0	1
Pedido de Licenciamento de Pedreiras	0	3	0
Pedido de arquivamento de processo	10	11	7
Declaração de Início de Trabalhos	4	1	0
Pedido de Licenciamento (interessado)	4	3	5

Pareceres Entidades	1	5	46
Ficha Técnica de Habitação	25	33	18
Averbamento - Entidade Exploradora	0	0	2
Pedido Certidão Propriedade Horizontal	4	3	2
Informação Técnica	1	1	0
Declaração de Impacto Ambiental	0	0	0
Entrada SGD	17	15	40
Exposição	310	317	245
Pedido de Escavação e Contenção Periférica	1	2	1
Alojamento Local - MCP de Abertura	22	31	90
MCP de Instalação de Estabelecimento	1	1	0
MCP de Modificação de Estabelecimento	18	8	0
MCP de Encerramento de Estabelecimento	6	8	3
Total	4391	2443	2337

Quadro - Alvarás emitidos (por tipo)

Alvará	Ano		
	2020	2019	2018
Averbamento de Combustíveis à Licença de Utilização	0	0	1
Certidão de Destaque - DL 136/2014	21	14	16
Demolição	6	6	11
Especial Acabamentos - Art.º 88.º	4	1	3
Loteamento Sem Obras de Urbanização	2	1	4
Trabalhos de Remodelação de Terrenos	0	2	1
Obras	148	179	226
Ocupação da Via Pública	15	50	14
Utilização	136	140	154
Alteração de Utilização	14	20	24
Totais	346	413	454

2.3.4.3. – Serviço de Planeamento do Território

Setor do Planeamento

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDMO)

1. Realização de reunião com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
2. Elaboração e respetivo envio das propostas de exclusão de Reserva Ecológica Nacional acompanhado de relatório e quadros de exclusões tal como definido na reunião com Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT);
3. Elaboração e respetivo envio de documento referente a “Esclarecimentos à CCDR-LVT acerca de alguns temas que integram a preparação da versão final do projeto de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém”;
4. Realização de conferência decisória realizada ao abrigo do artigo 11.º do Regime Jurídico da REN referente à elaboração da proposta de Reserva Ecológica Nacional;
5. Alteração dos diferentes elementos que compõem e constituem a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém de acordo com os pareceres das entidades presentes na conferência decisória, nomeadamente, Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Agência Portuguesa do Ambiente e Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;
6. Correção e atualização dos diferentes elementos que compõem e constituem a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém;
7. Realização de reunião com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas;
8. Elaboração do relatório de Análise e Ponderação da Discussão Pública.
9. Fase de pós-discussão pública
 - 9.1. Elaboração do Relatório de análise e ponderação da discussão pública e ajustes à proposta de Plano;
 - 9.2. Preparação dos diferentes elementos que compõem e que acompanham a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ourém para aprovação da Assembleia Municipal de Ourém;
 - 9.3. Continuação da Preparação da Carta de Reserva Ecológica Nacional referente ao Município com vista à sua aprovação e publicação por parte de entidade competente, tendo sido realizados contactos e reuniões com a CCDR-LVT com o objetivo de esclarecer questões levantadas por esta entidade;
 - 9.4. Publicação do Plano em Diário da República;
 - 9.5. Organização e disponibilização dos elementos fundamentais e complementares em plataforma *websig*.

10. Preparação da Carta de Reserva Ecológica Nacional referente ao Município com vista a sua aprovação e publicação por parte de entidade competente.
11. Preparação e instrução do processo para publicação do Plano em Diário da República;
12. Publicação, da Carta de Reserva Ecológica Nacional referente ao Município, em Diário da República.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA – REVISÃO

1. Análise crítica às peças escritas e cartográficas da versão de caracterização e diagnóstico da revisão do PUF (versão 2 de outubro de 2019), entregues pela equipa consultora e sugestões para a sua revisão e produção de informações;
2. Proposta da metodologia e dos Termos de Referência para a elaboração de um documento estratégico para a cidade de Fátima, no âmbito da revisão do Plano de Urbanização de Fátima (PUF);
3. Análise e proposta de reformulação do perímetro de estudo a considerar no âmbito da revisão do PUF.
4. Desenvolvimento da proposta de rede viária para a cidade, do regime de edificabilidade, de opções no regime de uso do solo e estrutura territorial;
5. Estudo sobre a localização do novo parque da cidade;
6. Acompanhamento e análise de diversa documentação desenvolvida pela equipa técnica;
7. Identificação e análise das áreas não edificadas superiores a 0,5ha, dentro do limite do plano de urbanização de Fátima, que necessitam de ser reestruturadas;
8. Identificação do número de lotes não ocupados por loteamento dentro do limite do plano de urbanização de Fátima;
9. Acompanhamento e análise de diversa documentação desenvolvida pela equipa técnica;
10. Apresentação da proposta preliminar de plano à Câmara Municipal, aos elementos da Assembleia Municipal que integram a comissão temática dedicada ao ordenamento do território e urbanismo, Presidente da Junta e da Assembleia de Freguesia de Fátima e ACISO.

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO ESTRATÉGICO FÁTIMA 2030

1. Início Elaboração do Documento Estratégico Fátima 2030
 - 1.1. Realização de entrevistas a diversas entidades (ACISO, JF, Escolas, Proteção Civil, Reitor do Santuário de Fátima entre outras entidades e pessoas de Relevos);
 - 1.1.1. Início do tratamento dos inquéritos realizados online e em papel aos Lares de Fátima e Escolas;

- 1.1.2. Análise e compilação de informação diversa.
2. Continuação do estudo de melhor utilização do terreno do Golfe de Caxarias
3. Realização de Parecer sobre proposta de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem, solicitado pela ANMP;
 - 3.1. *Focus Group* com os Dirigentes sobre a principal problemática do desenvolvimento de Fátima;
 - 3.2. *Continuação* do tratamento dos inquéritos realizados online e em papel aos Lares de Fátima e Escolas;
 - 3.3. Análise e compilação de informação diversa.
 - 3.4. Relatório de análise do inquérito realizados online e em papel aos Lares de Fátima e Escolas;
 - 3.5. Análise e compilação de informação diversa;
 - 3.6. Levantamento funcional, com identificação do número de pisos, do edificado da cidade de Fátima;

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE OURÉM – ELABORAÇÃO

1. Análise crítica às peças escritas e cartográficas da versão de caracterização e diagnóstico do procedimento de elaboração do PUO (versão 5 de fevereiro de 2020), entregues pela equipa consultora e sugestões para a sua elaboração e produção de informação;
2. Desenvolvimento da proposta de rede viária para a cidade;
3. Colaboração na definição de um Master Plan para intervenção na área do Parque Linear da cidade;
4. Acompanhamento e análise de diversa documentação desenvolvida pela equipa técnica
5. Acompanhamento e análise de diversa documentação desenvolvida pela equipa técnica.
6. Apresentação da proposta preliminar de plano à Câmara Municipal, aos elementos da Assembleia Municipal que integram a comissão temática dedicada ao ordenamento do território e urbanismo, Presidente da Junta de Freguesia de N.ª S.ª da Piedade e de N.ª S.ª das Misericórdias e ACISO.

PLANO DE PORMENOR DA TAPADA

1. Enquadramento e ponderação do procedimento de *dinâmica* a adotar;
2. Desenvolvimento do relatório descritivo e justificativo da proposta de Alteração;

3. Preparação dos elementos para submissão do Aviso, no Diário da República, relativo ao período de participação (preventiva) dos interessados.
4. Elaboração das peças escritas e desenhadas que compõem a proposta de alteração do Plano.
5. Submissão da proposta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, para efeitos de realização da conferência procedimental.

Setor de Sistema de Informação Geográfica

PROJETOS INTERNOS

Projeto de Toponímia e Numeração de Polícia

Números de polícia:

- a) Atribuição de novos números de polícia – quantificação: **184**
- b) Georreferenciação e atualização de números de polícia – quantificação: **274**
- c) Trabalho exterior de recolha e atualização de números, topónimos e outra informação geográfica;

Toponímia:

- a) Georreferenciação e atualização de topónimos;
- b) Georreferenciação e atualização de placas toponímicas – quantificação: 53
- c) Informação técnica sobre topónimos: 22

Rede Viária:

- a) Atualização da rede viária;
- b) Informação técnica sobre vias – quantificação: 13

Certificações/Certidões/Comunicações:

- a) Certificação de morada, de correspondência, de confrontação e de número de polícia – quantificação: 86
- b) Certidões/Comunicações emitidas – quantificação: **334**

Edificado:

- a) Atualização – quantificação: 45

Obras particulares:

- a) Georreferenciação processos de obras particulares – quantificação: 50
- b) Georreferenciação de licenças de construção;
- c) Georreferenciação de alvará de loteamento.

Informação Cadastral:

- a) Informação técnica sobre cadastro predial – quantificação: 5.

Outros:

- a) Atendimento aos Munícipes;
- b) Plantas de localização e mapas;
- c) Extração de informação geográfica da BD para cedência e elaboração dos respetivos termos de compromisso.

COLABORAÇÕES COM OUTROS SERVIÇOS MUNICIPAIS

1. Fiscalização e Contencioso

- 1.1. Informação a aumento de compartes ou constituição de compropriedades – Georreferenciação e Informação – quantificação: **44**

2. Licenciamentos Não Urbanísticos

- 2.1. Elaboração de diversas plantas no âmbito dos pedidos de utilização de vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras.

3. Divisão de Ambiente e Sustentabilidade

- 3.1. Rede de Cadastro das Infraestruturas de Águas no Concelho de Ourém cedida pela Be Water - Tratamento e inserção dos seguintes temas na base de dados do SIG:
 - 3.1.1. Condutas;
 - 3.1.2. Ramais;
 - 3.1.3. Válvulas;
 - 3.1.4. Hidrantes;
 - 3.1.5. Reservatórios.

4. Divisão de Projetos Técnicos

- 4.1. Inserção em SIG dos seguintes projetos:
 - 4.1.1. Ecovia entre a Ortiga e Fátima;

4.1.2. Parque Ribeirinho;

4.1.3. Jardim de *Le Plessis-Trévisé*.

4.1.4. Zona Industrial de Casal dos Frades.

4.2. Em integração

4.2.1. Mata Municipal de Ourém;

4.2.2. Avenida D. Nuno Alvares Pereira;

4.2.3. EN356 (troço compreendido entre a Zona Industrial de Casal dos Frades e o Nó do IC9 – Pinheiro).

5. Divisão de Obras Municipais

5.1. Informação no âmbito de construção de infraestruturas aptas ao alojamento de telecomunicações eletrónicas: **34**

6. Sistema de Informação Geográfica

6.1. Tratamento da base de dados

6.1.1. Análise e comparação dos diversos temas existentes nos vários *sites de mapas* disponíveis no SIG do Município de Ourém.

6.1.2. Georreferenciação de conteúdos geográficos.

6.2. Acesso ao *WebService* para *AutoCAD* para técnicos externos ao Município de Ourém.

6.3. Resolução de problemas relacionados com o Portal de Submissão de Processos de Obras Particulares.

2.3.5 – DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

A Divisão de Ação Cultural, foi criada com base na alteração da estrutura orgânica publicada a 16 de janeiro de 2020 e tem como principal missão: planejar, programar e desenvolver a ação municipal no domínio da cultura.

2.3.5.1 – Setor de Intervenção Cultural e Cidadania

a. AGENDA CULTURAL 2020

A Agenda Cultural de Ourém tem como principal objetivo ser um canal privilegiado de comunicação da dinâmica cultural concelhia. Tendo em conta toda a situação pandémica em 2020 apenas foi possível editar em suporte físico a Agenda JAN_JUN 2020, tendo a sua

distribuição sido interrompida no início de março. A restante programação cultural foi sendo adaptada conforme as circunstâncias iam permitindo.

- I. Reunião de trabalho com a União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais com vista à criação de programação cultural para o espaço 'Mercado do Peixe', para definição de estratégias e proposta de programação;
- II. Compilação de conteúdos para a Agenda Semestral JUL/DEZ 2020;
- III. Adaptação de conteúdos planificados da Agenda Semestral JUL/DEZ 2020 para conteúdos digitais, em articulação com o GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação;
- IV. Conceção e realização da programação cultural regular online "Cultura em Casa", em articulação com restantes setores da DAC e com o GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação:
 - i. PALCO: espaço que visa a promoção e divulgação, nas plataformas digitais, de dinâmicas das coletividades culturais em diferentes áreas (música, dança, folclore, teatro, ...), funcionando como uma rede e veículo de proximidade de e para a comunidade.

26/04 – AMBO - Academia de Música Banda de Ourém;

02/05 - Associação Filarmónica 1.ª Dezembro Cultural e Artística Vilarense Reis Prazeres;

08/05 - Associação Social e Cultural de Fontainhas/Grupos de Cantares Populares;

09/05 - Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Moita Redonda/Grupo de Cavaquinhos;

10/05 - Sociedade Filarmónica Ouriense;

15/05 - Rancho Folclórico "Os Moleiros da Ribeira";

16/05 - OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém/Orquestra de Sopros;

17/05 - Associação Sénior de Ourém/Rancho Folclórico;

22/05 - Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas/Grupo de Teatro APOLLO;

23/05 - Casa do Povo de Fátima/Rancho Folclórico;

24/05 - Associação Cultural e Recreativa Vale do Nabão/Rancho Folclórico "Lírios do Nabão";

29/05 - Associação dos Andrés/Movimento P'ró Palco;

30/05 - Associação Recreativa das Concertinas de Olival/Amigos da Gandaia;

31/05 - Rancho Folclórico Verde Pinho;

05/06 - Grupo Desportivo Sobralense/Grupo de Teatro “Os Pépétos”;
06/06 - Associação Cultural e Recreativa Vale do Peso/Rancho Folclórico “Rosas de Portugal”;
07/06 - União Desportiva de Pinheiro e Cabiçalva/Rancho Folclórico “Lírios do Campo”;
12/06 - Rancho Folclórico “Os Camponeses”;
13/06 – ARABESQUE - Academia de Dança, CRL;
14/06 – GRADACAL - Grupo Recreativo de Danças e Cantares Lagoense;
28/06 – Olivalencanto - Associação Cultural;

- V. 21 de junho: assinalando o Dia Europeu da Música, assistiu-se a uma performance em itinerância da banda oureense PSP - PODIA SER PIOR, pelas principais artérias da cidade de Ourém. A banda levou música, ritmo e animação à população que, tendo em conta as circunstâncias que vivemos, assistiu a partir das varandas e janelas de suas casas.



- VI. 20 de agosto: “João, Benjamin e companhia... saem à rua”, concerto ao vivo da série de concertos online iniciados por Benjamin - que contam frequentemente com a participação de João Silva, Hidde Kleikamp e outros convidados - como forma de contornar o encerramento das salas de espetáculos e que celebrou um encontro de culturas. Contou com a presença de cerca de 75 pessoas no público.



- VII. 17 de outubro: “Danças Sinfónicas”, pela Orquestra de Sopros de Ourém da AMBO – Academia de Música Banda de Ourém no Auditório do Edifício Multiusos da Escola Básica e Secundária de Ourém, um concerto que teve como principal intuito celebrar as danças populares e tradicionais de diferentes origens geográficas, adaptadas ao meio sinfónico para Orquestra, proporcionando ao público uma viagem sensorial a diferentes culturas, linguagens e gentes. Contou com a presença de cerca de 80 pessoas no público.



- VIII. Conceção e realização da programação NATAL CULTURAL, em formato online, celebrando a quadra natalícia, com rúbricas enriquecidas com a participação da comunidade, uma articulação entre a DAC e o GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação:

- i. *Natal na Biblioteca* - com o objetivo de chegar aos utilizadores habituais da biblioteca e a novos potenciais utilizadores, a equipa da Biblioteca Municipal de Ourém propôs aumentar a sua presença nas redes sociais, através de vídeos focados na promoção da leitura e das literacias, com momentos de leitura e artes manuais à volta do tema natalício;



- ii. *O Natal cá de Casa* – com contributos dos munícipes que partilharam imagens com as decorações natalícias de suas casas;
- iii. *Postais de Boas Festas* - as instituições culturais concelhias partilharam, em vídeo, um "postal" especial que encoraja a olhar as solenidades como uma oportunidade de fortalecer os laços que nos unem, apesar do distanciamento;
- iv. *Tons de Natal* – com o objetivo principal de proporcionar pequenos momentos artísticos aos munícipes, com enquadramento na época natalícia e através da participação de diferentes agentes culturais foi dado ênfase à pluridisciplinaridade artística do concelho;
- v. *Artes em Família* – com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de capacidades de expressão, e ao mesmo tempo, tornar as férias de Natal diferentes e divertidas;
- vi. *Conta-me como era em tua casa* – com o propósito de promover a partilha das memórias da época natalícia, em que alguns munícipes partilharam histórias de tradições ou vivências familiares relativas a esta época, numa estreita colaboração com as freguesias de Atouguia, Caxarias, Espite, Fátima, Urqueira, N.ª Sr.ª da Piedade, N.ª Sr.ª das Misericórdias, União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos e a União de Freguesia de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;

b. PROJETOS

I. REDE CULTURA 2027

O Município de Ourém encontra-se envolvido na parceria de apoio à candidatura de Leiria a Capital Europeia da Cultura, estando a desenvolver um conjunto de ações que fomentem a Rede Cultura 2027. A agregação e articulação com os agentes culturais do concelho em torno do projeto é um ponto-chave dessa dinâmica, havendo a possibilidade de inserirem conteúdos na plataforma da rede.

- i. Lançamento na plataforma digital da programação cultural do Município;
- ii. 24 de junho: transmissão em "streaming" da iniciativa “Congresso às quartas”, subordinada ao tema “Fazer face à crise: retomar a atividade e novas modalidades de financiamento” que teve como base a reflexão das atuais problemáticas da cultura, os impactos e a recuperação da crise pandémica nas artes e na cultura.

Moderada por Gonçalo Cardoso (Conservador de Museu), a sessão contou com a participação presencial de Carlos André (crítico literário, antigo governador civil de Leiria e diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), João Aidos (programador e assessor cultural), Marco Daniel Duarte (diretor do Museu e do Departamento de Estudos do Santuário de Fátima), participando ainda, via videoconferência, Maria de Jesus Monge (diretora da Museu-Biblioteca da Casa de Bragança) e Nuno Mangas (antigo presidente do Instituto Politécnico de Leiria e presidente da Agência para a Competitividade e Inovação).



iii. *Grupo marcadores contemporâneos*

- a. Contributo para a produção de uma coletânea que evidencie a História recente, através do lançamento do livro “Retratos de um território”, a primeira publicação da Rede Cultura 2027, que contou com artigo do historiador oureense José Manuel Dias Poças das Neves sobre o Comendador Armando Lopes, emigrante natural do concelho de Ourém que construiu um grupo empresarial de sucesso;

iv. *Mapeamento dos marcos territoriais*

- a. Pretende criar-se um sistema de informação que permita contribuir para ‘informar intervenções de carácter conservativo, reabilitativo e de valorização e recriação/reconversão inovadora do património, devolvendo à comunidade o que, verdadeiramente, lhe confere carácter e distintividade’;

v. *Congresso “O futuro da nossa cidade”*

- i. 17/09/2020: reunião de trabalho por videoconferência, para a organização do congresso;

- ii. 23/10/2020: intervenções em direto no Congresso, na sessão inaugural (Sr. Presidente da Câmara) e no âmbito da síntese de trabalhos das Oficinas do Futuro;
- iii. 24/10/2020: participação presencial no segundo dia do Congresso no Centro Cultural e de Congressos de Caldas da Rainha;
- vi. *Programa Educação “Gentes e Lugares”*

Concurso para crianças e jovens (pré-escolar ao secundário) que tem o objetivo de envolver a escola na divulgação de pessoas e lugares que marcam o território. Iniciativa com acompanhamento mais próximo da DEVS – Divisão de Educação e Vida Saudável;

- vii. *Exposição “Identidade Territorial: Imaginário Visual da Região”*

Imagens históricas dos municípios da RC 2027 reinterpretadas por fotógrafos convidados, expostas no MIMO-Museu da Imagem em Movimento



- viii. *Roteiros Imersivos pelo território*

Elaboração do roteiro imersivo “Sabores, Sentires e Saberes - De Fátima ao Agroal”, programada para o dia 24 de outubro, cancelado tendo em conta circunstâncias relacionadas com a pandemia e adiado para o dia 17 de abril 2021;

II. CAMINHOS DA PEDRA – Programação Cultural em Rede

- i. O Município de Ourém aderiu ao projeto cultural ‘CAMINHOS’ como entidade co – beneficiária. Este projeto foi planeado no âmbito da candidatura “MÉDIO TEJO – PROJETO CAMINHOS” liderada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), ao aviso de concurso n.º CENTRO – 14 – 2016 – 03 – Programação Cultural em Rede, inserido no Programa Operacional Regional do Centro 2014 – 2020, do Portugal 2020. Apesar de ter sido submetida a programação do Ciclo da Pedra 2020, em reunião intermunicipal houve

necessidade de suspender a programação, em virtude dos constrangimentos provocados pela pandemia de Covid-19.

III. “PATRIMÓNIO CULTURAL – MEMÓRIA COLETIVA” - Programação Cultural em Rede,

3.3. Projeto planeado no âmbito da candidatura ao aviso de concurso n.º CENTRO – 14 –2020 – 12 –Programação Cultural em Rede, inserido no Programa Operacional Regional do Centro 2014 – 2020, do Portugal 2020. Conforme Protocolo de Parceria, e sendo o Município de Ourém líder, este projeto propõe implementar uma rede de programação cultural que agrega 3 Municípios da Região do Médio Tejo: Alcanena, Ourém e Tomar. Irá permitir a realização de ações nas áreas culturais e artísticas com o objetivo de promover a dinamização, promoção e desenvolvimento do património cultural, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade dos territórios. Com um investimento municipal no valor de 100.000,00€, financiado em 100% o programa desenhado nesta candidatura assenta na apresentação de projetos artísticos e culturais de elevada qualidade. Estes projetos serão concretizados em vários espaços e locais do concelho, sendo premissa do executivo a aposta na descentralização, na diminuição de assimetrias e no reforço da coesão territorial, valorizando e divulgando os bens culturais e patrimoniais do território, bem como a fruição da arte. Candidatura APROVADA.

IV. O CAMINHO DAS PESSOAS - Programação Cultural em Rede

i. Projeto planeado no âmbito da candidatura ao aviso de concurso n.º CENTRO – 14 –2020 – 12 –Programação Cultural em Rede, inserido no Programa Operacional Regional do Centro 2014 – 2020, do Portugal 2020 em que a CIMT assumiu o papel de entidade líder e executora e os 13 Municípios do Médio Tejo como beneficiários. Candidatura em AVALIAÇÃO

V. REDE DE VILAS CULTURAIS - Programação Cultural em Rede

i. Candidatura instruída no âmbito do aviso de concurso n.º CENTRO – 14 –2020 – 12 –Programação Cultural em Rede, inserido no Programa Operacional Regional do Centro 2014 – 2020, do Portugal 2020 liderada pela Associação Cultural Batalha pela Cultura, em parceria com os Municípios de Ourém, de Porto de Mós e de Vila Nova da Barquinha 14/08/2020: reunião de trabalho com a AcBC, líder de candidatura para definição e planeamento de trabalho. Candidatura em AVALIAÇÃO.

VI. MAPAS: NATUREZA | Programação Cultural em Rede

- i. Apoio na preparação da documentação necessária para a candidatura do Aviso n.º CENTRO-14-2020-12 para Investimento em Programação Cultural em Rede, à entidade promotora, a DESTINATURE – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza, nomeadamente no Protocolo de Parceria e Declaração de Regime de Espaços. Candidatura em AVALIAÇÃO.

VII. ROTAS E PERCURSOS

i. *Rota Carmelita:*

- a. Integrada no projeto nacional “Caminhos de Fátima” é um percurso proposto aos peregrinos a pé entre o Convento das Carmelitas, em Coimbra (local onde viveu a irmã Lúcia) e o Santuário de Fátima. No município de Ourém, o traçado tem a distância de 40 km, com início na Vila de Freixianda, passando por Rio de Couros, Caxarias, Seiça, Ourém (N.ª Sr.ª da Piedade e N.ª Sr.ª das Misericórdias), Atouguia e Fátima. Conclusão da sua implementação.;

ii. *Rota do Carso:*

- a. Acompanhamento da prossecução dos trabalhos, implementação da sinalização no terreno e da produção dos painéis e outros suportes informativos relativos à candidatura a fundos comunitários da CIMT ‘Rotas e Percursos no Médio Tejo’, componente ‘Grande Rota do Carso’ (candidatura supramunicipal, em parceria com os Municípios de Torres Novas e Alcanena);

iii. *Rota dos Templários:*

- a. A Comunidade Intermunicipal do Medio Tejo (CIMT) está a desenvolver um projeto no âmbito do Turismo Militar, tendo integrado a conceção e implementação de uma Rota Templária no Médio Tejo, numa candidatura aprovada na Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior do Turismo de Portugal. O Município de Ourém é parceiro e tem desenvolvido trabalho na estruturação da rota;

- iv. *Passadiço do Agroal:* Acompanhamento de todo o processo com vista à aprovação do projeto por parte das entidades (APA, ICNF). Ultrapassada essa fase de concertação, o processo foi remetido a reunião de Câmara para aprovação. Finda esta fase de licenciamento, a obra está a ser acompanhada pela Divisão de Estudos e Projetos.

I. PLACAS TOPONÍMICAS PARA A CIDADE DE OURÉM

- i. Acompanhamento dos trabalhos, em articulação com outros serviços municipais.

II. POSTO DE TURISMO DE FÁTIMA

- i. Com vista à valorização da “sala polivalente” do Posto de Turismo de Fátima, iniciaram-se os trabalhos de projeto que visam a criação de mais mobiliário de apoio, bem como de iluminação adequada à atividade expositiva, já que esta sala, desde há mais de um ano, tem acolhido exposições de caráter temporário.

c. SEMANA SANTA E VIA SACRA AO VIVO 2020

- I. Apesar de se ter iniciado a organização da 22.ª edição da Semana Santa e Via Sacra ao Vivo, com a realização de uma reunião geral a 15 de fevereiro e ensaios a 28/02 e 06/03, a mesma foi cancelada devido aos constrangimentos causados pela pandemia de Covid19, em reunião realizada a 13/03.

d. CERIMÓNIAS OFICIAIS DO 25 DE ABRIL

- I. Concerto online ‘Abril em casa...mas Sempre!’, espetáculo com um repertório associado à ‘Revolução dos Cravos’ e interpretado pelos artistas José Santos e Rui Sérgio.



e. COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA DANÇA

- I. Adaptação da programação do Dia Mundial da Dança para plataformas digitais: articulação e criação de conteúdos com a colaboração e participação das coletividades culturais: AMBO - Academia de Música e Banda de Ourém/Danças Latinas, Casa do Povo de Fátima/HipHop e ARABESQUE – Academia de Dança, CRL/Ballet, bem como com Dulce Maurício.



f. TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM

Durante o ano de 2020, o edifício dedicado ao antigo Cineteatro Municipal de Ourém esteve sujeito a obras profundas de requalificação pelo que não foi possível desenvolver qualquer atividade no mesmo. A par disso a DAC fez acompanhamento mais técnico tendo em conta o futuro modelo de gestão:

- i. Reuniões técnicas para definição de instalação de modelo de funcionamento e modelo gestão, com JAidos – Consultoria e Gestão de Projetos, Lda;
- ii. Reunião técnica entre equipa de acompanhamento de obra e DAC;
- iii. Implementação e acompanhamento de visitas técnicas;
- iv. Constituição de grupo de trabalho para organização de exposição sobre cinema/teatro em Ourém e definição de metodologias e estratégias de trabalho.

g. EXPOSIÇÕES

I. Posto de Informação e Turismo de Fátima

- i. 05/03/2020 - Inauguração da Exposição ‘*Shrines of Europe*’;
- ii. 20/07/2020 - Inauguração da Exposição ‘SVE na Ucrânia’ por Telmo Romeu Simões; 27/09/2020 – Inauguração da Exposição “50 anos da Casa do Povo de Fátima”.



II. Auditório Cultural dos Paços do Concelho

- iii. 30/01/2020 – Inauguração da exposição de artes plásticas ‘DESAFI-ARTE’, de Manuel Vieira;
- iv. 26/09/2020 – Inauguração da Exposição “Bem-vinda Sejas Amália”.



Exposição Virtual dos Alunos de Artes do Agrupamento de Escolas de Ourém

- i. 31/05/2020 – Inauguração e lançamento na plataforma Facebook do Município.



h. GESTÃO DE MATERIAL E ESPAÇOS:

- I. Gestão do empréstimo de cadeiras a outros serviços municipais, este ano apenas para atividades do município.
- II. Cedência de espaço do Auditório Cultural dos Paços do Concelho:
 - i. 01/02/2020, cedência à ARABESQUE – Academia de Dança, CRL, para palestra ‘À conversa com dança’;
 - ii. 02/02/2020, cedência à AMBO – Academia de Música e Banda de Ourém para concerto comemorativo do 46.º aniversário do Coral Infantil e Juvenil;
 - iii. 06/02/2020 – cedência à Associação Sénior de Ourém, para palestra de Frei Bento Domingues;

- iv. 08/03/2020, cedência à ARABESQUE – Academia de Dança, CRL, para palestra ‘À conversa com dança’;
- v. 14/07/2020 e 17/07/2020, cedência do Auditório Cultural dos Paços do Concelho à OUREARTE – Escola de Música e Artes de Ourém.

i. OUTROS

- I. Acompanhamento, até ao encerramento das atividades letivas, do Protocolo de Cooperação para o desenvolvimento do PIT - Plano Individual de Transição, realizado entre o Município de Ourém e o Agrupamento de Escolas de Ourém;
- II. Acompanhamento e apoio à Sociedade Filarmónica Ouriense no âmbito da gravação do Hino da Restauração;

2.3.5.2. – Setor do Museu Municipal e Património

a. PROJETOS

I. CASTELO E PAÇO DOS CONDES

- i. Acompanhamento de obra, em conjunto com outros serviços municipais, do projeto de “Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para espaços museológicos” (candidatura ITI e PEDU):
 - 1. Reunião com a Direção Geral do Património Cultural (Arq. João Herdade) e reuniões internas relativas às acessibilidades;
- ii. Trabalhos arqueológicos:
 - 1. Submissão de novo Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) pela arqueóloga Seara Rei à Direção Geral do Património Cultural (DGPC), no âmbito do “Projeto de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes e sua adaptação para espaços museológicos”;
 - 2. Elaboração e submissão à DGPC de várias notas técnicas ao longo do ano, sempre que surgiram vestígios relevantes ou que poderiam ser afetados, pelo projeto em curso;
 - 3. Realização de acompanhamento arqueológico em fase de execução de obra com diferentes frentes de trabalho;
 - 4. Elaboração do procedimento para a contratação de um(a) Arqueólogo(a) para reforço da equipa de arqueologia, por existirem mais do que uma frente de trabalho.

5. Escavação e registo arqueológico descritivo, fotográfico e de desenho técnico, de planos e de alçados, de diversas estruturas arqueológicas detetadas no âmbito dos trabalhos;
6. Submissão de várias Notas técnicas_APO20 à DGPC, com descrição dos contextos arqueológicos que surgiram no âmbito dos trabalhos de acompanhamento arqueológico na Obra de Reabilitação de Castelo e Paço dos Condes de Ourém;
7. Trabalhos preparativos para implementação das medidas de minimização, através da realização de sondagens arqueológicas, no Largo da Graça onde surgiram contextos arqueológicos preservados;



8. Elaboração do procedimento para a contratação de um(a) Antropólogo(a) Biológico(a), por terem surgido em conexão vestígios osteológicos humanos.
9. Trabalhos de escavação no âmbito da antropologia biológica, em duas zonas distintas da obra onde surgiram vestígios osteológicos humanos.



10. Execução do 3.º “Relatório de Progresso dos Trabalhos Arqueológicos, no âmbito da Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e Sua Adaptação para Espaços Museológicos - Arqueologia Preventiva de Ourém (APO20)”, para envio à DGPC sob a responsabilidade científica da arqueóloga Seara Rei;

11. Limpeza do material arqueológico, proveniente dos trabalhos arqueológicos que estão a decorrer, no âmbito do projeto de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para Espaços Museológicos’;
- iii. Trabalhos de execução e reuniões de acompanhamento relativos aos dois projetos: Área 1 - “Estudo de valorização patrimonial do Castelo, Paço dos Condes e Centro Histórico de Ourém”; e Área 8 - “Torre do Alcaide: Passados (re)construídos, futuros imaginados”, ambos aprovados em candidaturas de financiamento ao Programa *Promuseus - Programa de Apoio a Museus da Rede Portuguesa de Museus* – Aviso N.º Aviso n.º 7473/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 83 — 30 de abril de 2019.
- iv. Trabalho de recolha e inventário de argamassas para estudo e caracterização por parte do LNEC, no âmbito do projeto “Estudo de valorização patrimonial do Castelo, Paço dos Condes e Centro Histórico de Ourém”.
- v. Elaboração e submissão à DGPC do relatório de execução do projeto Área 1 “Estudo de valorização patrimonial do Castelo, Paço dos Condes e Centro Histórico de Ourém”.

II. VILA MEDIEVAL DE OURÉM

- i. Submissão do Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) e acompanhamento arqueológico da instalação de MUPI, no âmbito do projeto: “Ourém-Fátima: Destinos Turísticos Acessíveis” na Vila Medieval de Ourém, a pedido da Divisão de Empreendedorismo e Turismo, sob a responsabilidade científica da arqueóloga Seara Rei.
- ii. Acompanhamento do processo de contratação de serviços para a contenção da ruína sita na rua D. Afonso IV Conde de Ourém na Vila Medieval de Ourém em conjunto com a DOMSU.
- iii. Levantamento topográfico e arquitetónico do edifício sito na Rua S. José para posterior submissão de programa e projeto de obras.
- iv. Pedido de parecer à DGPC sobre a viabilidade de alargamento parcial, de uma via na Vila Medieval de Ourém (IIP).

III. CAPELA DE S. SEBASTIÃO

- i. Pedido e acompanhamento da erradicação da vegetação existente, através da aplicação de herbicida no extradorso das abóbadas e no topo das estruturas da capela - 04 de fevereiro, 05 de março, 30 de abril e 02 de julho;

- ii. Colaboração com os serviços da DPT na elaboração de um caderno encargos para a estabilização da estrutura, através da erradicação da vegetação e aplicação de uma estrutura provisória;
- iii. Colaboração com os serviços da DPT na elaboração de um caderno de encargos para a realização do projeto de Reabilitação da Capela de São Sebastião.

IV. ANTA DE ZURRAGUE:

- i. Elaboração e submissão de minuta aos proprietários dos terrenos onde se encontra localizada a Anta de Zurrague, em Alburitel com o propósito de implementar o projeto de intervenção, valorização e salvaguarda.

b. INVESTIGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

- I. Apoio a estudantes e investigadores através do acesso ao Centro de Documentação do Museu Municipal de Ourém;
- II. Inventário do material arqueológico, recolhido aquando dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do projeto ‘Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém’ e sua adaptação para Espaços Museológicos’;
- III. Seleção de material arqueológico para integração nos projetos de musealização: ‘Estudo de valorização patrimonial do Castelo, Paço dos Condes e Centro Histórico de Ourém’; e ‘Torre do Alcaide: Passados (re)construídos, futuros imaginados’;
- IV. Pesquisa bibliográfica, consulta e sistematização da informação relativa ao Município de Ourém, para a posterior disponibilização no site do Museu Municipal de Ourém (MMO);
- V. Preenchimento de questionário referente ao Castelo de Ourém, uma atualização da informação para 2019. Trata-se de um estudo inédito do OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais, denominado “Da salvaguarda à valorização: os monumentos nacionais de Portugal e a abertura ao público;
- VI. Compilação de informação científica para a construção da rubrica ‘Aprender no Museu: A Geologia de Ourém’;
- VII. Elaboração de Auto de Cedência Temporária de Bens Culturais Móveis para empréstimo de peça ao m|i|mo – Museu da Imagem em Movimento de Leiria, para a exposição temporária ‘*Identidade Territorial: Imaginário visual da Região*’ organizada no âmbito da Rede Cultura 2027, que está patente de 23 de outubro de 2020 a 31 outubro de 2022;
- VIII. Elaboração de Auto de Cedência Temporária de Bens Culturais Móveis para empréstimo de peça do Museu Municipal de Ourém ao Santuário de Fátima, para a exposição

temporária '*Os rostos de Fátima: fisionomias de uma paisagem espiritual*', organizada e patente naquela entidade de 28 novembro de 2020 a 15 outubro de 2022.

- IX. Início do processo de incorporação no acervo do MMO, de peças que pertenciam a serviços do Município de Ourém: uma bomba de água que existia numa escola primária, um antigo aparelho de deteção de fugas de água nas paredes, e de duas motorizadas antigas que eram utilizadas pelos serviços municipais;
- X. Início de parceria técnica com o Museu de Leiria, na troca de informações sobre brinquedos de plástico permitindo enriquecer do inventário de ambos os Museus. Completando-os através da identificação dos fabricantes e dos polímeros (plásticos) constituintes.
- XI. Elaboração de processos de doação de incorporação no acervo do MMO, de peças doadas por particulares.
- XII. Seleção e empréstimo de peças do acervo da Casa de Ourém e do Acervo Escolar do Museu Municipal de Ourém, para exposição temporária no Centro de Documentação Joaquim Ribeiro.

c. CONSERVAÇÃO

- I. Conservação e restauro de documentos do Arquivo Histórico, realizados pela voluntária Salomé Batista;
- II. Restauro de 40 livros do acervo da Biblioteca Municipal, que se encontravam danificados;
- III. Manutenção das peças expostas na Casa do Administrador através da monitorização do estado de conservação e limpeza das zonas expositivas;

d. INTERPRETAÇÃO E EXPOSIÇÃO

I. SERVIÇO EXPOSITIVO – CASA DO ADMINISTRADOR

- i. Exposição de longa duração: Ourém– Dualidades I VILLA NOVA DE OURÉM 1900;
- ii. Exposição temporária – 'Crianças entre Crianças, Os Pastorinhos de Fátima na Casa do Administrador';

II. SERVIÇO EXPOSITIVO – GALERIA DA VILA MEDIEVAL

- i. 13/02/2020 – Inauguração da *Exposição de fotografia 'ARQUIPÉLAGO' de João Ferreira*, que captou a essência de pessoas autênticas em contextos reais, através de um ensaio fotográfico na Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, numa África insular carente de recursos naturais, exibindo uma visão despida de filtros e ilusões, que

demonstra a força da fotografia a preto e branco na documentação de uma realidade de um país jovem, a comemorar quatro décadas de independência.

- ii. 01/10/2020 - Abertura da *Exposição 'Nuno, o Homem e o Santo'* – exposição coletiva dos artistas oureenses, Ana Oliveira, Conceição Mendes, Gabriel Lagarto, Lena Perdigão, Nuno Gaivoto e Roberto Chichorro, desafiados a trabalhar a figura de D. Nuno Álvares Pereira / São Nuno de Santa Maria, em toda a riqueza e complexidade da sua personalidade, figura incontornável da história nacional e local.



e. SERVIÇO CULTURAL E EDUCATIVO

I. SERVIÇO EDUCATIVO

i. Atividades

- a) 03/01 – Oficina pedagógica: “Aprender no Museu: Dominó da Escrita” – Centro de Bem Estar do Bairro (21 participantes);
- b) 29/01 – “Uma Peça, Muitas Histórias” – EB1 das Fontaínhas da Serra (19 participantes);

- c) 06 e 20/02 – “Nos Bastidores do Museu” – Duas turmas de 3.º ano de Centro Escolar Santa Teresa e do Centro Escolar das Misericórdias (47 participantes);



- d) 04 e 11/03 – Caça ao Tesouro... na Vila Medieval – 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano do Centro Escolar do Olival (35 participantes);
- e) 04/07, 16 e 23/08 – Explorar Ourém: ‘Peddy Paper’ na Cidade de Ourém: sempre com a participação máxima (de 5 famílias);
- f) 19/07 e 27/09 – Explorar Ourém: ‘Peddy Paper’ na Vila Medieval: com a participação máxima (de 5 famílias);
- g) 20/09 – Explorar Ourém: ‘Peddy Paper’ no Parque Natureza do Agroal: com a participação máxima (de 5 famílias);



- ii. Desafios online direcionados às entidades que asseguram CAF's e CATL's em períodos de interrupção letiva:
- a) 15/07/2020: Dia Nacional dos Avós (26/07);

- b) 05/08/2020: O Nosso Castelo é assim!
- iii. Levantamento e proposta de programação para assinalar dias comemorativos no ano 2021.
- iv. Preparação e gravação da criação dos postais de boas festas para a rubrica de natal 'Artes em Família.
- v. TOQUE DE MIDAS – Serviços Educativos em Rede
 - h) 15/07/2020: reunião de trabalho online para proposta de trabalho em conjunto entre Museu Municipal Carlos Reis – Torres Novas, Museu Municipal Leonel Trindade – Torres Vedras, Museu Municipal de Sesimbra, Museu Municipal de Loulé e Museu Municipal de Ourém, na área do Serviço Educativo;
 - i) Definição de metodologia de trabalho para criação de vídeo conjunto sobre património local, para integrar programa das Jornadas Europeias do património 2020;
 - j) Investigação e criação de conteúdos para vídeo “Das pedras nascem estórias”;
 - k) Lançamento do vídeo conjunto “Das pedras nascem estórias”, sobre patrimónios locais, na programação das Jornadas Europeias do Património. O vídeo foi realizado pelos Serviços Educativos dos Museus Municipais de Carlos Reis – Torres Novas, Leonel Trindade – Torres Vedras, Sesimbra, Loulé e Ourém.

II. Atividades culturais

- i. 04/01/2020 – “Feliz Natal Lobo Mau” pelo Grupo Teatro Apollo;
- ii. 17/01/2020 – Exibição de Filmes e Curtas na Casa do Administrador “Do Cinema à Arquitetura e à Antropologia” com Pedro Figueiredo Neto;
- iii. 26/01 e 16/02/2020 – Danças em Roda;
- iv. 12/02/2020 – Apresentação do Livro: “À descoberta dos fósseis em Portugal”.



III. Visitas guiadas

- i. Realização de visitas livres e de visitas guiadas a 8 grupos/instituições nacionais e estrangeiros na Casa do Administrador (1081 visitantes);
- ii. Realização de visitas livres e de visitas guiadas a 14 grupos/instituições nacionais e estrangeiros na Vila Medieval (1435 visitantes).

f. PROGRAMAÇÃO ONLINE

I. Visitas Guiadas à Casa do Administrador

- i. 14 de abril: Ala expositiva do piso 0;
- ii. 16 de abril: Características históricas e topográficas do concelho de Ourém;
- iii. 18 de abril: Da Aldeia da Cruz à Vila Nova de Ourém;
- iv. 21 de abril: Primeira Guerra Mundial, racionamento e Gripe Pneumónica;
- v. 28 de abril: A estadia dos três pastorinhos em casa do Administrador Artur de Oliveira Santos;
- vi. 30 de abril: Artur de Oliveira Santos;
- vii. 05 de maio: Exposição temporária: “Crianças entre crianças”;

II. Visitas Guiadas à Vila Medieval de Ourém

- i. 07 de maio: História da Vila de Ourém;
- ii. 12 de maio: Fonte gótica;
- iii. 14 de maio: Pelourinho e Casa da Câmara;
- iv. 19 de maio: Cadeias e Casa dos Cónegos;
- v. 21 de maio: Porta de Santarém e Capela de Nossa Senhora da Conceição;
- vi. 26 de maio: Igreja Matriz (antiga Igreja Colegiada);

III. Visitas guiadas aos patrimónios de Ourém

- i. 28 de maio: Ponte e Cruzeiro dos Namorados;
- ii. 09 de junho: Cruzeiro do Regato e Plátano classificado;
- iii. 11 de junho: Antiga Casa dos Magistrados;
- iv. 16 de junho: Igreja Matriz de Ourém e Monumento aos Combatentes de Ourém;
- v. 18 de junho: Fonte de St.ª Teresa;
- vi. 23 de junho: Jazido da Oficina Korrodi;
- vii. 25 de junho: Capela de S. Sebastião;
- viii. 30 de junho: Vila de Olival;

IV. Memórias do Arquivo Histórico Municipal

-
- i. 15 de abril: A Gripe Pneumónica de 1918: a implementação de medidas de higiene;
 - ii. 17 de abril: A Gripe Pneumónica de 1918: contabilização de número de mortos;
 - iii. 22 de abril: A Gripe Pneumónica de 1918: O racionamento;
 - iv. 25 de abril: O 25 de abril em Ourém;
 - v. 29 de abril: A Gripe Pneumónica de 1918: Pedido de ajuda ao Governo e ao Diretor Geral de Saúde, Dr. Ricardo Jorge;
 - vi. 06 de maio: A Gripe Pneumónica de 1918: o fecho das escolas;
 - vii. 08 de maio: A Gripe Pneumónica de 1918: proibição de toque de sinos;
 - viii. 22 de maio: A Gripe Pneumónica de 1918: a Sopa dos Pobres em Vila Nova de Ourém;
 - ix. 29 de maio: A Gripe Pneumónica de 1918: A Primeira Guerra Mundial;
 - x. 05 de junho: A Gripe Pneumónica de 1918: Os pastorinhos Francisco e Jacinta Marto, vítimas da Gripe Pneumónica;
- V. *Depois de derrotarmos o vírus vou conhecer...*
- i. 04 de maio: Cripta de D. Afonso, 4.º Conde de Ourém;
 - ii. 11 de maio: Agroal;
 - iii. 25 de maio: Fonte dos Cavalos e Calçadas da Carapita e Mulher Morta;
 - iv. 1 de junho: Capela e Santuário de Nossa Senhora da Ortiga;
 - v. 08 de junho: Igreja de Nossa Senhora da Piedade;
- VI. *Recantos e Encantos de Ourém*: rúbrica que fomentava a participação da comunidade através da partilha de fotografias de lugares emblemáticos do nosso concelho ou de algum recanto menos conhecido, de um património, monumento, lugar natural, objeto tradicional e identitário.
- VII. *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios* – 18 de abril: momento anual de celebração da diversidade patrimonial e uma oportunidade de aumentar a consciência pública relativamente à diversidade do património e aos esforços necessários para o proteger e conservar, permitindo, ainda, chamar a atenção para a sua vulnerabilidade. Incluiu a estreia do vídeo "NO ESTALEIRO DO CASTELO", referente à evolução da obra de reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém.
-

VIII. *Dia Internacional dos Museus – 18 de maio*: por iniciativa do ICOM – Conselho Internacional dos Museus desde 1977, pretende contribuir para uma reflexão sobre o papel dos Museus no desenvolvimento da sociedade e, em 2020, o tema da comemoração incidia sobre “Museus para a Igualdade: Diversidade e Inclusão”. Em Ourém, o dia assinalou-se com uma programação exclusivamente online disponibilizada no Facebook oficial do Município de Ourém;



- i. *“Eu já passei uma noite no museu!”*: jovens participantes nas últimas comemorações do Dia Internacional dos Museus relatam as experiências vividas ao pernoitar no Museu Municipal de Ourém, numa noite com muitos jogos, histórias, visitas e descobertas que ligam Ourém e o seu património à vida de cada um.
- ii. *“Quem sabe, sabe...”*: compilação de depoimentos e de crianças ourensenses em resposta a questões como “O que é um Museu?”, “O que se faz num Museu?”, entre outras.
- iii. *“Castelo e Paço dos Condes: apresentação dos resultados intercalares”*: A partir do estudo do Castelo e Paço dos Condes de Ourém, João Pedro Bernardes, Nuno Senos e Saúl Gomes refletem sobre os resultados preliminares dos projetos de investigação por si conduzidos, onde foram privilegiadas as áreas da arqueologia, da história medieval, moderna e contemporânea e da história da arte.

g. COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO TURÍSTICA

- i. Comunicação das atividades culturais e de serviço educativo do MMO para os público-alvo;
- ii. Seleção de peças do acervo do Museu Municipal e edição gráfica para divulgação da rubrica “Peça do mês” de 2020, para publicação na plataforma ‘facebook’;
- iii. Compilação de informação sobre a flora do concelho de Ourém, em base de dados específica para o efeito e publicação de espécies, seleccionadas, no ‘facebook’;
- iv. Compilação de informação para a rubrica ‘Recantos e Encantos de Ourém’;

- v. Preparação e gravação dos episódios da rubrica 'Aprender no Museu: A Geologia de Ourém';
- vi. Preparação e gravação do vídeo 'Há água no Castelo' a integrar na primeira rubrica de 'Museus Toque de Midas – Património e Educação' do grupo de trabalho 'Toque de Midas', da RPM, a lançar nas Jornadas Europeias do Património, com o título 'Das pedras nascem estórias';
- vii. Produção de texto promocional para o "GoldenBook" em parceria com a DET;
- viii. Submissão de proposta e acompanhamento do processo para reportagem sobre o Museu Municipal na revista "I Like This" e no suplemento do Jornal "Expresso";
- ix. Acompanhamento do processo de produção do plano de atividades do projeto "Shrines of Europe";
- x. Produção de 'posts' promocionais para os meios de comunicação da rede "Shrines of Europe".
- xi. Preparação dos conteúdos finais para a Mesa Digital, instalada na Casa do Administrador.

h. PARTICIPAÇÃO EM REDES DE MUSEUS

I. REDE DE MUSEUS DO MÉDIO TEJO

- i. Participação na 1.ª e 2.ª Reuniões dos subgrupos da RMMT – Rede de Museus do Médio Tejo (CIMT), nos dias 20/01 e 21/02;
- ii. Participação na Reunião do subgrupo da RMMT – Rede de Museus do Médio Tejo (CIMT), no 14/05;
- iii. Participação por videoconferência nas reuniões de 13/07 e 01/09;
- iv. Preparação da página de Facebook da Rede. Estratégia de comunicação e avaliação das páginas da Rede;
- v. 09/11/2020: Participação 'on-line' no II Encontro da Rede de Museus do Médio Tejo-RMMT, com o tema "Museus em tempos de pandemia";
- vi. 14/12/2020: Reunião online do GT do MM para balanço do II Encontro da RMMT, reflexão sobre o resultado do inquérito "Museus em tempos de pandemia" e análise sobre a proposta de regulamento da RMMT.

II. REDE DE MUSEUS DA REDE CULTURA 2027

- i. 27/01 e 02/03: participação na 6.ª e 7.ª reuniões "Conversas em Rede";
- ii. 14, 23 e 30/04, 23/07 e 17/09: participação, por videoconferência, nas 8ª a 11ª reuniões "Conversas em Rede", nos dias 14, 23 e 30/04, 23/07 e 17/09;

- iii. 20/04, 21/07, 08/10 e 26/11: participação, por videoconferência, nas reuniões do grupo restrito, no qual o MMO se integra, relativo ao projeto Museu na Aldeia;
- iv. 13/10/2020: reunião de trabalho em Freixianda no âmbito do projeto Museu na Aldeia;
- v. Participação do MMO e do Arquivo Histórico na exposição de fotografia “Rede Cultura 2027 – Identidade Territorial: Imaginário Visual da Região” através do empréstimo do registo digital de fotos antigas do concelho, do empréstimo de um negativo de vidro e de uma foto atual da autoria da fotografa Piedade Oliveira.

i. FORMAÇÃO

- i. Participação na ação de formação: “Turismo Inclusivo” no dia 18 de fevereiro.

j. ESTÁGIOS

- i. Acompanhamento de estágio curricular de Liliana Maria Gonçalves dos Santos, aluna de mestrado em Património Cultural e Museologia, vertente em Conservação e Reabilitação, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- ii. Acompanhamento de Estágio Extracurricular do aluno Rui Paisana no mês de janeiro de 2020 do Curso “Turismo Território e Patrimónios” da Universidade de Coimbra.

k. OUTROS

- i. Gestão de Stocks e Inventário;
- ii. Estudo e reunião para ponderação da participação na iniciativa promovida pela EIPWU “7 Maravilhas da Cultura Popular”;
- iii. Preenchimento de inquérito do INE – IMUS - Inquérito aos Museus;
- iv. Preenchimento de inquérito "Impactos da COVID-19 no setor cultural português", do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em relação ao Museu Municipal de Ourém;
- v. Produção da candidatura e submissão da mesma aos prémios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) com o projeto: “Nos Bastidores do Museu” na categoria *Serviço de Educação e Mediação Cultural*.
- vi. Acompanhamento da construção dos conteúdos da brochura do percurso “Caminho dos Mistérios” pela artista Marina Palácio;
- vii. Preparação e compilação de informação para a construção dos conteúdos da atividade “Explorar Ourém” com a criação de ‘peddy papers’: um, com quatro

variantes, para Ourém, um, com cinco variantes, para a Vila Medieval de Ourém e um para o Parque Natureza do Agroal;

- viii. Apoio ao Serviço de Planeamento do Território, da Divisão de Urbanismo Território, com o auxílio na elaboração de instrumentos de ordenamento territorial e da promoção do desenvolvimento no âmbito do documento Fátima 2030, na área dos recursos do meio físico;
- ix. Compilação de informação científica para a construção da rubrica 'Aprender no Museu: A Geologia de Ourém';
- x. Apoio à Divisão de Ambiente e Sustentabilidade no preenchimento da documentação relativa à candidatura do município ao Programa ECOXXI (Indicador 12 – Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade));
- xi. Preparação do conteúdo sobre a Vila Medieval de Ourém para integrar o 'kit multiformato', e disponibilização do mesmo à associação AccessTUR para a sua transformação em linguagem acessível a diversos públicos, de acordo com o protocolado com a CIMT;
- xii. Emissão de parecer, a pedido do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, IP, respeitante à candidatura apresentada por aquela entidade ao POSEUR, no âmbito do Património Geológico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

OFICINA DE ARTES

- i. Gestão e manutenção do espaço;
- ii. Transferência para a Oficina do Património de equipamentos, ferramentas e materiais consumíveis da área de encadernação, que estavam cedidos para utilização na Oficina de Artes do Vale da Perra;
- iii. 15/09/2020: reunião de trabalho para delinear estratégias de utilização e gestão futura do espaço.

PARQUE NATUREZA DO AGROAL

a) GESTÃO DAS INSTALAÇÕES, DOS BENS E DO PESSOAL AFETOS AO PARQUE NATUREZA DO AGROAL (PNA), EM COORDENAÇÃO COM OUTROS SERVIÇOS MUNICIPAIS

- i. Tratamento do jardim e corte das ervas nos locais de passagem. Manutenção e limpeza das instalações, equipamentos e espaços verdes;

- ii. Crivagem manual de 4m³ de terra vegetal para colocar nos canteiros do Jardim Mediterrânico;
- iii. Arrumo provisório, no edifício principal, dos materiais que se encontravam no edifício da estufa e que está para demolição;
- iv. Aparamento da sebe da vedação pelos colegas do Setor de Jardins e Edifícios Municipais da DAS;
- v. Corte da vegetação pelos sapadores afetos ao Gabinete Técnico Florestal;
- vi. Reparação da bomba submersível, de captação de água do poço, pelos colegas da DOMSU;
- vii. Empréstimo de 4 mesas de piquenique (com bancos incorporados) para a praia fluvial do Agroal, as mesmas ficarão armazenadas nesse local até à próxima época balnear.

b) ACOLHIMENTO, EMISSÃO DE PARECER/INFORMAÇÃO, CONDUÇÃO E GESTÃO DO FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES, DANDO RESPOSTA AOS PEDIDOS DE UTILIZAÇÃO

- O Parque Natureza do Agroal não chegou a abrir em 2020, uma vez que no final do inverno se iniciaram os constrangimentos devido à pandemia de Covid19 e foi decidido manter o equipamento encerrado.

c) ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO DA NATUREZA

- Dia 6 de janeiro – “Mergulho na nascente do Nabão” apresentação do documentário sobre a expedição à nascente do rio Nabão, com o realizador Rui Guerra e o espeleólogo Sérgio Medeiros. Com a participação de alunos do 10.º ano do Colégio de São Miguel e alunos do ensino profissional da Escola Básica e Secundária de Ourém (total de 113 participantes);



2.3.5.3. – Setor da Biblioteca Municipal

a. ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA:

I. “FORA DA ESTANTE” (periodicidade mensal) **sobre os temas:**

1. “Livros que deram filmes” (janeiro);
2. “Irmã Lúcia: Evocação do 15.º aniversário da sua morte” (fevereiro),
3. “Dia Internacional da Mulher” (março);
4. “Dia do Livro Infantil” (abril);
5. “Museologia” (maio);
6. “Autores Locais” (junho);
7. “Bibliotecas” (julho);
8. “Fotografia” (agosto);
9. “José Luís Peixoto” (setembro);
10. “Música” (outubro);
11. “Ciência” (novembro);
12. “Natal” (dezembro).



II. “MINI YOGA ENTRE LIVROS”

Com Cristina Santos, nos dias 04 de janeiro (20 participantes), 01 de fevereiro (12 participantes) e 06 de março (9 participantes).

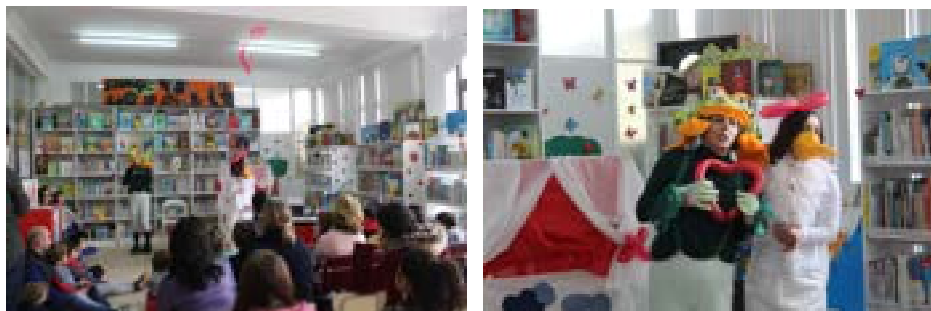


III. “DANÇAS COM LIVROS”

Com Dulce Maurício, nos dias 11 de janeiro (9 participantes) e 15 de fevereiro (7 participantes).

IV. “TEATRO MUSICADO EM FAMÍLIA”

No sábado 08 de fevereiro, às 11h, baseado no livro “O sapo apaixonado” de Max Velthuijs (com 47 participantes).



V. HORAS DO CONTO (destinado ao público escolar)

1. “Bolas, bolas, bolinhas!”, para o pré-escolar, no mês de janeiro (52 participantes)
2. “Elmer e a diferença”, com alunos do CRIO (36 participantes), no dia 04 de fevereiro;
3. “O GRANDE AAA-UUUH!”, para alunos do pré-escolar, nos meses de janeiro (140 participantes) e fevereiro (129 participantes).

VI. Produção de SUGESTÕES DE LEITURA para o site Medio Tejo ponto Net:

1. sobre quatro livros da coleção “Estrelas da literatura juvenil”, da Ed. Fábula e da autoria de Morris Gleitzman. Estas obras são recomendadas pelo PNL – Plano Nacional de Leitura, para leitores dos 12 aos 18 anos: “Um dia”, “A seguir”, “Depois” e “Em breve” (publicação no site do periódico no dia 21 de setembro);
2. sobre o livro “Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres”, de Clarice Lispector/Centenário do nascimento da escritora (publicação no site do periódico no dia 14 de dezembro).

VII. PÁGINA FACEBOOK DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OURÉM

Produção de conteúdos na área da Biblioteconomia e Promoção da Leitura para a página (periodicidade média diária).

VIII. “À CONVERSA COM” Fernanda Collares Borghetti

Encontros com a escritora, à volta das suas obras “O Berço de Aisha” e “Tales e o Efeito Borboleta”, no dia 21 de janeiro, com formandos do Centro Qualifica da Insignare (16



participantes) e no dia 28 de janeiro, com formandos do Centro Qualifica do Agrupamento de Ourém (24 Participantes).

IX. (CON)TRIBUTOS

Apresentação do livro “Crónicas à volta do Mundo” de Rui Daniel Silva, no dia 25 de janeiro, às 21h (26 participantes).

X. HORA DO CONTO “D. NUNO, SANTO CAVALEIRO”

Destinada a crianças dos 06 aos 12 anos - Conceção e construção do cenário.

XI. CNL - CONCURSO NACIONAL DE LEITURA

1. **2019/2020 – Fase Municipal - Ourém:**

- a) Organização dos processos de aquisição de lanches e prémios para todos os participantes;
- b) Realização de Diplomas para todos os participantes;
- c) Execução das provas para todos os ciclos de ensino;
- d) Transposição de todas as provas para o sistema Kahoot;
- e) Realização ao vivo das provas nos seguintes dias:

- 10 de fevereiro de 2020 | 10:30h - Finais da Fase Municipal para o 1.º CEB e 2.º CEB;

- 12 de fevereiro de 2020 | 14:30h - Finais da Fase Municipal para o 3.º CEB e para o Ensino Secundário.

2. **2020/2021 – Fase Escolar** (provas em janeiro de 2021) e **Fase Municipal** (provas em fevereiro de 2021) – Organização de todo o processo, com previsão de realização de provas em linha, ou em cada Biblioteca Escolar.

XII. “HISTÓRIAS À VISTA”

Encontros com a escritora Ana Ventura, nos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Ourém - Atividade de participação gratuita, organizada pela Biblioteca Municipal de Ourém, em parceria com as Bibliotecas Escolares de cada agrupamento. Atividade cofinanciada no âmbito do PEDIME/Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar:

- 09 de março – Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias – 267 participantes;

- 10 de março – Agrupamento de Escolas de Ourém – 329 participantes;

- 11 de março – Agrupamento de Escolas Conde de Ourém – 198 participantes.



XIII. LANÇAMENTOS DE LIVROS

Lançamento do livro “Santa Teresa de Ourém”, de António Rodrigues Baptista, 23 outubro, às 15h00.

XIV. PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE OURÉM

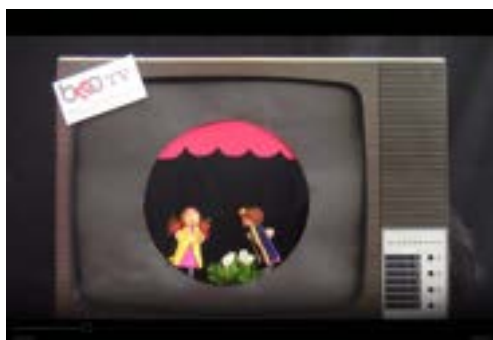
Organização do programa para o ano letivo 2020/2021, com atividades a realizar junto da Comunidade Escolar e das IPSS's do Concelho.

XV. PROGRAMAÇÃO EM LINHA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

1. Realização de vídeos pela Biblioteca Municipal, com edição do GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação, para os “MOMENTOS DE LETURA” do Facebook do Município de Ourém, entre março e setembro de 2020:

- 26/março – “As girafas não dançam”, de Eva Schloss, Karen Bartlett;
- 31/março – “Eu acredito”, de David Machado e Alex Gozblau;
- 02/abril (Dia Internacional do Livro Infantil) – “Elmer”, de David McKee;
- 07/abril - Lenda da Princesa Fátima;
- 13/abril – “A pura inscrição do amor”, de Nuno Júdice;
- 15/abril – “O Paraíso são os outros”, de Valter Hugo Mãe;
- 17/abril - Lenda do Milagre das Rosas;
- 20/abril – “Amar”, de Florbela Espanca”;
- 22/abril – “A coisa que mais dói no mundo”, de Paco Liván e Roger Olmos;

- 23/abril – “Dia Mundial do Livro” (atividade incluída na 3.ª Festa do Livro de Ourém, em linha):
 - Escritor e Mediador de Leitura Nuno Garcia Lopes;
 - Escritora Marine Antunes;
 - Escritor e Investigador José Manuel Dias Poças das Neves;
 - Escritor e Editor César Adão;
 - Escritor Carlos Nuno Granja;
- 24/abril - Lendas das Amendoeiras em Flor;
- 25/abril – “Poemas de liberdade”, de Ruy Belo, Miguel Torga, Sophia de Mello Breyner e João Pedro Mésseder;
- 25/abril – “Leituras de Liberdade”, de Manuel António Pina;
- 27/abril – “Noite de Abril”, de Sophia de Mello Breyner;
- 01/maio - Lenda da Promessa do Além;
- 03/maio (Dia da Mãe) – “Cantiga da mãe” de Alice Vieira + atividade “Quantos queres”;



- 04/maio – “Índice médio de felicidade”, do David Machado;
- 06/maio – “Uma cadela amarela & vários amigos dela”, Manuela Castro Neves + Atividade em origami;
- 08/maio - Lenda da Bilha de S. Jorge;
- 11/maio – “Deixem passar o homem invisível”, de Rui Cardoso Martins;
- 13/maio – “Posso juntar-me ao clube?”, de John Kelly;
- 15/maio - Lenda do Casamenteiro das Velhas;
- 20/maio – “O bolo de chocolate”, de Pilar Ramos + atividade “Receita de bolo na caneca”;
- 22/maio - Lenda da Terra da Galega;

- 25/maio – “História de um gato e de um rato que se tornaram amigos”, de Luis Sepúlveda;
- 27/maio – “O melro artista”, de Marion Deuchars + “Atividade de Expressão Plástica”;
- 29/maio - Lenda de Santa Iria;
- 01/junho (Dia da Criança) – Desafio aos pequenos-grandes leitores da Biblioteca Municipal “O meu livro preferido”;
- 01/junho (Dia da Criança) – “O grande AAA-UUUH!”, de Jonny Lambert;
- 03/junho – “Os direitos das crianças”, de Luísa Ducla Soares e Maria João Lopes;
- 08/junho – “O mocho zarolho da bruxa Faustina”, de Nicha Alvim (autora ourense);
- 10/junho (Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas) – Soneto “Alegres campos, verdes arvoredos” de Luís de Camões;
- 12/junho - Lenda do Milagre da Nazaré;
- 15/junho – “Do templo ao mar sem fim”, de José Sousa Dias, ilustrado por Gabriel Lagarto (autores ourenses);
- 17/junho – “Cancro com humor”, de Marine Antunes (autora ourense);



- 22/junho – “Contos da Biodiversidade”, de Alexandrina Pipa, com ilustrações de Gabriel Lagarto (autores ourenses);
- 24/junho – “Cadernos dos meus versos”, de João Baptista-Lopes (autor ourense);
- 29/junho – “O meu caderno preto”, de Manuel Prazeres Durão (autor ourense);
- 01/julho – “Barco de papel” (poema), de Carlos Frias de Carvalho (autor ourense);
- 06/julho – “Foto & Legenda”, de Nuno Abreu, Sérgio Faria, Pedro Gonçalves e Sérgio Ribeiro (autores ourenses);
- 08/julho – “Confins da Infância” (excerto), de Lains de Ourém e Ana Oliveira (autores ourenses);
- 13/julho – “Autobiografia”, de José Luís Peixoto, da Editora Quetzal;

- 15/julho – “A Fada Palavrinha e o Gigante das Bibliotecas”, de Luísa Ducla Soares, da Editora Livros Horizonte;
- 20/julho – “A biblioteca à noite”, de Alberto Manguel, da Editora Tinta da China;
- 22/julho – “Um lobo culto”, de Becky Bloom e Pascal Biet, da Editora Gato na Lua;
- 26/julho – Dia dos Avós – “Histórias para os avós lerem aos netos” (excerto), de Isabel Stilwell, da Ed. Verso de Kapa;
- 27/julho – “A rapariga que roubava livros”, de Markus Zusak, da Ed. Editorial Presença;
- 29/julho – “Ciclo do Livro”, de Cristina Quental e Mariana Magalhães, da Ed. Gailivro (excerto: Peça de Teatro “Alvorço na biblioteca”);
- 03/agosto – “O retorno”, de Dulce Maria Cardoso, da Ed. Tinta-da-china;
- 05/agosto – “O ganso do charco”, de Caroline Jayne Church, da Ed. Horizonte;



- 10/agosto – “Passageiros em trânsito”, de José Eduardo Agualusa, da Ed. Quetzal;
- 12/agosto – “O Principezinho”, de Antoine de Saint-Exupéry, Ed. Europa-América;
- 17/agosto – “Agosto”, de Rubem Fonseca, da Ed. Dom Quixote;
- 19/agosto – “Os três porquinhos”, história tradicional;
- 24/agosto – “Malala”, de Adriana Carranca, da Ed. Nuvem de Letras;
- 26/agosto – “O polvo coceguinhas”, de Ruth Galloway, da Ed. Minutos de Leitura;
- 31/agosto – Poemas do livro “O outro nome da terra”, de Eugénio de Andrade;
- 02/setembro – “O ratinho e o muro vermelho”, de Britta Teckentrup, da Ed. Edicare;
- 07/setembro – “A sombra do vento”, de Carlos Ruiz Zafón, da Ed. Leya;
- 09/setembro – “Depressa e Devagar”, de Layn Marlow, da Livros Horizonte;
- 15/setembro – Dois Poemas de Fernando Pessoa (Heterónimos Ricardo Reis e Alberto Caeiro), da Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda e Edições Ática, respetivamente;
- 16/setembro – “Querido dragão”, de An Vrombaut, da Ed. Dinalivro.

2. Realização de vídeos para o Facebook do Município de Ourém, com edição do GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação, para a rubrica “NATAL NA BIBLIOTECA”, em dezembro de 2020:

- 07/dezembro – Conto Infantil “Feliz Natal, Lobo Mau”, escrito por Clara Cunha, ilustrado por Natalina Cóias e publicado pela Livros Horizonte;
- 09/dezembro – Oficina de construção de um “Centro de Mesa” com elementos naturais e reutilizados;
- 14/dezembro - Poema “Natal e não dezembro”, de David Mourão-Ferreira, retirado do livro “Obra Poética: 1948-1988”, publicado pela Editorial Presença;
- 16/dezembro - Poema “Missangas de Natal no avental da avó”, escrito por João Manuel Ribeiro, ilustrado por Joana Bragança e retirado do livro “Romanceiro de Natal” publicado pela Tropelias e Companhia/Trinta por uma linha;
- 21/dezembro – Oficina de construção de “Globo de neve”;
- 23/dezembro – Conto Infantil “Natal!”, escrito por Tracey Corderoy e ilustrado por Tim Warnes, editado pela Ed. Minutos de Leitura;
- 28/dezembro – Conto Infantil “O meu primeiro Natal”, da coleção das “Histórias do Frik”, escrito por Margarida Fonseca Santos, ilustrado por Carla Nazareth e editado pela Editorial Presença;
- 30/dezembro - Poemas “É noite” e “Segredo”, do livro “Poesia I”, da poetisa ourensense Luísa Paisana, publicado pela Chiado Books.

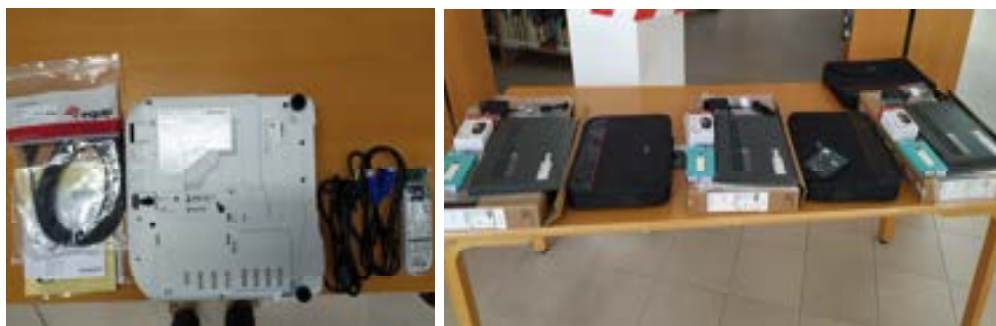


b. PROJETOS:

- I. Projeto CIA – Cidadania Informada e Ativa, vendedor da Candidatura ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Serviços das Bibliotecas Públicas (PADES) da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas - Ministério da Cultura -

(Despacho n.º 9527/2019, de 22 de outubro – Diário da República, II série, n.º 203, p.31

1. Reunião, no dia 28 de fevereiro, na CIMT, com representantes das Universidades Sénior do Médio Tejo, sobre a implementação do projeto, para futura parceria;
2. Reunião, no dia 03 de março, na BMO, com os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias do Concelho de Ourém, no âmbito da implementação do Projeto CIA – Cidadania Informada e Ativa;
3. Reestruturação de toda a calendarização do Projeto CIA – Cidadania Informada e Ativa, adiada para 2021 e 2022, por contingências da Covid-19;
4. Receção e recolha de evidências dos materiais entregues na BMO e a sua conformidade com as características previstas em caderno de encargos: 1 vídeo projetor, 1 router sem fios e um cabo HDMI (agosto de 2020);
5. Receção e recolha de evidências dos materiais entregues e a sua conformidade com as características previstas em caderno de encargos: 5 tablet, 5 computadores portáteis, 5 adaptadores USB de rede, 5 ratos óticos e cinco malas para os computadores portáteis (setembro de 2020).



II. PEDIME (fase 1) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.44 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais para a BM

- Implementação com base no resultado (aprovado) da Candidatura PEDIME (fase 1) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.44 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais para a BM – Última tranche.

- III. PEDIME (fase 2) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.44 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Fundos Documentais para a BM – 2020/2022

- Preparação da Candidatura.

- IV. PEDIME (fase 2) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.45 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Programa de Espetáculos de Teatro – 2020/2022

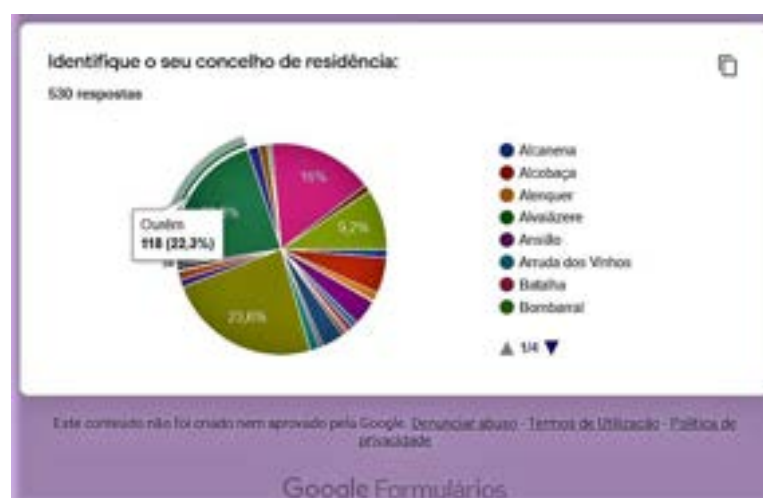
- Preparação da Candidatura.

- V. PEDIME (fase 2) aos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, com a medida M2.46 Bibliotecas públicas no apoio à promoção do sucesso escolar – Encontros com Escritores Contemporâneos – 2020/2022

- Preparação da Candidatura.

- VI. Projeto digital “Biblioteca de Emoções”

1. Organização do projeto digital “Biblioteca de Emoções” para futura candidatura em rede, no âmbito do Grupo das 26 Bibliotecas que compõem o território da REDE CULTURA 2027: divulgação de inquérito junto da população ourensense, no link: <https://forms.gle/jvTV8JusN6rfP1oi8> – 118 respostas por parte de Ourém (segundo concelho com mais respostas obtidas):



2. Inclusão da Biblioteca Municipal de Ourém no Grupo Restrito de Trabalho responsável projeto digital “Biblioteca de Emoções”.

c. EXPOSIÇÕES, NA BIBLIOTECA MUNICIPAL:

- I. - Exposição “Vida e Obra de Bernardino Ribeiro”, entre 06 e 27 de janeiro;
- II. - Exposição “Castelos séc. XXI”, com maquetas de Castelos de Portugal, construídas pelos encarregados de educação e alunos do 5.º ano, da EB. 2,3 D. Afonso, 4.º Conde de Ourém, de 03 a 28 de fevereiro;
- III. - Exposição de Pintura de Jorge Rodrigues, de 06 de março a 28 de junho - Inauguração: 06 de março, às 16:00h;
- IV. - Exposição “Palavras da Terra...A Literatura é uma outra forma de Paisagem”, produzida pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, atual DGLAB, com responsabilidade científica de Clara Crabbé Rocha (filha de Miguel Torga) e fotografia de Nuno Calvet (julho e agosto);



- V. - Exposição “CestariArte” de Isabel Graça (setembro e outubro);
- VI. - Exposição “Trechos de uma paixão desenhada”, de Américo de Frias (montada em novembro e adiada para 2021 com base nas ações de contingência relacionada com a Covid-19).

d. OFICINAS PARA PÚBLICO ESCOLAR

- I. Oficinas ao vivo com a artesã Isabel Graça – 3 sessões com o 10.º, 11.º e 12.º anos de Artes da Escola Básica e Secundária de Ourém e a Prof.ª Graça Martins (47 participantes).



e. ORGANIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, NO ÂMBITO DO TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, DE OBRAS E ESPAÇOS:

- I. Higienização, no âmbito do Tratamento de Conservação Preventiva, de livros, jornais e revistas do acervo da BMO;
- II. Higienização completa de todas as estantes da Biblioteca Municipal (março e abril);
- III. Higienização e reorganização da zona de arrumos (abril e maio);
- IV. Higienização e reorganização da zona de Depósito (março a junho).

f. PARTICIPAÇÃO EM REDES DE BIBLIOTECAS:

- I. RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
 1. Resposta ao Inquérito anual da RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, referente à atividade de 2019 (julho de 2020);
 2. Apresentação de candidatura coletiva da RIBPMT ao Prémio de Boas Práticas 2019, com o projeto “Wiki Médio Tejo” – Menção Honrosa;
 3. Resposta a três inquéritos da RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas sobre a situação da Biblioteca Municipal de Ourém face aos condicionalismos decorrentes da Covid-19;
 4. Envio de notícias e vídeos sobre e realizado pela BMO para a RNBP.
- II. RIBPMT – Rede Intermunicipal de Bibliotecas Públicas do Médio Tejo
- III. RCBO – Rede Concelhia de Bibliotecas de Ourém
- IV. Bibliotecas da Rede Cultura 2027
- V. Rede de Bibliotecas da UNESCO

Preparação de Candidatura à Rede de Bibliotecas Associadas à Comissão Nacional da UNESCO com o projeto/parceria em Cabo Verde, com a Associação Sharing Love.

g. GESTÃO DE PROCESSOS E CATALOGAÇÃO DAS OBRAS OBJETO DE OFERTA/DOAÇÃO À BIBLIOTECA MUNICIPAL:

I. Doações:

1. Início do processo de catalogação das obras oferecidas pela Dr.^a Teresa Lopes - Biblioteca particular de seu pai, Doutor José da Silva Lopes, no Fundo JSL, da Biblioteca Municipal (início em maio);
2. Transporte e acondicionamento no Edifício dos Paços do Concelho de nova remessa de obras do Fundo do Doutor Sérgio Ribeiro, para instalação no Centro de Documentação Joaquim Ribeiro (janeiro);
3. Transporte das obras catalogada do Fundo Sérgio Ribeiro para o Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal (dia 22 de setembro);
4. Organização do Fundo Sérgio Ribeiro nas estantes do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal (23 e 25 de setembro);
5. Inauguração do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal (27 de setembro, às 16h).

II. Ofertas:

1. Organização do processo de recolha e catalogação de 256 livros oferecidos à Biblioteca Municipal pela Fundação Calouste Gulbenkian;
2. Organização do processo de recolha e incorporação de livros oferecidos à Biblioteca Municipal pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
3. Gestão dos processos de ofertas de obras à BMOurém por parte de:
 - Ana Ferreira Conde;
 - Ana Reis Domingos;
 - Associação Mensagens Positivas;
 - Bruno Gonçalo Santos Ferreira;
 - Câmara Municipal de Lagos;
 - Cármen Zita Ferreira;
 - Cláudia Luís;

- Cristina Santos da Silva;
- Daniel Gonçalves dos Reis;
- Editora Acento Tónico;
- Editora Palavras e Limas;
- Editora Palavras e Rimas;
- Hélder Vieira Oliveira;
- Íris de Sousa Faria;
- João Abreu;
- João Freire;
- Joaquim Machado;
- Jorge Caroço;
- Jorge Salgado Simões;
- José Lourenço;
- Maria Conceição Vieira Costa;
- Museu do Douro;
- New Era Publications;
- Paulina de Jesus Oliveira;
- Pedro Vieira;
- Rede Cultura 2027;
- Rui Mordomo Moura;
- Valorlis.

h. AQUISIÇÃO E CATALOGAÇÃO DE OBRAS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL:

- I. Gestão do processo de aquisição de 14 exemplares do livro “Partícula de Carbono”, de Carlos Frias de Carvalho (autor ourense);
- II. Gestão do processo de aquisição de 10 exemplares do livro “No umbral da sombra”, de Carlos Frias de Carvalho (autor ourense);
- III. Gestão do processo de aquisição de 71 novos títulos para o acervo da Biblioteca Municipal;
- IV. Gestão do processo de aquisição de 1 exemplar do livro de Lit. Infantil e Juvenil “Se os animais fossem aos Jogos Olímpicos”;
- V. Gestão do processo de aquisição de 1 exemplar dos livros “Teoria do Jazz” e “Teoria do Jazz – Exercícios”, César Cristóvão Vasco Cardoso.

i. ADAPTAÇÃO ÀS CONTINGÊNCIAS REFERENTES À COVID-19:

- I. Definição das normas de acesso e utilização dos serviços (a partir do dia 18 de maio), de acordo com as orientações da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas e da DGS – Direção-Geral de Saúde;
- II. Execução de todas as alterações necessárias no espaço da BM (sinalética vertical e horizontal, disposição de gel de mãos desinfetante para os utilizadores, proteção das estantes com plástico transparente, retirada de cadeiras de pano e substituição por cadeiras laváveis após cada utilização, proteção dos teclados e ratos do Espaço Internet com película transparente, para substituição após cada utilização, colocação de novo mostrador de livros infantis de modo a impedir a entrada no espaço Infantil, aplicação de acrílicos no balcão de atendimento e entre os postos públicos do Espaço Internet, etc.);
- III. Contacto por email, quando possível e por telefone aos leitores da BM a divulgar a reabertura do equipamento cultural e as novas normas de acesso e utilização do mesmo, em maio;
- IV. Preenchimento de inquérito "Impactos da COVID-19 no setor cultural português", do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em relação à Biblioteca Municipal de Ourém;
- V. Organização e gestão de todo o processo de atribuição do selo "Safe & Clean" à Biblioteca Municipal de Ourém;
- VI. Tarefas inerentes ao cancelamento das seguintes atividades já organizadas:

- Teatro Musicado "Joaninha Resmungona" – 14 de março (tinha lotação já esgotada);
- Café com letras – 20 de março;
- Tertúlia de Poesia com a escritora Tânia Tomás – 21 de março;
- Noite na Biblioteca – 28 e 29 de março (tinha lotação já esgotada);
- Danças com livros – 21 de março;
- Hora do Conto "D. Nuno, Santo Cavaleiro" – 01 a 04 de abril (tinha lotação já esgotada);
- Exposição "Vida e obra do Padre Luís Kondor" (abril)
- Exposição de Desenho "Sonhos de um autista", por Samuel Baraúna (abril);

- 3.ª Festa do Livro (23 a 28 de abril);
- 3.º Sarau de Poesia de Ourém (24 de abril);
- Mini Yoga Entre Livros (abril, maio e junho);
- Teatro Musicado (maio e junho);
- Danças com Livros (abril, maio e junho);
- Hora do Conto “O Grande AAA-UUUH!” (a partir de 13 de março);
- Hora do Conto “Elmer e a diferença” (a partir de 13 de março);
- Oficina de Poesia “Eu escrevo com...” (a partir de 13 de março);
- Hora do Conto “Bolas, bolas, bolinhas” (a partir de 13 de março);

j. CIRCUITO DOCUMENTAL – CATALOGAÇÃO E DESBASTE:

- I. Catalogação e indexação no programa “Biblio.Net – Módulo de Catalogação e Pesquisa” - 2139 novos títulos catalogados entre 02 de janeiro e 30 de dezembro de 2020;
- II. Desbaste da coleção – Colocação de obras repetidas e em mau estado em Depósito.

k. ATENDIMENTO AO PÚBLICO:

Atendimento ao público (reportado ao período de 02 de janeiro a 30 de dezembro de 2020):

- I. Serviço de empréstimo e renovação de material livro e não-livro:
 - a) Empréstimos:
 - 3778 empréstimos domiciliários (leitores)
 - 22 empréstimos (a instituições);
 - 341 obras em leitura presencial;
 - b) Renovações – 415 documentos com prazo de entrega renovados;
- II. Serviço de devoluções de material livro e não-livro e arrumação dos mesmos nas respetivas estantes - o mesmo número de documentos da alínea I, com implementação da tarefa de quarentena de 14 dias aplicada às obras recebidas a partir de 18 de maio;
- III. Serviço de “Take Away” – 214 empréstimos, de 16 de novembro a 10 de dezembro;
- IV. Gestão da utilização dos computadores do espaço internet – 272 utilizadores;

- V. Inscrição de 121 novos leitores e renovação de cartões de leitores já inscritos (não contabilizáveis);
- VI. Serviço de referência (resposta a pedidos de pesquisa presenciais e à distância).

I. FORMAÇÃO

- Participação no workshop “Every Story Matters | O que é a Bibliodiversidade?”, com a Formadora Andreia Brites, na Biblioteca Municipal de Pombal, no dia 27 de fevereiro;
- Participação na conferência do Plano Nacional de Leitura 2027 “Presente-Futuro – A omnipresença da leitura”, no dia 29 de outubro, em linha;
- Participação na Ação de Formação “O livro na primeira infância (4 aos 36 meses). O que escolher? Como contar?”, com a Formadora Ana Mourato, no dia 08 de dezembro, em linha.

m. OUTROS:

- Reunião de trabalho na Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, no dia 17 de janeiro, sobre os trabalhos de organização e gestão do acervo da Biblioteca do Fundador;
- Acompanhamento do Estágio PEPAL de Cláudia Luís, de janeiro a dezembro de 2020;
- Acompanhamento do CEI de Carla Bettencourt até 31 de julho de 2020;
- Acompanhamento da mobilidade da Assistente Operacional Ana Baptista de 25 de maio a 31 de agosto;
- Gestão do processo de colaboração com Associação Sharing Love, (oferta de mobiliário e material bibliográfico, através de campanha de angariação a lançar oportunamente junto dos nossos leitores), para a implementação de Biblioteca no Concelho do Porto Novo, Santo Antão (Cabo Verde);
- Resposta a Inquérito do Observatório de Políticas de Comunicação e Cultura, do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, sobre os “Impactos da COVID – 19 no setor Cultural Português”;
- Acompanhamento técnico nas valências de Biblioteca do programa de construção do Fórum Cultural de Ourém;
- Resposta a inquérito do Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis;
- Gestão do processo de aquisição de carrinho de transporte (plataforma), com capacidade de 300kg, para utilização da BMO;
- Planeamento e elaboração de conteúdos para a Agenda Semestral (jan. a jun. 2021).

2.3.5.4. – Setor do Arquivo Histórico

d) Atendimento/pedidos de pesquisa

- i. Atendimento a pedidos presenciais e à distância para pesquisa e/ou consulta e digitalização de documentos por parte de público externo num total de 440 unidades de instalação consultadas;
- ii. Atendimento a pedidos de consulta e pesquisa por parte de público interno, num total de 2276 unidades de instalação consultadas nos seguintes temas:
 - a. Atos eleitorais em Ourém
 - b. Carnaval em Ourém
 - c. Casa Mortuária de Fátima
 - d. Fundação Histórico-cultural Oureana
 - e. Escola Primária do Zambujal
 - f. Mercado do Peixe da Freixianda
 - g. Cineteatro de Ourém
 - h. 25 de abril e 1 de maio de 1974 em Ourém
 - i. Visita do Papa João Paulo II a Fátima
 - j. Projeto Urbanístico de Ourém- Arquiteto Carlos Ramos

e) Projetos de investigação

Na sequência de alguns projetos que se encontram a ser desenvolvidos pelo Município de Ourém, o Arquivo Histórico Municipal, durante o ano de 2020, para além das pesquisas efetuadas e já descritas, conduziu projetos de investigação que integram ou integrarão conteúdos sobre a história local.

a. Projeto do Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal (CDJR-Z)

- i. Higienização, organização, registo e descrição do espólio arquivístico do Dr. Sérgio Ribeiro;
- ii. Organização da coleção de periódicos que integraram o CDJR-Z (total de 4264 números);
- iii. Incorporação do espólio arquivístico do Dr. Sérgio Ribeiro no CDJR-Z;

- iv. Digitalização de fotos cedidas pelas professoras da antiga escola primária do Zambujal e pelo Dr. Sérgio Ribeiro.



*Inauguração Centro de Documentação Joaquim Ribeiro – Zambujal
28 de setembro de 2020*

b. Projeto de investigação e pesquisa sobre o Cineteatro de Ourém

- i. Pesquisa do tema nas seguintes séries documentais: Atas das Sessões da Câmara Municipal, Periódicos: *Notícias de Ourém*, *Ourém e o seu Concelho*, *Boletim Municipal* e na Coleção Arquivo Fotográfico Municipal;
- ii. Registo e Descrição da informação obtida. Digitalização e edição de imagem.



*Recorte do Jornal Notícias de Ourém
que noticia o primeiro filme exibido no cineteatro em 1988*

f) Projeto de Intervenção de Massas Documentais Acumuladas

- I. Conclusão da 3.ª fase do processo de transferência de documentação instalada no edifício do mercado municipal e implementação da 4.ª fase:
 - i. Higienização de 227.580 documentos (28 metros lineares) relativos às séries documentais:
 - i. Abastecimento de água
 - ii. Atos eleitorais

- iii. Baldios
- iv. Comissão Municipal de Higiene
- v. Correspondência expedida
- vi. Correspondência recebida
- vii. Cultura e Turismo
- viii. Espólio de Sérgio Ribeiro
- ix. Feiras e Mercados
- x. Recursos Humanos
- xi. Saneamento básico



Higienização de registo de documentação nas instalações do mercado municipal

18 de maio de 2020

- ii. Organização de 435.775 documentos (56,91 metros lineares) relativos às séries documentais:
 - i. Abastecimento de água
 - ii. Agricultura e Pecuária
 - iii. Ambiente
 - iv. Artes e Espetáculos
 - v. Atos eleitorais
 - vi. Cemitérios
 - vii. Comissão Municipal de Higiene
 - viii. Contabilidade
 - ix. Contencioso
 - x. Contratação Pública
 - xi. Correspondência expedida
 - xii. Correspondência recebida
 - xiii. Cultura

- xiv. Educação
- xv. Espólio do Dr. Sérgio Ribeiro;
- xvi. Obras municipais: Construção e obras de melhoramentos em edifícios escolares,
- xvii. Património Municipal (registo)
- xviii. Pontes e pontões
- xix. Recenseamento
- xx. Recursos Humanos
- xxi. Rede Elétrica
- xxii. Rede Telefónica
- xxiii. Rede viária
- xxiv. Saneamento básico
- xxv. Segurança Pública
- xxvi. Urbanismo
- iii. Continuação do registo e descrição de 435.799 documentos (55,21 metros lineares) relativos às séries documentais mencionadas em epígrafe.
- iv. Acondicionamento de 438.965 documentos (58,01 metros lineares) relativos às séries documentais citadas em epígrafe.

g) Gestão de informação

- I. Implementação na Divisão de Ação Cultural, em parceria com o setor de Intervenção Cultural e Cidadania, de um projeto de apoio à implementação da plataforma MGD:
 - i. Realização de formação-ação (em local de trabalho);
 - ii. Realização de reuniões de trabalho com a Divisão de Projetos Técnicos no sentido do setor do AHMO prestar apoio na implementação de boas práticas na gestão da plataforma de gestão documental e respetiva classificação arquivística.

h) Gestão de documentos e depósitos

- i. Continuação do processo de acondicionamento e registo de 88 livros de correspondência do Arquivo Intermédio para o Arquivo Histórico;

- ii. Transferência do arquivo do Setor Empresarial Local, a saber: OuremViva, VerOurem e AmbiOurem, das instalações sitas no pavilhão do MO da zona industrial para o depósito de arquivo localizado nas instalações do mercado municipal.

i) Transcrição de documentos

- i. Transcrição de diversos documentos de acordo com necessidades internas dos serviços técnicos da autarquia.

l) Espólio documental da família de Artur de Oliveira Santos

Higienização, registo e descrição do espólio documental da família de Artur de Oliveira Santos (livros, recortes de jornais, fotos e outros documentos pessoais de Artur de Oliveira Santos e seu filho Henrique), doado ao arquivo histórico municipal a 05/08/2020 pelos seus familiares, num total de 41 unidades de instalação.



Fotografia de Artur Oliveira Santos

j) Tratamento documental do acervo do Arquivo Histórico Municipal

- i. Revisão da organização e descrição documental das séries recenseamento e atos eleitorais da série Toponímia, Ordenamento do Território, Registo de Património, Cultura (Artes e espetáculos), Educação, Confrarias, Comissão Municipal de Assistência, Saúde e Assistência, Ambiente, Habitação e fiscalização e Cemitérios, tendo em conta as incorporações dos documentos transferidos das instalações do mercado municipal;
- ii. Registo e descrição de 192 livros de correspondência expedida.

k) Digitalização

- i. Foram digitalizados 1553 documentos simples (documentos fotográficos e jornais) de acordo com necessidades internas dos serviços técnicos da autarquia e na sequência do trabalho de pesquisa e investigação em curso.

l) Conservação

- i. Foram acondicionadas 250 fotografias em bolsas apropriadas à conservação dos espécimes.

m) Projeto de tratamento e disponibilização do conjunto documental da Colegiada de Ourém (tutela do Arquivo Distrital de Leiria)

- i. Acompanhamento do processo de publicação ‘online’;
- ii. Revisão da descrição das 9 caixas relativas ao espólio documental supramencionado.

n) Rubrica ‘Sabia que?’

- i. Pesquisa de informação de arquivo e elaboração de pequenas notas relativas à história e patrimónios do concelho de Ourém, que integram a rubrica “Sabia que?” veiculada através da plataforma ‘facebook’ do Museu Municipal sobre temas da história de Ourém.

o) Rubrica ‘Memórias do Arquivo Histórico Municipal’

- i. Pesquisa de informação de arquivo e elaboração de pequenas notas relativas à história e patrimónios do concelho de Ourém, que integram a rubrica “Memórias do Arquivo Histórico Municipal” veiculada através da plataforma ‘facebook’ do Museu Municipal;
- ii. Conceção e realização da programação cultural durante os meses de março e abril e programação de Natal ‘online’, em articulação com os restantes setores da DAC e com o GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação.

p) Grupo de Arquivos do Médio Tejo

- i. Produção de conteúdos para documentação técnica a realizar no âmbito do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais do Médio Tejo (CIMT), subgrupo de trabalho para a avaliação de documentos acumulados, com o objetivo de criar metodologias de trabalho sobre o tema em apreço a implementar nos arquivos municipais do Médio Tejo;
- ii. Participação em reunião de trabalho online, a 12 de maio, com a presença de dois elementos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, Dr. Pedro Penteado (Diretor de Serviços de Arquivística e

Normalização) e Dra. Anabela Ribeiro (responsável do Serviço de Conservação da Torre do Tombo). A reunião teve como principal objetivo o elencar de regras e boas práticas que presidiram à reabertura dos Arquivos Municipais no Médio Tejo.

q) Outros

- i. Apoio e revisão de conteúdos a integrar nos painéis e processo da Rota dos Pastorinhos.

2.3.6 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E VIDA SAUDÁVEL

A Divisão de Educação e Vida Saudável foi criada com base na organização dos serviços do Município de Ourém, publicada em DRE a 16 de janeiro de 2020, tendo como principal missão *“promover as condições necessárias ao desenvolvimento educativo e social da população do concelho, identificando as carências e oportunidades, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, assente em melhores cuidados de saúde, na prática desportiva e envelhecimento ativo; e assegurar a gestão integrada dos recursos humanos e materiais, assim como das infraestruturas escolares e afetas à saúde.”* Importa referir que o trabalho da DEVS é operacionalizado de acordo com as atribuições do Município em três domínios: educação, serviço de ação social e saúde (SASS) e serviço de associativismo, desporto e juventude (SADJ), cf. o previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2.3.6.1 – Setor de Educação

No âmbito das atividades da área da educação destaca-se o acompanhamento das diversas atividades escolares nas vertentes da responsabilidade do Município, designadamente o arranque do ano letivo 2020-2021 no que se refere às atividades de animação e de apoio à família, à componente de apoio à família, às refeições escolares, às atividades de enriquecimento curricular e às dinâmicas escolares, a participação em várias reuniões na CIMT no âmbito dos projetos a desenvolver com base no quadro de apoio Centro 2020. Foram realizadas reuniões com os diretores dos Agrupamentos de Escolas e Colégios com contrato de Associação, para articulação do arranque do novo ano letivo no que respeita a transportes, refeições escolares e abordagem às recomendações por parte do Ministério da Educação e da DGS relativamente à COVID-19.

Ação Social Escolar - ano letivo 2020/2021

No âmbito do processo de candidatura da ação social escolar, a Câmara Municipal aprovou atribuir 22 mil euros em subsídios escolares aos alunos do 1.º CEB do Município de Ourém para o ano letivo de 2020/2021, distribuir gratuitamente os manuais escolares a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e comparticipar as fichas escolares de apoio, por analogia, as normas que regulam as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, nos seguintes termos:

- a) 100 % do valor das fichas escolares de apoio para alunos com escalão A;
- b) 50% do valor das fichas escolares de apoio para alunos com escalão B;
- c) 100% ou 50%, mediante a prova do posicionamento do escalão A e B, para alunos oriundos de agregados familiares que se encontram em Portugal em situação de ilegalidade, matriculados condicionalmente;
- d) 100% do valor das fichas escolares de apoio para alunos oriundos de agregados familiares posicionados no escalão de apoio B, em que um dos progenitores se encontre na situação de desemprego involuntário há três ou mais meses enquanto durar essa situação;
- e) 100 % do valor das fichas escolares de apoio para crianças integradas no contingente de refugiados;
- f) 100% do valor das fichas escolares de apoio para alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente com programa educativo individual.

Para efeitos de determinação do valor a apoiar e tendo por referência o ano escolar em curso, foi feita uma estimativa dos custos das fichas escolares de apoio, numa lógica de atribuição de 100% do valor das fichas para alunos com escalão A e 50% do valor das fichas para alunos com escalão B.

A comparticipação mínima determinada para material escolar, prevista no despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho: ao escalão A corresponde um subsídio de 16,00€ para o 1.º CEB e ao escalão B um subsídio de 8,00€ para o 1.º CEB.

A comparticipação das vistas de estudo anualmente está prevista nos termos do despacho nº 5296/2017 de 16 de junho, no valor de: 20,00€ para alunos do escalão A do 1.º CEB e 10,00€ para alunos do escalão B do 1.º CEB. Atendendo a que o Município assegura o transporte para

realização de visita de estudo, conforme procedimento adotado em anos transatos, participou, simultaneamente, as visitas de estudo aos alunos integrados em escalão A e B nos valores correspondentes a 50% dos valores previstos no despacho, isto é 10,00€ para os de escalão A e 5,00€ para os de escalão B. A comparticipação das refeições escolares aos alunos é realizada diretamente às entidades gestoras das refeições, de acordo com os procedimentos adotados no protocolo estabelecido entre o Município e as respetivas entidades, no âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares.

Da análise realizada verificou-se que não foram excluídos alunos e que os alunos cujo abono de família se situava num escalão igual ou superior ao 3.º do posicionamento do escalão do abono foram considerados como «não subsidiados».

A atribuição de escalão para os alunos do pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Ourém e Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Perdigão inscritos nos clubes aprender e brincar - ano letivo 2020/2021 foi efetuada pelo Município de Ourém, mediante a apresentação da declaração atual do escalão de abono de família pelos encarregados de educação aquando a inscrição nos serviços do Clube que se dividem nas modalidades de Atividades de Animação e Apoio à Família, Componente de Apoio à Família e Refeições:

- Valor da refeição Pré-escolar e 1º Ciclo (setembro 2020 a julho 2021):
 - Escalão A - 0,00€;
 - Escalão B - 0,73€/dia
 - S/Escalão - 1,46€/dia
- O valor do prolongamento Pré-escolar e 1º Ciclo (setembro 2020 a julho 2021):
 - Escalão A - 11,00€/mês;
 - Escalão B - 22,00€/mês;
 - S/Escalão - 33,00€/mês

Atividades da área da educação

Fórum Estudante

O Município de Ourém, em parceria com os estabelecimentos de ensino do concelho e o Projeto de Empreendedorismo Social Inspiring Future, realizou o evento Fórum Estudante Ourém 2020.

Esta iniciativa visou criar um momento em que os alunos de todo o concelho entram em contato direto com instituições do ensino superior e possam obter informações sobre o acesso a este ensino, despertar atitudes empreendedoras e proativas e estratégias de tomada de decisão mais consciente e informadas para o seu futuro escolar e profissional.

O evento realizou-se no dia 31 de janeiro 2020, com a abertura pelas 09h00 no Centro de Exposições de Ourém, com um pequeno concerto realizado pela OUREATE e o encerramento às 16h00. O foco do evento passou por três vertentes: stands com a presença das Instituições e atividades dos estabelecimentos de ensino do Concelho, a partir das 10h00 até às 15h30. Realizou-se ainda palestras e workshops, no Salão Paroquial de Ourém, no auditório da Escola Básica e Secundária de Ourém e no auditório da Escola Profissional de Ourém, com a temática de tomada de decisão para 9º e 12º anos, do acesso ao ensino superior, bem como referente ao mercado de trabalho.

Os Agrupamentos de Escolas e Colégios realizaram ao longo do dia várias atividades culturais e recreativas para animação do evento para além de uma Lan Party, constituída por 4 equipas dos vários estabelecimentos do Concelho sendo o encerramento, um desfile alusivo ao tema da reciclagem.

A iniciativa contou com a presença de 42 Universidades, o Exército incluído, e a participação de 1200 alunos das escolas: Escola Secundária de Ourém, Escola IV Conde de Ourém, EB2,3 de Caxarias; Colégio São Miguel, CEF, Colégio Sagrado Coração de Maria, Escola Profissional, Escola Básica de Freixianda e Escola de Hotelaria de Fátima. Esta iniciativa decorreu no Centro de Exposições de Ourém, no Salão Paroquial de Ourém, no auditório da Escola Básica e Secundária de Ourém e no auditório da Escola Profissional de Ourém.

Carnaval em Ourém 2020

Colaboração no desfile “Carnaval em Ourém 2020” que se realizou no dia 23 de fevereiro de 2020 e que terminou com a realização de um baile de carnaval e entrega de prémios no Centro Municipal de Exposições de Ourém.

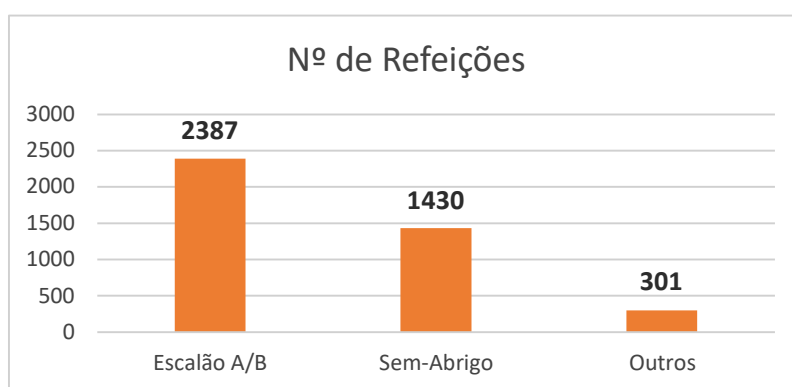
Campanha de prevenção da Covid-19 nas escolas do concelho

No ano de 2020 fomos confrontados com a pandemia da COVID-19 que colocou um enorme desafio à equipa da DEVS. Foi elaborado um plano para escolas de acolhimento para receber filhos de profissionais essenciais tendo sido definidas 4 escolas para abranger todo o território do concelho de Ourém: Centro Escolar Beato Nuno, Centro escolar da Caridade, EB23 de

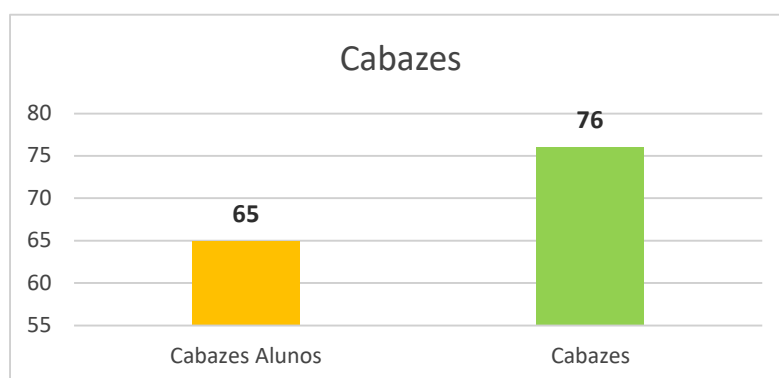
Caxarias e EB23 de Freixianda. Com a colaboração dos agrupamentos e IPSS foram palmeados os apoios a esses alunos e assegurada a alimentação.

Outro dos desafios foi o Ensino à Distância (E@D) que com o levantamento das necessidades para alunos mais carenciados e com problemas de acesso à internet foram adquiridos por parte do município 142 computadores e 256 Hotspots. Foi feita a configuração e distribuição de todo o material pelas escolas do concelho.

Durante o confinamento e o E@D a DEVS em colaboração com algumas IPSS que prestam serviço de refeições organizaram uma distribuição de refeições e cabazes pelos alunos carenciados referenciados pelas escolas para além de coordenar com outras instituições refeições e cabazes para casos identificados.



N.º de refeições servidas COVID-19



N.º de cabazes COVID-2019

Em colaboração com o Serviço de Mobilidade e Transportes, foi organizada uma rede para transportar todos os alunos do concelho do 11º ano ao 12º ano e equivalente de alunos do Ensino Profissional para as aulas presenciais que iniciaram a 18 de maio de 2020 até 26 de junho.

Colaboração na disponibilização, aos alunos ourenses, de material de prevenção no âmbito do combate à disseminação da pandemia de Covid-19, em que permitiu distribuir

aproximadamente 7000 garrafas herméticas, cerca de 5500 máscaras sociais e 10 dispensadores de álcool gel.

Esta campanha, desenvolvida com o apoio da *Be Water*, dá continuidade às várias medidas já implementadas pelo Município de Ourém que pretendem proporcionar aos alunos oureenses todas as condições necessárias para a prossecução de um ano letivo com a tranquilidade possível e com o sucesso que os diferentes intervenientes no processo educativo ambicionam.

PEDIME - Plataforma Miúdos Digitais

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, tendo em conta a situação social de exceção que vivemos, decidiu alargar este projeto a todos os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo de ensino básico. Foram realizadas as ações de formação por videoconferência com os docentes de cada agrupamento a fim de explicitar as funcionalidades da plataforma.

Plano Estratégico Educativo Municipal e revisão da carta EDUCATIVA

Devido à pandemia o processo da Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal sofreu grandes alterações na sua conclusão tendo sido alterado o prazo de conclusão de comum acordo com as entidades envolvidas. No dia 19 de fevereiro de 2020 foi apresentado ao Conselho Municipal da Educação uma proposta do Plano Estratégico Municipal e Revisão da Carta Educativa do Concelho de Ourém.

Foi feita uma apresentação do Plano Estratégico Educativo Municipal às entidades que tinham participado nos painéis de auscultação para Análise SOWT numa reunião no dia 25 de novembro 2020 através de videoconferência.

O processo será finalizado no início do ano 2021.

Recursos humanos pessoal não docente

Neste campo procedeu-se: atualização mensal do ficheiro com os vencimentos do Pessoal Não Docente; comunicação mensal à DGEstE das alterações ocorridas nos mapas do Pessoal Não Docente; e análise e informação dos reforços necessários ao funcionamento dos estabelecimentos escolares face às baixas médicas e licenças verificadas no arranque do ano letivo.

Projetos implementados na área da Educação em parceria com a CIMT

Plataforma EduBox

Relativamente à plataforma, procedeu-se à atualização dos dados dos alunos matriculados no ano letivo 2020/2021.

Análise pedidos de intervenção

Análise e encaminhamento dos tickets, enviados na plataforma SIGA, para os respetivos nós.

Clube Aprender e Brincar

O Clube Aprender e Brincar é uma resposta social de apoio às famílias e crianças que frequentam o pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico do Complexo Escolar de Carvoeira, do Centro Escolar de Freixianda, do JI/EB1 de Mata, do JI/EB1 de Pinheiro e do JI/EB1 de Pisões. Esta resposta integra um serviço de apoio às famílias e às crianças que frequentam esses estabelecimentos de ensino, de modo a ocupar os tempos livres das crianças em idade pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, a promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e a proporcionar a cada criança condições de bem-estar, segurança e ocupação extraescolar. O seu funcionamento resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Ourém e o Agrupamento de Escolas de Ourém e Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias.

No Clube estão inscritas:

Clube Aprender e Brincar de Carvoeira – 20 crianças de JI

Clube Aprender e Brincar da Mata – 12 crianças de JI

Clube Aprender e Brincar de Pinheiro – 11 crianças de JI

Clube Aprender e Brincar de Freixianda – 31 crianças de JI

Inscrições durante as interrupções letivas:

Clube Aprender e Brincar de Carvoeira – 3 crianças de JI e 8 crianças de 1.ºCEB;

Clube Aprender e Brincar da Mata – 6 crianças de JI e 9 crianças de 1.ºCEB;

Clube Aprender e Brincar de Pinheiro – 10 crianças de JI e 7 crianças de 1.º CEB;

Clube Aprender e Brincar de Freixianda- 14 crianças de JI e 6 crianças do 1.ºCEB.

Está a ser criado o Clube Aprender e Brincar para dar resposta social de apoio às famílias no Centro Escolar Nossa Senhora das Misericórdias que vai abrir a partir de 4 de janeiro de 2021. Foi feita uma primeira reunião com os encarregados de educação para esclarecimento no dia 25 de novembro de 2020.

Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo de Ourém

A equipa do Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo é composta por uma terapeuta da fala, uma educadora de infância, uma nutricionista e uma psicóloga. O projeto é coordenado pelo Chefe da Divisão da Educação e Vida Saudável [DEVS] do Município e orientado pelo Técnico Superior de Psicologia da DEVS.

O espaço principal de desenvolvimento de trabalho da equipa situa-se no Centro de Exposições de Ourém.

A equipa interrompeu funções de 7 de julho a 21 de setembro de 2020.

As Entidades Parceiras

O projeto garante o apoio e envolvimento de toda a equipa do Centro em colaboração com os Agrupamentos Escolares, através de espaços de partilha, onde se determinam as necessidades, as ações, os mecanismos de avaliação e de monitorização de todo o projeto. As entidades parceiras são o Agrupamento de Escolas de Ourém, o Agrupamento de Escolas IV Conde de Ourém, o Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

O Plano de Ação

Pretende-se que o Centro impulse projetos e ações municipais que possam contribuir e apoiar os Estabelecimentos de Ensino Público do Concelho a promover o sucesso escolar, reduzir o insucesso, prevenir e eliminar o abandono escolar precoce.

O Plano de Ação é sujeito a várias consultas, dos quais fizeram parte todos os parceiros, através de reuniões realizadas com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), Direções Escolares, Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), entre outros.

A sua aprovação foi obtida a 15 de março de 2019, por despacho do Senhor Presidente Luís Miguel Albuquerque.

O Plano de Ação tem por base dois eixos.

- O **Eixo 1** a partir de projetos de âmbito municipal em parceria com os Agrupamentos. Em cada projeto existe uma primeira fase de obtenção de informação no sentido de se estabelecer uma referência inicial para cada ação a desenvolver, melhorando desta forma a aferição de cada uma ao nível do impacto, eficácia e sustentabilidade.

De referir que apesar de os projetos se encontrarem delineados, estes poderão sofrer alterações, de acordo com o decorrer das ações implementadas e dos contextos de aplicação.

- No **Eixo 2** valoriza-se a colaboração das técnicas, de forma direta, em projetos escolares consagrados no plano de ação estratégica de cada Agrupamento. Desta forma, reforçam-se os recursos humanos especializados presentes nos Estabelecimentos de Ensino, dando seguimento ao reforço das escolas nas áreas dos projetos de promoção do sucesso educativo, inclusão e flexibilidade curricular, entre outros. Esta parceria poderá ser estendida a outros estabelecimentos/instituições que possam solicitar a colaboração.

Eixo 1 – Projetos Comunitários	Eixo 2 – Colaboração com os Agrupamentos Escolares
Som das Letras	O trabalho realizado pelas técnicas em contexto escolar e/ou outros estabelecimentos é da responsabilidade de cada um, sendo que a respetiva monitorização, deverá ser efetuada pelo Município em estreita colaboração com as Escolas/outros estabelecimentos.
Parentalidade Positiva – “Programa Anos Incríveis”	
Clique na Nutrição	
Formação de Assistentes Operacionais	

Eixos do Plano de Ação CLPSE

Desenvolvimento do Projetos Comunitários

• Som das Letras

	Objetivos	Indicadores	Resultados
Geral	Implementar a utilização de novas técnicas de avaliação formal da leitura em contexto de sala de aula.	% de professores	(a obter em jun/2021)
	Monitorização da consciência fonológica nos alunos do último ano do pré-escolar do concelho.	% de alunos monitorizados.	(a obter em jun/2021)
Específicos	Monitorização da fluência da leitura dos alunos do 4º ano do 1º CEB do Concelho.	% de alunos monitorizados	90% (93 alunos de 104 alunos)
	Monitorização da fluência da leitura dos alunos do 3º ano do 1º CEB do Concelho.	% de alunos monitorizados	(a obter em fev/2021)

	Monitorização da fluência da leitura dos alunos do 2º ano do 1º CEB do Concelho.	% de alunos monitorizados	(a obter em mai/2021)
	Ações de intervenção com os alunos identificados com dificuldades na leitura	% de alunos identificados	(a obter em mai/2021)
	Apresentar um quadro de referência para cada Agrupamento de Escolas que permita diagnosticar de forma precoce dificuldades dos alunos.	% de professores	(a obter em jun/2021)

Projeto Som das Letras

Parentalidade Positiva – Programa “Anos Incríveis”

Objetivos		Indicadores	Resultados
Geral	Implementar o programa de Anos Incríveis no quotidiano das escolas e famílias do concelho, a frequentar o pré-escolar e 1º ciclo.	Nº de grupos realizados.	(a obter em jun/2021)
	Capacitar técnicos/as do concelho para aplicação do programa Anos Incríveis.	Nº de técnicos	100% dos técnicos (concluído em fev/2019)
Específicos	Diminuir fatores de risco familiar e aumentar compreensão das famílias acerca de aspetos de desenvolvimento infantil.	Nº Respostas a questionários aplicados aos pais/mães participantes.	(a obter em jun/2021)

Programa Anos Incríveis

Clique na Nutrição

Objetivos		Indicadores	Resultados
Geral	Implementar princípios técnicos, na área da dietética e nutrição, na comunidade educativa até ao final do projeto CLPSE.	Nº de projetos realizados.	(a obter em jun./2021)
	Estudo da prevalência do excesso de peso infantil no concelho.	% de alunos avaliados.	49% (1035 alunos de 2107) (concluir em mar.2021)
Específicos	Sensibilizar os munícipes para questões globais relacionadas com a alimentação e nutrição, na semana do Dia da Alimentação.	Nº de visualizações efetivas e partilha de materiais (Facebook).	73 gostos e 26 partilhas

	Criação de ementa rotativa de 6 semanas a implementar nos Agrupamentos ACMLP-Caxarias e Ourém.	Nº de Agrupamentos com implementação.	100%
	Realização anual de Auditorias Higiossanitárias aos locais de responsabilidade do Município.	Nº de auditorias	(a obter em jul/2021)

Clique na Nutrição

Formação a Assistentes Operacionais a trabalhar em contexto EDUCATIVO

Objetivos		Indicadores	Resultados
Geral	Promover o desenvolvimento de competências necessárias à realização das suas funções no contexto educativo e de valorização pessoal e profissional vai promover	% de assistentes operacionais	(a obter em jun./2021)
	Formação de assistentes operacionais a trabalhar no contexto educativo no pré-escolar e 1º CEB.	% de assistentes operacionais	(a obter em jun./2021)
Específicos	Formação de assistentes operacionais a trabalhar no contexto educativo, em refeitórios.	% de assistentes operacionais	(a obter em jun./2021)

Formação a Assistentes Operacionais

Colaboração com entidades parceiras

Terapia da Fala

TERAPIA DA FALA				
A.E. Conde de Ourém	Atividade/Tarefa desenvolvida	Breve Descrição	Período de atuação	Nº de alunos abrangidos
	Acompanhamento individual de alunos	Avaliação e intervenção em terapia da fala (pedidos SPO)	janeiro a março	18
		Intervenção à distância (semanalmente)	abril a junho	13
	Avaliação e Acompanhamento individual	Resposta a pedidos do SPO do Agrupamento.	outubro a dezembro	26

A.E. Ourém	Projeto “Destrava Línguas”	Estimulação de competências linguísticas nos alunos do pré-escolar (intervenção em grupo)	janeiro a fevereiro	110
A.E.CMLP Caxarias	Projeto pré-escolar	Estimulação de competências linguísticas nos alunos do pré-escolar	janeiro a fevereiro	8
	Acompanhamentos individuais	Avaliação e intervenção em terapia da fala	Janeiro a junho	6
		Intervenção à distância (semanalmente)	Abril a junho	3
	Avaliações em terapia da fala	Avaliação individual em terapia da fala no pré-escolar	Fevereiro a março	2

Terapia da Fala

Nutrição

NUTRIÇÃO				
	Atividade/Tarefa desenvolvida	Breve Descrição	Período de atuação	Nº de pessoas abrangidas
A.E. Ourém	Avaliação de ementas escolares	Avaliação quantitativa e qualitativa de 8 ementas semanais implementadas	Janeiro e fevereiro	-
		Avaliação de 6 ementas rotativas da Escola do Pinheiro e Gondemaria	fevereiro	-
	Ações de sensibilização sobre nutrição no meio escolar.	Ações realizadas com alunos do 6º ano, no âmbito do PES.	3/nov.	4 turmas (84 alunos/as)
	Aconselhamento/Acompanhamento nutricional de alunos	Acompanhamento individual.	jan - dez	18 alunos/as
	Orientações na ementa do Dia da alimentação	Reunião com Assistentes (cozinha) Operacionais do Agrupamento.	9/out. e 12/out.	9
A.E. Conde de Ourém	Ações de sensibilização sobre nutrição no meio escolar.	Ação de sensibilização sobre Obesidade Infantil ao 6ºA/B/C/D	março	85 alunos/as
		Ações realizadas com alunos do 5º ano, no âmbito do PES.	2/nov. a 19/nov.	4 turmas (5º) – 75 alunos

		Ações realizadas com alunos do 6º ano, no âmbito do PES.	2/nov. a 13/nov.	5 turmas (6º) – 92 alunos
	Aconselhamento/Acompanhamento nutricional de alunos	Acompanhamento individual.	10/nov. – dez	2 alunos (3 sessões)
A.E.CMLP Caxarias	Elaboração de ementa escolar	Elaboração de 8 ementas semanais rotativas e respetivas fichas técnicas.	fevereiro	-
Município de Ourém	Workshop	Workshop: “Alimentação Saudável e Económica” dinamizada pelo Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém	28/02/2020	38
	Estudo	Estudo económico sobre ementas escolares considerando os princípios dietéticos	30 jan – 7 fev	-
	Acompanhamento individual	Acompanhamento/aconselhamento individual e monitorização do estado nutricional	jan-dez	1

Nutrição

Psicologia

PSICOLOGIA				
Município de Ourém	Atividade/Tarefa desenvolvida	Breve Descrição	Período de atuação	Nº de pessoas abrangidas
	Apoio Psicológico a munícipes	Acompanhamento de casos encaminhados pela CPCJ ou gabinete de Psicologia	Janeiro a dezembro	7
A.E. Conde de Ourém	Acompanhamentos (1º, 2º e 3º ciclos)	Acompanhamento psicopedagógico (em grupo e individual) ao nível de autorregulação de comportamentos, gestão emocional, promoção de atenção e aprendizagem na leitura e escrita	janeiro a junho	27
	Avaliações	Avaliações psicopedagógicas – 1º Ciclo.	fevereiro	2
	Orientação Escolar e Vocacional	Sessões de orientação escolar e profissional, com o objetivo de ajudar os alunos no	Janeiro a junho	57

		processo de tomada de decisão, quanto ao seu percurso escolar e profissional após o 9º ano		
	Rastreio dificuldade de Aprendizagem 5º ano	Rastreio aos alunos do 5º ano para despiste de eventuais dificuldades de aprendizagem.	janeiro e fevereiro	70
	Sarilhos do Amarelo	Programa de intervenção com alunos do 4º ano para capacitação de estratégias de autorregulação da aprendizagem	janeiro a junho	50
	Prevint - Programa de Prevenção da Violência Interpessoal	Programa sensibilização, consciencialização e mudança comportamental em relação à ocorrência de violência interpessoal a alunos do 3º ciclo	fevereiro	158
	Blogue #SentePositivo	Divulgação de material para dotar a comunidade educativa do Agrupamento com estratégias de intervenção direcionadas para uma autorregulação emocional, para fazer face ao surgimento de uma situação de alteração a nível de saúde e convivência social.	maio - junho	-
A.E. Ourém	Acompanhamentos (1º, 2º e 3º ciclos)	Acompanhamento psicopedagógico individual	janeiro - março	23
	Avaliações (1º, 2º e 3º ciclos)	Avaliações psicológicas e psicopedagógicas.	fevereiro	11
	Orientação Escolar e Vocacional	Sessões de orientação escolar e profissional, com o objetivo de ajudar a tomada de decisão, quanto ao seu percurso escolar e profissional após o 9º ano	janeiro - fevereiro	26
	Intervenção à distância (1º, 2º e 3º ciclos)	Periodicidade semanal com três turmas do 1º ciclo, duas do 2º ciclo e quatro do 3º ciclo.	março a junho	128
	Acompanhamento individual à distância	Acompanhamento psicopedagógico individual	março - junho	3

Psicologia

Outras Atividades

Publicações no Facebook do Município sobre Alimentação e Nutrição	
Descrição	Publicações via Facebook sobre “Alimentação e Nutrição” no âmbito da pandemia Covid-19
Período de atuação	06/04/2020 a 03/07/2020
Nº de publicações	▪ 64 publicações
Publicações no Facebook do Município Dicas Saudavelmente Junt@s	
Descrição	Publicações via Facebook sobre dicas e atividades para toda a família no âmbito da pandemia Covid-19
Período de atuação	06/04/2020 a 03/07/2020
Nº de publicações	▪ 60 publicações
Publicações no Facebook do Município – Semana dia da criança	
Descrição	Descrição
Período de atuação	Período de atuação
Nº de publicações	▪ Nº de publicações
Newsletter	
Descrição	Descrição
Período de atuação	Período de atuação
Tarefas	▪ Tarefas
Academia Ubuntu	
Descrição	Descrição
Período de atuação	Período de atuação
Tarefas	▪ Tarefas
Dia Municipal da Igualdade – 24 de outubro	
Descrição	Assinalado o Dia Municipal da Igualdade com campanha de divulgação na rede social Facebook de marcos importantes dos últimos 10 anos, de atividades dinamizadas por instituições locais e mensagens à comunidade.
Período de atuação	2/out/2020 a 27/out/2020

Tarefas	▪ Articulação com instituições da área da deficiência e GIC; ▪ Preparação dos conteúdos a divulgar; ▪ Elaboração de relatório sobre a atividade.
Dia Internacional do Voluntariado – 5 de dezembro	

Outras atividades do CLPSE

2.3.6.2 – Serviço de Ação Social

No âmbito do serviço de ação social e saúde, a equipa realizou as seguintes atividades:

LEGIS_SOCIAL

O Legis_Social - Centro de Documentação Digital consiste numa compilação de diplomas legislativos sobre as áreas do social, educação, associativismo, desporto e juventude constituindo uma ferramenta fundamental para o trabalho dos técnicos da Divisão. Em 2020, a equipa registou 224 conteúdos de especial interesse para as áreas.

Temática	N.º de conteúdos
AAAF/CAF/AEC/Refeições	3
Apoios Sociais	10
Associativismo	4
Autarquia Local / Município de Ourém	71
Bolsas de Estudo/ Ação Social Escolar	36
Bombeiros Voluntários	2
Cultura	1
Deficiência e Ajudas Técnicas	3
Desporto	25
Educação	13
Emprego	1
Envelhecimento	2
Equipamentos Sociais/Rede Social/Resposta Sociais	5
Estabelecimentos de ensino	7
Habitação	13
Igualdade de Género e Violência Doméstica	3

Migração	1
Natalidade	16
Outros	4
Projetos Sociais	1
Saúde	4
Total	225

Legis_social (2020)

Rede Social

A rede social é composta, atualmente, por 106 entidades. No âmbito do seu trabalho, a equipa prestou informações e devolveu inquéritos solicitados por diversas entidades nas áreas do social e educação, divulgou 131 conteúdos.

Reuniões da Rede Social:

Conselho Local de Ação Social de Ourém:

Plenário - Em 2020 realizou-se 4 reuniões do Plenário: 25 de março, 7 de maio, 12 de agosto e 19 de novembro. Das ordens de trabalhos destacam-se: COVID-19, emissão de pareceres sobre as candidaturas ao programa PARES 3.0, alteração do Plano de Ação do Contrato Local de Desenvolvimento Social – 4.ª Geração e o relatório de execução da Rede Local de Intervenção Social.

Núcleo Executivo – O Núcleo Executivo está responsável pela análise da documentação e preparação das reuniões do Plenário. Em 2020 reuniu a 17 de novembro.

Planeamento e elaboração do Plano Sénior

O plano sénior pretende criar contextos favoráveis e facilitadores do envelhecimento saudável, seguro, ativo, participativo e socialmente positivo através de 3 eixos de intervenção: Bem-estar, Segurança e Respostas e Serviços. Em cada eixo estão definidos objetivos específicos que deverão ser alcançados através da implementação de 20 ações até ao final de 2021. Ao longo da sua implementação o Plano poderá ser adaptado e flexibilizado em função de novos enquadramentos, da monitorização e avaliação efetuada.

O Plano agrega novas ações no âmbito do envelhecimento e outras que já estão enraizadas no nosso concelho, tais como o Carnaval Sénior, Passeio Sénior, Transporte a Pedido ou os Caminhos de Ourém.

Intervenção Social e Psicológica

Relativamente à equipa da ação social da DEVS registou 1.503 atendimentos, correspondentes a um total de 1.02 motivos de atendimento, isto é, os cidadãos dirigem-se ao serviço para resolver problemas de ordem vária.

No motivo do pedido verificou-se que a maioria contactou os serviços para tratar de assuntos relacionados com o apoio à natalidade e à infância (56,91%).



Motivo do pedido de atendimento (2020)

Na maioria, os atendimentos tiveram uma durabilidade inferior a 30 minutos, foram efetuados telefonicamente e os processos ficaram resolvidos.



Duração e tipo de atendimento e estado do processo (2020)

No âmbito da intervenção social realizaram-se ainda visitas domiciliárias, reuniões interinstitucionais, acompanhamentos individualizados, encaminhamentos e sinalizações de casos nas áreas da saúde, educação, emprego, segurança social, entre outras, acompanhamento de processos de trabalho comunitário e elaboração, em cooperação com os munícipes, de planos e programas nos seus projetos de vida, entre outras ações fulcrais para a resolução das situações-problemas.

Psicologia Comunitária

No que concerne à intervenção psicológica, importa referir que os técnicos que desempenham funções no município atuam em várias áreas, a saber:

- a) Consultas de Psicologia encaminhadas pela CPCJ, Intervenção Social e entidades externas;
- b) Coordenação centro Local para a Promoção do Sucesso educativo
- c) Grupo de Trabalho de Saúde Mental do Município de Ourém
- d) Apoio à Vítima na Estrutura de Atendimento
- e) Equipa de Acolhimento a Refugiados
- f) Equipa da Igualdade de Género
- g) Equipa de Intervenção Psicossocial
- h) Centro de Competências de Aconselhamento de Jovens
- i) Equipa Plano Sénior 2020
- j) Projetos comunitários direcionados para populações mais vulneráveis e/ou problemáticas específicas
- k) Implementação de projetos e atividades na área da educação
- l) Formação Pais, Mães e Assistentes Operacionais em contexto escolar
- m) Participação em palestras como orador
- n) Elaboração de pareceres e relatórios técnicos e de atividades.

Neste período registaram-se os seguintes dados:

Atividades	N.º
Centro de Competências e Aconselhamento Jovens (consultas de Psicologia)	20
Atendimentos Estrutura de Apoio à Vítima* / Processos em Acompanhamento.	Ver Relatório Espaço M
Atendimentos Psicossociais	31
Atendimentos / diligências Alcoolismo	8
Consultas de Psicologia	74

Atividades realizadas pela equipa de psicólogos (2020)

Acompanhamento do Centro de Competências e Aconselhamento para Jovens

Um projeto que visa o apoio a jovens até aos 25 anos que se encontrem em situações de vida fragilizadas (desemprego, dificuldades de definir um projeto de vida, absentismo e abandono escolar, problemas psicológicos que provocam disfuncionalidade nas vivências sociais e comunitárias, entre outros). Realizou-se 20 consultas neste âmbito.

Apoio Comunitário de Emergência

O Apoio Comunitário de Emergência é constituído por um Fundo de Maneio na DEVS, no valor de 500,00€/mensal, destinado ao pagamento de situações de emergência social, depois de analisadas e validadas superiormente. Durante este período foram analisados e atribuídos os seguintes apoios:

- Relatório do mês de **janeiro** - atribuição do valor de 430,00€ para pagamento de despesas de habitação, nomeadamente duas rendas em atraso, a um agregado encaminhado pela Junta da Freguesia de Seiça;
- Relatório do mês de **março** - foi gasto o valor total da verba 500,00€ na empresa de produtos alimentares – Oureana Cash para responder às necessidades dos beneficiários de apoio alimentar mensal do Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, uma vez que face à pandemia, foram canceladas as recolhas alimentares nos hipermercados;

- Relatório do mês de **abril** - foram gastos 498,75€ na empresa de produtos alimentares – Ramecel para aquisição de bens alimentares para o centro Comunitário de Voluntariado de Ourém;
- Relatório do mês de **julho** - foram gastos 43,60€ para aquisição de medicação de uma munícipe de Fátima.
- Relatório do mês de **agosto** - foram gastos 131,15€ para pagamento de despesas de habitação, nomeadamente faturas de água e de luz com aviso de corte de um agregado e para o pagamento de medicação a uma munícipe em período de gestação;
- Relatório dos meses de **setembro** e **outubro** – foram gastos 114,46€ para pagamento de fatura de luz com aviso de corte de um agregado monoparental e para pagamento de medicação de doença crónica a um indivíduo isolado;
- Relatório do mês de **dezembro** – foram gastos 206,00€ para um agregado constituído por cinco pessoas (casal e três filhos), residente em Ourém, para pagamento de renda de habitação em atraso.

Foram gastos no total **1 923,96€** para responder aos pedidos de apoio em situações de emergência social.

Estes apoios resultam dos atendimentos realizados pela equipa de intervenção social e dos serviços locais de atendimento social tais como SAAS; RSI e IPSS.

Estrutura de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Acompanhamento de Vítimas de Violência Doméstica – Espaço M

A DEVS dispõe, neste momento, de três Técnicos/as de Apoio à Vítima (Técnicos TAV) com formação na área que formam o Núcleo de Apoio à Vítima de Ourém.

Os técnicos para além do curso de Técnico de Apoio à Vítima são devidamente acompanhados, numa ótica de formação contínua promovida no âmbito do Projeto Maria (Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica e de Género no Médio Tejo) desenvolvido pelo Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT).

O trabalho desenvolvido por esta equipa foca-se, sobretudo, no apoio psicossocial ao nível da informação, encaminhamento, suporte logístico, empoderamento, redefinição de planos de vida e definição de estratégias adequadas a cada situação sinalizada.

A estrutura de apoio situa-se no Edifício Sede do Município de Ourém com horário de funcionamento de 2ª a 6ª, das 09.00h às 17.00h. Contudo, aquando do processo de acompanhamento à vítima, este horário pode ser ajustável de acordo com as necessidades da mesma.

Participação no Projeto MARIA dinamizado pela CIMT no âmbito da VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No âmbito do processo de implementação da rede de apoio à vítima no Concelho de Ourém, em parceria com Projeto Intermunicipal - Maria (Estratégia Integrada de Intervenção para a Área da Violência Doméstica Género), a equipa da Estrutura de Atendimento e Apoio à Vítima participou:

- Reunião presencial de Supervisão Técnica com a Dra. Elisabete Brasil, no dia 29 de junho de 2020;
- Reunião por videoconferência, com o grupo intermunicipal, no dia 13 de julho de 2020;
- Reunião presencial de avaliação, com o Professor Rogério Roque Amaro, no dia 30 de julho de 2020
- Participação Conferência “Reflexões sobre o Fenómeno da Violência Doméstica” - Mação, 15 de outubro 2020;
- Três reuniões online por videoconferência, com o grupo intermunicipal, no dia 23 de setembro, no dia 10 de novembro e no dia 23 de novembro de 2020.

Dados estatísticos

	Processos Sinalizados	Processos Arquivados	Processos ativos	Nº Atendimentos
2018	12	11	1	50
2019	6	6	0	74
2020	24	9	13	68
Total	40	26	14	192

N.º de Atendimentos e Processos Violência Doméstica (2020)

	GNR	CPCJ Ourém	APAV Santarém	Amigos e Familiares	Própria/o	SAAS de Ourém	PSP Ourém	Outras
2018	5	1	1	0	4	0	0	2
2019	1	1	0	1	0	0	1	1
2020	6	1	3	5	6	1	1	1

Total	12	3	4	6	10	1	2	4
-------	----	---	---	---	----	---	---	---

Sinalizações (2020)

Planeamento e definição de linhas de orientação para a implementação do Diagnóstico Municipal de Igualdade de Género e Não-Discriminação e Cidadania

No âmbito da candidatura submetida aos Planos para a Igualdade, denominada "Médio Tejo em Igualdade", ao qual o Município de Ourém aderiu, reporta-se que a candidatura foi aprovada.

Relativamente aos montantes financeiros, os mesmos foram aprovados na totalidade dos valores solicitados, ou seja, 374.729,55€.

De acordo com a informação da CIMT, neste momento o processo encontra-se na fase de adjudicação da empresa que irá realizar os procedimentos inerentes ao processo.

Acompanhamento de Processos encaminhados pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

A Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais é o organismo público, sob a tutela do Ministério da Justiça, a quem compete, no âmbito da assessoria técnica aos tribunais, proceder ao acompanhamento, entre outras, da execução de penas e medidas não privativas da liberdade, na qual se incluem, as medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade e de substituição de multa por trabalho (artigos 58.º do Código Penal e 496.º do Código Processo Penal) e prestação de serviços de interesse público no âmbito da suspensão provisória do processo. Neste âmbito, em 2020, a Câmara Municipal de Ourém prestou colaboração através da colocação institucional e acompanhamento de dois arguidos na execução de trabalho comunitário, medida aplicada no cumprimento da injunção de horas de Serviço de Interesse Público. Tendo assegurado o acompanhamento e as diligências inerentes aos processos encaminhados pela DGRSP.

Acompanhamento de Processos de Execução

O Tribunal solicitou colaboração dos serviços sociais para prestar apoio psicossocial às famílias que se encontram em situações de ordem de despejo com necessidade de assegurar o alojamento. Neste período participou-se em duas diligências no âmbito das suas competências em articulação com os Serviços Locais da Segurança Social e a Equipa do Rendimento Social de Inserção.

Tarifa Social - Tarifa de Venda de Água:

Em 2020, o Município recebeu 35 pedidos de atribuição de tarifa social, dos quais 34 foram deferidos e 1 está em análise:

- Tarifário Social para Utilizador Domésticos: 16 pedidos;
- Tarifário Social para Família Numerosa: 17 pedidos;
- Tarifário Social para Utilizadores não Domésticos: 1 pedido.

Equipa de Intervenção de Emergência e Apoio às populações

O Plano de intervenção em Crise da DEVS é um instrumento de suporte às operações que as equipas da divisão devem encetar em caso de iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe no concelho de Ourém, com vista a possibilitar a uniformização das ações a desenvolver, a coordenação técnica e operacional dos meios a empenhar e a adequação das medidas de carácter excecional a adotar.

Neste sentido, este Plano foi elaborado tendo em atenção um conjunto de riscos, quer naturais, quer tecnológicos, que possam ocorrer em território do concelho de Ourém, tais como condições meteorológicas adversas, riscos hidrológicos e geológicos, acidentes com transportes, vias de comunicação e infraestruturas e incêndios em espaços rurais/florestais e urbanos.

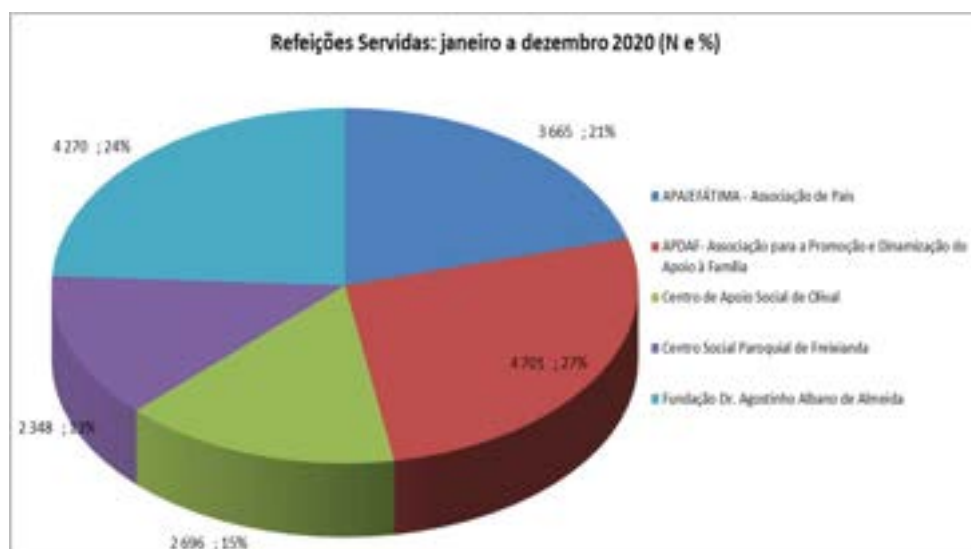
Este plano foi elaborado seguindo as diretivas do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém assim como alguns procedimentos já definidos pelas áreas da DEVS. Em 2020, um elemento da DEVS orientou a logística alimentar relativo a um incêndio florestal em Fátima

Programa de Emergência Alimentar: Cantinas Sociais

No âmbito do Programa de Emergência Alimentar e com base nos mapas de registo de refeições asseguradas por cinco instituições aderentes ao Programa de Emergência Alimentar-Cantinas Sociais, verificou-se que no período de janeiro a dezembro do presente ano, foram asseguradas 17 680 a 29 agregados familiares. Salienta-se que, no período referido, as instituições que assinalaram um maior número de refeições prestadas foram a APDAF-Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família (4 701) e a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida (4 270), cf. quadros e gráficos seguintes:

Registo do N.º Refeições servidas por mês (protocolo + extraprotocolo)													
Cantina Social	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação	281	272	280	270	270	270	279	279	360	372	360	372	3 665
APDAF- Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família	406	398	462	477	468	432	450	465	370	288	258	227	4 701
Centro de Apoio Social de Olival	248	232	248	240	248	240	248	248	194	186	180	184	2 696
Centro Social Paroquial de Freixianda	204	190	198	194	194	198	214	202	224	182	176	172	2 348
Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	342	322	370	584	476	300	294	310	300	274	258	440	4 270
Total	1481	1414	1558	1765	1656	1440	1485	1504	1448	1302	1232	1395	17680

Número de refeições servidas por mês (2020)



Refeições Servidas (2020)

Cantina Social	N.º de Agregados familiares apoiados												N.º médio AF/mês
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	
APAJEFÁTIMA - Associação de Pais e Encarregados de Educação	8	8	8	7	9	7	7	9	9	9	9	9	8
APDAF - Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família	6	6	7	7	7	6	6	6	6	4	4	4	6
Centro de Apoio Social de Olival	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	4	4	5
Centro Social Paroquial de Freixianda	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida	4	4	7	7	6	5	5	5	6	4	4	6	5
N.º Total de agregados familiares apoiados	28	28	32	31	32	28	28	30	31	26	26	28	29

Número de agregados familiares apoiados (2020)



N.º de agregados familiares apoiados em média por mês (2020)

Apoio à Natalidade e à Infância

Em 2020 foi publicada a alteração ao regulamento de apoio à natalidade e à infância – Edital n.º 228/2020.

Este apoio destina-se a crianças dos 0 aos 3 anos, nascidas a partir de 01 de janeiro de 2018, e a crianças com idade igual ou inferior a 5 anos e que sejam adotadas, a partir de 01 de janeiro de 2018, que integrem agregados familiares com residência fiscal em Ourém.

O apoio em apreço é atribuído pelo período de 3 anos, em cada nascimento, de acordo com as condições estabelecidas no Regulamento, oscilando o subsídio entre os 500€ e os 800€/ano, dependendo do rendimento per capita do agregado familiar. O montante do apoio é pago em duas tranches e sob a forma de reembolso de despesas elegíveis, referentes à aquisição de bens e serviços destinados à criança, realizadas em estabelecimentos e instituições a operar em território concelhio.

Desde a entrada em vigor do apoio até 30 de novembro de 2020, o serviço já recebeu 606 candidaturas, das quais 601 foram deferidas e 5 indeferidas e foi atribuído em apoios um total de 763 090 ,00 €, conforme quadro seguinte:

Candidaturas apresentadas				
Ano	Deferidos	Indeferidos	Análise	Total
2018	188	1	0	189
2019	222	3	0	225
2020	191	1	0	192
Total	601	5	0	606

Total de candidaturas 2018-2020

Valor do Apoio	2018						2019						2020		Total
	1.º Semestre			2.º Semestre			1.º Semestre			2.º Semestre			1.º Semestre	2.º Semestre	
	1.º Ano (1.ª e 2.ª Tranche)	2.º Ano (3.ª e 4.ª Tranche)	3.º Ano (5.ª e 6.ª Tranche)	1.º Ano (1.ª e 2.ª Tranche)	2.º Ano (3.ª e 4.ª Tranche)	3.º Ano (5.ª e 6.ª Tranche)	1.º Ano (1.ª e 2.ª Tranche)	2.º Ano (3.ª e 4.ª Tranche)	3.º Ano (5.ª e 6.ª Tranche)	1.º Ano (1.ª e 2.ª Tranche)	2.º Ano (3.ª e 4.ª Tranche)	3.º Ano (5.ª e 6.ª Tranche)	1.º Ano (1.ª e 2.ª Tranche)	2.º Ano (3.ª e 4.ª Tranche)	
450,00 €	450,00 €	0,00 €	450,00 €	900,00 €	450,00 €	900,00 €	1 350,00 €	450,00 €	0,00 €	450,00 €	450,00 €	900,00 €	3 600,00 €		10 350,00 €
500,00 €	6 500,00 €	4 000,00 €	7 000,00 €	6 500,00 €	3 500,00 €	5 000,00 €	8 000,00 €	4 000,00 €	0,00 €	5 000,00 €	3 000,00 €	20 000,00 €	39 000,00 €		111500
540,00 €	540,00 €	0,00 €	1 080,00 €	1 080,00 €	0,00 €	0,00 €	1 080,00 €	540,00 €	0,00 €	2 700,00 €	1 080,00 €	2 160,00 €	1 080,00 €		11340
550,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 100,00 €	1100
600,00 €	7 200,00 €	4 800,00 €	13 200,00 €	7 200,00 €	4 200,00 €	6 000,00 €	8 400,00 €	7 800,00 €	1 200,00 €	9 600,00 €	4 200,00 €	4 800,00 €	4 200,00 €		82800
630,00 €	7 560,00 €	7 560,00 €	4 410,00 €	5 040,00 €	5 670,00 €	5 670,00 €	630,00 €	2 520,00 €	0,00 €	4 410,00 €	5 670,00 €	1 890,00 €	0,00 €		51030
660,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	660,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	660
700,00 €	36 400,00 €	40 600,00 €	29 400,00 €	35 000,00 €	38 500,00 €	31 500,00 €	49 000,00 €	50 400,00 €	1 400,00 €	44 100,00 €	42 700,00 €	16 800,00 €	2 100,00 €		417900
720,00 €	720,00 €	1 440,00 €	0,00 €	0,00 €	1 440,00 €	720,00 €	720,00 €	0,00 €	0,00 €	720,00 €	1 440,00 €	0,00 €	0,00 €		7200
770,00 €	0,00 €	0,00 €	1 540,00 €	0,00 €	0,00 €	3 080,00 €	0,00 €	2 310,00 €	0,00 €	770,00 €	1 540,00 €	770,00 €	0,00 €		10010
800,00 €	3 200,00 €	4 800,00 €	1 600,00 €	3 200,00 €	7 200,00 €	4 800,00 €	6 400,00 €	9 600,00 €	0,00 €	2 400,00 €	12 000,00 €	1 600,00 €	2 400,00 €		59200
Total	62 570,00 €	63 200,00 €	58 680,00 €	58 920,00 €	60 960,00 €	58 330,00 €	75 580,00 €	77 620,00 €	2 600,00 €	70 150,00 €	72 080,00 €	48 920,00 €	53 480,00 €		763 090,00 €

Total de Apoios 2018-2020

Planeamento e acompanhamento de refugiados no âmbito do protocolo celebrado com Conselho Português de Refugiados

Embora de uma forma geral não se efetuem diligências tão regulares, porque os refugiados que vivem em Ourém se encontram integrados, há a destacar o acompanhamento da gravidez da esposa de um desses refugiados a consultas de gestação, processo de registo do bebé e consultas de pediatria. Atualmente com 5 meses.

Atividade Equipa de Apoio a Refugiados	Total
Atendimentos	23
Diligências Externas (Saúde, Escolas, CPR, SEF, ACM)	12
Visitas Domiciliárias	0
Reuniões Município	2

Atividades Equipa de Apoio a Refugiados 2020

Equipa Local de Intervenção de Ourém

No âmbito do protocolo celebrado com o Centro de Reabilitação e Integração de Ourém para a intervenção precoce, participou-se numa reunião de trabalho da Equipa Local de Intervenção, a 19 de fevereiro de 2020, no Centro de Reabilitação e Integração de Ourém. Tendo sido apresentados e analisados os novos processos referenciados e ainda se efetuou a análise da lista de apoios.

Núcleo Local de Inserção (NLI)

No âmbito desta parceria foi realizada uma reunião de trabalho presencial, no dia 20 de fevereiro de 2020, nas instalações da Câmara, com a seguinte ordem de trabalhos: análise de informações gerais; aprovação da ata da última reunião de NLI; discussão e aprovação dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção realizados nas entrevistas em sessão extraordinária das convocatórias; elaboração e apresentação do relatório anual de atividades; elaboração do plano de ação de 2020 e análise e discussão de outros assuntos.

O NLI integra representantes de organismos públicos, nos seguintes setores: Segurança Social (Serviço Local de Ourém), Saúde (Unidade de Saúde de Ourém e de Fátima), Emprego (serviço de Emprego de Tomar), Educação (Agrupamento de Escolas Conde de Ourém), Autarquia Local (Município de Ourém) e outras entidades (Jardim Infantil de Ourém -Equipa de RSI, ACISO).

Equipamentos Sociais do Município

No âmbito dos três equipamentos sociais, destinados ao alojamento de pessoas em situação de emergência ou de risco social, foram integrados sete agregados familiares (perfazendo um total de onze pessoas), por um período temporário e de forma gratuita, de modo a garantir os princípios de segurança e satisfação das necessidades básicas. Ao nível do acompanhamento do processo de integração habitacional às famílias nos equipamentos sociais, semanalmente, foram realizadas visitas domiciliárias, com o objetivo de avaliar as condições da ocupação e manutenção do espaço, de acordo com as normas de utilização estabelecidas com os agregados familiares e definir projetos de vida.

Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém (CCVO)

O Centro Comunitário de Voluntariado constitui um equipamento social que visa dar resposta às necessidades da comunidade através da prática do voluntariado e de ações solidárias. No Centro Comunitário de Voluntariado funciona: o Espaço de Acolhimento e Bem-estar, o Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO), o Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVO), o Ponto de Partilha (a Ajuda Alimentar/Campanhas Solidárias, os Ateliers Ocupacionais e o Espaço de Comércio Social).

Espaço de acolhimento e bem-estar

Consiste num espaço de acolhimento e convívio direcionado para pessoas que frequentam o CCVO, especialmente pensado para os colaboradores municipais.

Ponto de Partilha

O Ponto de Partilha integra a Ajuda Alimentar/Campanhas Solidárias, o Atelier Ocupacional e o Espaço de Comércio Social. Estas respostas fazem parte do Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, equipamento destinado a dar resposta às necessidades das famílias. No período em apreço foram abertos 14 processos de ação social direta e efetuou-se a atualização, acompanhamento e reavaliação dos processos ativos dos beneficiários do CCVO. Já foram avaliados desde o ano de 2012 um total de 353 pedidos. Existem no presente 65 agregados ativos (211 pessoas) a beneficiar mensalmente dos vários apoios de Ação Social Direta (alimentos, vestuário, calçado, mobiliário e outros) e 25 agregados a beneficiar de apoio alimentar mensal (85 pessoas).

Relativamente à Campanha Permanente de Recolha e Entrega de Bens permitiu recolher mobiliário diverso de 2 munícipes, os quais foram encaminhados para o Espaço de Recursos Sociais.

No espaço de Comércio Social foram recebidos 104 donativos e entregues 224 apoios às famílias beneficiárias deste espaço (115 cabazes de alimentos, e 109 apoios em roupa e calçado). Foram cedidos, a título de empréstimo, 4 artigos de puericultura.

No âmbito do COVID-19 foram entregues ainda 123 cabazes de alimentos a agregados familiares encaminhadas pelos serviços sociais do concelho, juntas de freguesia e escolas.

Banco do Voluntariado Municipal de Ourém (BVMO)

O BVMO promove o encontro entre a procura e a oferta de voluntariado, disponibilizando informação, e apoios diversos aos voluntários. Esta resposta visa desenvolver ações indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado. Até ao momento foram inscritos 165 voluntários, contudo apenas 11 se mantêm no ativo e a exercer atividades no Centro Comunitário de Voluntariado ou em Campanhas Solidárias pontuais.

Banco de Ajudas Técnicas de Ourém (BATO)

Consiste na cedência/empréstimo de ajudas técnicas para pessoas em situação de dependência e/ou dificuldades de mobilidade, residentes no concelho de Ourém. Neste período foram analisados 9 pedidos e atribuídas várias ajudas técnicas, nomeadamente: empréstimo de 1 cadeirão hospitalar, 3 cadeiras de rodas e 6 camas articuladas.

Atividades do CCVO

No âmbito do trabalho desenvolvido no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém tem-se vindo a realizar anualmente a atividade “Mimos de Natal” destinada às crianças das famílias acompanhadas pelos serviços de Intervenção Social do Município, da CPCJ e do RSI. Esta atividade dinamiza-se nas instalações do Centro Comunitário com uma vertente de atividades lúdicas/animação, lanche e entrega de presentes.

Face ao contexto de pandemia e respeitando as orientações emanadas pela Direção Geral da Saúde, nomeadamente o distanciamento social nas organizações, existiu a necessidade de ajustar a dinâmica desta atividade ao contexto atual, sem prejuízo do objetivo primordial da mesma: proporcionar às famílias em situação socioeconómica mais desfavorável um natal melhor. Deste modo, a 19 de dezembro 2020 entregaram-se cabazes de alimento a 45 agregados familiares e presentes a 55 crianças dos 0 aos 14 anos desses agregados.



Momentos dos Mimos de Natal (2020)

Saúde

Cartão Abem: rede solidária de medicamento

A 02 de abril de 2019, a Câmara Municipal de Ourém aderiu ao projeto cartão abem: rede solidária de medicamentos. Esta medida visa apoiar a aquisição de medicamentos por parte dos munícipes no concelho de Ourém, que se encontram em situação de comprovada insuficiência económica, de acordo com as normas de utilização. No ano de 2020, os serviços reavaliaram 1 processo de 2019 e receberam 16 pedidos, dos quais 12 foram deferidos e 4 indeferidos, o que perfez a atribuição de 25 cartões *Abem*:. Desde a implementação do cartão até 31 de dezembro 2020, a Câmara Municipal já atribuiu um apoio total de **3.100€**.

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no âmbito da parceria entre o Município de Ourém e o Centro de Saúde de Ourém

No âmbito do protocolo de cooperação celebrado entre o Município e o ARSLVT, I.P, a técnica esta afeta na Equipa de Cuidados Continuados Integrados de Ourém, no âmbito das suas competências, presta apoio psicossocial aos utentes, familiares e cuidadores, seguidos pela ECCI

de Ourém. Neste período realizou 10 visitas domiciliárias e participou em 12 reuniões, realizadas na Unidade de Cuidados na Comunidade de Ourém.

Unidades de Cuidados de Saúde - Alburitel, Olival e Sobral

Tendo como objetivo a execução dos projetos para as Unidades de Cuidados de Saúde (UCS) de Alburitel, Olival e Sobral e a aquisição do mobiliário, equipamento médico e informático, para o apetrechamento das mesmas, foram efetuadas as seguintes diligências: reunião de serviço com a ACES Médio Tejo para análise conjunta do equipamento médico necessário; verificação das propostas a analisar pelo júri do concurso; acompanhamento da entrega e da instalação e verificação do material adquirido nas Unidades de Cuidados de Saúde de Alburitel, Olival e Sobral, o qual se encontra concluído.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial, não judiciária, que visa proteger e promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alterada, na sua redação atual).

O modelo de trabalho assenta numa metodologia participativa e sistémica, valorizando-se todos os contributos, numa lógica de trabalho de equipa. A Comissão Restrita, em 2020, foi constituída por 7 elementos³, representantes e técnicos cooptados de diversas entidades, que se organizam em equipa, em regra com dois gestores de processo.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): COMISSÃO RESTRITA

No âmbito dos processos de promoção e proteção, os gestores de processo efetuaram várias diligências: entrevistas, visitas domiciliárias e relatórios, participaram em diversas reuniões, realizaram projetos e procederam ao encaminhamento para a consulta de psicologia, sempre que necessário. Durante o período a que se reporta este relatório, foram efetuadas 35 visitas domiciliárias, 169 entrevistas e 43 reuniões restritas. Foram acompanhados 205 processos de promoção e proteção e arquivados 103 processos. No final de dezembro de 2020 registaram-se 102 processos ativos.

³ Otília Simões (Presidente e representante dos serviços do Ministério da Educação e Ciência), Eugénia Oliveira (representante do Município de Ourém), Cíntia Silva (representante da Segurança Social), Fernanda Cavalheiro (representante dos serviços de saúde), Estela José (Designada pela Assembleia Municipal), Andreia Marques (técnica cooptada da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, com formação na área do serviço social), e Isabel Costa (técnica cooptada da Escola dos Moinhos do Centro João Paulo II, UMP, com formação na área de psicologia).

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): comissão alargada

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, na sua modalidade alargada, colocou à consideração, o Relatório de Atividades referente ao ano 2020. Da análise ao relatório de atividades importa salientar o seguinte: Processos ativos=102 (dez/2020); Média de processos ativos =110/mês; Média de processos arquivados = 8,2 processos arquivados/mês, num total anual de 103; Média de processos em que se requereu a intervenção judicial ao Ministério Público = 25 processos. Freguesias com maior número de processos: Fátima (31, 30%), Piedade (19,18%) e Atouguia (10,10%); Freguesias com menor numero de processos: Matas/Cercal, Alburitel e Caxarias (1,1%); Urqueira e Espite (2,2%); Freixianda/Ribeira do Fárrio/Formigais e Casal dos Bernardos/Rio de Couros (4,4%); Gondemaria/Olival, Seiça e Misericórdias (9,9%); Média Etária = 10 anos; Problemáticas associadas à sinalização mais expressivas: exposição a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional/ violência doméstica (38), negligência (24), a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem estar/ comportamentos antissociais e/ou indisciplina (16); Abandono/ absentismo escolar (11%); Medida de promoção e proteção mais frequente: apoio junto dos pais (40). Processos sem medida aplicada em fase de avaliação diagnóstica (71). Média de entrevistas = 14/mês; número médio de menores abrangidos por entrevistas/mês = 16/mês; número de entrevistas anuais = 169 entrevistas; número médio visitas domiciliárias = 2,91/mês, num total anual de 35. Número documentos recebidos = 115,91/mês, num total anual de 1391; número documentos expedidos = 90,16/mês, num total anual de 1082.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém (CPCJ): atividades realizadas

Não foi possível cumprir com o plano de atividades previsto para o ano de 2020, uma vez que a situação de pandemia não o permitiu. No entanto foram adaptadas e desenvolvidas as atividades abaixo descritas:

MPMT - Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, com o propósito de consciencializar a comunidade em geral para a importância da prevenção dos maus-tratos na infância a que muitas crianças e jovens ainda são sujeitos na nossa comunidade, ao longo do mês de abril, foram realizadas as seguintes atividades:

Laço Azul: A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém, através da página de Facebook do Município, lançou o desafio aos munícipes para elaborarem laços azuis, expô-los de forma visível em suas casas e partilhar as fotos dos mesmos, na página.



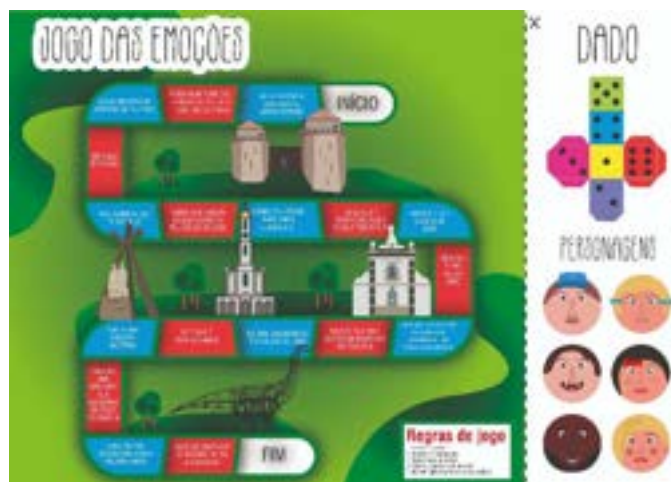
Convite - laço azul

Calendário dos afetos para pais e calendário dos afetos para filhos: Ao longo do mês de abril foi publicada diariamente, na página do Facebook do Município, uma proposta de tarefa dirigida aos pais para realizarem com os filhos e outra dirigida aos filhos para realizarem em conjunto com os pais.



Cartazes

Jogo das emoções: Jogo de tabuleiro para imprimir, construir um dado e jogar quando, onde e com quem estiver disponível para brincar, de preferência entre amigos e/ou familiares.



Jogo das Emoções

Dia Mundial da Criança: foi gravada e publicada na primeira semana de junho, uma intervenção da presidente da CPCJ, subordinada ao tema “As crianças têm direitos”, no âmbito da participação na iniciativa do Município para a comemoração do Dia Mundial da Criança.

Música para Crianças dos 0 aos 3 anos: é uma atividade da responsabilidade do Município e da CPCJ que se realizou no Auditório da Ourearte. Pretende-se com esta atividade exercitar as capacidades cognitivas das crianças através dos benefícios que a música e os jogos musicais exercem sobre elas, bem como proporcionar momentos de interação pais-filhos positivos e descontraídos. Esta atividade foi realizada apenas no mês de janeiro, devido ao contexto de pandemia que o país atravessa. Participaram 31 crianças.

Atividades

Envelhecimento

- Carnaval Sénior

A Câmara Municipal de Ourém, em parceria com o Grupo de Envelhecimento da Rede Social de Ourém, realizou a 24 de fevereiro de 2020 mais uma edição do desfile do Carnaval Sénior, que teve lugar no Centro Municipal de Exposições e contou com 12 grupos participantes, que integraram 240 seniores e acompanhantes. As entidades participantes na atividade foram: APDAF Sénior, Centro de 3.ª Idade de Gondemaria, Centro de Apoio à Pessoa Idosa - Jorge Alves, Centro de Apoio à Pessoa Idosa de São Jorge da Granja, Centro de Bem-Estar do Bairro, Centro Social Espírito Santo, Centro Social de Matas, Fundação Arca da Aliança, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, Lar Santa Beatriz da Silva e Irmandade da Santa Casa da Misericórdia Fátima-Ourém. Às IPSS participantes foi dado um apoio total no valor de 1500,00€.



Momentos do Carnaval Sénior 2020

Saúde

- Dia Mundial do dador de Sangue

Decorreu no dia 15 de junho no Centro Comunitário de Voluntariado de Ourém, a V Sessão de



Colheita de Sangue, promovida pelo Municípios de Ourém em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, de Coimbra. Teve como objetivos assinalar o Dia Mundial do dador de Sangue e responder a situações de doentes que necessitam de transfusões ou de transplante de medula e não têm dadores familiares compatíveis. A mesma decorreu entre

as 9h00 e as 13h00 e teve como resultados 44 pessoas inscritas, 35 pessoas aprovadas para recolha e 9 pessoas suspensas.

- **SOS Vizinho**

O Projeto SOS Vizinho tem como objetivo ajudar as pessoas que estão nos grupos de risco da pandemia COVID-19, através de uma linha de Apoio Nacional e Gratuita (800 202 020) que funciona de segunda a domingo, das 8h às 20h. A técnica fez a avaliação e adesão ao projeto, tendo ficado como coordenadora do Município de Ourém. Neste âmbito é feita a validação dos voluntários que irão dar resposta aos pedidos, receção dos pedidos, triagem das necessidades e encaminhamentos, contatos telefónicos com os beneficiários e os voluntários. Inscreveram-se na plataforma para dar resposta aos pedidos e colaborar 12 voluntários.

Formalização de candidaturas

Planeamento e elaboração da Candidatura ao Fundo de Ciência e Tecnologia

Sistema de apoio à decisão na Administração Pública para prevenção e mitigação de pandemias” em parceria com Instituto Politécnico de Leiria e ACES Médio Tejo. Neste momento a candidatura foi submetida.

Planeamento e elaboração da candidatura ao Observatório das AUTARQUIAS FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS.

Foi elaborado plano de ação no sentido de aprimorar a submissão da candidatura com as diversas áreas de ação do município. A candidatura foi submetida no dia 28 de julho.

Planeamento e elaboração e submissão da candidatura à Rede de Cidades de Aprendizagem da UNESCO

A candidatura foi submetida e escolhida com mais duas propostas nacionais para a avaliação final da UNESCO Internacional.

2.3.6.3. – Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude

Ao longo do ano de 2020 o Município de Ourém procurou promover diversas iniciativas através de políticas de investimento na formação, na qualidade, na diversidade e abrangência da prática desportiva para os cidadãos, com a dinamização de diversas atividades direcionadas, para diferentes tipos de público. A atividade física é fundamental para a qualidade de vida dos munícipes, como expressão do seu desenvolvimento social e bem-estar físico e psicológico. No ano de 2020 e tendo em conta os constrangimentos da Pandemia Covid 19 o Serviço de Associativismo Desporto e Juventude viu-se obrigado a cancelar alguns eventos e reprogramar outros.

Nesta fase de pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19), o Município de Ourém desenvolveu e planificou diversas iniciativas com impacto na área desportiva, que se tornaram fundamentais para revitalizar a cidade e o desporto no concelho, das quais se destacam:

- O **Programa Ourém Está Ativo**, que consiste num conjunto de iniciativas ao ar livre dinamizadas por associações e ginásios locais, entre as quais Aulas Funcionais, *Running*, *Yoga*; patinagem, entre outras, estimulando desta forma os Oureenses para uma prática desportiva regular e gratuita.
- O **Desporto Online**, que proporcionou a toda a população do Concelho, a possibilidade de realização de atividade física de forma segura, durante e após o período de estado de emergência, através de um programa de desporto online (*Desporto Sénior* / *Desporto para Todos* / *Desporto para Crianças & Companhia*), com a apresentação diária no Youtube e na página oficial do Facebook do município de Ourém.
- A **Semana Europeia do Desporto** que o Município de Ourém dinamizou, em colaboração com o IPDJ. Tratou-se de uma semana repleta de iniciativas, entre as quais Zumba, Pilates, Karaté, *Running*, *Yoga*, iniciativas no âmbito do Desporto Escolar com a colaboração de diversos parceiros desportivos. Tratou-se de uma semana repleta de cor e movimento na cidade de Ourém respeitando sempre as regras emanadas pela DGS.

- Realização e aprovação de Normas de Apoio ao Associativismo Desportivo, Cultural e Recreativo
- Acompanhamento e colaboração com o Setor de informática para a realização da plataforma RMA- Registo Municipal do Associativismo;
- A antecipação da **Candidatura de Apoio ao Associativismo Desportivo, Cultural e Recreativo**, do Concelho de Ourém, que permitiu intervir sobre os impactos económicos causados pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19) que, nesta fase, ainda são muito difíceis de mensurar.
- No ano de 2020 O Município de Ourém foi distinguido com o galardão “Município Amigo do Desporto”, atribuído pela Cidade Social, entidade promotora de certificação desportiva. O programa "Município Amigo do Desporto" constitui um grupo de boas práticas de *benchmarking* e de formação em relação ao modelo de intervenção dos municípios nas práticas de atividades físicas e no desenvolvimento desportivo. Este projeto assume-se também como uma rede de partilha, que privilegia a monitorização, o reconhecimento e a divulgação de boas práticas no âmbito municipal do desenvolvimento desportivo, partindo dos projetos e ações implementados em cada concelho aderente ao programa.

Este prémio vem reconhecer o empenho do Município na realização de atividades desportivas, no apoio às instituições e no investimento realizado nas infraestruturas desportivas, tendo como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida e o incremento de hábitos saudáveis.

No de 2020 o Município de Ourém foi distinguido no Concurso “**Presença Digital do Desporto e da Atividade Física**” a classificação de “Recomendada” e no “**Intervenção COVID 19 no desporto e na atividade física**”, ficando classificado em 3.º Lugar. O reconhecimento público de boas práticas na intervenção dos municípios na área do desporto e atividade física, foi-nos atribuído tendo em consideração a intervenção do Município no desenvolvimento desportivo, nos resultados obtidos e na adoção de processos de melhoria contínua. Estas distinções refletem o trabalho da equipa do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude.

O Município de Ourém ao longo de 2020 preocupou-se não só em criar as melhores condições de infraestruturas desportivas, mas também, apostar no apoio às coletividades do concelho,

assim como dinamizando iniciativas que promovam e incentivem a prática desportiva regular. As conquistas foram evidentes, mesmo nos tempos difíceis que se vivem, em tempos de Pandemia, é possível criar condições para dinamizar programas de DESPORTO PARA TODOS.

Com a realização desta parecia permitiu o acesso a um conjunto de formações que ao longo do ano foram realizadas abordando diversas temáticas do interesse para clubes, ginásios, técnicos, treinadores outros agentes desportivos:

- Ensino da Natação: Observação e intervenção
- Mais Saúde com Hidroginástica: Prevenir e melhorar patologias com a hidroginástica
- Elaboração e melhoria de Cartas Desportivas e da Atividade Física
- Gestão Municipal do Desporto e da Atividade Física
- Ensino e treino de Basquetebol
- Primeiros socorros no desporto e na Atividade Física

No ano de 2020 deu-se início do Procedimento da Carta Desportiva do concelho de Ourém Instrumento de planeamento desportivo.

No âmbito da juventude no ano transato estavam previstos a dinamização de um conjunto de iniciativas. Devido à pandemia muitas delas foram canceladas e apenas foram realizadas algumas atividades entre elas:

- Ação nas escolas em colaboração com a Fajudis- Federação de Associações Juvenis, no âmbito de medidas preventivas no combate à pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) inserida na campanha “Desconfinar Jovem”.
- O **Dia Internacional de Juventude** é celebrado no dia 12 de agosto, esta iniciativa contou com entradas gratuitas nas piscinas municipais de Ourém. A adesão à iniciativa foi bem aceite pelos jovens do concelho.

No âmbito da juventude foram elaborados um conjunto de propostas (iniciativas) a desenvolver, assim que esteja ultrapassada a situação pandémica que vivenciamos.

- Cursos de comunicação e Liderança... (ex. speak and Lead)
- Programa Jovem Autarca

- Programa para jovens de “Educação para Valores - Ética no Desporto”
- Apoio ao Associativismo Juvenil no Concelho de Ourém

Gestão de Atividades Instalações Desportivas

Serve o presente ponto para apresentar o plano de atividades desenvolvido pelo Setor de Instalações Municipais – SIM, durante o ano civil de 2020 dando desta forma continuidade ao processo de prestação de informações sobre a gestão anual dos equipamentos desportivos municipais ao serviço de Gestão Financeira da Câmara Municipal de Ourém neste particular.

A análise assenta essencialmente na apresentação de dados reais do período em estudo, adstrito a um conjunto de intervenções logísticas e sociais na área desportiva, com particular incidência para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes do concelho de Ourém.

Metodologia

A metodologia adotada para a realização deste relatório tem por base os dados inerentes às taxas de ocupação (estádio, pavilhões e piscinas) e de faturação (piscinas municipais) das instalações desportivas municipais, relativos ao 1º e 2º semestre de 2020.

As atividades desenvolvidas no decorrer do ano civil de 2020 incluíram maioritariamente, todo o contingente de instalações desportivas municipais que se dividem em três grandes grupos: Piscinas Municipais, Grandes Campos e Pavilhões Gimnodesportivos, a saber:

Piscinas Municipais:

- Complexo de Piscinas Municipais de Ourém;
- Piscina Municipal de Caxarias



Grandes Campos:

- Estádio Papa Francisco;

Pavilhões Gimnodesportivos:



- Pavilhão Municipal de Freixianda;
- Pavilhão Municipal de Caxarias;
- Pavilhão Gimnodesportivo de Pinheiro;
- Pavilhão Municipal de Caneiro



O relatório abrange o início da situação epidemiológica ocorrida a nível mundial e o aumento de casos de infeção neste período em Portugal levou a que fosse declarada a situação de alerta em todo o território nacional, nos termos do Despacho n.º 3298 -B/2020, de 13.03, que impôs a necessidade de medidas adicionais com vista ao cumprimento dos objetivos que justificaram a referida declaração;

Acresce aos elementos disponíveis os constrangimentos crescentes, as novas formas de vida e adaptação organizacional provocados pela pandemia – COVID 19.

Os impactos associados ao contexto epidemiológico do vírus no serviço de instalações municipais – SIM da SADJ podem ser organizados nas seguintes dimensões:

1. Encerramento desde 16 de março de 2020 de todos os equipamentos de desportivos municipais;
2. Criação de um plano de crise para monitorização de todas as ocorrências e consequências resultantes da epidemia;
3. Execução de um Plano de Contingência de forma a garantir a resposta adequada a esta situação;
4. Realização de ações de preparação para assegurar a existência de procedimentos coletivos, desinfetantes e de materiais/equipamentos, fundamentais para a continuidade da operação, bem com a distribuição de equipamentos de proteção individual aos colaboradores das instalações;
5. Implementação de ações de resposta, quer na fase de prevenção e mitigação, resultante da ativação do Plano de Contingência, com a necessidade de assegurar novas formas de trabalho, telemáticas ou de reorganização de escalas operacionais, para prevenir a proteção dos profissionais pertencentes a grupos de risco, permitir o acompanhamento familiar, bem com assegurar a existência

de recursos humanos em prevenção ou em resguardo para as necessidades operacionais essenciais do município, nomeadamente, na substituição de recursos humanos agregados às escolas do concelho, bem como de pessoal qualificado para o acompanhamento de jovens e crianças no transporte escolar.

6. Implementação de programas online de desporto para todos, nomeadamente com o lançamento de aulas assíncronas de: Desporto Sénior, Desporto para todos e Desporto para crianças.

Durante o primeiro semestre do ano 2020, período que envolve o aparecimento da pandemia e igualmente um período de confinamento geral da população a atividade desportiva desenvolvida pelo SIM apresentou resultados operacionais e financeiros. Estes resultados resumem-se a atividades desenvolvidas nas instalações desportivas por clubes, e atividades do município entre: 01 de janeiro a 13 de março e de 01 de junho a 09 de novembro.

Os resultados obtidos durante o ano civil de 2020, nomeadamente, taxas de ocupação e faturação (piscinas municipais) ficaram muito abaixo da média anual registada em anos anteriores. Contudo os dados estatísticos obtidos nas diversas instalações foram os seguintes:

TAXA OCUPACIONAL | PISCINAS MUNICIPAIS OURÉM E CAXARIAS

Ano	Instalação	Público geral	Escolas	Coletividades	Atividades CMO						
					HidroG.	HidroT.	HidroS.	AquaZ.	AquaJ.	HidroK.	NB
2020	OURÉM	11.799	1.341	1946	908	...*	409	N/D	N/D	...*	...*
	CAXARIAS	5 470	845	1237	365	361	347	101	...*	396	266
total/categoria		17.269	2.186	3.183	1.273	361	756	101	...	396	266
total anual		25.791									
média mensal		1.439	182	265	106	30	29	8,4	...	33	22

* - Atividade não desenvolvida nesta instalação.

Taxa ocupacional – Piscinas Municipais Ourém e Caxarias

TAXA OCUPACIONAL | ESTÁDIO PAPA FRANCISCO

ano	instalação	descrição		público geral	coletividades			
					atletismo	futebol	triatlo	outras
2020	ESTÁDIO PAPA FRANCISCO	n.º utilizadores	26 utiliz.	2.510 utiliz.	952 utiliz.	453 utiliz.	12 utiliz.	
		horas ocupação	29h30m	390h30m	85h	140h30	2h	
total horas ocupação			647h30m					
total anual			3.953 utilizadores					
média mensal			2,16	209,16	79,33	37,75	1	

Taxa Ocupacional – Estádio Papa Francisco

TAXA OCUPACIONAL | PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS MUNICIPAIS

ano	instalação	períodos	tipologia entidades utilizadoras		
			federadas	não federadas	escolares
2020	Pavilhão Municipal de Freixianda	1º Trimestre	1592	253	1820
		2º Trimestre	0	0	0
		3º Trimestre	0	0	0
		4º Trimestre	377	0	1694
Total de Utilizadores Semestre			3.665	2.071	
Total Utilizadores Anual			5.736		
média mensal/categoria			164	21	293

Pavilhão Municipal Freixianda – Taxa Ocupação

ano	instalação	períodos	tipologia entidades utilizadoras		
			federadas	não federadas	escolares
2020	Pavilhão Municipal de Caxarias	1º Trimestre	488	940	5416
		2º Trimestre	0	0	0
		3º Trimestre	38	0	881
		4º Trimestre	282	0	5018
Total de Utilizadores Semestre			6.844		6.219
Total Utilizadores Anual			13.063		
média mensal/categoria			67,3	78,33	943

Pavilhão Municipal Caxarias – Taxa Ocupação

ano	instalação	períodos	tipologia entidades utilizadoras		
			federadas	não federadas	escolares
2020	Pavilhão Gimnodesportivo de Pinheiro	1º Trimestre	949	90	0
		2º Trimestre	0	0	0
		3º Trimestre	0	0	0
		4º Trimestre	580	0	0
Total de Utilizadores Semestre			1.039		580
Total Utilizadores Anual			1.619		
média mensal/categoria			127,41	7,5	0

Pavilhão Gimnodesportivo Pinheiro – Taxa Ocupação

ano	instalação	períodos	tipologia entidades utilizadoras		
			federadas	não federadas	escolares
2020	Pavilhão Municipal de Caneiro	1º Trimestre	155	592	875
		2º Trimestre	0	0	0
		3º Trimestre	0	100	0
		4º Trimestre	470	0	0
Total de Utilizadores Semestre			1622		570
Total Utilizadores Anual			2.192		
média mensal/categoria			52	57,6	73

Pavilhão Municipal do Caneiro – Taxa Ocupação

Nota Prévia

O SIM face ao efeito COVID-19 implementou novas formas de trabalhar, de aprender, de comunicar e proporcionar conteúdos *online* que fossem ao encontro, nos últimos 12 meses, a uma enorme alteração na procura e hábitos dos nossos utilizadores/consumidores, que certamente teriam demorado anos a desenvolver, em circunstâncias normais, reforçando assim a necessidade da continuidade de upgrades e investimentos em recursos humanos qualificados.

O encerramento dos equipamentos sob a gestão direta do SIM durante os períodos de estado de emergência em Portugal, provocou um elevado desequilíbrio socioeconómico face à perda de receitas, seguida de uma crescente irregularidade, na taxa de ocupação diária das instalações desportivas.

Dá-se ainda nota, que durante o período em análise o SIM juntamente com os serviços de manutenção da DOMSU, bem como de serviços técnicos a entidades externas, realizou-se diretamente beneficiações/melhoramentos em algumas instalações desportivas a equipamentos de desgaste rápido, infraestruturas nevrálgicas para a conservação dos edifícios, bem como a substituição de equipamentos desportivos obsoletos.

Face ao exposto, é importante salvaguarda, o esforço e a dedicação de todos os colaboradores do SIM, na preparação e desenvolvimentos de ações proativas, em prol do retorno ao funcionamento das instalações desportivas e por conseguinte de todas as atividades desportivas desenvolvidas, possibilitando desta forma, contribuir para o sucesso dos seguintes programas:

- a. Época Balnear - Piscinas Municipais de Ourém;
- b. Atividade Aquáticas (Hidroginástica, AquaZumba e AquaTraining) – Piscinas Municipais de Ourém;
- c. Desafio de Triplo Salto Feminino – Estádio Papa Francisco;
- d. Campeonatos distritais e nacionais de futebol.

O ano 2020 foi um ano atípico e de alterações substanciais ao serviço e consolidação de projetos. Estas alterações aconteceram devido à situação epidemiológica que o País enfrenta o que levou à suspensão de inúmeras atividades e reformulação de serviços de modo a responder às necessidades da população do concelho.

No ano 2020 foi criada a Divisão de Educação e Vida Saudável com base na organização dos serviços do Município de Ourém e em que o trabalho da DEVS é operacionalizado de acordo com as atribuições do Município em três domínios: educação, serviço de ação social e saúde (SASS) e serviço de associativismo, desporto e juventude (SADJ). Um ano de alterações substanciais ao serviço e consolidação de projetos. Alguns projetos devido à pandemia COVID-19 tiveram que ser relegados para segundo plano e até adiados para um futuro próximo em que se volte à normalidade. Na área da educação recebemos a transferência de competências na sua plenitude com a passagem dos refeitórios para a gestão do município e despesas inerentes ao funcionamento dos agrupamentos. Neste domínio também reativamos o

Conselho Municipal da Educação e foram desenvolvidos trabalhos para a conclusão da Carta Educativa e do Plano Estratégico da Educação Municipal que serão entregues os documentos finais neste início de 2021. Houve uma adaptação dos serviços para responderem às profundas alterações do funcionamento do ano letivo devido ao Ensino à Distância e alteração do calendário escolar.

Com a transferência do serviço do Associativismo, Desporto e Juventude houve um acréscimo de responsabilidades que foi traduzido na conclusão do regulamento e normas que definiram critérios para atribuição de apoios ao associativismo, a reativação do Conselho Municipal da Juventude e o desenvolvimento do desporto para todos on-line devido ao COVID-19.

Na área social para além das atividades desenvolvidas até fevereiro e todas as outras terem sido canceladas, houve o desenvolvimento do Plano Sénior, Plano de Apoio Social e Educação em coordenação com a Proteção Civil, Plano de Apoio aos Incêndios e a ajuda na logística de distribuição de EPI's para as instituições e população em geral.

Destaco o esforço acrescido da equipa no ano 2020 obrigando os colegas a recorrentemente fazerem trabalho extraordinário.

2.3.7 – DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

A Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente, adiante designada por DAFCE, foi criada com base na alteração da estrutura orgânica publicada a 16 de janeiro de 2020, que adicionou competências à divisão, nomeadamente a gestão da receção, gestão da plataforma *participa.ourem.pt*, gestão e organização do estacionamento tarifado à superfície e do parque de estacionamento subterrâneo.

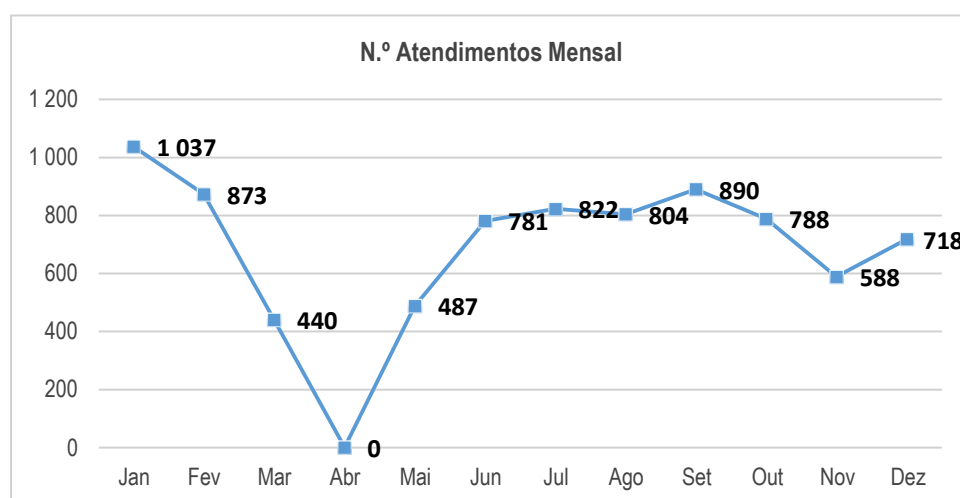
A DAFCE tem como principal missão: elaborar candidaturas a financiamento externo e proceder à sua submissão por forma a angariar financiamento para a execução e fazer o seu acompanhamento financeiro; garantir a prestação de serviços de apoio que assegurem o regular funcionamento da autarquia e contribuir para a melhoria dos processos de trabalho e qualificação da organização, gerir e planear a mobilidade e os transportes no município.

2.3.7.1 – Setor de Atendimento ao Município

Número e Tipo de Atendimentos efetuados

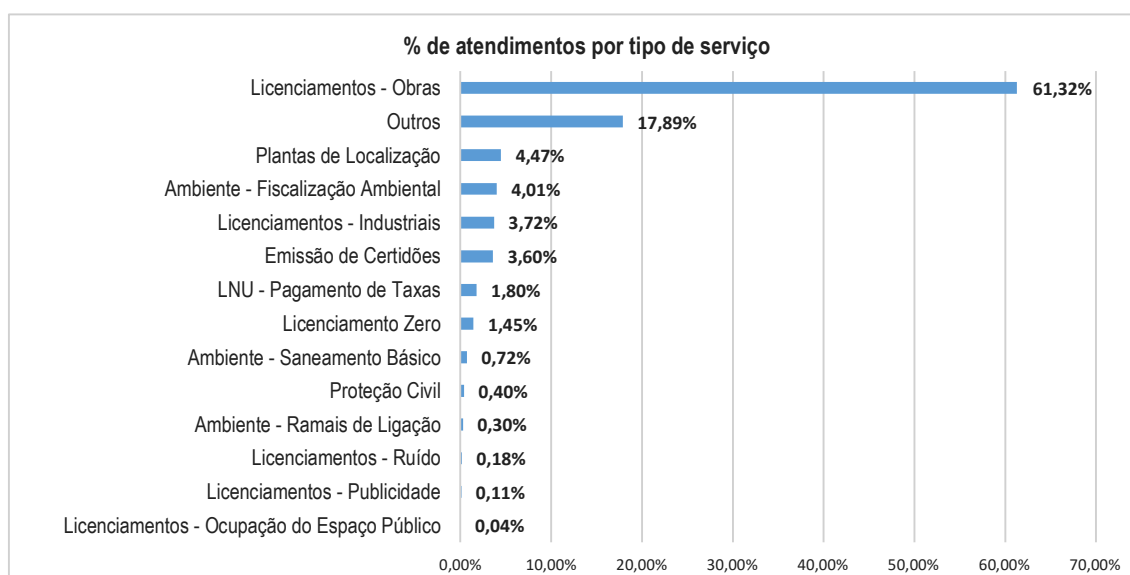
No que concerne à área do Atendimento ao Muncípe nas instalações sede do Município, a gestão do atendimento ao público é efetuada através do sistema eletrónico que permite a chamada de senhas. Para atendimento no balcão único é selecionada a senha A, possibilitando ao muncípe ser atendido em 3 mesas distintas. O número de atendimentos efetuado no período em apreço, foi de **8.228**.

N.º Total de atendimentos em 2020	8228
N.º Médio mensal de atendimentos	685,67
N.º Médio diário de atendimentos	31,17



Salienta-se que, atendendo à situação da pandemia COVID -19, no mês de abril, não foram efetuados atendimentos presenciais.

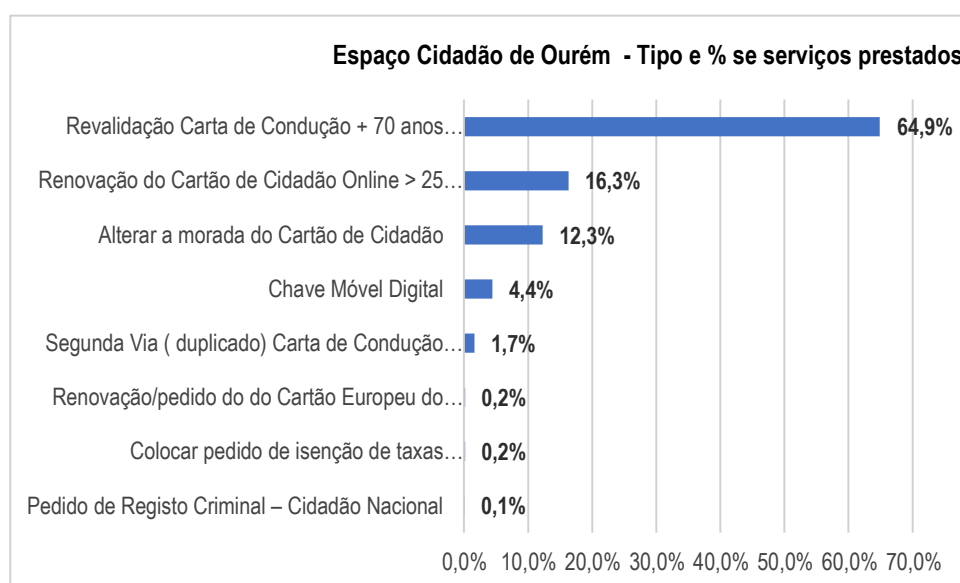
Apresenta-se ainda, de seguida, o gráfico com a distribuição do tipo de atendimentos efetuado:



Do gráfico apresentado apura-se que 61,32% dos atendimentos efetuados no decurso de 2020, respeitam a licenciamento de obras particulares e 17,89% correspondem a outros serviços efetuados.

Atendimentos efetuados no Espaço Cidadão de Ourém

Importa referir que o serviço de Atendimento ao Munícipe integra também o serviço do **Espaço Cidadão**, tendo-se verificado 1.148 atendimentos nesta área. Relativamente a este tipo de atendimento, destacam-se os seguintes tipos de serviços:



Do gráfico apresentado, constata-se que 64,9% dos serviços efetuados no Espaço Cidadão, dizem respeito a revalidação de cartas de condução, 16,3% a renovação de cartões de cidadão e 12,3% a alteração de moradas do cartão de cidadão.

Registo, classificação e digitalização da correspondência entregue no balcão único.

Para além do atendimento realizado no balcão único, é efetuado todo o registo, classificação, digitalização e encaminhamento da correspondência, ali entregue, resultante do atendimento praticado.

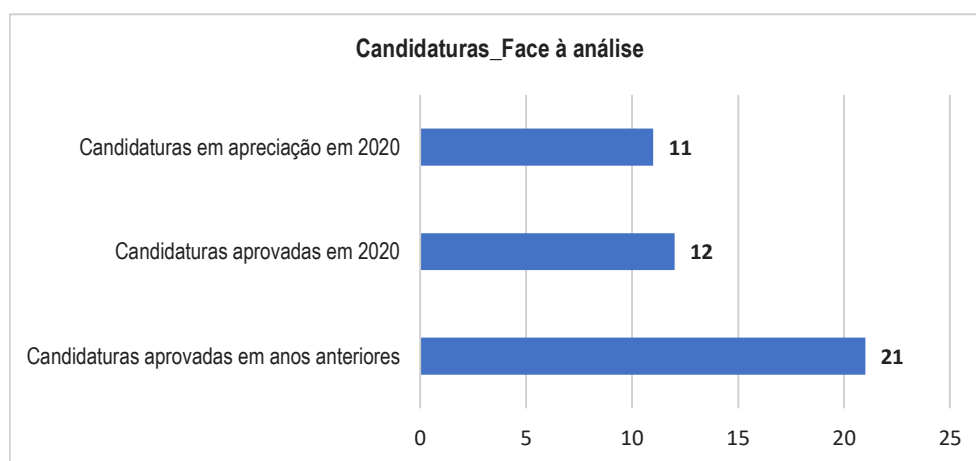
Neste sentido, ao longo do ano 2020, foram registados cerca de **3.279 documentos**, dos quais, destacam-se expressivamente, 3.214 requerimentos, representando 98% dos registos efetuados.

2.3.7.2 – Setor de Estudos e Projetos Financeiros

A descrição adiante exposta refere-se à elaboração e gestão de candidaturas apresentadas pelo Município de Ourém a fundos comunitários e/ou nacionais. Os dados apresentados reportam-se ao número de candidaturas **ativas** durante o ano de 2020.

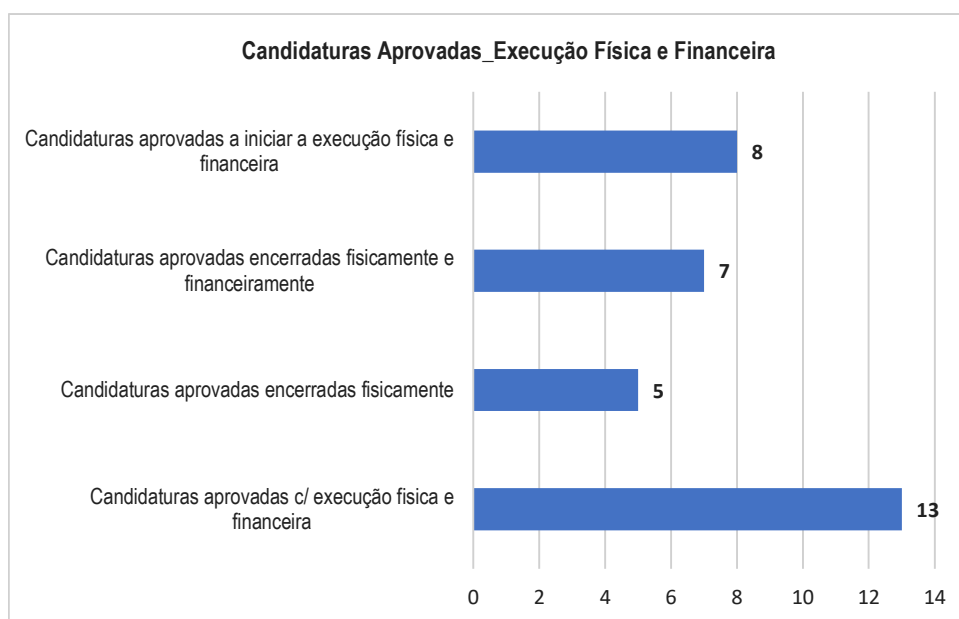
Número de candidaturas ativas e sua situação

A 31.12.2020, a Divisão detinha no total 49 candidaturas ativas, das quais 21 foram deferidas em anos anteriores, 12 aprovadas em 2020, 11 encontram-se em apreciação e 5 obtiveram decisão desfavorável de aprovação.

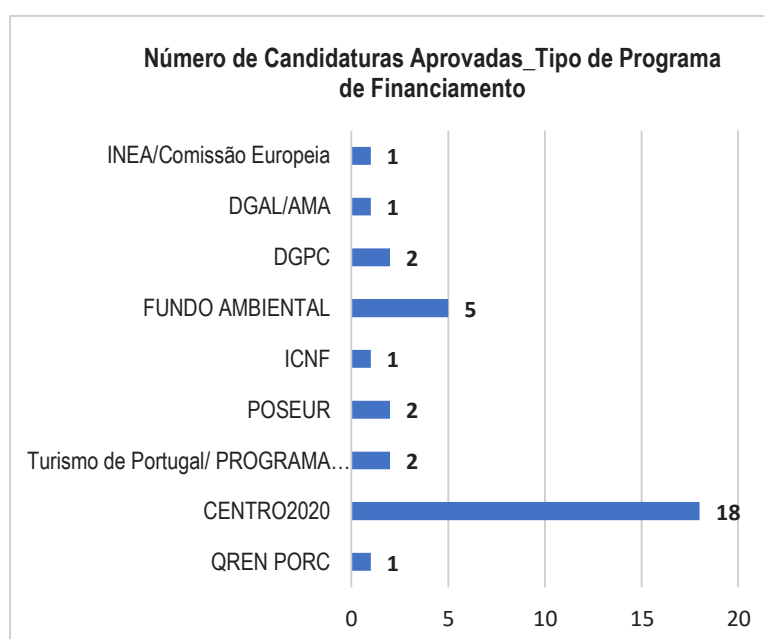


Candidaturas deferidas e sua situação relativa à execução física e financeira

Das 33 candidaturas aprovadas e ativas, à data de 31 de dezembro de 2020, a situação relativa à execução física e financeira das mesmas, encontra-se exposta no quadro que se apresenta.



Número de candidaturas apresentadas por tipo de financiamento/programa



De acordo com o gráfico apresentado anteriormente, verifica-se que das 33 candidaturas aprovadas, destaca-se o CENTRO 2020 com 18 candidaturas aprovadas.

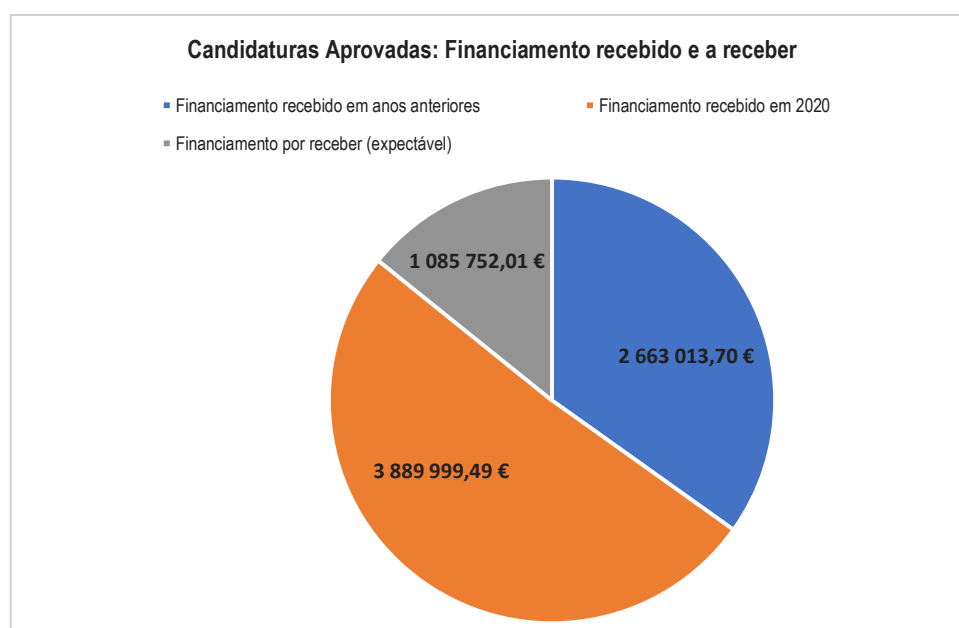
Importa salientar, que no atual quadro comunitário, nomeadamente no CENTRO2020, as citadas candidaturas incluídas no mesmo, encontram-se abrangidas, maioritariamente, quer por um PARU - Programa de Ação de Regeneração Urbana, quer através da ITI – Investimento Territorial Integrado subjacente no pacto celebrado entre os Municípios, Comunidade Intermunicipal do

Médio Tejo e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, ambos aprovados, cujos projetos foram individualmente submetidos através de candidatura.

Financiamento recebido no âmbito das candidaturas aprovadas

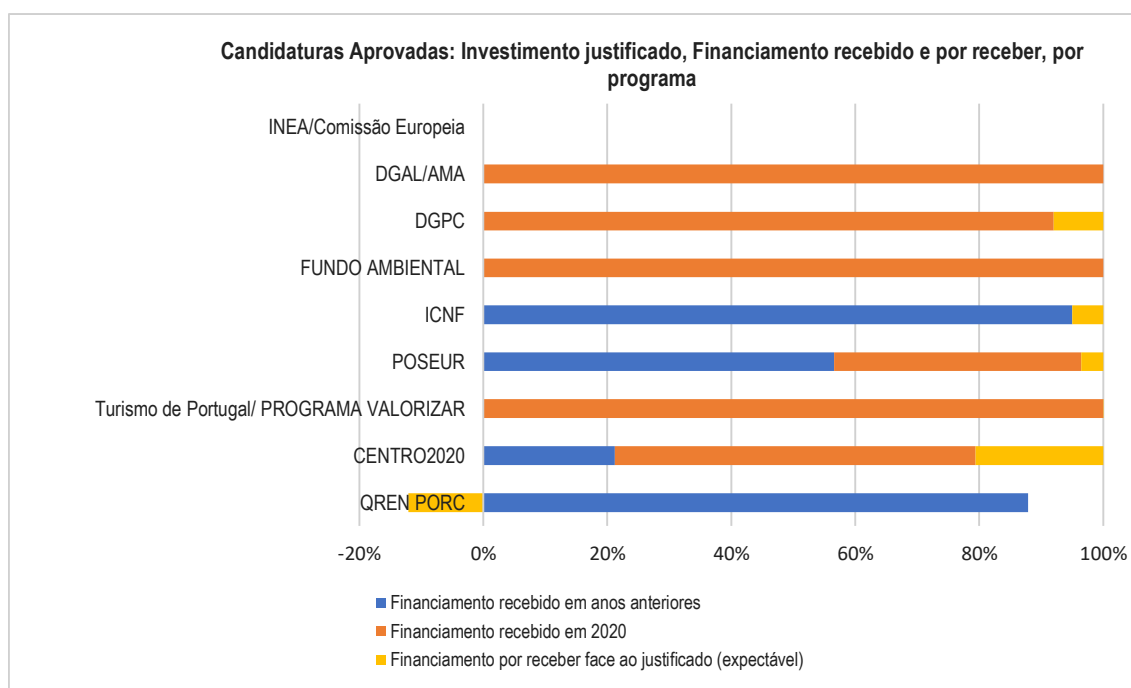
Através do gráfico abaixo representado, constata-se o seguinte:

- 34,86% de financiamento recebido em anos anteriores;
- 50,92% de financiamento recebido em 2020;
- 14,21% de financiamento por receber face ao justificado (expectável).



Financiamento recebido por tipo de programa no âmbito das candidaturas deferidas

Analisando a situação referida anteriormente, apresenta-se no gráfico seguinte, a relação do volume de financiamento recebido/a receber por cada programa de financiamento face à despesa justificada.



Mapa resumo das candidaturas ativas durante o ano 2020

Ano de Apres	Ano de Decisão	Ano Enc	Programa	N.º Projecto	Designação do projecto	Situação em sede análise	Investimento Proposto	Investimento Elegível	Tx Comp.	Montante de Financiamento	Despesa Justificada	Financiamento atribuído		Financiamento recebido relativo à despesa justificada		Financiamento por Receber face ao Justificado (expectável)	Situação em termos de Execução	OBS	
												A despesa justificada	Mecanismo Pop up (95%) / Adiantamento	Compart. Recebida em anos anteriores	2020				Total Recebido
2009	2009		QREN - PORC - Regulamento Específico "Mobilidade Territorial"	ID 1812	Beneficiação da EN 113-1	Deferida	936 033,00 €	934 973,34 €	85%	794 727,34 €	619 954,38 €	526 961,22 €	40 634,13 €	564 099,30 €	- €	604 733,43 €	- 77 772,21 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Aguarda termo de encerramento
2016	2016		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	POSEUR-03-2012-FC-000490	Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Espite, Matas e Cercal	Deferida	1 031 506,87 €	758 929,46 €	85%	645 090,04 €	724 888,15 €	616 154,93 €	- €	585 347,19 €	- €	585 347,19 €	30 807,74 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Relatório Final submetido
2016	2016		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)	POSEUR-03-2012-FC-000550	Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima - Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga	Deferida	2 338 427,22 €	1 606 888,74 €	85%	1 365 855,43 €	1 239 261,05 €	1 053 371,89 €	- €	359 995,49 €	664 987,87 €	1 024 983,36 €	28 388,53 €	Em execução	
2016	2016		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Património Cultural	CENTRO-07-2114-FEDER-000027	Reabilitação do Castelo e do Paço do Conde	Deferida	638 914,46 €	600 000,00 €	85%	510 000,00 €	440 664,66 €	374 564,96 €	- €	7 315,19 €	314 093,11 €	321 408,30 €	53 156,66 €	Em execução	
2017	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDU/PARU	CENTRO-09-2316-FEDER-000041	Reabilitação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira	Deferida	2 282 487,97 €	1 287 930,40 €	85%	1 094 740,84 €	1 205 255,81 €	1 024 467,44 €	- €	795 601,36 €	- €	795 601,36 €	228 866,08 €	Encerrada fisicamente	Relatório Final submetido
2017	2017	2020	Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio: Turismo Acessível	P042017	Ourém-Fátima: Destinos Turísticos Acessíveis	Deferida	134 583,53 €	96 209,22 €	90%	86 588,29 €	96 044,37 €	86 439,93 €	- €	- €	86 439,92 €	86 439,92 €	0,01 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	
2017	2018		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDU/PARU	CENTRO-09-2316-FEDER-000074	Reabilitação do Cineteatro Municipal	Deferida	2 702 741,53 €	2 012 275,47 €	85%	1 710 434,16 €	1 255 496,54 €	1 067 172,06 €	- €	179 119,90 €	888 052,16 €	1 067 172,06 €	- 0,00 €	Em execução	
2017	2018		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDU/PARU	CENTRO-09-2316-FEDER-000075	Reabilitação do Castelo e do Paço do Conde para Espaços Museológicos	Deferida	2 062 268,10 €	1 966 330,10 €	85%	1 671 380,59 €	774 630,99 €	658 436,34 €	- €	48 354,05 €	610 082,21 €	658 436,26 €	0,08 €	Em execução	
2017	2019		Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio: WIFI	P084717	Fátima: Disponibilização de Rede Wi-Fi	Deferida	82 664,36 €	82 355,21 €	90%	74 119,69 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2018	2018		Fundo Florestal Permanente	2018012800030	Abertura de Faixas de interrupção de combustíveis no concelho de Ourém	Deferida	42 400,00 €	21 435,00 €	100%	21 435,00 €	21 435,00 €	21 435,00 €	- €	20 363,25 €	- €	20 363,25 €	1 071,75 €	Encerrada Fisicamente	Aguarda encerramento pelo ICNF e recebimento da restante
2018			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Eficiência Energética	CENTRO-06-1203-FEDER-000063	Eficiência Energética da Piscina Municipal de Ourém	Em apreciação	349 555,00 €	345 446,31 €	95%	328 173,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2018	2019		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDU/PARU	CENTRO-09-2316-FEDER-000124	Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase	Deferida	388 732,35 €	387 632,16 €	85%	329 487,33 €	338 042,99 €	287 336,54 €	- €	- €	229 432,91 €	229 432,91 €	57 903,63 €	Encerrada Fisicamente	Relatório Final em preparação
2018	2020		Portugal 2020 - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR)/CENTRO 2020/PEDU/PARU	CENTRO-09-2316-FEDER-000162	Reabilitação do Espaço Público do Núcleo Central	Deferida	1 138 779,93 €	698 773,26 €	85%	593 957,27 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2018	2019		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Infraestruturas educativas para o ensino escolar	CENTRO-03-5673-FEDER-000149	Centro Escolar de Carvoeira	Deferida	1 828 598,06 €	1 507 996,01 €	85%	1 281 796,61 €	1 263 825,34 €	1 074 251,54 €	- €	- €	611 287,30 €	611 287,30 €	462 964,24 €	Em execução	
2017	2018		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Investir na Educação	CENTRO-03-5266-FSE-000015	PEDIME Médio Tejo - Fase 1	Deferida	394 060,82 €	394 060,82 €	85%	334 951,70 €	321 073,39 €	272 912,38 €	- €	55 434,45 €	- €	55 434,45 €	217 477,93 €	Encerrada Fisicamente	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Património Natural	CENTRO-07-2114-FEDER-000022	Artéria	Deferida	62 519,00 €	58 377,02 €	60%	35 026,21 €	51 702,95 €	31 021,77 €	- €	31 021,77 €	- €	31 021,77 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Candidatura Intermunicipal - Promotor Associação "O Teatrão"
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Cons., Prot., prom. e des. Patri. Nat e cult.	CENTRO-07-2114-FEDER-000017	Médio Tejo - Projeto Caminhos	Deferida	47 543,72 €	46 433,37 €	85%	39 468,36 €	37 840,76 €	32 164,65 €	- €	- €	12 657,73 €	12 657,73 €	19 506,92 €	Em execução	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Reforço das aplicações TIC	CENTRO-08-0550-FEDER-000009	Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo - Desenvolv. Territorial Estratégico - 1ª Fase	Deferida	45 933,64 €	20 376,78 €	85%	17 320,26 €	20 262,24 €	17 222,90 €	- €	16 361,75 €	- €	16 361,75 €	861,15 €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Cons., Prot., prom. e des. Patri. Nat e cult.	CENTRO-07-2114-FEDER-000037	Rotas e Percursos no Médio Tejo	Deferida	417 217,20 €	416 132,40 €	85%	353 712,54 €	21 811,15 €	18 539,48 €	- €	- €	14 831,58 €	14 831,58 €	3 707,90 €	Em execução	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT
2016	2017		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Cons., Prot., prom. e des. Patri. Nat e cult.	CENTRO-07-2114-FEDER-000066	Programa de Ação para os Produtos Turísticos Integrados - Médio Tejo	Deferida	80 000,00 €	79 551,22 €	85%	67 618,54 €	79 924,41 €	67 935,75 €	- €	- €	32 946,34 €	32 946,34 €	34 989,41 €	Em execução	Candidatura Intermunicipal - Promotor CIMT
2019	2019		Mecanismo Interliga a Europa - WIFI4EU	INEA/CEF/WIFI4EU /2-2019/001253-001433	WIFI4EU	Deferida	- €	15 000,00 €	100%	15 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2019	2020		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000324	Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel	Deferida	292 799,00 €	183 145,50 €	85%	155 673,68 €	132 888,63 €	112 955,34 €	- €	- €	112 955,34 €	112 955,34 €	- 0,00 €	Em execução	
2019	2020		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000325	Unidade de Cuidados de Saúde de Olival	Deferida	374 723,40 €	249 878,83 €	85%	212 397,01 €	212 214,55 €	180 382,37 €	- €	- €	180 382,37 €	180 382,37 €	- 0,00 €	Em execução	
2019	2020		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000326	Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral	Deferida	224 033,60 €	144 722,81 €	85%	123 014,39 €	112 084,48 €	95 271,81 €	- €	- €	95 271,81 €	95 271,81 €	- 0,00 €	Em execução	
2019	2020		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - Investimentos em Infraestruturas de Saúde	CENTRO-05-4842-FEDER-000334	Instalação de Gabinete de Saúde Oral	Deferida	12 096,14 €	11 264,07 €	85%	9 574,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente	Relatório Final em preparação

Ano de Apres	Ano de Decisão	Ano Enc	Programa	N.º Projecto	Designação do projecto	Situação em sede análise	Investimento Proposto	Investimento Elegível	Tx Comp.	Montante de Financiamento	Despesa Justificada	Financiamento atribuído		Financiamento recebido relativo à despesa justificada		Financiamento por Receber face ao justificado (esperável)	Situação em termos de Execução	OBS
												À despesa justificada	Mecanismo Pop up (95%) / Adiantamento	Compart. Recebida em anos anteriores	2020	Total Recebido		
2019			PDR2020/ADIRN/ Medida 10.2.1.6 Renovação de Aídeias	PDR2020-10216-058740	Renovar Aljustrel	Em apreciação	171 449,38 €	149 238,47 €	80%	119 390,78 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2019	2019		Fundo Ambiental/ 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na AP (Aviso n.º12381/2019)	194	Aquisição de veículo elétrico (VW) - DEASS/Saúde	Deferida	36 670,68 €	36 670,68 €	32,72%	12 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	Aguarda celebração do Termo de Aceitação pelo Fundo Ambiental
2019	2019		Fundo Ambiental/ 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na AP (Aviso n.º12381/2019)	198	Aquisição de veículo elétrico (VW) - DEASS	Deferida	36 670,68 €	36 670,68 €	32,72%	12 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	Aguarda celebração do Termo de Aceitação pelo Fundo Ambiental
2019	2020		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PEPAL	CENTRO-04-3118-FSE-000035	PEPAL VI	Deferida	84 028,77 €	69 904,80 €	85%	59 419,08 €	36 200,70 €	30 770,60 €	- €	- €	8 912,86 €	8 912,86 €	21 857,74 €	Em execução
2019	2020	2020	PROMUSEUS (Área 1)	N/A	Estudo de valorização patrimonial do Castelo e Paço dos Condes de Ourém - Área 1	Deferida	18 450,00 €	18 312,00 €	60%	10 987,20 €	16 092,50 €	9 655,50 €	- €	- €	7 691,04 €	7 691,04 €	1 964,46 €	Encerrada Fisicamente
2019	2020		PROMUSEUS (Área 8)	N/A	Torre do Alcaide: Passados (re)construídos, futuros imaginados - Área 8	Deferida	35 534,70 €	35 268,91 €	60%	21 161,35 €	- €	- €	- €	- €	14 812,94 €	14 812,94 €	- €	Em execução
2020	2020		Fundo Ambiental/ 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na AP-3ª fase - parte 2 (Aviso n.º20226/2019)	429	Aquisição de veículo elétrico (VW) e carregador - DEVS	Deferida	36 037,83 €	36 037,83 €	35%	12 461,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	Aguarda celebração do Termo de Aceitação pelo Fundo Ambiental
2020	2020		Fundo Ambiental/ 3ª fase do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na AP-3ª fase - parte 2 (Aviso n.º20226/2019)	430	Aquisição de veículo elétrico (VW) e carregador - DFC	Deferida	36 037,83 €	36 037,83 €	35%	12 461,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	Aguarda celebração do Termo de Aceitação pelo Fundo Ambiental
2020			PDR2020/ADIRN/ Medida 10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais	PDR2020-10214-063424	Mercado Eco-Rural de Fátima	Em apreciação	25 387,50 €	25 387,50 €	50%	12 693,75 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2020			Programa Nacional Desporto para Todos (PNdPT) - 2020	1361	Viver Mais Saudável Desporto Sénior	Em apreciação	25 912,76 €	25 912,76 €	60%	15 547,66 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2020	2020		Fundo Ambiental / Despacho n.º7262/2020 - Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha de Biorresíduos	75	Estudo Municipal para o Desenvolvimento do Sistema de Recolha de Biorresíduos do Concelho de Ourém	Deferida	5 000,00 €	5 000,00 €	100%	5 000,00 €	- €	- €	- €	- €	5 000,00 €	5 000,00 €	- €	Por iniciar
2020	2020		Decreto-Lei n.º20-D/2020; art.13º-D DL 10-A/2020 e DL 384/87 de 24/12	s/n	Barreiras Acrílicas para atendimento no Espaço Cidadão - COVID-19	Deferida	201,11 €	162,00 €	100%	162,00 €	162,00 €	162,00 €	- €	- €	162,00 €	162,00 €	- €	Encerrada Fisicamente e Financeiramente
2020			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Património Cultural	CENTRO-07-2114-FEDER-000234	Património Cultural - Memória Coletiva	Em apreciação	100 000,00 €	99 065,05 €	100%	99 065,05 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	Campanha de sensibilização em parceria com o Município de Tomar e Alcanena. MO é
2020			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI: Património Cultural	CENTRO-07-2114-FEDER-000219	Rede de Vilas Culturais	Em apreciação	57 500,00 €	57 500,00 €	100%	57 500,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	Campanha de sensibilização em parceria com a Associação Batalha pela Cultura (líder) e
2020			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI 10.I Escola Digital - Reforço da rede de equipamentos tecnológicos e de conectividade	CENTRO-03-5204-FSE-000014	Ourém Escola Digital – Reforço da rede de conectividade	Em apreciação	15 199,11 €	15 057,00 €	100%	15 057,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Encerrada fisicamente	
2020			ED-PORTUGAL-2020 PARTNERS TO CARRY OUT EUROPE DIRECT ACTIVITIES	101035246	Europe Direct - Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo	Em apreciação	163 200,00 €	163 200,00 €	100%	163 200,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2020			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI 3.3. - Apoio à Localização de Empresas	CENTRO-02-0853-FEDER-000922	Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda	Em apreciação	5 280 481,86 €	5 266 739,58 €	85%	4 476 728,64 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2020			Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - PI 4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios (...)	CENTRO-06-1406-FEDER-000104	Percursos pedonais e cicláveis de interligação dos Municípios de Ourém e Alcanena (Fátima-Minde)	Em apreciação	1 799 626,66 €	1 795 269,28 €	85%	1 525 978,89 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
2018	2020		Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio:Linha de Apoio à Sustentabilidade	P093118	Ourem - Destino Sustentável	Indeferida	293 626,79 €	293 077,73 €	80%	234 462,18 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
2019	2020		Portugal 2020 - Programa Operacional Regional do Centro - +Acesso, Promoção da Acessibilidade Inclusiva PI 4.5	CENTRO-09-1406-FEDER-000077	+Acesso +Fátima	Indeferida	433 212,20 €	235 294,12 €	85%	200 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
2019	2020		Programa de Apoio à valorização e Qualificação do Destino - Linha de Apoio:Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior	P022819	Há luar no Agroal - Promoção do Ecoturismo no interior de Portugal	Indeferida	458 855,87 €	457 187,88 €	70%	320 031,52 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
2020	2020		Fundo Ambiental/ Proteger a Vida Terrestre	443	Agroal Selvagem - Retrato natural de uma nascente cársica	Indeferida	102 090,00 €	102 090,00 €	49%	50 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
2020	2020		Fundo Ambiental/ Produção de Consumos Sustentáveis	442	Reciclar, Reciclar, Reciclar	Indeferida	24 429,62 €	24 429,62 €	69,38%	16 948,64 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		
2020			Europa para os Cidadãos/ Geminção de Cidades	625209-CITIZ-1-2020-2-PT-CITIZ-TT	Celebration of the 40 years of Relationship between Wadowice and Fátima	Em apreciação	5 000,00 €	5 000,00 €	100,00%	5 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	Por iniciar	
TOTAL							27 153 222,25 €	22 914 631,22 €		19 328 801,06 €	9 021 757,04 €	7 659 586,39 €	40 634,13 €	2 663 013,70 €	6 593 647,32 €	1 085 752,01 €		

LEGENDA:

Deferida

Indeferida

Em apreciação

Contratos Emprego-Inserção

Ao longo do ano 2020, o Município integrou ainda **3 beneficiários no âmbito do Programa Contrato Emprego-Inserção**, que consiste na realização, por desempregados subsidiados, de atividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses, através da submissão de 4 candidaturas na plataforma *lefponline*.

Para além das candidaturas submetidas em 2020, foram encerrados 5 contratos emprego-inserção nesse mesmo ano.

2.3.7.3 – Setor de Mobilidade e Transportes

No âmbito das competências do Setor, foram realizadas genericamente as tarefas abaixo elencadas e discriminadas nos pontos seguintes.

- Atendimento telefónico ou presencial de vários/as encarregados/as de educação;
- Implementação, de maio 2020 a julho 2020, do procedimento de inscrição nos transportes escolares dos alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo, via plataforma digital Edubox, face às limitações impostas pela pandemia. Foram recebidas e tratadas 552 inscrições;
- Análise e verificação *in loco* dos pedidos apresentados (nomeadamente novas paragens);
- Elaboração, implementação e acompanhamento do esquema de transporte diário dos/as alunos/as do Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para as aulas de adaptação ao meio aquático no âmbito das AEC's bem como para as diversas atividades realizadas pelo Município de Ourém, apenas até ao mês de março, por força da suspensão das atividades devido à pandemia;
- Análise e informação dos pedidos de cedência de autocarros apresentados pelas diversas associações/coletividades do concelho ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Associativismo, apresentados pelo Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude –

SADJ, para implementação e realização com recurso à frota municipal ou ao aluguer de veículos junto da Rodoviária do Lis, ao abrigo do procedimento P/188, apenas até ao mês de março por força da suspensão das atividades devido à pandemia;

- Análise e informação dos pedidos de cedência de autocarros apresentados pelos Agrupamentos de Escolas e Colégios, para implementação e realização com recurso à frota municipal ou ao aluguer de veículos junto da Rodoviária do Lis, ao abrigo do procedimento P/188, no âmbito das atividades aprovadas no Plano de Atividades para os anos letivos 2019/2020 (janeiro a março);
- Análise de documentação e produção de pareceres no âmbito da implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros em colaboração com a CIMT.

O Setor de Mobilidade e Transportes assegura também a gestão diária da frota municipal de transportes coletivos de passageiros, composta por 11 veículos:

- 1 autocarro de 51 lugares;
- 4 autocarros de 27 lugares,
- 1 autocarro de 27 lugares, propriedade do Centro Social da Ribeira do Fárrio e cedido ao Município por protocolo;
- 5 autocarros de 19 lugares.

Encontra-se ainda afeta a este setor uma carrinha de 9 lugares, bem uma carrinha equipada para o transporte de refeições.

Transportes escolares e outros serviços

Serviços de transportes escolares regulares dos alunos do Ensino Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

Devido à pandemia, os transportes escolares para este nível de ensino foram assegurados até ao dia 13 de março e reiniciaram a 17 de setembro com o novo ano letivo.

No ano letivo 2019/2020, nomeadamente entre os meses de janeiro a março, o número de alunos/as do Pré-Escolar e 1.º ciclo do ensino básico inscritos/as nos transportes escolares nos circuitos casa/escola e escola/casa, era de 532 e passou para 564 alunos/as, no ano letivo 2020/2021, isto é, a partir de setembro.

Para os locais de refeições, foram transportados diariamente 163 alunos/as no ano letivo 2019/2020 e 170 alunos/as no ano letivo 2020/2021.

Os transportes escolares dos/as alunos/as foram assegurados diariamente com a nossa frota (a azul na tabela) ou com recurso a autocarros da Rodoviária do Tejo bem como a veículos de IPSS e Juntas de Freguesia, conforme consta da seguinte tabela:

Circuitos 2019/2020 e 2020/2021	Circuitos realizados por
CE Cova de Iria	1 circuito TP – Rodoviária do Tejo
CE de Freixianda	Mantiveram-se os 3 circuitos TP – Rodoviária do Tejo, o Circuito Freixianda 3 é assegurado pelo Município com recurso ao autocarro cedido pelo Centro Social da Ribeira do Fárrio
CE de N.ª S.ª das Misericórdias	1 circuito TP – Rodoviária do Tejo
CE de Olival	2 circuitos – Frota Municipal
CE Ourém Nascente	2 Circuitos - Frota Municipal
EB1 de Cercal	De janeiro a março, o circuito de transporte foi assegurado pela Rodoviária do Tejo e servia os dois estabelecimentos de ensino (Matas e Cercal) por indisponibilidade de veículo na frota municipal. ➤ A partir de setembro 2020, o transporte passou a ser assegurado pela União de Freguesias de Matas e Cercal com a carrinha de 9 lugares que foi adquirida pelo Município para o efeito.
EB1 de Espite	De janeiro a março o circuito de transporte foi assegurado Rodoviária do Tejo (Transportes Públicos) por indisponibilidade de veículo na frota municipal. A partir de setembro 2020, o transporte passou a ser assegurado pela Junta de Freguesia de Espite com a carrinha de 9 lugares que foi adquirida pelo Município para o efeito.
EB1 de Maxieira e Boleiros	1 circuito TP para o transporte de alguns alunos entre Boleiros e Maxieira, assegurado pela Casa da Criança – Centro de Assistência Social de Fátima, ao abrigo do protocolo celebrado para o efeito desde 2012.
EB1/JI de Atouguia	O circuito é assegurado pelo protocolo com o Centro Social e Paroquial da Freguesia de Atouguia ao abrigo do protocolo em vigor.
EB1 de Fontainhas da Serra	Foi necessário implementar um circuito novo em setembro 2020 para transportar alunos residentes em Fátima para a Escola do 1.º Ciclo de Fontainhas da Serra, onde foram colocados por falta de vaga nos estabelecimentos de ensino de Fátima. O circuito é assegurado pelo Centro Social e Paroquial de Atouguia ao abrigo de um protocolo de cooperação celebrado em 22-09-2020.

EB1/JI de Carvoeira e Pisões	Os 2 circuitos são efetuados com recurso a dois veículos da Rodoviária do Tejo tendo em conta o número de alunos/as a transportar
EB1/JI de Casal dos Bernardos	1 circuito – Frota Municipal
EB1/JI de Matas	De janeiro a março o circuito de transporte foi assegurado pela Rodoviária do Tejo e servia os dois estabelecimentos de ensino (Matas e Cercal) por indisponibilidade de veículo na frota municipal. Para o ano letivo 2020/2021, não foram registadas quaisquer inscrições nos transportes escolares para alunos residentes na freguesia de Matas.
EB1/JI de Pinheiro	De janeiro a março, o circuito de transporte foi efetuado por táxi (manhã e 17h30) e por um veículo da frota municipal às 15h30 para transportar os alunos da EB1/JI de Vale Travesso suspensa pelo Ministério da Educação. A partir de setembro de 2020, o transporte dos alunos passou a ser assegurado por um mini-autocarro da frota municipal face ao aumento do número de alunos a transportar e as limitações de lotação impostas devido à pandemia da COVID 19.
EB1/JI de Rio de Couros	1 circuito TP – Rodoviária do Tejo + 1 Circuito Frota Municipal
EB1/JI de Urqueira Norte	1 circuito – Frota Municipal

Circuitos de almoço	
EB1 de Maxieira e Boleiros	1 circuito por protocolo com IPSS (Boleiros) e 1 circuito – Frota Municipal (Maxieira)
EB1/JI de Carvoeira e Pisões	1 circuito TP – Rodoviária do Tejo
EB1/JI de Rio de Couros	1 circuito – Frota Municipal

Rede de transportes escolares regulares dos/as alunos/as dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário/Profissional

No que se refere aos/as alunos/as dos 2.º Ciclos, 3.º Ciclos, Secundário e Profissional, os transportes escolares foram efetuados em regime de carreiras públicas, pela Rodoviária do Tejo (RT) e Rodoviária da Beira Litoral (RBL), de acordo com o Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de setembro.

As infraestruturas de transportes escolares do Concelho de Ourém estão, na sua quase totalidade, concessionadas, agora provisoriamente por força da aplicação da Lei 52/2015, de 9 de junho, à Rodoviária do Tejo, estando apenas a zona norte da União de Freguesias de

Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais concessionada à Rodoviária Beira Litoral (RBL ou Transdev).

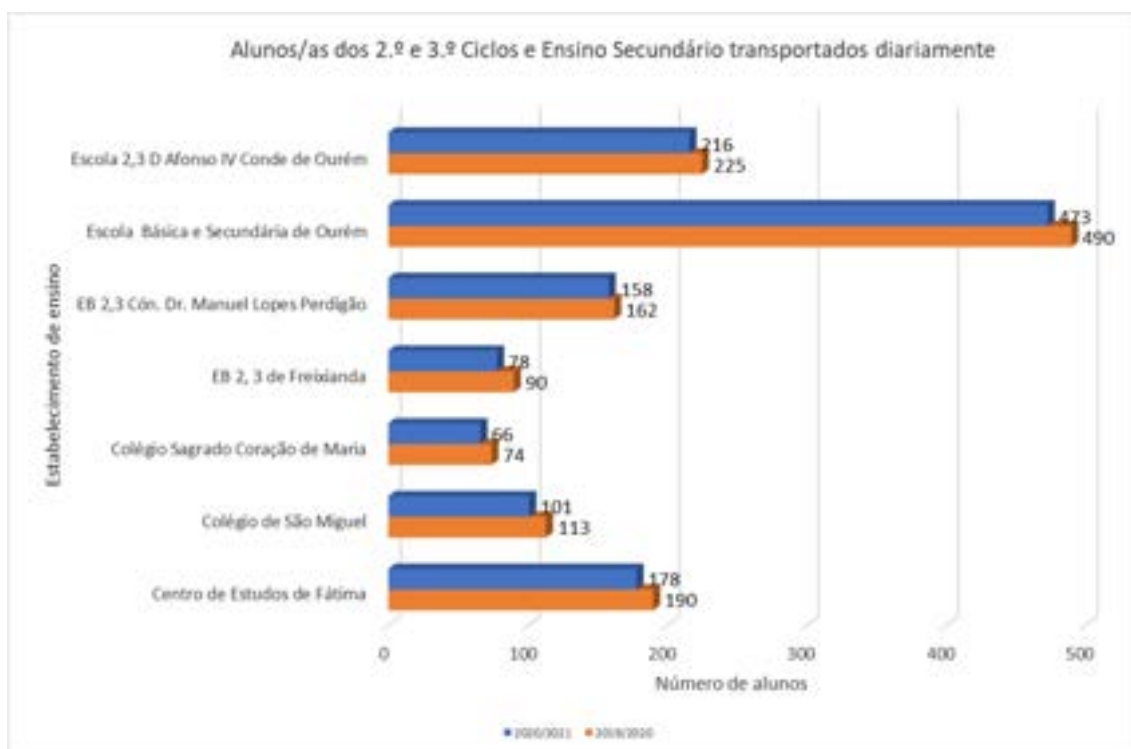
Como já foi referido anteriormente devido à pandemia, os transportes escolares para os alunos dos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário foram assegurados até ao dia 13 de março e reiniciaram a 17 de setembro com o novo ano letivo. De 18 de maio a 26 de junho, houve necessidade de proceder à elaboração e implementação de uma rede de transportes escolares para os alunos dos 11.º e 12.º anos, para as aulas presenciais. Os transportes foram assegurados com recurso a 6 autocarros da Rodoviária do Tejo/Lis e 8 autocarros da frota municipal, dentro das limitações impostas pelas medidas de proteção do COVID 19.

Os transportes implementados e realizados até 26 de junho permitiram a deslocação de um total de 410 alunos por semana (os alunos têm maioritariamente aulas 2 vezes por semana os restantes apenas 1 vez) distribuídos pelos seguintes estabelecimentos de ensino:

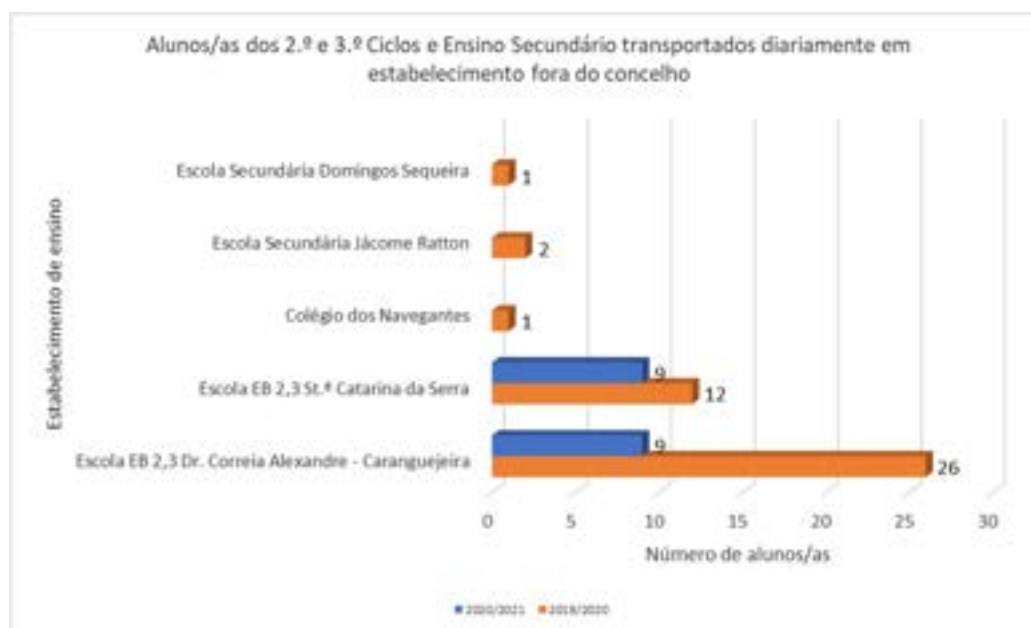
- 227 alunos para a Escola Básica e Secundária de Ourém
- 70 alunos para o Centro de Estudos de Fátima
- 113 alunos para o Colégio de São Miguel.

A afetação dos autocarros da Rodoviária do Tejo/Lis foi financiada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, através do programa de apoio previsto para o efeito.

Consultados os dados transmitidos pelos estabelecimentos de ensino, foram transportados/as diariamente para os respetivos estabelecimentos escolares, no ano letivo 2019/2020 (janeiro a março) 1.344 alunos/as, passando a 1.270, a partir de setembro 2020, cuja distribuição se apresenta no seguinte gráfico. Não foram mencionados os/as alunos/as matriculados/as na Escola Básica e Secundária de Ourém, na Escola Profissional de Ourém e na Escola de Hotelaria de Fátima que utilizam a rede de transportes públicos, tendo em conta que os custos dos transportes escolares desses/as alunos/as são suportados na íntegra pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH).



Também foram transportados/as alunos/as do concelho para estabelecimentos de ensino limítrofes, por inexistência do curso pretendido ou por ser o estabelecimento de ensino mais próximo da sua zona de residência, tendo sido a comparticipação aprovada em reunião camarária caso a caso, no ano letivo 2019/2020, num total de 42 alunos/as, passando para 18 alunos/as, a partir de setembro 2020 (ver gráfico seguinte).



Transporte de alunos abrangidos pelas medidas de educação inclusiva

No âmbito das delegações de competência em matéria de educação, o Município de Ourém passou a assegurar o transporte de alunos abrangidos por medidas de educação inclusiva que não podem deslocar-se em transportes públicos.

Para garantir o transporte adequado face às limitações de cada aluno, foram celebrados, a 14 de setembro 2020, protocolos de cooperação com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Caxarias, Fátima e Ourém para o ano letivo 2020/2021.

A medida abrange atualmente um total de **4 alunos** (1 na Escola Básica e Secundária de Ourém, 1 no Centro Escolar Beato Nuno, 1 no Centro Escolar de Olival e 1 no Centro Escolar de Caridade).

Transporte das refeições para alunos

Nos meses de janeiro a março 2020, o Setor foi responsável pelo transporte das refeições dos alunos do Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias bem como dos alunos da EB1/JI de Mata.

Foram transportadas diariamente 120 refeições, sendo carregadas 80 na cantina da Escola EB 2,3 D. Afonso IV Conde de Ourém para o Centro Escolar de N.ª S.ª das Misericórdias e 40 na cantina da Escola EB 2,3 Cón. Dr. Manuel Lopes Perdigão – Caxarias para a EB1/JI de Mata.

O transporte foi efetuado com uma carrinha do Município devidamente equipada com contentores e revestimento isotérmico para o transporte das refeições.

O referido transporte ficou sem efeito a partir de setembro 2020, uma vez que foi celebrado um contrato de prestação de serviço com uma empresa do ramo alimentar para entrega de bens alimentares nas cozinhas e transporte de refeições confeccionadas para os estabelecimentos de ensino acima mencionados.

O setor assegurou ainda o transporte de 18 refeições, nos meses de julho, agosto e setembro para o Clube Aprender e Brincar do Pinheiro.

Outros serviços efetuados pela equipa dos transportes

Para além dos serviços regulares de transportes escolares e do transporte das refeições, foram realizados serviços, de janeiro a março (antes da suspensão das aulas e implementação de períodos de confinamento) para as seguintes atividades:

- Transportes dos alunos do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico para as aulas de adaptação ao meio aquático nas Piscinas Municipais e nas instalações do Centro de Estudos de Fátima para os alunos do território educativo de Fátima,
- Atividades desenvolvidas pelos Agrupamentos de Escolas,
- Deslocação das coletividades no âmbito do apoio ao Associativismo,
- Atividades na Biblioteca Municipal de Ourém e no Museu Municipal de Ourém,
- Visitas de estudo,
- Visitas à Vila Medieval,
- Atividades desenvolvidas por outros serviços como o Fórum Estudante e os Desfiles de Carnaval.

Os motoristas também asseguraram uma vez por mês o transporte de alimentos para a Conferência São Vicente de Paulo, da central de distribuição em Leiria para Ourém.

Com a pandemia e a suspensão das aulas a 16 de março, os motoristas e vigilantes passaram a realizar, entre março e setembro, as seguintes funções:

- Entrega de cabazes às famílias carenciadas;
- Recolha e entrega de testes COVID 19 no Instituto de Medicina Molecular em Lisboa;
- Recolha de material (máscaras, panfletos entre outros) nas instalações da CIMT;
- Preparação e embalagem das cerca de 30.000 máscaras distribuídas à população bem como para higienização de vários espaços municipais;
- Entrega de máscaras nas Juntas de Freguesia;
- Recolha de leite escolar com data limitada nas escolas e entrega nas Instituições Particulares de Solidariedade Social com crianças e a família carenciadas;
- Apoio na Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, nomeadamente no canil e nas oficinas municipais para deslocações de veículos e outras tarefas;
- Apoio na portaria do edifício sede do Município por forma assegurar a permanência aquando as férias dos funcionários efetivos;
- Apoio no arquivo no edifício sede do Município para organização das estantes, limpeza e arquivo de processo;
- Apoio no controle das entradas na Praia Fluvial do Agroal a pedido da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade;
- Levantamento dos abrigos e paragens de autocarros com necessidade de intervenção;

- Levantamento de sinais de trânsito com necessidade de intervenção (início do levantamento apenas foi possível cobrir a Freguesia de Alburitel);
- Acompanhamento do camião da SIC que esteve no concelho de Ourém no dia 23 de agosto;
- Reconhecimento dos percursos de transportes escolares a implementar no ano 2020/2021;
- Deslocação de viaturas ligeiras da frota municipal para as revisões periódicas;
- Apoio na Proteção Civil com o patrulhamento preventivo de zonas de risco elevado de incêndio;
- Apoio no bar da Piscinas Municipais de Ourém;
- Apoio e serviço de refeições no Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara;
- Apoio no controle das entradas no Mercado Municipal às 5.ª feiras;
- Apoio na limpeza e higienização na Biblioteca, Galeria e Arquivo Municipais e limpeza de documentos;
- Apoio no Clube Aprender e Brincar de Caxarias;
- Apoio e higienização no serviço de refeições implementado para os bombeiros voluntários destacados para o combate aos incêndios no concelho e posterior limpeza das instalações;
- Higienização de vários espaços municipais, nomeadamente do edifício sede bem como do espaço de refeições no Centro Comunitário;
- Apoio em vários estabelecimentos de ensino para preparação de abertura entre os dias 2 e 11 de setembro.

Dados estatísticos

Assim e aplicando os critérios⁴ do Instituto Nacional de Estatísticas para contabilização dos transportes de passageiros, verifica-se que foram realizados no ano 2020, conforme consta da tabela e dos gráficos abaixo indicados, 15.197 serviços e transportados 463.453 passageiros, o que representa uma diminuição em cerca de 284.164 passageiros face ao número de passageiros transportados durante o ano de 2019. Essa diminuição deve-se à suspensão das aulas bem como de todas as atividades por força da pandemia.

⁴ A realização da deslocação de um grupo de pessoas implica o transporte de ida e regresso pelo que se considera que foram efetuados 2 serviços

Analizados os dados, no que se refere à Frota Municipal, verifica-se que os trabalhadores executaram 3259 serviços e transportaram 74.853 passageiros.

Tipo de deslocação	Total de serviços realizados	Total de passageiros transportados
Associativismo	56	1 454
Atividades Biblioteca	24	462
Atividades escolares	138	4 748
Atividades outros serviços	48	1 191
Piscinas Municipais	294	4 674
Visita de estudo	2	
Visita Museu Municipal	2	32
Visita Vila Medieval	4	60
Transportes escolares Pré-escolar e 1.º CEB	5 822	157 486
Transportes escolares 2.º e 3.º CEB e SEC	8 807	293 250
Total	151 97	463 357

Sinalização e Trânsito

Conforme referido, o Setor de Mobilidade e Transportes, passou em 2020, a integrar as competências em matéria de Sinalização e Trânsito.

Nesse âmbito, foram analisados e tratados no total 621 processos relativos a pedidos de Ocupação de Via Pública e dos respetivos Planos de Sinalização Temporária, processos da Divisão de Urbanismo e Território com implicações na sinalização rodoviária da envolvente e processos relativos à colocação ou alteração de sinalização, distribuídos do seguinte modo:



Estacionamento tarifado à superfície e parque de estacionamento subterrâneo

Na sequência da alteração da estrutura orgânica da DAFCE, foram introduzidas novas competências, neste setor, designadamente o acompanhamento dos parques de estacionamento tarifado à superfície e parque de estacionamento subterrâneo do edifício sede do Município de Ourém.

Estacionamento tarifado à superfície nas cidades de Ourém e Fátima

O estacionamento à superfície é tarifado nas cidades de Ourém e Fátima, abrangendo algumas ruas (centrais às cidades) e inclui a instalação de 18 parcometros na cidade de Ourém e 29 parcometros na cidade de Fátima, cuja recolha de valores é efetuada semanalmente.

Realça-se a alteração do Regulamento das Zonas e Parques de Estacionamento Tarifado, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 171, a 02 de setembro de 2020, que introduziu alterações relativamente ao seguinte:

- 1) definição dos procedimentos relacionados com a atribuição do cartão de residente;
- 2) configuração do sistema quanto a horários/tarifário;
- 3) definição dos procedimentos relacionados com a atribuição de avença mensal.

➤ Emissão de Cartões de Residente

A atribuição de cartão de residente está prevista no Regulamento em vigor e tem como objetivo, permitir ao residente com domicílio fiscal na área de estacionamento limitado, estacionar em qualquer lugar da sua zona de estacionamento, gratuitamente e sem limite de tempo.

Assim, em 2020, foram emitidos 12 cartões novos e revalidados 55 cartões.

➤ **Gestão de Parómetros**

Relativamente aos valores recolhidos mensalmente nos parómetros, apresenta-se de seguida graficamente o resumo mensal por parquímetro e por cidade.

Na cidade de Ourém, foram recolhidos valores no montante total de 53.206,40 euros e na cidade de Fátima 69.051,40€ euros.

Salienta-se que, decorrente da situação atual da pandemia COVID-19, constata-se uma quebra de receitas no mês de abril, que derivou da decisão do executivo municipal, em isentar o pagamento de tarifas relativamente ao estacionamento tarifado à superfície.

➤ **APP Via Verde Estacionar**

Complementarmente, importa realçar a implementação da APP Via Verde Estacionar (VVE) que iniciou a 12 de outubro de 2020. Trata-se de uma solução tecnológica baseada numa app que permite concretizar operações de estacionamento de superfície (neste caso em Fátima e Ourém no estacionamento tarifado) através da utilização do smartphone. Esta app permite aos utentes Via Verde o pós-pagamento automático das transações realizadas nestes serviços.

Parque de estacionamento subterrâneo dos Paços do Concelho

O parque de estacionamento subterrâneo encontra-se aberto ao público em geral, sendo o seu modo de funcionamento regulado através do regulamento publicado do Diário da República, 2.ª Série, n.º 113, de 14 de junho de 2020.

As receitas neste âmbito ascenderam a 20.357,45 euros.

2.3.7.4 – Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia

No âmbito das competências atribuídas à Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

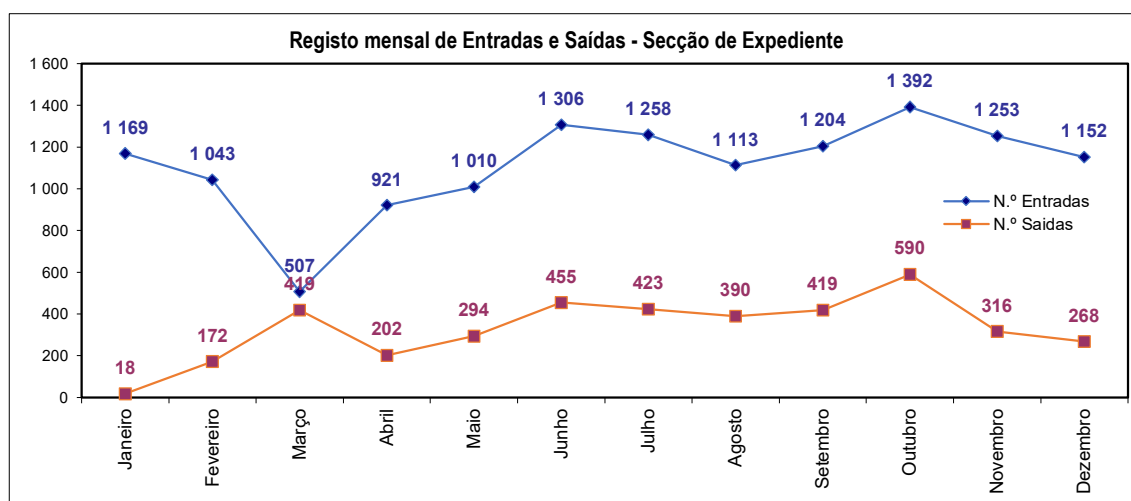
Elaboração e tratamento agendas/ atas das reuniões camarárias

Foram elaboradas 28 agendas/atas das reuniões do órgão executivo, cujo tratamento carece da execução de um conjunto de atividades, desde a elaboração da ordem do dia até à finalização da ata,

Registo, classificação e digitalização da correspondência entrada e saída

O registo de entrada e saída de correspondência é efetuado diariamente na Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia, através da aplicação de gestão documental MGD e abrange o registo de ofícios, fax's, emails, faturas, recibos, avisos, cartas, requisições, requerimentos, entre outros.

Apresenta-se de seguida o número de registos⁵ de entradas e saídas efetuados no serviço de Expediente:



	Entradas	Saídas
Número de Registos	13 328	3 966
Média mensal de registos	1111	331
Média diária de registos	53	16

Ao longo do período em análise, registou-se um total de 13.328 entradas, determinando um registo diário em média de 53 documentos. Por outro lado, verificou-se um registo total de 3.966 saídas, resultando uma média de 16 registos efetuados por dia.

⁵ O total dos registos inclui as cópias efetuadas na aplicação SGD

De salientar que do número total de registos de entrada efetuados no serviço em apreço, verifica-se que 33% são emails, 33% são faturas e 15% são ofícios.

Correio Expedido

Em 2020, registou-se um total 7.032 de correio expedido.

Gestão da plataforma *participa.ourém.pt*

Compete à DAFCE, desde janeiro 2020, a gestão da plataforma ***participa.ourém.pt***, que tem como objetivo receber ocorrências no concelho em várias áreas, designadamente no âmbito de: abastecimento de água, edifícios, equipamentos municipais, iluminação pública, jardins e espaços verdes, rede viária, serviços urbanos, saneamento, entre outras.

Neste sentido, apresenta-se de seguida um quadro resumo relativo ao número total de ocorrências registadas até ao dia 31/12/2020, por tipo de situação e por tipo de ocorrência.

Tipo de Ocorrência	Em Resolução	Encaminhados para Entidades Externas	Sugestões e Análises	Inválidas	Concluídas	TOTAL	%
Abastecimento de Água	2	3	0	0	9	14	1,30%
Deterioração Edifícios - Perigo para a via pública	6	1	1	0	1	9	0,83%
Equipamentos Municipais	6	0	2	0	6	14	1,30%
Higiene Urbana	27	3	0	1	14	45	4,17%
Iluminação Pública	13	106	6	7	279	411	38,09%
Jardins e espaços verdes	26	1	1	1	12	41	3,80%
Mobiliário Urbano	13	2	0	0	3	18	1,67%
Outros	48	12	15	2	30	107	9,92%
Rede Elétrica	0	10	0	3	9	22	2,04%
Rede Pedonal e Cicável	20	5	6	1	18	50	4,63%
Rede Viária	104	36	38	4	122	304	28,17%
Resíduos Urbanos	9	4	0	0	0	13	1,20%
Saneamento	19	3	0	1	8	31	2,87%
TOTAL_ACUMULADO 31/12/2020	293	186	69	20	511	1079	100,00%

Dos dados apresentados, constata-se um registo total de 1.079 ocorrências, das quais 511 encontram-se concluídas, 293 em resolução, 186 encaminhadas para entidade externa, 69 foram consideradas sugestões que se encontram em análise e 20 são consideradas ocorrências inválidas.

Constata-se ainda que das ocorrências registadas, 38,09% respeitam a situações relacionadas com iluminação pública e 28,17% respeitam a rede viária.

Por fim, das 1.079 ocorrências, 47% encontram-se concluídas, 27% em resolução e 17% foram encaminhadas para entidades externas.

Gestão da Receção

A Secção de Expediente, Arquivo e Reprografia integra a gestão da receção, que tem como responsabilidade, o controlo de entradas e saídas de utentes, encaminhamento de utentes, rondas diárias pelo edifício, gestão do parque de estacionamento, abertura e fecho do edifício e parque de estacionamento, ativações/ renovações de cartões de estacionamento, entre outras tarefas.

Outras tarefas:

- Emissão de fotocópias simples e autenticadas;
- Apoio na impressão de cópias e digitalização de processos na Reprografia;
- Registo no SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 87 cidadãos da União Europeia;
- Preparação e organização do processo eleitoral para o Presidente da República 2021;
- Elaboração e registo de 126 Editais;
- Reencaminhamento do e-mail geral do Município, registando uma média diária de 100 e-mails;
- Atendimento telefónico, registando uma média diária de 120 telefonemas do exterior;
- Submissão de 23 atos obrigatórios para o Diário da República;
- Apoio na elaboração de despachos referentes a delegação/subdelegação de competências;
- Acompanhamento do processo do Dia da Defesa Nacional (Serviço Militar);
- Organização do dossier dos autarcas;
- Tratamento de expediente diverso do serviço;
- Manutenção do arquivo do serviço.

2.3.8 – DIVISÃO DE EMPREENDEDORISMO E TURISMO

2.3.8.1. – Setor do Turismo e Relações Internacionais

Implementação da Rota dos Pastorinhos

Conforme candidatura aprovada pela CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a DET, em parceria com os diversos Serviços Municipais, entre eles a Divisão de Cultural, assegurou a implementação da Rota dos Pastorinhos – projeto que pretende propor um percurso assente nos principais locais associados aos Pastorinhos de Fátima e às suas vivências no concelho de Ourém, onde habitaram, com informação sobre a sua passagem pelos mesmos.

De uma forma simples pretende-se que os turistas possam, num primeiro momento, visitar um conjunto de locais e que complementarmente possam descobrir outros recursos turísticos de relevo em Ourém e no Médio Tejo.

A cerimónia de inauguração oficial da Rota e dos Elementos que a compõem, realizou-se em 20 de junho 2020, Dia do Município, em Aljustrel

○ **Objetivos:**

- Destacar os principais locais associados à narrativa de vida dos Pastorinhos de Fátima;
- Contribuir para o fortalecimento das dinâmicas turísticas na Região e para a aproximação, entre Fátima, Ourém e a Região do Médio Tejo;
- Promover junto dos turistas de Fátima outros recursos turísticos existentes no Município de Ourém e na Região do Médio Tejo, motivando-os à visita.

○ **Elementos que compõem a Rota dos Pastorinhos:**

1. Posto de Turismo de Fátima
2. Aldeia de Aljustrel
3. Igreja Matriz de Fátima
4. Casa do Administrador
5. Casa do Senhor Batalha (Praça Dr. Agostinho Albano de Almeida)
6. Hospital de Santo Agostinho (Ourém)
7. Antigo Edifício dos Paços do Concelho (Ourém)
8. Jazigo do Barão de Alvaiázere (Cemitério de Ourém)
9. Casa do Pároco do Olival (Vila do Olival)
10. Casa da Senhora Emília (Capela da Soutaria)

- **Webinar “Turismo Religioso: Novidades e Oportunidades em Fátima e Portugal”**

Dinamizou-se a participação do Município no Webinar “Turismo religioso: novidades e oportunidades em Fátima e Portugal” que se realizou no dia 29 de novembro. Este evento teve como principal alvo o mercado brasileiro de profissionais com intervenção no Turismo Religioso.

Este evento foi promovido pela “Viagens de Fé” - publicação brasileira especializada em viagens religiosas e fonte de informações atualizadas sobre os principais destinos de turismo religioso do Brasil e do mundo.

O Município desenvolveu uma intervenção assente na proposta de recursos turísticos que os operadores turísticos poderão colocar nos seus pacotes turísticos. Esta proposta foi feita através de Rotas Turísticas.

A presente ação serviu ainda para o lançamento para o Brasil dos Workshops Internacionais de Turismo Religioso de 2021, pela ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima.

- **Suportes Digitais de Informação Turística**

Num reforço na diversificação dos canais de comunicação da autarquia com os seus munícipes e demais visitantes, foram inaugurados, nesta tarde de 12 de dezembro, três equipamentos digitais que constituem uma solução tecnológica criada no âmbito da submissão da candidatura “Ourém-Fátima: Destinos Turísticos Acessíveis” apoiada pelo Turismo de Portugal. Estes 3 suportes digitais referentes à candidatura submetida, alcançaram um valor elegível de aproximadamente 96 mil euros e um apoio financeiro efetivo de 86.500 euros.

Os equipamentos foram instalados no Museu Municipal de Ourém (em formato mesa digital), na Vila Medieval de Ourém, junto ao Jardim de Santa Teresa, e em Fátima, na Avenida D. José Alves Correia da Silva, próximo do terminal rodoviário, ambos em formato MUPI digital.

Os MUPI's são “alimentados” a nível de informação pelo site “<https://turismo.ourem.pt>”, criado pelos serviços municipais, estando igualmente previsto o desenvolvimento de uma aplicação, brevemente disponível nas App Stores para telemóveis.

O objetivo deste projeto passa por conceder informação aos turistas, dando-lhes matéria que possibilite o alargamento da sua estadia no Município e apoio durante a visita, disponibilizando mapas, roteiros, informações relativas a eventos, principais pontos turísticos a visitar, assim como as últimas notícias da esfera municipal.

Os presentes suportes estão adaptados para pessoas com incapacidade visual e cognitiva e pessoas com mobilidade reduzida.

- **Outras atividades de promoção**

- **Candidatura ao programa Europa para os cidadãos**

O programa Europa para os Cidadãos visa a incentivar os cidadãos da UE a desempenhar um papel de maior relevo no desenvolvimento da União Europeia e a aproximar a Europa dos seus cidadãos.

Através do financiamento de projetos em que os cidadãos possam participar, o programa promove a história e os valores comuns europeus e fomenta um sentimento de pertença.

O Município preparou uma candidatura à medida Geminação de cidades e Redes de cidades, com Wadowice (Polónia), cidade natal do Papa João Paulo II.

No âmbito da assinatura de um protocolo de cooperação entre os dois Municípios, esta candidatura pretende reforçar o intercâmbio entre Ourém e Wadowice e dinamizar um conjunto de ações culturais.

- **Apresentação Candidatura Europe Direct**

Promoveu-se a coordenação e a elaboração de candidatura à instalação de um Centro Europe Direct na NUTS III: Centro – Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo no âmbito do convite à apresentação de propostas para a seleção dos parceiros para a realização de atividades Europe Direct (2021-2025) em Portugal.

O Centro de Contato Europe Direct é um espaço físico e online intermediário entre a Comissão Europeia e os cidadãos. O espaço tem como objetivo principal o de divulgar toda a informação comunitária com impacto na região onde se localiza e responder a todas as perguntas do público sobre a União Europeia.

- **Hospitality Education Awards**

Neste contexto organizou-se a cerimónia de entrega dos Hospitality Education Awards - os prémios da formação turística que pretendem premiar pela Associação Fórum Turismo, os melhores projetos, stakeholders e profissionais da área organizados, que se realizou no dia 10 de dezembro, em Ourém.

Face às atuais contingências, emanadas da Direção Geral de Saúde perante a pandemia COVID-19, a gala decorreu em formato virtual, em vídeo, partilhado nas redes sociais do Município.

O evento premiou os finalistas das cinco categorias: Melhor Projeto Educacional, Melhor Projeto de Inovação e Desenvolvimento (I&D), Melhor Carreira de Docente no Ensino Profissional, Melhor Carreira de Docente no Ensino Superior e Melhor Stakeholder.

Esta edição distinguiu o projeto “Cozinhas do Mundo” da INSIGNARE - Escola de Hotelaria de Fátima como “Melhor Projeto Educacional”.

COLABORAÇÃO NA DINAMIZAÇÃO DO POSTO DE TURISMO DE FÁTIMA (WELCOME CENTER)

O Município, em parceria com a Turismo do Centro, assume a dinamização do Welcome Center de Fátima no atendimento geral e prestação de informação ao turista. O Posto de Turismo destaca-se na prestação de informação imprescindível ao turista que visita Fátima e na dinamização de atividades promocionais neste espaço de forma a aproximar este local dos seus residentes.

Junho

- 4 de junho – Ação de formação sobre o Desfibrilhador Automático Externo – Formas de utilização no Posto de Turismo.

O Município promoveu a instalação de equipamentos de desfibrilhação automática externa (DAE) em diversas estruturas municipais e a indispensável formação prática que habilitou alguns colaboradores a operar com estes equipamentos. Esta formação foi administrada pela empresa *Senilife* com a carga horária de 7 horas, com o objetivo já referido de habilitar os técnicos afetos ao Posto de Turismo a utilizar o Desfibrilhador Automático externo a colocar neste local for necessário.

Julho

- **Exposição fotográfica “SVE na Ucrânia”**

20 a 22 de julho: Apoio na preparação e dinamização de exposição de âmbito cultural em colaboração com as colegas da DAC. Exposição subordinada ao tema “SVE na Ucrânia – um ensaio fotográfico” de Telmo Romeu Simões inaugurada dia 22 de julho e que estará patente até final de setembro.

Setembro

- **Exposição de Fotografia “50 anos – Casa do Povo de Fátima”**

Neste âmbito promoveu-se a exposição de fotografia “50 anos – Casa do Povo de Fátima”, dinamizada no Welcome Center de Fátima.

No ano em que comemora formalmente 50 anos de vida, a Casa do Povo de Fátima apresenta uma exposição de fotografias que retrata o meio século de atividade desta importante associação fatimense.

Com forte presença nas áreas sociais e culturais da freguesia e do concelho, a Casa do Povo de Fátima desenvolveu e continua a desenvolver um vasto conjunto de atividades, como são exemplo o Rancho Folclórico (adulto e infantil) e as várias aulas de âmbito desportivo disponíveis para participantes de todas as idades.

SHRINES OF EUROPE - REDE CIDADES SANTUÁRIO DA EUROPA

O grupo de trabalho “Santuários da Europa” foi fundado em 1996 congregando os principais locais de peregrinação mariana da Europa: Altötting (Alemanha), Czestochowa (Polónia), Lourdes (França), Loreto (Itália) e Fátima (Portugal). Posteriormente juntaram-se ao grupo a cidade austríaca de Mariazell (Áustria) e a cidade Suíça de Einsiedeln.

Após as anteriores reuniões dos parceiros da rede: Mariazell (outubro de 2018), Altötting (janeiro de 2019), Ourém (março de 2019) e Loreto (setembro de 2019), a DET assegurou a organização da reunião dos parceiros da Associação realizada no passado dia 4 de março em Ourém, no âmbito dos VIII Workshops Internacionais sobre Turismo Religioso. Esta reunião permitiu consolidar os trabalhos em curso após a reunião de Loreto, a análise das formalidades com vista à formalização da constituição da Associação e a abordagem ao Plano de Atividades para o presente ano.

No dia 4 de dezembro, realizou-se via teleconferência, a primeira Assembleia Geral da recém-criada associação “*Shrines of Europe – Association of European Shrines Cities*”.

VIII WORKSHOPS INTERNACIONAIS DE TURISMO RELIGIOSO

- **Colaboração na organização do VIII Workshops Internacionais de Turismo Religioso**

Neste contexto, colaborou-se na organização do VIII Workshop Internacional de Turismo Religioso, realizado de 5 a 7 de março de 2020. Para o evento foram convidados a participar

nestes Workshops operadores turísticos nacionais, agentes de viagem e hoteleiros, entre outros empresários do setor do turismo, especialmente vocacionados para o Turismo Religioso.

O IWRT – Workshops Internacionais de Turismo Religioso é uma iniciativa da ACISO - Associação Empresarial de Ourém-Fátima, desde 2012, com o apoio de diversas entidades públicas e privadas, como os municípios de Ourém e da Guarda, do Santuário de Fátima, o Turismo de Portugal e o Turismo do Centro.

O IWRT, pelo elevado número de operadores turísticos que reúne anualmente, permite afirmar-se cada vez mais como um dos mais importantes eventos a nível internacional para a promoção do turismo religioso e de peregrinação em Portugal.

A 8ª edição do IWRT contou com a participação de delegações de 47 países, 150 hosted buyers, 40 expositores e 40 suppliers.

O programa dos dois primeiros dias dos Workshops Internacionais de Turismo Religioso que tiveram lugar no Centro Paulo VI em Fátima, contou com a presença da Eng. Rita Marques, Secretária de Estado do Turismo na sessão oficial de abertura. Do programa constam ações como a conferência inaugural e reuniões comerciais e de negócios que contaram com mais de 5.000 reuniões B2B. Na Guarda alguns dos operadores turísticos tiveram oportunidade de verificar o turismo judaico e as suas potencialidades.

2.3.8.2. – Setor do Espaço Empresa

O *Espaço Empresa* desenvolve a sua atuação em estreita articulação com os diferentes serviços do Município e alcança um conjunto de parceiros tais como: o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação I.P.; AMA – Agência para a Modernização Administrativa I.P.; e o AICEP Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E.

Este projeto, da iniciativa das entidades anteriormente referidas, visa desenvolver um novo modelo de atendimento empresarial centrado nos interesses e necessidades do empresário, concentrando as respostas às empresas num ponto único de contacto e facilitando o acesso à informação e a interação com a administração pública central e local.

- No contexto adverso que vivemos resultante da COVID-19 o Executivo Municipal de Ourém está fortemente empenhado em tomar medidas que minorem as dificuldades que a todos atingem.
 - Assim, foi definida uma estratégia para atenuar os efeitos subsequentes a este estado de emergência, que está a influenciar, negativamente, as pessoas, famílias, instituições e empresas. Como o Espaço empresa pretende ser um elo de ligação com as empresas e disponível para prestar apoio e esclarecimentos sobre as temáticas no âmbito das várias medidas que foram surgindo de combate à pandemia.
 - Assim destacam-se as principais iniciativas:
 - ✓ Em parceria com a ACISO, face à declaração do estado de emergência e a obrigatoriedade de confinamento, foram despoletados os trabalhos de angariação de tabela com os estabelecimentos do concelho que permanecem abertos ao público e que prestaram a venda de bens considerados essenciais (pão, legumes, peixe, mercearia, refeições em takeaway, medicamentos, entre outros), tabela esta disponibilizada ao público através do website do município e atualizada diariamente (esteve online até final de maio);
 - ✓ Preparação e envio mailing de divulgação junto dos empresários do concelho, com informação pertinente nomeadamente as medidas de apoio às empresas e aos trabalhadores indicando sempre a disponibilidade do espaço empresa para esclarecimento e apoio;
 - ✓ Preparação e envio mailing de divulgação junto dos empresários do concelho, com informação sobre medidas implementadas pelo município de Ourém de apoio às empresas e a forma de as solicitar, indicando sempre a disponibilidade do espaço empresa para esclarecimento e apoio neste processo;
 - ✓ Dada a grande importância que as empresas do setor do turismo assumem no nosso concelho, preparação e envio de mailing de divulgação do Selo “Clean and Safe” - medida do Turismo de Portugal que pretende aumentar a confiança das pessoas nas unidades hoteleiras e afins dando uma garantia que estas empresas cumprem todas as normas de higiene e limpeza destacando como mais uma boa prática do nosso país no desenvolvimento de esforços para reativar este setor.

- ✓ Considerando a determinação pela Resolução de Conselho de Ministro nº 33C/2020 de 30 de abril da estratégia de desconfinamento, com a publicação do respetivo plano faseado de abertura das empresas, preparou-se mailing com vista à divulgação desta informação junto das empresas bem como da disponibilização do espaço empresa para esclarecimento;
- ✓ No âmbito deste plano faseado de desconfinamento o Espaço Empresa foi abordado por diversos empresários procurando apoio no esclarecimento do diploma e algumas empresas (com área maior de 400 mts²) solicitaram junto do EE apoio na exposição ao município a solicitar a abertura excecional ao público do seu estabelecimento comercial antes de dia 01 de junho (situação prevista na RCM 33/2020);
- ✓ Apoio na divulgação e dinamização do projeto do município de Ourém de distribuição de máscaras de proteção individual reutilizáveis a todos os munícipes e colaboração no pedido das mesmas através do preenchimento de formulário na plataforma criada para o efeito.
- ✓ Preparação e envio de mailing de divulgação do programa Adaptar - medida de apoio a micro e pequenas empresas e de concessão às mesmas de um ajuda técnica e financeira quanto às medidas de segurança que tiveram de implementar.

Atividades específicas:

- ✓ Organização em colaboração com a ADIRN da sessão de Esclarecimento sobre o programa de apoio ao emprego + COESO Emprego, com preparação nos seguintes moldes:
 - Agendamento, junto da ADIRN, da realização de uma sessão de divulgação aos empresários e IPSS realizada em 03 de setembro 2020, na sede da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais.
 - Contacto com as empresas (via e-mail e telefónico) pela DET e com as IPSS pela DEVS, a convidá-los para estarem presentes.
 - Organização da sessão, com a colaboração da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais.
 - A sessão contou com a participação de cerca de 20 empresário.

Desde que fomos confrontados com a pandemia provocada pelo surto do vírus Covid 19, o Espaço Empresa esteve sempre disponível para apoiar empresas de forma a minorar o impacto que todas as pessoas e empresas sentem na sua vida diária.

- **Campanha de apoio ao comércio local pelo Natal**

Desenvolveu-se a gestão da campanha “No Natal compre no Comércio Local... e ganhe prémios”, eis o mote da campanha de apoio promovida pelo Município de Ourém, válida entre 5 de dezembro de 2020 e 5 de janeiro de 2021, e destinada ao comércio local do nosso concelho.

A iniciativa visou a premiar os clientes com vouchers de 75 euros, convertidos em compras no mesmo estabelecimento dos cupões premiados. Para que os consumidores se habilitem aos prémios em causa, bastava fazer as suas compras no comércio local, onde os estabelecimentos aderentes lhe entregarão um cupão por cada 15 euros em compras.

A campanha contou com 172 estabelecimentos comerciais aderentes.

- **Webinar de apresentação do V Encontro dos Investidores da Diáspora**

Organização da participação do Município no webinar realizado nos dias 10 e 11 de dezembro dedicado ao Investimento da Diáspora, iniciativa que tem por objetivo apresentar o Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), dando a conhecer apoios, benefícios e oportunidades para o investimento das comunidades portuguesas em Portugal.

Este evento contou com a participação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa e com o Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Miguel Albuquerque, que apresentou o V Encontro dos Investidores da Diáspora, evento agendado para agosto do próximo ano.

- **Apoio ao mundo rural**

O Espaço Empresa assume como objetivo o fomento o empreendedorismo rural apoiando o agricultor com o aconselhamento agrícola, facilitando o acesso aos instrumentos de financiamento para o desenvolvimento rural e promovendo a divulgação das iniciativas associadas à atividade agrícola e vitivinícola do Município.

Descrição da atividade realizada:

- Atendimentos do Espaço Empresa em 2020: 145
- Atendimentos Apoio a Agricultores/ Desenvolvimento Rural 2020: 1359

2.3.8.3. – Gabinete de Apoio ao Emigrante

O Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE) é uma estrutura de apoio aos emigrantes residentes ou não em Portugal, bem como aos seus familiares, mediante a celebração de um Protocolo de Colaboração entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o Município de Ourém. Este Gabinete presta um serviço gratuito aos munícipes que estejam ou tenham estado emigrados, aos que estão em vias de regresso, aos que residem ainda no país de acolhimento e aqueles que desejam emigrar:

- Informar portugueses residentes no estrangeiro sobre os seus direitos;
- Contribuir para a resolução dos problemas apresentados, em ligação com os restantes órgãos da Administração Pública;
- Apoiar os portugueses em situação de regresso e reinserção;
- Fomentar a inter-relação entre o Município e as Comunidades Portuguesas.

Descrição da atividade realizada:

- Atendimentos prestados em 2020: 65

PLANEAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE VISITAS AO MUNICÍPIO

- Receção à Secretária de Estado do Turismo
- Receção à Secretária de Estado das Comunidades
- Receção ao Embaixador de Malta

AÇÕES DIVERSAS

- **Organização dos “Mercados Ecorurais”**

Na manhã do primeiro domingo de cada mês tem uma animação diferente junto à Igreja Matriz de Ourém que se transforma para receber os “Mercados Ecorurais”.

A iniciativa permite aos pequenos produtores do concelho escoar os seus produtos, criando oportunidades de negócio. Entre as 09.00H e as 13.00H, os comerciantes do concelho usufruem de uma banca e equipamento de apoio à venda dos produtos. Uma oferta que inclui produtos agrícolas, vinho, mel, bolos, pão, artesanato, entre outros bens.

Por força da pandemia de Covid-19, foi decidido o encerramento desta atividade em março 2020.

O Município de Ourém reativou os Mercados Ecorurais no passado dia 19 de abril, condicionados ao cumprimento de todas as normas e recomendações veiculadas pela Direção Geral de Saúde, no âmbito do combate à disseminação da Covid-19.

Após a realização desta edição especial e da recolha de contributos junto de vendedores e visitantes, foi determinado o regresso da iniciativa com uma nova periodicidade, ou seja, a realização dos Mercados Ecorurais o primeiro e terceiro domingo de cada mês.

- **Dinamização do Programa Prove em Ourém**

O PROVE – Promover e Vender é uma metodologia que pretende contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores.

Em Ourém, todas as semanas (à sexta-feira), os cabazes “PROVE” são preparados para os consumidores inscritos. Estes cabazes são compostos exclusivamente por produtos da época, produzidos localmente. Os produtos que fazem parte do cabaz são produzidos com técnicas amigas do ambiente, respeitando as boas práticas agrícolas.

- **Organização da Sessão sobre “ENOTURISMO”**

Explorar o potencial do Enoturismo no Concelho de Ourém, foi a palavra de ordem no seminário que decorreu na tarde do dia 10 de novembro, subordinado à temática “A Importância do Enoturismo no Desenvolvimento Local”.

Esta sessão aberta ao público, promovida pela VitiOurém na sua sede em Atouguia, para além de assinalar o “Dia Mundial do Enoturismo”, contou com o contributo de vários oradores com ligações ao ramo vinícola.

A sessão focou abordagens, estratégias e oportunidades desta atividade turística que insere o turismo motivado pela apreciação de vinhos, na tradição e cultura das localidades produtoras de vinho, não fosse a região de Ourém célebre pelo seu histórico Vinho Medieval, património cultural da região.

São os Vinhos Medievais de Ourém, os anteriormente designados “vinhos palhetes”, nascidos dos ensinamentos da emérita Ordem de Cister do Mosteiro de Alcobaça, com origem na mistura de uvas de castas brancas e tintas, que resulta na produção de um vinho de origem medieval com 800 anos de história, produzido com base em critérios ancestrais e rigorosos.

2.3.9 – DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

A Divisão de Fiscalização e Contencioso (DFC) é uma unidade orgânica flexível, criada pela reorganização dos serviços municipais, publicada no *DR- II Série em 16 de janeiro de 2020*, cuja missão consiste em garantir a prestação de serviços de apoio na área jurídica e zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos municipais, assegurando a sua legalidade e a salvaguarda do interesse público.

A Divisão de Fiscalização e Contencioso é composta pelos seguintes setores:

- SAJCC- Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações;
- SEF- Execuções Fiscais;
- SAICLNUCCM- Apoio ao Consumidor, Licenciamentos Não Urbanísticos; Cemitério e Casa Mortuária;
- SM- Metrologia;
- Seção de Fiscalização.

2.3.9.1. – Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações:

Esse setor é composto por uma assistente técnico (coordenadora técnica) e por duas técnicas superiores juristas que, para além emitirem informações técnico-jurídicas, sempre que solicitado, também são instrutores de processos de contraordenação.

A coordenadora técnica é a escritã dos processos de contraordenação.

De referir que, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/2018, iniciou-se em 2020 a instrução dos processos de contraordenação rodoviárias por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, cujas competências foram transferidas para o Município, de acordo com a Lei n.º 50/2018.

Em 2020 desenvolveram-se neste setor as tarefas a seguir indicadas e quantificadas:

Tipologia de trabalho	Quantidade	Observações
Informações elaboradas e registadas em sistema informático MGD e SPO	71	Inclui pareceres técnico-jurídicos e informações administrativas. Informações em processos de obras e contraordenações rodoviárias. Se a matéria a informar é pouco extensa, a informação é feita em movimento no MDG e não em formato de Informação.
Processos de contraordenação instaurados pela CMO contra terceiros	75	Por infrações a diversas leis, decretos-lei e regulamentos.
Notas de ilicitude (por o auto de notícia / participação estar incorreta) e despachos diversos elaborados pelas Instrutoras nos processos de contraordenação	17	
Autos de contraordenação remetidos a outras entidades (SGMAI, DGAV, CCDD LVT, GNR)	6	Por ser delas a competência para decidir os processos de contraordenação.
Pessoas inquiridas nos processos de contraordenação e noutros procedimentos	33	
Processos de contraordenação impugnados judicialmente	4	Por o arguido ter recorrido judicialmente da decisão. Foi feita a correspondente análise técnica, a sustentar a posição do Município, antes de os remeter a Tribunal.
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal para execução	7	Para cobrança da coima e/ou das custas aplicadas pela CMO.
Processos de contraordenação remetidos a Tribunal com participação de crime	1	São simultaneamente matéria de crime e de contraordenação.
Importâncias cobradas em processos de contraordenação	€27.581,67	Coimas e custas recebidas em processos de contraordenação. Inclui as contraordenações rodoviárias.
Defesa em processos de contraordenação onde o Município é o arguido	3	

Organização e acompanhamento de processos judiciais de que é parte o Município (como réu e como autor)	30	Em 2020 foram instauradas 6 novas ações judiciais, que o SAJCC tenha conhecimento. A 31.12.2020 havia 30 processos judiciais a decorrer, que o SAJCC tenha conhecimento.
Elaboração de lista de processos judiciais com eventuais pedidos de pagamento de indemnizações	Diversas	Para elaboração do orçamento.
Atendimento presencial e telefónico, reuniões com mandatários de requerentes e de arguidos, reuniões com colegas de serviço, com dirigentes da CMO e representantes de entidades externas (ex.: LSA, MP, BeWater)	Não contabilizados	Nas diligências desenvolvidas foi prestada colaboração relativamente a processos de diversa natureza, que correm no SAJCC, e ainda noutros que correm por outras unidades orgânicas, cujos esclarecimentos prestados foram essencialmente de índole jurídica e administrativa.
Visitas a obras ou outras situações, e desenvolvimento de diligências junto de outras entidades	Diversos	Para conhecimento dos factos e recolha de prova com vista a informação / decisão técnica dos processos/participação como testemunha.
Adaptação, às alterações legais, de minutas usadas em processos de contraordenação	Diversos	Organização de documentos para colocar no programa informático e em ficheiros partilhados.
Elaboração de várias minutas novas	Diversas	Decorrentes de alterações legislativas nos diplomas legais com os quais o SAJCC trabalha.
Processo de contraordenação já findos	Diversos	Organização e remessa ao arquivo.
Elaboração de relatórios	Diversos	Relatórios de atividades devolvidas no SAJCC, para apresentar periodicamente à Assembleia Municipal, para integrar os documentos de gestão e para elaboração do orçamento e a pedido do dirigente e da vereação.
Divulgação e análise de legislação	Diversos	Consulta diária do Diário da República divulgação de alguns diplomas com índices e notas interpretativas.
Elaboração de notificações diversas e sua expedição documentada; entrega de processos em Tribunal; elaboração de relatórios; emissão de guias; gestão dos sistemas informáticos de processos de contraordenação e seus formulários; organização dos processos, contagem de prazos e sua calendarização para decisão; pesquisas, etc.	Diversos	Tarefas desenvolvidas essencialmente pela coordenadora técnica.

2.3.9.2. – Setor de Execuções Fiscais

Em 26 de junho de 2018 foi celebrado Protocolo entre o Município e a Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos do n.º 4 do artigo 7.º do decreto-lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na versão aditada pela lei n.º 7-A/2016, de 309 de março, retificada pela declaração de retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, que tem como objeto a definição dos termos e condições em que a administração tributária é competente para a cobrança coerciva de todas as taxas e outras receitas previstas no Regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas Município de Ourém.

2.3.9.3. – Apoio ao consumidor, licenciamentos não urbanísticos, cemitério e casa mortuária

O Gabinete de Informação e Apoio ao Consumidor (GIAC), atendeu vários munícipes e recebeu bastantes reclamações sobre fornecimento de bens e serviços, sobretudo de consumos e faturas relacionadas com telecomunicações, sendo que, algumas delas foram resolvidas por mediação e outras através CNIACC (Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo).

No serviço dos licenciamentos não urbanísticos, executam-se os procedimentos relacionados com os licenciamentos de publicidade comercial, de ocupação de espaço público, de provas desportivas na via pública, entre outros, bem como o serviço administrativo do cemitério municipal e da casa mortuária.

As inumações e aberturas de covas no cemitério municipal estão a cargo de um assistente operacional, também responsável pelo funcionamento da casa mortuária.

Neste setor, durante o ano de 2020, foram emitidos os seguintes licenciamentos e outros atos, de que resultou a receita que também se menciona:

Tipologia (2020)	Faturas/Guias	Receita
Casa Mortuária	21	€ 3 538,50
Inumação de cadáver em sepultura	46	€ 13 342,30
Concessão de sepultura perpétua	17	€ 15 876,90
Inspeção de elevadores	314	€ 36 297,40
Licenciamento Publicitário	22	€ 1 496,96
Táxi - Transferência de titular/Averbamento novo veículo	1	€ 62,80
Licença Especial de Ruído	5	€ 48,15

Ocupação de Espaço Público	6	€ 709,44
Manifestação/Prova Desportiva	5	€ 129,00
Recinto itinerante ou improvisado	0	0
Mercado	784	€ 55 256,99
Total	1 221	€ 126 758,44

O montante da receita supra indicada pelos licenciamentos de publicidade, ocupação de espaço público com esplanadas e toldos foi consideravelmente inferior, face aos anos transatos, devido às isenções concedidas pelos órgãos municipais, no âmbito da pandemia do COVID 19.

Ao mercado municipal está afeto um encarregado operacional e um assistente operacional que asseguram a cobrança de taxas de terrados e outras, bem como o funcionamento e a vigilância do mercado semanal das quintas-feiras e dos sábados.

Durante o período de pandemia da doença COVID 19 aqueles trabalhadores têm sido acompanhados de outros trabalhadores municipais para cumprimento das normas estabelecimentos no plano de contingência.

2.3.9.4. – Setor de Metrologia

O Serviço de Metrologia da Câmara Municipal de Ourém está reconhecido e qualificado pelo IPQ (Despacho n.º 34/09 - cujo Anexo abaixo se transcreve) para a realização das operações de controlo metrológico legal nos domínios e intervalos de medição e abrange toda a área do Município e incide sobre:

- Primeira Verificação após reparação e Verificação Periódica de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático (Classes II, III e IIII entre 20KG e 1.500KG);
- Primeira Verificação e verificação periódica de massas (M1- 1mg a 20Kg; M2- 1g a 20Kg);
- Primeira Verificação após reparação e verificação Periódica de contadores de tempo.

Durante o ano de 2020 as verificações metrológicas foram realizadas no Município de Leiria, mediante parecer favorável do IPQ, por ausência por tempo indeterminado do técnico municipal.

2.3.9.5. – Seção de Fiscalização

A Seção de Fiscalização é composta por um assistente técnico e por seis fiscais que integram três brigadas, distribuídas por três zonas de intervenção, que abrangem toda a área do concelho e a sua ação incide sobre a verificação do cumprimento de normas legais e regulamentares sobretudo em matéria urbanística (RJUE, RMUE, Regime Jurídico da RAN e Regime Jurídico da REN), ambiental e do licenciamento de atividades económicas previstas no RJACSR (Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração), assim como de outros regulamentos relacionados com o “Licenciamento Zero”, designadamente o Regulamento de Ocupação de Espaço Público, bem como o Regulamento de Publicidade e o Regulamento de Horário de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais.

Quantificação das atividades e tarefas executadas durante o ano de 2020:

Matérias /assuntos	Quantidades
Informações efetuadas pela secção de Fiscalização sobre vários assuntos - Número de informações efetuadas pelos Fiscais Municipais no SPO e MGD	987
Número de autos de notícia levantados para instrução de processos de contraordenação (infrações urbanísticas)	40
Instrução de processos de regularização de operações urbanísticas	35
Operações urbanísticas embargadas	8
Emissão de certidões da área funcional da fiscalização municipal (dispensa de autorização de utilização, prédios em ruínas, obras isentas de controlo prévio municipal)	203

2.3.10 – DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Esta divisão tem como missão planejar, programar e desenvolver a ação municipal no domínio da promoção ambiental e redução das emissões de Carbono. Acompanhamento técnico do contrato de concessão de águas e do contrato de prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos urbanos, assim como da Empresa Intermunicipal Tejo -Ambiente. Garantir a efetiva limpeza e manutenção dos espaços verdes, edifícios municipais e salubridade pública.

Cessão da Posição Contratual da Câmara Municipal – Tejo Ambiente

A Tejo Ambiente iniciou as suas funções a 1 de outubro de 2019, com a assinatura do contrato de gestão delegada. No início de 2020, o Município de Ourém cedeu a sua posição contratual à Tejo Ambiente, em vários contratos celebrados entre o Município de Ourém e outras entidades:

- a) SUMA – Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, Recolha dos Resíduos Sólidos e seu Transporte a Aterro Final – Cedência da Posição Contratual na componente de recolha de resíduos, ficando na autarquia a componente de limpeza urbana;
- b) Valorlis – Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Recolha Seletiva para a Valorização, Tratamento e Destino Final – Cedência da Posição Contratual na componente de recolha e tratamento de resíduos urbanos, ficando na autarquia a componente de recolha seletiva;
- c) AdCL – Contrato de Recolha de Efluentes entre o Município de Ourém e a SIMLIS – Cedência total da posição contratual;
- d) SMAS de Leiria – Contrato de Recolha de Efluentes entre o Município de Ourém e o SMAS de Leiria – Cedência total da posição contratual;
- e) Santuário de Fátima – Protocolo de Gestão de Resíduos do Santuário de Fátima e Câmara Municipal de Ourém - Cedência total da posição contratual.

Gestão do Agroal em Tempo de Pandemia

Em 2020 realça-se o trabalho efetuado na gestão do Agroal, em tempo de pandemia, destacando-se sobretudo a implementação de um sistema de controle de acessos à praia do Agroal, com controle de entradas e saídas de utilizadores, através da colocação de pulseiras.

Para garantir níveis elevados de segurança contra a COVID 19 foram implementadas normas de desinfeção e limpeza, principalmente à entrada da praia e nas casas de banho, onde ocorreu um reforço de limpeza.

Durante a época balnear passaram pelo Agroal, em média, cerca de 1 000 utilizadores de semana e 1 300 ao fim de semana, com uma lotação máxima de 200 pessoas + 135 do lado de Tomar.

Gestão Administrativa do Ecocentro de Fátima e dos Pedidos de Recolha de Monos

Os serviços municipais foram responsáveis pela gestão administrativa do Ecocentro de Fátima, através de:

- Receção dos pedidos de registo e autorização e envio da autorização aos requerentes;
- Inserção dos dados dos utilizadores e empresas no sistema informático da balança;
- Recolha de informação do sistema informático de balança e transporte para os serviços municipais;
- Registo e controle de bases de dados, incluído o controlo de entidades e pesagens;
- Análise de pesagens e verificação de limites de peso autorizados;
- Confirmação dos valores das faturas;
- Demais funções administrativas necessárias.



Indústria/Pedreiras/Regularização de Atividades Económicas

Em relação ao licenciamento industrial e regularização de atividades económicas, foram enviados 93 ofícios e 30 e-mail's a entidades públicas e empresas do Concelho, com a marcação das conferências decisórias, visitas técnicas e marcações de conferências decisórias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014.

- Seis Marcações de Vistorias ao abrigo do SIR, nomeadamente para as seguintes empresas/entidades:
 - Cooperativa de Olivicultores de Fátima
 - Sociedade Central de Madeiras de Vilões, Lda.
 - Verdasca & Verdasca, S.A.
 - Madeca – Madeiras de Caxarias, Lda.
 - Sociedade Industrial Móveis Vilarense, Lda.
- 13 Marcações de Vistorias Técnicas, no âmbito do Licenciamento Industrial, nomeadamente para as seguintes empresas/entidades:
 - Armando Pereira Henriques
 - Ecodepur – Tecnologias de proteção Ambiental, Lda.
 - Marsefal - Mármore Serrados de Fátima Unipessoal, Lda.
 - Irmade – Indústria de Revestimento de Madeiras, S.A.
 - Henriques & Henriques, Lda.

- José Nunes Oliveira Capitão
- António das Neves Reis
- Móveis Diamant
- Sociedade Industrial de Móveis Vilarense, Lda.
- Fibraline - Indústria de Fibras, Lda.
- Colina dos Piscos
- Fatimpress
- Profitaward – Unipessoal, Lda.
- Duas Marcações de Conferências Decisórias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, nomeadamente para as seguintes empresas/entidades:
 - Madeca – Madeiras de Caxarias, Lda.
 - Rovigaspares – Extração e Transformação de Mármore e Rochas Afins, Lda.

Foram ainda organizados vários processos de licenciamento industrial vindos do IAPMEI e da Plataforma da AMA.

Será ainda de referir que foi elaborado um averbamento de Licença de Exploração, para a empresa Lagrostone, Lda.

SETOR DE AMBIENTE E INDÚSTRIA

No ano de 2020 destacam-se os seguintes processos mais emblemáticos:

Colocação de Contentores para Papel/Cartão e Embalagens no Mercado Municipal - Foram colocados três equipamentos para recolha de recicláveis (dois para deposição de papel e cartão e outro destinado a embalagens) com o objetivo de sensibilizar os feirantes e os utilizadores do espaço para a importância do correto encaminhamento dos resíduos e para minimizar uma eventual cadeia de propagação da Covid-19 junto dos serviços de limpeza.

Esta medida pretende também responder ao repto lançado à Assembleia Municipal de Ourém pelos alunos do 9.ºD e 9.ºE (ano letivo 2019/2020), da Escola Básica e Secundária de Ourém, no âmbito do projeto de autonomia e flexibilidade curricular e a sua preocupação com a ingestão de microplásticos pela lampreia existente na Ribeira de Seiça.

Colocação de Oleões - Foram colocados 26 oleões distribuídos pelo concelho, através de um contrato com a empresa Hardlevel, entidade que ficará responsável pela gestão de todo o sistema, desde a recolha, transporte, pré-tratamento e armazenamento. O objetivo da

colocação destes oleões é apresentar uma solução para os óleos alimentares usados, de modo que não sejam lançados no esgoto, contaminando linhas de água e o mar.

O oleão tem um sistema inteligente acoplado, que através de uma plataforma informa o nível de enchimento e o número de despejos em tempo real. Os oleões foram colocados nos seguintes locais:

- Alburitel –Rua Álvaro Teles;
- Atougua –Estrada de Fátima;
- Caxarias –Avenida 21 de Junho;
- Espite –Rua Professor Mário Albuquerque;
- Fátima –Rua São João de Deus; Rua Alto das Nogueiras; Avenida Beato Nuno; Avenida Beato Nuno; Avenida dos Pastorinhos; e Rua do Colégio de São Miguel;
- Freixianda –Largo Juvêncio Figueiredo;
- Ribeira do Fárrio –Rua da Capela Velha;
- Gondemaria –Rua da Portela;
- Olival –Rua do Poeta Acácio Paiva;
- Matas -Rua da Escola;
- Cercal –Largo Dr. Sá Carneiro;
- Ourém –Avenida D. Nuno Álvares Pereira; Praça Eng.º Adelino Amado da Costa; Rua Dr. Joaquim Francisco Alves; e Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves;
- Vilar dos Prazeres –Estrada Nacional 349;
- Bairro –Rua Principal,
- Rio de Couros –Rua Gaspar Moreira;
- Casal dos Bernardos –Rua da Igreja;

- Seixa –Estrada Nacional113-1Urqueira –Largo do Rossio



Acompanhamento de viaturas abandonadas – Durante o ano de 2020 foram acompanhados 22 processos de viaturas.

Acompanhamento de atividades económicas -Durante o ano de 2020 foram acompanhados 53 processos SIR e pecuárias.

Pedido de Renovação da Licença do Ecocentro de Fátima – Em agosto de 2020 foi pedida a renovação da licença do Ecocentro de Fátima. A licença deveria ter sido pedida 20 dias antes do seu término, porém com a COVID 19, os prazos ficaram comprometidos.

Candidatura ao Fundo Ambiental – Estudo do Sistema de Biorresíduos – Durante o segundo semestre de 2020 procedeu-se à candidatura de um estudo para o sistema de biorresíduos de Ourém, tendo esta candidatura sido aprovada e tendo o estudo sido adjudicado à empresa ATT CEI de Setúbal.

Projeto ilha ecológica – Em 2020 foi realizado o projeto da ilha ecológica da Avenida Beato Nuno, que vai se a primeira ilha a ser implantada no concelho de Ourém, com sistema inteligente de controlo de enchimento, realizado através de uma sonda de nível de enchimento que comunica com uma plataforma, que permite o controlo do enchimento das cubas.



Projeto do Ecocentro de Caxarias – Em 2020 foi realizado o projeto do Ecocentro de Caxarias. O Ecocentro de Caxarias é uma operação urbanística que o Município de Ourém pretende levar a efeito na Zona Industrial da Chã, em Caxarias, de forma a servir as necessidades de gestão de resíduos recicláveis da zona Norte do Concelho.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Controlo de Atividade da Valorlis – Concessão do Serviço

Recolha de Recicláveis – Valorlis – A Valorlis é responsável pela recolha seletiva, tal como está estabelecido no contrato de concessão, podendo visualizar-se a evolução desta recolha ao longo dos anos, na tabela seguinte.

Recolha de Recicláveis por meses em 2020

Quantitativos de resíduos recolhidos (t)		2020													
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Resíduos de embalagem (recolha seletiva multimaterial)															
	Vidro	70,87	54,25	50,92	73,21	72,58	47,61	109	110,49	100,68	77,68	39,26	56,77	863,32	
	Papel/Cartão	74,72	78,35	71,7	64,13	69,47	73,73	73,35	80,64	75,55	74,5	66,46	77,03	879,63	
	Embalagens	51,6	45,69	49,34	45,22	48,9	47,17	54,49	55,64	50,24	49,28	46,21	55,21	595,99	
	TOTAL														2338,94

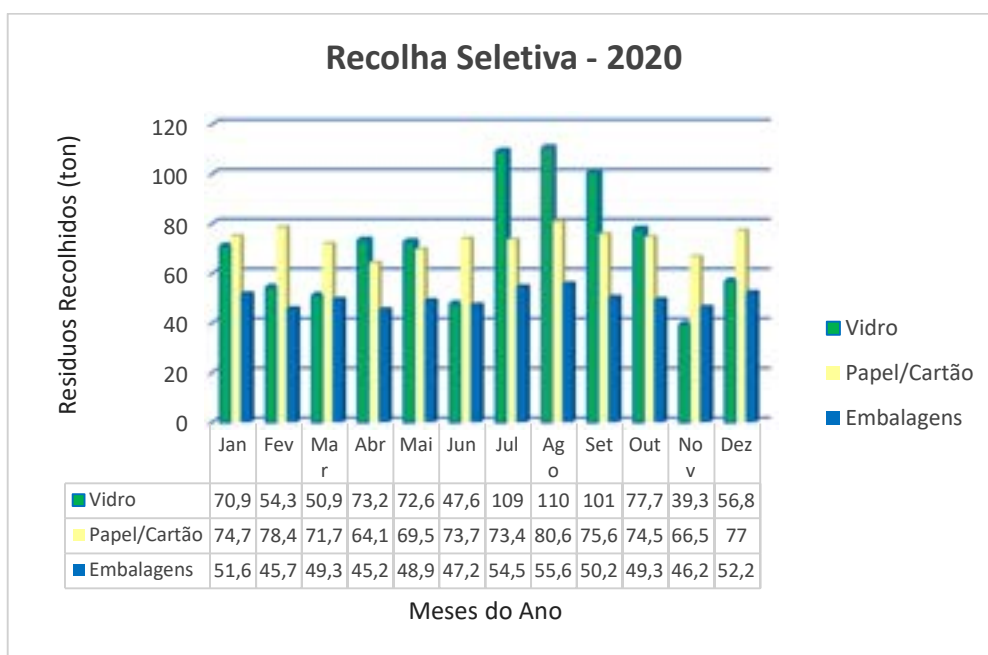


Gráfico: Recolha seletiva por meses do ano (2020)

Quantidade de RU recicláveis depositados por anos

Ano	Total Geral	Papel/Cartão		Vidro		Embalagens Plásticas e Metálicas	
		Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)	Quant. (ton)	Evolução Anual (%)
2004	764,30	320,00	-	355,00	-	76,80	-
2005	950,40	408,00	21,57	419,00	15,27	106,00	27,55
2006	1 097,80	464,00	12,07	473,00	11,42	136,00	22,06
2007	1 362,00	598,00	22,41	574,00	17,60	190,00	28,42
2008	1 514,29	619,91	3,53	649,46	11,62	244,93	22,43
2009	1 974,07	632,38	1,97	1.027,21	36,77	314,48	22,12
2010	1 996,00	613,00	-3,16	1.044,00	1,61	339,00	7,23
2011	1 918,00	555,00	-9,46	1.023,00	-2,0%	340,00	0,29
2012	1 640,80	593,80*	6,53	701,30	-45,87	345,70	1,65
2013	1 542,53	527,59	-12,55	679,27	-3,24	335,67	-2,99
2014	1 574,00	531,00	0,64	709,00	4,19	334,00	-0,50
2015	1 624,00	535,00	0,75	753,00	5,84	336,00	0,60
2016	1 684,55	550,36	2,78	786,28	4,23	347,91	3,42
2017	1 898,00	635,00	13,33	846,00	7,06	417,00	16,56
2018	1 871,00	658,00	3,50	795,00	-6,42	418,00	0,24
2019	2.085,25	745,54	11,74	921,61	13,74	518,10	19,32
2020	2.338,94	879,63	15,80	863,32	-4,56	595,99	15,03

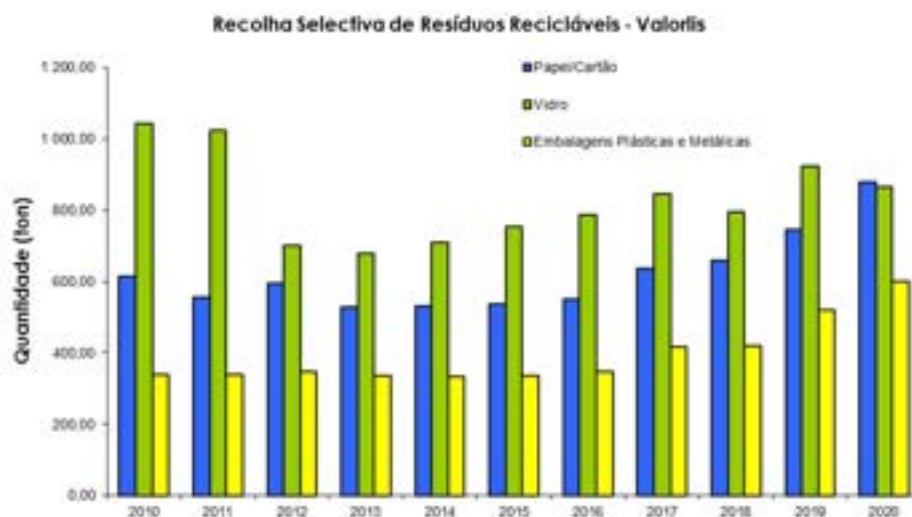


Gráfico: Evolução na Recolha Seletiva

Em 2020 ocorreu um aumento de **12,17%** no somatório das toneladas recolhidas em todas as fileiras. O aumento não foi maior devido à quebra acentuada na recolha de vidro, devido provavelmente à menor atividade económica de hotelaria, restauração e bebidas, devido à pandemia (Covid 19).

Equipamentos de Deposição de Resíduos Seletivos – Recolha Seletiva: - No ano de 2020 colocaram-se mais 12 ecopontos no concelho de Ourém, existindo ainda vários pedidos de colocação de ecopontos em diversos lugares.

No quadro seguinte apresentam-se os Ecopontos/Ilhas ecológicas existentes e em funcionamento por anos:

Evolução do n.º de Equipamentos de Recolha Seletiva

Anos	Ecopontos	Ilhas Ecológicas (recicláveis)	Outros Equipamentos			OTAL
			Papelão	Vidrão	Embalão	
2007	86	21	4	26	2	139
2008	87	24	4	29	2	146
2009	103	31	4	36	3	177
2010	105	33	1	39	3	181
2011	108	34	1	44	3	190
2012	109	36	1	45	4	195
2013	110	47	1	45	4	207
2014	105	47	1	39	4	196
2015	112	47	1	38	3	201
2016	114	49	1	40	3	207
2017	116	50	1	40	3	210
2018	128	54	1	37	1	218
2019	183	54+5	1	87	1	330
2020	195	59	1	87	1	342

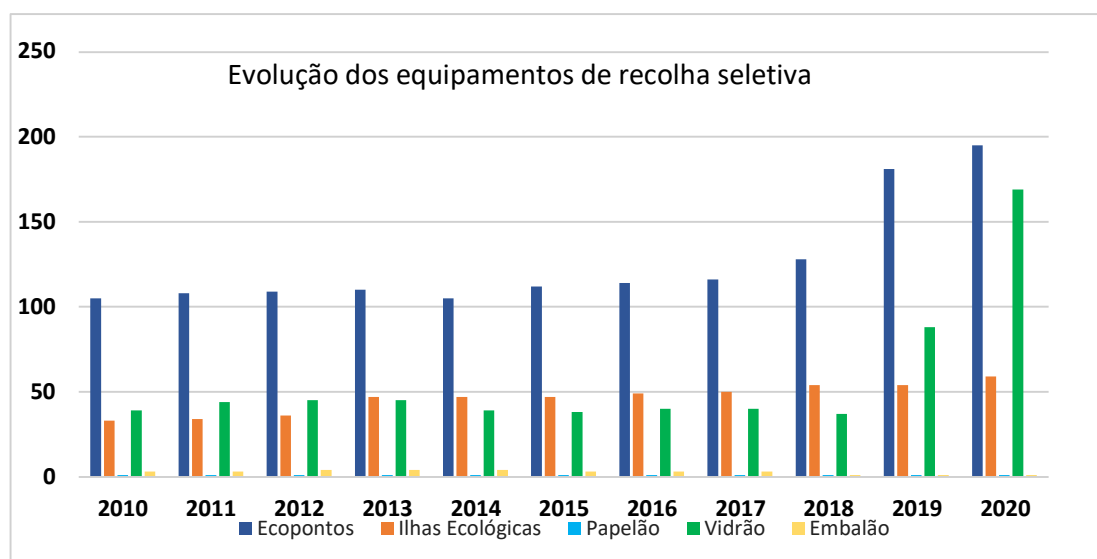


Gráfico: Evolução no n.º de equipamentos de recolha seletiva

MANUTENÇÃO E LAVAGEM DE EQUIPAMENTOS: A manutenção e lavagem dos ecopontos esta é da responsabilidade da Valorlis. A manutenção e lavagem de ilhas ecológicas é da responsabilidade da Autarquia, embora esse serviço tenha sido colocado no contrato de prestação de serviços que a Tejo Ambiente adjudicou à empresa SUMA, por uma questão de melhor gestão de recursos. A CMO terá de pagar mensalmente à Tejo Ambiente esta lavagem

TRABALHOS EXTRAORDINÁRIOS: Os trabalhos extraordinários efetuados pela Valorlis são realizados normalmente na peregrinação do 13 de maio e no 13 de outubro, onde a empresa assegura um piquete e reforço nas recolhas de recicláveis e durante alguns dias de verão (10 de junho e 15 de agosto). Este ano, não ocorreram trabalho extraordinários devido à pandemia.

Acompanhamento de Atividade da Tejo Ambiente – Delegação do Serviço

Na análise da Evolução da Quantidade de RU recolhidos e Transportados até ao sistema em Alta (Valorlis):

Tabela: Quantidade de RU para entrega em alta em 2018, 2019 e 2020 (dados fornecidos pela Valorlis e Tejo Ambiente)

Meses	2018	Total Depósito 2019			2020			Diferença	
	Total	SUMA	Santuário	CMO	Total	SUMA	Santuário	Total	
janeiro	1 120,94	1057,66	11,3	8,42	1077,38	1112,6	8,64	1121,24	43,86
fevereiro	955,52	1005,92	9,16	7,88	1022,96	1096,86	9,86	1106,72	83,76
março	1 165,60	1131,38	13,82	9,08	1154,28	1168,94	8,18	1177,12	22,84
abril	1 181,96	1190	19,78	9,78	1219,56	1152,58	5,82	1158,4	-61,16
maio	1 346,60	1294,06	50,26	10,52	1354,84	1146,22	8,24	1154,46	-200,38
junho	1 249,48	1169,5	25,46	5,16	1200,12	1175,28	15,48	1190,76	-9,36
julho	1 382,84	1377,86	26,84	10,6	1415,3	1207,68	13,56	1221,24	-194,06
agosto	1 651,74	1580,54	43,18	14,18	1637,9	1385,98	32,1	1418,08	-219,82
setembro	1 252,04	1234,26	27,22	17,38	1278,86	1152,66	18,42	1171,08	-107,78
outubro	1 285,76	1757,92	31,92	10,42	1800,26	1122,2	13,82	1136,02	-664,24
novembro	1 096,56	1121,64	11,66	10,56	1143,86	1051,18	5,76	1056,94	-86,92
dezembro	1 109,54	1188,52	14,08	9,1	1211,7	1134,82	6,88	1141,7	-70,00
Total	14 798,58	15 109,26	284,68	123,08	15 517,02	13 907,00	146,76	14 053,76	-1 463,26

Durante o ano de 2020, a quantidade de RU depositada em aterro diminuiu 1 463,26 toneladas relativamente ao ano de 2019, devido possivelmente à pandemia. Porém, na tabela seguinte ainda falta considerar cerca de 180 toneladas de monos que são contabilizados em capítulo próprio. No quadro seguinte apresenta-se a evolução de contentores por anos.

Tabela: Evolução do N.º de Contentores por Anos (dados de 2020 fornecidos pela Tejo Ambiente)

Anos	Quantidade e Tipologia dos Contentores							TOTAL
	1000 L	800 L	600 L	500 L	240 L	110 L	3000 L	
2014	674	1512	159	105	26	221	51	2748
2015	634	1622	299	3	27	109	49	2743
2016	522	1681	298	3	26	103	49	2779
2017	623	1698	298	0	26	104	51	2800
2018	624	1720	300	0	26	104	54	2825
2019	624	1730	600	0	27	104	54+5=59	2841
2020	719	1701	11	209	28	130	59	2801

Em 2021, a Tejo Ambiente apresentará um relatório do serviço efetuado, pelo que atualmente não é possível obter-se mais informação sobre esta delegação de competências.

Acompanhamento da Recolha de Roupas/Calçado/Brinquedos

Em junho de 2015 foi celebração de contrato com a empresa H Sarah Trading, Lda, renovado anualmente, para a recolha de roupa/calçado/brinquedos, no final de 2018 com 28 contentores para o efeito distribuídos por todo o concelho de Ourém, esta medida vem contribuir para o desvio de material passível de valorização/reutilização do contentor de resíduos indiferenciados e por conseguinte do aterro sanitário da Valorlis SA, medidas que contribuem para a sustentabilidade do serviço de gestão de resíduos e cumprimento das metas do PERSU 2020.

Todos os anos têm sido assinados protocolos com alterações: o protocolo de 2016 previa a colocação de mais seis contentores; o protocolo de 2018 previa a colocação de mais contentores e um aumento da contrapartida para 2.000,00€, com possibilidade desta ser entregue em géneros; e o protocolo de 2019 previa a colocação de mais equipamentos e uma alteração importante, tendo em consideração as diretivas da Agência Portuguesa do Ambiente, que não classificou este material como resíduo. Atualmente existem 29 equipamentos na via pública.

Seguidamente são apresentados os resultados quantitativos da recolha deste material nos equipamentos existentes na via pública.

Tabela: QUANTIDADES RECOLHIDAS POR EQUIPAMENTO

Equipamento	Morada	Lugar	Total (kg) 2015	Total (kg) 2016	Total (kg) 2017	Total (kg) 2018	Total (Kg) 2019	Total (Kg) 2020
B504	Rua professor Mário Albuquerque	Espite	1025	1422	1705	1516	1174	815
B510	Rua de São Bartolomeu	Atouguia	1305	2558	2318	2714	2077	1934
B512	Rua da Mina	Ribeira Fárrio	855	1382	1656	1130	1490	1482
B514	Rua de Santo António	Formigais	500	705	719	1055	692	707
B520	Rua Padre Feliciano de Oliveira	Freixianda	1390	1993	2014	2241	2013	1426
B521	Rua do Pombalinho	Seiça	918	2318	2233	2591	3112	2144
B534	Av. Beato Nuno Fátima	Fátima	1215	2967	2411	2452	2671	2683
B535	Estrada Principal	Rio Couros	660	995	1254	1023	734	912
B537	N113 Alburitel	Alburitel	1375	1771	1698	2097	2157	1942
B539	Imaculado Coração de Maria	Fátima	0	1089	1491	1882	1658	1245
B541	Rua Padre Acácio de Paiva	Olival	1395	2320	2127	2335	2173	1604
B542	Av. 21 de junho	Caxarias	1290	2319	2083	2359	3454	2101
B543	Rua da Portela	Gondemaria	985	1618	1814	2194	1720	1611
B545	Estrada da Alvega - Ecocentro	Fátima	1264	2313	1846	1123	1392	4766
B546	Rua 31 de Dezembro	Cercal	943	1338	1234	1458	906	1121
B547	R. Dr. Joaquim Francisco Alves Ourém	Ourem	2025	3622	4720	4835	5116	3729
B548	Vilar de Prazeres EN349	Vilar	1465	2502	2734	2483	1898	1204
B552	N.º Sr.ª do Patrocínio	Matas	0	585	1185	1104	949	929
B557	Av. Beato Nuno Fátima	Fátima	1405	2656	2651	3087	3401	2616
B558	Rua Luís de Camões Ourém	Ourém	1806	4264	5119	4532	4727	6142
B561	Rua da Igreja	Casal dos Bernardos	530	571	1077	1024	1130	1146
B563	Rua do Rossio	Urqueira	552	837	1293	1721	1828	1628
C132	Rua Principal	Bairro	*	*	1939	1538	1454	1368
C133	Rua Principal	Casa Velha	*	*	1276	1420	2009	2822
C135	Av. D. Afonso Henriques	Sobral	*	*	893	682	762	686
C138	Rua S. João de Deus	Fátima	*	*	*	*	2182	1769
C142	Estrada Nacional 356	Casal dos Crespos	*	*	1711	2304	1481	1423
C145	Rua São João Batista	Lomba d' Égua	*	*	2251	3211	3490	3029
C146	Estrada da Moita	Moita Redonda	*	*	1808	2250	2821	2745
Total (Kg)			22 903	42 145	55 260	58 361	54 360	57 729

Pode-se constatar que a quantidade de roupa/calçado recolhidos tem vindo a aumentar, é de salientar que no final de 2016 procedeu-se à colocação de mais seis contentores de roupa

(pontos de recolha propostos pelo município e aceite pela empresa) e em 2019 a mais um o sistema público de recolha roupa, calçado e brinquedos para 29 equipamentos.

Os equipamentos que registaram maior deposição foram os localizados nas cidades e vilas e também em Atouguia e Seiça. Os equipamentos menos utilizados localizam-se nas freguesias mais pequenas e mais rurais. De um modo geral conclui-se que os equipamentos estão a funcionar bem e sem encargos para o município.

Para além da recolha nestes equipamentos, existentes na via pública, a empresa procede ainda a recolhas em particulares, reportando a esta edilidade as quantidades mensais, que perfazem o total apresentado no quadro que se segue.

Tabela: LISTA DE RECOLHA DE ROUPAS

Equipamento	Morada	Lugar	2017 Total kg	2018 Total Kg	2019 Total kg	2020 Total kg
Associação IDE Fátima	Avenida Beato Nuno	Cova da Iria	5712	5098	6286	2593
Junta de Freguesia de Freixianda		Freixianda	0	1350	0	0
Conferência de São Vicente de Paulo de Ourém	Estrada Nacional 113	N.ª Sr.ª da Piedade	3009	1939	1744	1097
SPAS de Caxarias	Travessa da Escola, 1	Caxarias	3809	2451	4353	2703
Junta de Freguesia de Casal dos Bernardos		Casal dos Bernardos	0	0	0	0
Centro Social Ribeira de Fárrio	Rua Padre João Pereira, 2	Ribeira do Fárrio	0	447	2483	921
Centro de Solidariedade Mão Amiga de Fátima	Rua Dr. Júlio Constantino	Fátima	19344	8206	7420	4194
Município de Ourém	Praça D. Maria II, 1	Nossa Senhora da Piedade	617	558	1730	121
SVP – N.ª Senhora da Piedade Urqueira	Rua Principal	Urqueira	0	0	375	436
Centro de Acolhimento S. Bento da Lebre	Fátima	Fátima	0	0	1677	0
Santuário de Fátima	Fátima	Fátima	0	0	3218	0
Total (Kg)			31. 874	20. 049	29.286	12.065

Verifica-se uma diminuição nas quantidades de roupas/calçado e brinquedos entregues pelas instituições privadas que se pode justificar pela diminuição de donativos deste tipo de materiais e desaceleração da participação da comunidade motivada pela pandemia Covid-19.

O desvio destes resíduos do sistema publico de indiferenciados representou uma poupança para o município de aproximadamente 100 euros/tonelada, ou seja, cerca de 7000 euros (contabilizando também o recolhido em particulares), a este valor soma-se ainda a contrapartida financeira de 2.000 euros, que a empresa estava obrigada a pagar ao município de Ourém, de acordo com o estipulado no protocolo.

Note-se que ao município apenas cabe decidir e aprovar os locais de deposição dos equipamentos, sendo que, a sua colocação, manutenção e recolha é da inteira responsabilidade da empresa.

Acompanhamento dos Utilizadores de Recolha Consignada

O acompanhamento dos utilizadores da recolha consignada passou a ser feito pela empresa Tejo Ambiente, com a cedência da posição contratual, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, com o apoio dos serviços municipais.

Acompanhamento da Entrega de RU do Santuário de Fátima

O acompanhamento do protocolo com o Santuário de Fátima passou a ser feito pela empresa Tejo Ambiente, com a cedência da posição contratual, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

Acompanhamento da Recolha Seletiva de Óleos Alimentares Usados

Tal como já foi referido, em 2020 foi implementada no concelho de Ourém, a recolha seletiva de óleos usados, num total de 26 distribuídos pelo concelho.

Recicláveis Recolhidos no Concelho de Ourém 2020

Somando os recicláveis que são geridos pela Valorlis, a tabela seguinte apresenta os dados relativos ao concelho de Ourém para os diferentes anos.

Tabela: Total de Recicláveis Recolhidos no Concelho

Origem	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ecopontos	1 542,53	1 574,00	1 624,00	1 684,55	1 898,00	1 871,00	2085,25	2338,94
Ecocentro de Fátima	--	---	14,06	42,54	34,00	58,00	80,16	67,24
Porta a Porta	*	*	*	*	*	292,18	269,7	*
Total	1.582,79	1.603,00	1.657,84	1.737,25	1.941,00	2.221,18	2.435,11	2.406,18

(*) dado não disponibilizado

O valor da recolha dos resíduos recicláveis tem vindo sempre a aumentar verificando-se uma ligeira diminuição no Ecocentro de Fátima em 2020 em resultado da diminuição substancial da atividade económica no concelho, principalmente o serviço de restauração e hotelaria.

Ruído e Ar

Em 2020 foram analisados seis processos de ruído, totalizando sete informações internas sobre esta temática.

Tabela: Processos de Ruído - 2020

N.º	Fontes de Incomodidade	Morada	Ponto de situação
1	Incomodidade "Pastelaria 1979	Av. dos Pastorinhos, Fátima	Para avaliação
2	- Incomodidade "Casa das Máquinas Intermarké"	Ourém	Para avaliação
3	Incomodidade "Sociedade Industrial de Móveis Vilarense	Vilar dos Prazeres	Em Avaliação
4	Incomodidade "Lar do Centro Social da Ribeira do Fárrio	Ribeira do Fárrio	Aguarda intervenção da instituição
5	Incomodidade "Casa do Benfica de Ourém"	Rua do Mercado - Ourém	

Relativamente ao ruído, as situações reclamadas são referentes, na sua maioria, as atividades ruidosas permanentes (bares, indústrias) e equipamentos.

Em relação ao Ar foi acompanhada uma visita da Faculdade de Ciências para a instalação de uma estação em Fátima.

Setor de Gestão de Infraestruturas e Águas e Saneamento

Acompanhamento das obras de saneamento da Tejo Ambiente – No último trimestre de 2020, iniciou-se o acompanhamento da DAS, nas reuniões da Tejo, para resolução dos problemas que foram sendo detetados, no decorrer das seguintes obras de saneamento:

- Redes de Drenagem de Águas Residuais na União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Rio de Couros;
- Redes de Esgotos no Concelho de Ourém – Freguesias de N.ª S.ª das Misericórdias, Atouguia e N.ª S.ª da Piedade;
- Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima – Estrada de Minde;
- Redes de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de NSM – Bairro.



Acompanhamento de 135 processos de ampliação da

rede de água – Em 2020 destaca-se o trabalho que foi realizado no âmbito da análise de pedidos de ampliação da rede de água, existindo 107 processos no final de 2020 por resolver, tendo sido elaborados 29 projetos de ampliação da rede. Estes processos são muito complexos, porque para além da parte técnica bastante trabalhosa ainda é necessário ainda verificar que tem a responsabilidade dos encargos com os mesmos.

Atividades Desenvolvidas em 2020 no Abastecimento Público de Água

Gestão dos Processos de Abastecimento Público de Águas

Processos de Águas

Os processos de Águas estão maioritariamente relacionados com pedidos de ampliações da rede de abastecimento de água, assim como pedidos de alteração de localização de ramais de abastecimento, bocas de incêndio e ventosas. No ano de 2020 deram entrada, neste âmbito, 40 processos, que constam da base de dados. No quadro seguinte é possível verificar a quantidade por tipo de processos ao longo dos anos.

Tabela: Processos de Água

Designação dos Processos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ampliação da rede de Água	45	50	43	11	8	11	20	14	48	48	39
Alteração: ramais, BI, ventosas	14	17	12	6	3	12	8	11	20	1	1
Colocação BI						2	0	2	0	4	
Conduto em terreno privado					1	1	1	0	0		
Reclamação / Pedido de Inf.					1	5	1	0			
Colocação de bebedouro					1	1	0	0	0		
Reservatório						3	0	0	1		
EPAL						1	0	0	0		
Livro de reclamações						4	0	0			
Captação							1	0	1		
PI							3	2		1	
Total	59	67	55	17	14	40	34	29	70	54	40

Pedidos de Ampliação da Rede de Água e Alteração de BI, Ramais e Hidrantes

No início de 2020 estavam em curso 135 registos, dos quais 28 ficaram resolvidos:

- 9 obras concluídas;
- 19 registos arquivados, por diversos motivos. A análise destas situações, exigiu, na sua maioria, deslocações ao local, contactos com técnicos da concessionária e com os requerentes, consulta de processos de licenciamento, entre outros procedimentos. Contudo, estes registos não deram efetivamente origem a um processo de ampliação da rede de água uma vez que, após análise, se verificou que era apenas necessário fazer ramal de abastecimento, que não havia viabilidade para o abastecimento, ou seja, que já houve resposta do SASR/CMO motivando o arquivamento do registo.

Deste modo, transitam para 2021, 107 registos, que equivalem, em princípio, a 107 processos. Mais se informa que, o problema principal da falta de resolução dos processos está relacionada com o facto da maior parte das moradias terem sido licenciadas com a condição das infraestruturas serem da responsabilidade do requerente.

Tabela: Obras executas em 2020

Nº	Registo	Designação
1	13825/2018	Ampliação da Rede - Rua do Vale Cabo - Soutaria - União das Freguesias de Gondemaria e Olival
2	14652/2018	Ampliação da Rede - Rua do Outeiro - Urqueira
3	29763/2018	Ampliação da Rede - Rua do Adrião - Vale do Porto - Nossa Senhora das Misericórdias
4	11905/2016	Ampliação da Rede - Rua Vasco da Gama - Boleiros – Fátima.
5	8273/2019	Ampliação e remodelação da Rede – Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Vale Porto - Nossa Senhora das Misericórdias
6	12888/2019	Ampliação da Rede - Rua da Alenjela - Eira da Pedra - Fátima
7	18977/2019	Ampliação da Rede - Rua da Pedrinha - Moimento - Fátima
8	42845/2019	Ampliação da Rede - Rua do Poço - Giesteira - Fátima
9	37959/2020	Ampliação da Rede - Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Ortiga - Fátima

Tabela: Pedidos em curso no final de 2020

Nº	Registo	Designação	Ponto de situação
1	23279/2008	Ampliação da Rede de Águas - Rua da Cascalheira - Casais dos Montes - U.F. de Gondemaria e Olival - Ourém	SASR - para incluir num lote
2	16440/2009	Ampliação da Rede - Rua do Vale das Lagoas - Pinheiro - Nossa Senhora da Piedade	SASR - para elaborar projeto.
3	12128/2017	Ampliação da Rede - Beco da Mãe de Água, 100 - Mossomodina - União das Freguesias de Gondemaria e Olival	SAS – Aguarda o término da obra da Pairia para se medir a pressão
4	24541/2017	Alteração de Boca de Incêndio - Beco do Covão - Murtal - Atouguia	Processo analisado: SAA – Para juntar ao processo (despacho superior)
5	26599/2017	Ampliação da Rede - Rua Principal - Porto do Carro - União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	SAA – Aguarda. A requerente ficou de pagar as infraestruturas.
6	36591/2017	Ampliação da Rede de Água - Travessa Adelino Casaleiro, 77 - Fátima - Fátima	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
7	35033/2017	Ampliação da Rede - Rua da Chainça - Parcerias - União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	RE enviada à BW a 28/10/2020 (47214/2020)
8	35240/2016	Ampliação da Rede de Águas - Rua Vale do Forno, 121 - Vilar dos Prazeres - Nossa Senhora das Misericórdias	SGIAS - requerente pagará 2500€, pelo que 6410,86€ - 2500€ = 3810,86€.
9	22544/2016	Ampliação da Rede - Rua do Justino - Lagarinho - Nossa Senhora da Piedade	DAS
10	12983/2019	Ampliação da Rede - Rua da Cova Redonda - (Barreirinho) - Fátima	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento

11	235/2018	Ampliação da Rede - Rua Pinhal da Costa - Casal dos Bernardos - União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
12	3135/2018	Ampliação da Rede - Rua das Brejeiras - Aldeia Nova - União das Freguesias de Gondemaria e Olival	SAA (23/01/2020) para solicitar parecer à BW sobre fazer ramal
13	12001/2018	Ampliação da Rede - Rua Principal - Giesteira - Fátima	SASR - para contactar requerente e saber se ainda pretende ampliação.
14	11612/2018	Ampliação da Rede - Estrada de Leiria - Escandarão - Atouguia	SASR - O - para verificar se já tem contador face ao parecer da Be Water.
15	13543/2018	Ampliação da Rede - Rua da Paz - Olival - União das Freguesias de Gondemaria e Olival	SGIAS – para análise e informação.
16	13547/2018	Ampliação da Rede - Estrada dos Cabeços - Vilões - Nossa Senhora da Piedade	SAS – processo suspenso por um ano (out. 2019 – out. 2020)
17	14657/2018	Ampliação da Rede - Travessa das Cerejeiras - Cerejeiras - União das Freguesias de Matas e Cercal	DAS - Pendente 6 meses (desde 25/03/2019) requerente assume obras das infraestruturas. s/ acesso
18	16251/2018	Ampliação da Rede - Rua da Cumeada, 7 - Cardal - União das Freguesias de Gondemaria e Olival	Arquivado – PTRU – Desarquivar para seguimento
19	17518/2018	Ampliação da Rede - Travessa da Lagoinha - Vale Travesso - Nossa Senhora da Piedade	Arquivado – PTRU – Desarquivar para seguimento
20	18975/2018	Ampliação da Rede - Rua da Chã - Sobral - Nossa Senhora das Misericórdias	Gabinete Apoio à Vereação (23/01/2020) – Conduta com acesso interditado. Conduta desativada já há alguns anos, é necessária uma informação da Be Water a constatar isto para arquivar.
21	20619/2018	Ampliação da Rede - Travessa da Rosa - Salgueira do Meio - União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	Setor de Fiscalização e empreitadas (Projeto elaborado; incluído em empreitada da DOMSU)
22	22146/2018	Ampliação da Rede - Rua do Carregal - Peras Ruivas - Seixa	Retirado do Lote 1. Ampliação a ser executada pela DOMSU.
23	23726/2018	Ampliação da Rede - Travessa do Pombalinho - Camalhões - União das Freguesias de Gondemaria e Olival	Requisição externa enviada para a BW a 27/10/2020 (54327/2020)
24	23466/2018	Alteração de Boca de Incêndio - Travessa da Terra Fria - São Sebastião - Atouguia	Aguarda novos desenvolvimentos, de acordo com o despacho do Sr. Vereador.
25	25334/2018	Ampliação da Rede - Beco Carrim - Casal Pinheiro - União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fátio e Formigais	SASR - para elaborar projeto.
26	29645/2018	Tamponamento de Boca de Incêndio - Rua Visconde do Montelo - Montelo - Fátima	SASR – para analisar orçamento enviado pela Be Water.
27	30309/2018	Ampliação da Rede - Rua dos Tanchões - Pedreira - União das Freguesias de Gondemaria e Olival	Projeto a ser elaborado pela BW
28	30819/2018	Alteração de Boca de Incêndio - Rua do Rossio - Amoreira - Fátima	SMPC – para informar se BIs podem ser tamponadas.
29	1969/2019	Ampliação da Rede - Travessa da Eira Velha - Freiria - Espite	BW - para avaliar fazer apenas ramal.
30	31403/2018 15067/2018	Ampliação da Rede - Rua do Carrascal - Alburitel	LOTE 2
31	35195/2018	Ampliação da Rede - Estrada Nacional 113 - Olaia - Seixa	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
32	34284/2018	Ampliação da Rede - Rua do Vale da Bica - Andrés - Caxarias	SASR – para analisar reavaliação dos custos da obra apresentada pela Be Water.
33	39647/2018	Ampliação da Rede - Estrada da Mata da Pederneira - Casal da Silva - Urqueira	DAS
34	43151/2018	Ampliação da Rede - Rua Joaquim Bento Vieira - Seixa	Pendente (23/01/2020). Suspenso este processo, até que o requerente volte a contactar a CMO, no sentido de ter interesse na execução da obra.
35	42249/2018	Ampliação da Rede – Rua das Brejeiras - Espite	DAS
36	44488/2018	Ampliação da Rede – Rua dos Penedos – Boleiros, Fátima	Arquivado – Aguarda a entrega do alvará de utilização aqui na CMO, sem o qual não é possível efetuar-se a ampliação.
37	43174/2018	Mudança contador – Cruzamento Rua das Escolas e Rua do Outeiro – Matas e Cercal	SGIAS – para dar continuidade ao processo.

38	45688/2018	Ampliação da Rede – Travessa do Monte Luzio – Rio de Couros	Requisição externa enviada para a BW a 28/10/2020.
39	45860/2018	Ampliação da Rede – Travessa das Vendas – Ribeira do Fárrio	LOTE 2
40	27010/2018	Boca de Incêndio – Rua Vale do Brejo - Urqueira	SCPA – enviada requisição externa a 27/09/2019.
41	42555/2019	Ampliação da rede - Rua Casal do Ferreiro - Castanheiros - Alburitel	BW - requisição externa enviada a 15/12/2020 (60909/2020)
42	234/2019	Ampliação da Rede - Rua Fria - Cabiçalva - Nossa Senhora da Piedade	SAA – para assinatura de protocolo - s/acesso
43	237/2019	Ampliação da Rede - Rua da Lagoa Nº11 - Resouro - Urqueira	Há projeto. Aguarda-se resposta do requerente. Suspenso até dia 02/05/2021. (solicitado pela DAS)
44	3639/2019	Ampliação de Rede - Travessa Vale Pisão - Ribeira do Fárrio - Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais - solicitado pela J.F.	SGLAS – com deslocação ao local.
45	5314/2019	Ampliação da Rede – Rua Padre Gens – Santo Amaro - Nossa Senhora das Misericórdias	DAS
46	8535/2019	Ampliação da Rede - Rua dos Fornos – Vilar dos Prazeres – Nossa Senhora das Misericórdias	Pendente 1 ano (até 25/05/2020) – Obra a cargo do requerente - s/ acesso
47	13791/2019	Ampliação da Rede - Travessa dos Fornos - Chã – Fátima	Para deslocação ao local com BW e SMPC.
48	15037/2019	Ampliação da Rede – Travessa da Escola – Lagoa do Furadouro – Nossa Senhora das Misericórdias	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
49	18726/2019	Ampliação da Rede - Beco da Várzea - Moimento - Fátima	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
50	18284/2019	BI - Rua dos Valinhos - Vale da Meda - Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	SASR – análise da resposta/ orçamento da BW
51	19363/2019	BI - Estrada Principal - Alqueidão - Nossa Senhora da Piedade	SAA- DAS – Para informar a BW que não se vê inconveniente na anulação da BI, a expensas da BW.
52	20606/2019	Ampliação da Rede - Rua Vale do Madeiro - Amieira - Urqueira	DUT - para informar do ponto de situação do processo de obra: Informa-se que foi solicitado parecer à ERRA-LVT, o mesmo já foi rececionado e é desfavorável, solicitando vários elementos. DAS: para suspender por 6 meses - ou seja até 2 de janeiro de 2021.
53	23910/2019	Ampliação da Rede - Rua Visconde do Montelo Nº 113 - Montelo - Fátima	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
54	27317/2019	Ampliação da Rede - Travessa João Vieira Nº26 - Giesteira - Fátima	SASR - com deslocação ao local.
55	27377/2019	Ampliação da Rede - Travessa do Vale Verde - Sandoeria - Rio de Couros e Casal dos Bernardos	SAAT – Pendente resposta do advogado
56	27976/2019	Ampliação da Rede - Rua da Escola – Urqueira - Urqueira	DAS – para reunião com a requerente. (com deslocação ao local).
57	13883/2019	Ampliação da Rede - Estrada da Vinha Velha - Casal dos Crespos - Nossa Senhora da Piedade	Informar o requerente que está em espaço agroflorestal
58	4661/2019	Ampliação da Rede - Rua Principal - Casal da Relva - Urqueira	DAS – para reunião com a requerente.
59	32024/2019	Ampliação da Rede - Rua do Capucho - Casal Farto - Fátima	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
60	33333/2019	Ampliação da Rede - Rua do Barreirinho da Chã - Boleiros - Fátima	Requisição externa enviada para a BW a 27/10/2020 (56378/2020)
61	34507/2019	Ampliação da Rede - Rua do Carrascal N 9- Alburitel	SASR - para elaborar projeto.
62	39161/2019	Ampliação da Rede - Rua da Chã - Valinho de Fátima - Fátima	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
63	40338/2019	Ampliação da Rede - Rua da Frazoa Nº 92 - Escandário - Atouguia	Suspensão por ordem da chefe da DAS durante 6 meses (desde 24/11/2020)

64	42185/2019	Ampliação da Rede - proc. 25/2019 - DOT	SGIAS – para visita ao local.
65	42557/2019	Ampliação da Rede - Rua do Castelo - Castelo - Espite	SAA – para marcar deslocação ao local com SASR, Be Water e SMPC.
66	44350/2019	Alteração de BI - Rua Principal - Fontainhas da Serra - Atouguia	Pendente Be Water – para envio de orçamento.
67	45656/2019	Ampliação da Rede - Rua do Outeiro do Marco – Caxarias – Caxarias	Pendente 1 ano
68	46573/2019	Ampliação da Rede - Rua da Várzea - Várzea da Cacinheira - Rio de Couros e Casal dos Bernardos	SASR - para fazer projeto. *requerente assume custos com movimento de terras.
69	46940/2019	Ampliação da Rede - Estrada Nacional 356 - Casal dos Frades - Seixa	SGIAS - Suspensão – tem contador de obras (provisório)
70	46115/2019	Novo Ramal e Contador - Rua da Barroca da Moura - Cogominho - Caxarias	Vereação - pedido indeferido. Arquivado.
71	27688/2020	Ampliação da Rede - Rua Passagem de Nível - Casal da Silva - Urqueira	BW - para analisar projeto.
72	52284/2019	Ampliação da Rede - Estrada da Falcarreira - Chão de Maças - Seixa	SAS – para reunião com requerente (23/01/2020) – Espaço Agroflorestal.
73	54774/2019	Ampliação da Rede - Rua dos Caneiros - Vale da Perra - Atouguia	SASR - para elaborar projeto.
74	54840/2019	Ampliação da Rede - Rua Carrasqueira - Vale Travesso - Nossa Senhora da Piedade	Declaração do pai a autorizar a passagem de água para o filho. DAS - para questionar Be Water sobre esta possibilidade.
75	56971/2019	Ampliação da Rede - Rua dos Moinhos de Vento, 61 - Sandoeira - Rio de Couros e Casal dos Bernardos	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
76	61164/2019	Ampliação da Rede - Rua da Fornalha - Bairro - Nossa Senhora das Misericórdias	Obra incluída no PI.
77	59502/2019	Ampliação da Rede - Serventia perpendicular à Rua 9 de Junho - Caxarias - Caxarias	Com deslocação ao local - natureza da serventia
78	60138/2019	Ampliação da Rede - serventia perpendicular à Rua Cova do Vento - Alqueidão - Nossa Senhora da Piedade	Chefe de Divisão disse para suspender durante 3 meses (a 31/07/2020)
79	52203/2019	Ampliação da Rede - Beco dos Carvalhos - Casa Velha - Fátima	PRD - 68874/2020. (não existe dotação disponível)
80	348/2020	Ampliação da rede - Rua Principal, 39 - Favacal - Nossa Senhora da Piedade	DAS
81	351/2020	Ampliação da rede - Rua Lopes Verdasca, 36 - Gondemaria - Gondemaria e Olival	SASR - para elaborar projeto.
82	353/2020	Ampliação da rede - Rua do Alambique - Óbidos - Gondemaria e Olival	DAS - para reunião.
83	1545/2020	Ampliação da rede - Rua das Cerejeiras, 3 - Cerejeiras - UF Matas e Cercal	Para deslocação ao local com BW e SMPC.
84	4667/2020	Ampliação da rede - Rua do Olival da Amoreira - Maxieira - Fátima	LOTE 1 Cabimentado a 10/11/2020. 15/12/2020: para elaborar peças do procedimento
85	4690/2020	Ampliação da rede - Estrada Nacional 349 - Lagoa do Furadouro - Nossa Senhora das Misericórdias	SASR - suspensão de 10/12/2020 a 10/03/2021. Vereação: "Aprovo o projeto. Colocar este processo no próximo lote."
86	5654/2020	Alteração BI - Rua das Sesmarias, 1124 - Espite - Espite	SASR - para análise de orçamento enviado pela Be Water.
87	10444/2020	Ampliação da rede - Rua Casal D'Além - Poço do Vale - Gondemaria e Olival	DAS
88	12071/2020	Ampliação da rede - Rua das Várzeas - Pêras Ruivas - Seixa	Para deslocação ao local com BW e SMPC. Moradia a construir - a requerente vai iniciar processo de licenciamento brevemente
89	44354/2020	Ampliação da Rede - Rua Manuel Vicente, 118 - Penigardos - Nossa Senhora da Piedade	SASR - para elaborar projeto.
90	44348/2020	Ampliação da Rede - Rua Coronel Patacho, 140 - Seixa	SASR - para elaborar projeto.
91	41364/2020	Ampliação da Rede - Avenida 21 de Junho - Barreiro do Estreito (Chã) - Caxarias	SASR - para elaborar projeto.
92	41362/2020	Ampliação da Rede - Rua Principal - Eira da Pedra - Fátima	Projeto aprovado. Para elaboração de PRD.
93	41049/2020	Ampliação da Rede - Travessa do Forno - Lagoa do Furadouro - Nossa Senhora das Misericórdias	DUT - para informar condições.

94	37951/2020	Ampliação da Rede - Beco da Escola, nº2 - Cacinheira - U.F. Rio de Couros e Casal dos Bernardos	SASR - para elaborar projeto.
95	37613/2020	Ampliação da Rede - Rua dos Valinhos - Vale da Meda - U.F. de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	SASR - para elaborar projeto.
96	37611/2020	Avenida 21 de Junho - Chã Pequena - Urqueira	SASR - para elaborar projeto.
97	44999/2020	Ampliação da Rede - Rua do Casal, 38 - Vilar dos Prazeres - Nossa Senhora das Misericórdias	A aguardar comunicação do requerente.
98	45018/2020	Ampliação da Rede - Rua de São Pedro - Tomareis - U.F. de Gondemaria e Olival	Para deslocação ao local com BW e SMPC.
99	49149/2020	Ampliação da Rede - Rua do Outeirinho da Ana - Moita Redonda - Fátima	SASR - para elaborar projeto.
100	54312/2020	Ampliação da Rede - Rua do Cilindro - Casaria - U.F. de Gondemaria e Olival	SASR - para elaborar projeto
101	57419/2020	Ampliação da Rede - Rua da Arroteia - Lagoa do Furadouro - Nossa Senhora das Misericórdias	Para deslocação ao local com BW e SMPC.
102	64310/2020	Ampliação da Rede - Beco Mateus, nº 9 - Andrés - Caxarias	SASR - para elaborar projeto.
103	64457/2020	Ampliação da Rede - Rua do Bom Samaritano, nº 111 - Cova da Iria - Fátima	SASR - promover projeto de execução
104	57417/2020	Ampliação da Rede - Rua Cidade de Ourém - Abadia - Caxarias	DAS - apoio admin - fazer ramal - BW informada. Arquivado
105	65773/2020	Ampliação da Rede - Rua da Fonte, nº6 - Parcerias - U.F. de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	Para deslocação ao local com BW e SMPC.
106	67343/2020	Ampliação da Rede - Beco dos Batistas - Vale do Pico - Seiça	Com deslocação ao local. DOMSU vai avaliar a inclusão de parte dos custos da ampliação na obra de remodelação; o restante virá para a DAS fazer PRD.
107	66730/2020	Ampliação da Rede - Beco da Escola e Travessa do Moredo - Sobral - Nossa Senhora das Misericórdias	BW - para enviar elementos / esclarecimentos sobre proposta de ampliação. Com deslocação ao local.

Projetos de Ampliação e Remodelação da Rede Pública de Água

Em 2020 foram elaborados 29 projetos – 19 foram realizados pela Be Water e 10 pelo SASR. As soluções preconizadas para os projetos são analisadas localmente, com o SASR, a Be Water e a Proteção Civil, de modo a garantir a satisfação de todos os interessados.

No quadro seguinte é possível visualizar os projetos de remodelação da rede de água ao longo dos anos que foram executados pelos serviços.

Tabela: Variação no N.º de Projetos Realizados ao longo dos Anos

Ano	Pedidos de Ampliação	N.º Projetos elaborados	Extensão (m)	Orçamento	Variação Projetos por Anos	Custos de Elaboração de Projetos*
2006	96	38	3.018	126.328,20€	---	4.181,46 €
2007	45	20	1.816	71.530,90€	- 18	2.367,67 €
2008	56	29	2.080	88.583,45€	+9	2.932,11 €
2009	60	30	2.564	146.840,80€	+1	4.860,43 €
2010	45	21	1.954	104.405,38€	-9	3.455,82 €
2011	42	23	1.599	97.621,42 €	-7	3.231,27 €
2012	43	9	507	32.646,46€	-14	1.080,60 €

2013	11	5	471	30.653,11€	-4	1.014,62 €
2014	8	4	265	15.966,70€	-1	483,95€
2015	11	7	5.061	295.012,78€	+3	8.941,83€
2016	19	20	5.477	411.117,72€	+13	13.608,00€
2017	14	13	2.109	152.405,75€	-7	5.044,63€
2018	48	11	1.360	93.442,00€	-2	3.092,93€
2019		0				0
2020		10	1338	79.333,42€	+10	2.625,94€

* Custo estimado caso fossem executados por entidade externa (Portaria de 7.02.72 do MPTTC): $H = 50\% \times 6.62\% \times \text{orç. (€)}$

Empreitadas de Ampliações de Águas Executadas

No ano de 2020 foram realizadas várias obras, que foram adjudicadas à BW por parte da Autarquia, no âmbito do contrato de concessão, outras foram feitas através de empreitadas do Município.

Tabela: Obras Realizadas em 2020

Tipo	Registo n.º	Fatura n.º	Trabalho	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Ampliações da rede de abastecimento de água	14652/2018		Ampliação da Rede - Rua do Outeiro – Urqueira *protocolo – obra suportada pelo requerente		
	29763/2018		Ampliação da Rede - Rua do Adrião - Vale do Porto - Nossa Senhora das Misericórdias	4 971,75 €	4 971,75 €
	11905/2016		Ampliação da Rede - Rua Vasco da Gama - Boleiros – Fátima. *protocolo – requerente assumiu movimentação de terras	10 741,31 €	13 211,81 €
	5302/2019		Ampliação da Rede - Travessa do Covão - Covão – Atouguia *protocolo – obra suportada pelo requerente		
	37959/2020		Ampliação da Rede - Estrada Nossa Senhora da Ortiga - Ortiga - Fátima	17 431,85 €	21 441,18 €
	12888/2019	79173	Ampliação da Rede - Rua da Alenjela - Eira da Pedra - Fátima	2 613,50 €	3 214,61 €
	18977/2019		Ampliação da Rede - Rua da Pedrinha - Moimento - Fátima	21 339,87 €	26 248,04 €
	42845/2019	79170	Ampliação da Rede - Rua do Poço - Giesteira - Fátima	2 724,13 €	3 350,68 €
Total					72 438,07 €

Tabela: Obras Realizadas ao longo dos Anos

Anos	N.º obras empreitada CMO	Extensão (m)	Custo (€)	N.º Obras adjudicadas pela Be Water PI	Extensão (m)	Custo (€)
2008	10		36.377,20	-	-	-
2009	12	936	49.217,72	12	1211	55.734,03
2010	19	1594	82.416	-	-	-
2011	10		51.046,60	13		61.238,13
2012	0	0	0	4		7.978,00
2013	0	0	0	9	1021	36.664,00
2014	0	0	0	0	0	0
2015	8	779	41.844,94	0	0	0
2016	5	453	38.118,49	1	230	22.500,00
2017	18	1227	96.555,39	3	4217	315.998,73
2018	3	321	20.637,59	Ver PI		
2019	5	400	20.387,28	Ver PI		
2020	6	967	72 438,07	Ver PI		

Acompanhamento/Controle do Contrato de Concessão

O Sistema de Abastecimento de Água à população é explorado pela empresa CGE(P) (atualmente Be Water S.A.) no âmbito do contrato de concessão celebrado em 1996.

As obrigações principais da empresa são o fornecimento de água, com qualidade, em quantidade e com a pressão adequada, cobrando para isso o tarifário acordado no contrato de concessão. No início do século XXI, a rede de água estava praticamente concluída.

No entanto, os problemas na gestão dos sistemas continuavam, devido à antiguidade das condutas e com a falta de pressão em alguns lugares, pelo que foi imperioso promover a remodelação dos sistemas mais problemáticos.

Assim, em 2015, foi feita uma renegociação ao contrato existente, tendo o tarifário sofrido um aumento de modo a ser possível proceder à remodelação das infraestruturas, através de um Plano de Investimentos no valor de 3.410.705 € (Anexo E-2 do Contrato de Concessão).

Em 2020 iniciaram-se as reuniões para a revisão quinquenal do contrato de concessão, uma vez que a ERSAR refere que o prazo para este tipo de revisões é de cinco anos. Para além deste motivo, a ERSAR tem manifestado desacordo com os tarifários que têm sido aprovados nos últimos anos, referindo que, estes tarifários não estão totalmente de acordo com o contrato de concessão, pois embora exista uma deliberação do Tribunal Arbitral, que alterou anexos do contrato de concessão existente, o articulado do contrato não está de acordo com a estrutura tarifária, pelo que urge proceder às alterações respetivas.

Número de Utilizadores - Em 2020, encontravam-se ligados à rede pública de abastecimento de água 26.768 utilizadores, representando um crescimento líquido, quando comparado com o ano de 2019, de 262 novos utilizadores (518 entre 2019-2018).

Taxa de Cobertura - Em 2020, a taxa de cobertura da rede pública de abastecimento de água era de cerca de 96%, estando todas as povoações do concelho servidas com rede pública de abastecimento de água. O valor da taxa de adesão ao serviço, no concelho era de 82%. Devido às restrições associadas à pandemia (Covid-19), a BW suspendeu as comunicações aos municípios “não ligados”, sendo uma atividade cuja retoma se prevê assim que reunidas as condições para tal.

Volume de água tratado - Os sistemas de tratamento existentes, asseguram na rede uma adequada taxa residual de cloro livre e promovem a correção do pH. A água adquirida em “Alta”, é entregue devidamente tratada. Em resumo, todo o volume de água aduzido ao sistema de abastecimento de água do concelho, é tratado.

Volume de água vendido - Em 2020, foram faturados 2.416.663 m³ de água, o que representa um decréscimo de 3,82% em relação a 2019 (2.512.617 m³ em 2019). O consumo médio passou de 7,98 m³ /Utilizador/mês em 2019, para 7,56 m³ /Utilizador/mês em 2020. A Be Water justificou este decréscimo do volume de água faturado devido à redução de consumo de água dos “Não Domésticos”, cuja descida é de 27,55%, em relação ao ano anterior, devido à Covid-19.

Potenciais Utilizadores (ponto 1, do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20/8) - Em 2020 não foram iniciados processos de contraordenação pelo incumprimento da legislação nacional, no que se refere à obrigatoriedade de ligação à rede pública de abastecimento de água.

Consumos “ZERO” - A 31 de dezembro de 2020, eram 5.221 os utilizadores ligados ao sistema público de abastecimento de água, sem registo de consumo durante 3 meses consecutivos.

Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) – Alta: A Concessionária realizou durante o ano de 2020, 230 (227 em 2019) determinações em pontos da rede em alta, tendo-se efetuado a totalidade das análises regulamentares obrigatórias e cumprido o objetivo máximo no que se refere à conformidade legal.

Programa de controlo operacional (PCO) do Sistema de Abastecimento - O programa de controlo operacional visa assegurar a melhoria contínua e permanente da qualidade da água

fornecida ao concelho desde a origem, reservatórios até aos pontos de finais de rede, com objetivo de detetar e corrigir, em tempo útil, as alterações que eventualmente ocorram na qualidade da água.

Resultados da monitorização da qualidade da água, em controlo operacional:

Captações: A monitorização frequente da água bruta permite-nos antever a deteção de potenciais problemas na captação, e desta forma, podemos atuar no sentido da sua prevenção. Os parâmetros a controlar, e a sua frequência, são os que estão definidos para a classe A1 do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto. Em 2020 foram realizadas 2.941 (2.958 em 2019) determinações à qualidade da água das 19 captações, das quais obteve-se 4 incumprimentos, ao valor máximo admissível. Os incumprimentos ocorreram nas captações que abastecem o sistema do Carvalhal e de Espite, para o parâmetro cobre e chumbo, respetivamente. A causa dos incumprimentos foi associada à migração de materiais da torneira, potenciado pela baixa utilização da mesma, utilizada unicamente para a colheita de amostras.

Pontos de Rede: A amostragem de água para consumo humano nos reservatórios e bocas-de-incêndio do sistema de abastecimento, tem como objetivo a determinação de parâmetros microbiológicos, físico-químicos e organoléticos. Os valores paramétricos e recomendados estão definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro. Em 2019, foram efetuadas 2.611 (2.375 em 2019) determinações, no âmbito do plano de controlo operacional realizado em laboratório, das quais se obteve uma taxa de cumprimento de 99,89% face ao valor paramétrico. Na sequência dos desvios, foram efetuadas análises de verificação nos pontos onde ocorreram os mesmos. Os resultados das análises de verificação não confirmaram os desvios iniciais. A investigação das causas dos desvios ocorridos levou a que se tomassem as medidas preventivas adequadas.

Em 2020, para além das colheitas realizadas na rede de abastecimento, foram efetuadas 81 colheitas extras, no âmbito do plano de controlo operacional realizado em laboratório, o que totaliza 518 determinações.

Resultados das Determinações Analíticas em campo (Controlo Operacional Interno) - O plano de colheitas do Controlo Operacional Interno é elaborado, tendo por base o histórico de resultados obtidos e situações anómalas. As recolhas à água de abastecimento são efetuadas em reservatórios e boca-de-incêndio localizadas em finais de rede e pontos de entrega em alta, pelos Técnicos do Serviço da Qualidade da Água.

Em complementaridade, são efetuadas purgas em pontos terminais do Sistema de Abastecimento Público de Água, com o propósito de melhorar a qualidade da água distribuída. No ano de 2020, o Serviço da Qualidade da Água realizou 17.320 (16.820 em 2019) determinações, tendo-se verificado uma taxa de cumprimento aos valores paramétricos de 99,88%, após a purga, o que reflete a importância do controlo operacional interno.

Para as situações onde o valor de cloro livre residual foi inferior a 0,20mg/L, valor mínimo recomendado, promoveu-se a renovação da água em condutas de fim de rede.

Monitorização das substâncias radioativas no PCQA - Em relação à monitorização da radioatividade da água em 2020, não ocorreram incumprimentos aos parâmetros radão e dose indicativa. No que diz respeito à avaliação do parâmetro dose indicativa (recorda-se que o seu resultado é avaliado pela verificação dos parâmetros “alfa total” e do “beta total” e/ou pelo cálculo do somatório dos resultados obtidos na análise dos radionuclídeos específicos, sempre que o alfa e/ou beta sejam superiores ao valor recomendado), a Be Water – Águas de Ourém, desencadeou seis processos de averiguação, pelo não cumprimento do valor recomendado de 0,10 Bq/L, ao parâmetro alfa total. A avaliação do cumprimento da dose indicativa, pelo cálculo do somatório dos resultados obtidos na análise dos radionuclídeos específicos, determinou que não existiu incumprimento.

Tratamento da Água - Para garantir a qualidade da água, esta concessionária trata a água captada em várias estações de tratamento de água, e procede à sua monitorização, em contínuo. O tratamento é adequado às características da água captada, e compreende a operação de regulação de pH, com hidróxido de sódio e de desinfecção, utilizando-se o hipoclorito de sódio, não se verificando alterações significativas no modo de operação.

Acompanhamento do Plano de Investimentos da Be Water

Enquadramento - Nos termos do artigo 86.º do Contrato de “CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO DO CONCELHO DE OURÉM”, na redação dada pelo contrato n.º 20/2005 (aditamento ao contrato de concessão) e pela decisão do Tribunal Arbitral, vem referido no n.º 2 que até 30 de setembro de cada ano, a concessionária apresentará o Programa Anual respeitante a todas as obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

De acordo com o n.º 1, do artigo 86.º, este Programa Anual será aprovado pela Concedente e englobará obras até ao montante previsto no Plano de Investimentos, definindo

detalhadamente a totalidade das intervenções a efetuar. Este Programa Anual considera-se tacitamente aprovado se decorridos 60 dias, contados da data de entrega da proposta, a Concedente não se tiver pronunciado (cf. n.º 4, do artigo 86.º).

O Plano de Investimentos deve obedecer ao previsto no Anexo E2, do contrato de concessão, incluindo alterações que venham a ser acordadas nas revisões periódicas, estando a responsabilidade da concessionária limitada aos montantes globais e anuais previstos no anexo referido, mesmo no caso de ocorrerem valores diferentes na fase de adjudicação das obras (cf. artigo 85.º). Os montantes dos Plano de Investimentos são atualizáveis anualmente em janeiro de cada ano com base na variação do IPC verificada nos últimos 12 (doze meses), tomando como valor de referência o IPC relativo ao mês de outubro de 2004 (cf. artigo 85.º)

Plano de Investimentos Previsto no Contrato - De acordo com o Anexo E2, do contrato de concessão, referente ao Plano de Investimento, em 2015, 2016, 2017, 2018, e 2020 estava previsto executar as seguintes obras:

Tabela: Obras do Anexo E2 (preços constantes 2004)

Designação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Reservatório da Achada						
- 1 Captação na Achada		67.249,00€				
- 1 Posto de Transformação na Achada		67.000,00€				
Reservatório no Estreito		115.257,00€		87.500,00€		
- 2 X Captações do Estreito			163.000,00€			
- 1 X PT			75.000,00€			
Remanescente Leirislina	148.000,00€					
Reservatório de S. Gens		242.949,00€	242.949,00€			
- 2 captações S. Gens				100.000,00€	100.000,00€	
- 1 Pt				75.000,00€		
- Rede de Distribuição para Ourém + Olaia + Peras Ruivas						
- Redes da Caridade Mata						
Rede de Distribuição para Ourém + Olaia + Peras Ruivas			187.500,00€	187.500,00€		
Substituição de Captação Caridade		40.000,00€			122.401,00€	
Rede de Distribuição do Bairro					375.000,00€	
Parte da rede de distribuição + VRP para os Castelos						90.000,00€
Total	148.000,00€	532.455,00€	668.449,00€	275.000,00€	597.401,00€	90.000,00€
Total 2015-2020			2.486.305,00€			

Investimentos em Águas Pluviais

Continua a ser necessário tratar a questão das águas pluviais, que, por todo o concelho dão problemas e não têm realizados investimentos nesta matéria, com exceção dos investimentos realizados nos coletores públicos em Fátima, pelo Continente - Bom dia, no final de 2015 e pelo Aldi em 2017.

Os problemas mais difíceis de resolver situam-se em Fátima, uma vez que, atendendo à configuração do terreno, a água não consegue sair, apenas pelo túnel existente já sem capacidade de escoamento, atendendo ao caudal que aflui ao mesmo, e também por algares que colocam em risco pessoas e bens, devido à instabilidade que provocam no solo e nas estruturas dos edifícios.

Deste modo, foi adjudicado o projeto de águas pluviais de Fátima, que considera uma solução definitiva para a resolução dos problemas através da construção de um novo túnel, interceptor sul, que recebe as restantes áreas do perímetro urbano de Fátima e alivia o túnel antigo.

O valor orçamentado no projeto para todos os trabalhos é de 18.846.655,00€, que inclui a remodelação e ampliação de redes na Cova da Iria, a execução do intercetor sul em vala e em perfuração, o desvio de águas do intercetor norte, a execução das bacias nos restantes lugares da cidade e o arranjo da descarga perto da Fonte Nova.

Embora a execução das redes de pluviais fique resolvida com estes trabalhos, ainda falta efetuar um estudo da ribeira de Seiça, para verificar o impacto das águas na mesma, descrevendo as medidas de minimização de descargas torrenciais, através por exemplo da execução da bacia de retenção em Alvega, que poderão servir também para outros fins.

JARDINS E EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

A manutenção dos jardins e espaços verdes do município é feita em duas vertentes, sendo uma delas diretamente com os assistentes operacionais (jardineiros) da DAS e outra através do procedimento de contratação de entidades externas especializadas na área, para a manutenção dos restantes espaços.

Em ambos os espaços, as intervenções contemplam a manutenção de relvados (corte, adubações, escarificações), manutenção de canteiros com arbustos e inertes (mondas e reposições de arbustos/inertes), acompanhamento dos sistemas de rega (programações, ruturas, etc.), leituras e análises de consumos de água.

GESTÃO DE UTILIZADORES e PROMOÇÃO AMBIENTAL

Candidatura ao Programa Eco XXI – Bandeira Verde – O Município de Ourém recebeu a Bandeira Verde por parte da Associação Bandeira Azul da Europa. A distinção surgiu por intermédio de uma candidatura ao programa Bandeira Verde ECOXXI, tendo o Município de Ourém fornecido informação relativa às atividades, ações e políticas de sustentabilidade implementadas no ano de 2019, que foram avaliadas por um grupo de peritos, onde estão representadas mais de 40 instituições, alcançando assim uma pontuação que lhe permitiu receber a Bandeira Verde, símbolo de um Município ambientalmente sustentável. A cerimónia de divulgação dos resultados da Bandeira Verde ECOXXI aconteceu no dia 16 de dezembro, numa sessão realizada em formato online e contou com a participação do Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Miguel Albuquerque.

A Bandeira ECO XXI reconhece as melhores práticas implementadas pelos municípios e valoriza um conjunto de aspetos considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável, alicerçados nos pilares fundamentais da educação no sentido da sustentabilidade e na qualidade ambiental.

SERVIÇOS AMBIENTAIS E FISCALIZAÇÃO

Gestão do Ecocentro de Fátima

Para contrariar a tendência verificada de diminuição da quantidade de papel, plástico e vidro nos ecopontos e aumento destes nos contentores de resíduos indiferenciados à Câmara Municipal em parceria com a Valorlis SA, em 5 junho de 2015 inauguraram o ecocentro de Fátima que se tem traduzido numa mais valia para a colocação de materiais recicláveis principalmente por parte dos grandes produtores, designadamente o do setor Horeca.

O Ecocentro de Fátima visa satisfazer as necessidades em termos de deposição de resíduos em grandes quantidades e/ou de grandes dimensões na parte sul do concelho, pretendendo também fazer face às imposições legais relativas aos fluxos especiais de resíduos, designadamente, resíduos de construção e demolição, monos, óleos alimentares usados, e às elevadas quantidades de resíduos recicláveis produzidas. Este ecocentro vem assim incrementar os pontos disponibilizados gratuitamente à população em geral, para a deposição de resíduos, bem como às atividades económicas.

No ecocentro de Fátima para além da fileira de papel/cartão e embalagens existem muitas outras fileiras de resíduos. Traduzindo-se numa mais valia para a colocação de materiais recicláveis que pela sua dimensão e/ou quantidade não podem ser colocados nos equipamentos existentes na via pública (ecopontos e ilhas ecológicas).

O Ecocentro de Fátima atualmente funciona entre as 9h e as 17 h, de segunda a sexta e sábado de manhã, encontrando-se, neste momento, registadas de 236 empresas que o utilizam com alguma regularidade, sendo ainda utilizado por centenas de particulares que procederam a várias descargas dos resíduos.

Limpeza Urbana

SERVIÇOS NORMAIS DE LIMPEZA URBANA

O serviço de limpeza urbana contratualizado com a empresa SUMA é efetuado de segunda-feira a quarta-feira, sexta-feira e Sábado com início às 6h e à 5ª Feira com início às 07h30, abrangendo o núcleo central urbano da Cidade de Ourém e Fátima, incluindo a limpeza dos jardins em Ourém e Fátima, e a limpeza do recinto do mercado de Ourém com frequência trissemanal (das 07h às 10h30) e os núcleos das sedes de freguesias não abrangidas por Ourém e Fátima. Ao domingo é efetuado o serviço de limpeza urbana em Fátima, formalizado pela adenda ao contrato, das 07h às 11h, com recurso a dois cantoneiros.



O serviço de piquete (de tarde) é efetuado de terça-feira a sexta-feira, sábado e domingo com início às 12h, para limpeza das ilhas ecológicas e papeleiras em Ourém e Fátima.

No âmbito da limpeza urbana, na varredura normal, são extraídas algumas ervas, existindo, contudo, a obrigatoriedade de efetuar a aplicação de herbicida em março e em setembro.

Este setor também acompanha o contrato de limpeza urbana efetuado pela SUMA. No período em questão destaca-se a colocação de equipamentos para o depósito de dejetos caninos na Cidade de Ourém.

O Parque da Cidade António Teixeira foi contemplado com dois equipamentos, o terceiro encontra-se nas imediações da Escola Profissional de Ourém e o remanescente junto ao Centro Comunitário de Voluntariado.

O objetivo foi sensibilizar os acompanhantes de animais para as boas práticas a cumprir e também para responder ao repto lançado pelos alunos do 6ºB (ano letivo 2018/2019) da Escola Básica 2.3 D. Afonso, IV Conde de Ourém, que dinamizaram a campanha de sensibilização “Eu cidadão, na defesa dos animais”. Também foram colocados cinzeiros na Avenida D. Nuno Álvares Pereira.

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS: Os serviços extraordinários são efetuados em períodos que antecedem as festas religiosas e culturais, eventos desportivos e peregrinações religiosas. O contrato prevê que não ocorram custos com as limpezas extraordinárias dentro de certos limites, tendo sido realizadas menos festas e eventos em 2020, devido à pandemia.

LAVAGEM MECÂNICA DE RUAS E PRAÇAS:

No contrato de prestação de serviços (aditamento), está prevista a lavagem semanalmente de maio a outubro (um motorista e camião quatro dias por mês) e quinzenalmente de novembro a abril (um motorista e camião dois dias por mês).

Em 2020, a SUMA procedeu a lavagens e a desinfecções na cidade de Ourém, no âmbito do combate à COVID 19, tendo os trabalhos sido acompanhados por este setor de serviços ambientais e fiscalização.

De um modo geral considera-se que no ano de 2020, a empresa SUMA prestou ao município um serviço adequado, tendo respondido às solicitações, à exceção do corte de ervas e aplicação de herbicida que foram escassos, tendo surgido reclamações do serviço, no final do ano. Porém destaca-se a atividade da empresa na desinfecção de arruamentos e praças, no âmbito da COVID 19.

2.3.11 – DIVISÃO DE PROJETOS TÉCNICOS

Nos termos do despacho n.º 9714/2018, de 16 de outubro, durante o ano 2019 o serviço de projetos técnicos teve como missão a “elaboração técnica de projetos de infraestruturas e equipamentos e o seu acompanhamento físico” tendo competências nas seguintes áreas:

- Elaboração técnica de projetos de obras e infraestruturas.
- Acompanhamento físico de obras.
- Topografia.
- Medições e orçamentação.

- Sinalização e trânsito.

As tarefas desenvolvidas no serviço passam a ser descritas e agrupadas em função das áreas de competência dentro das quais estão subdivididas em função da sua especificidade.

2.3.11.1. – Setor de Projetos

A descrição das atividades desenvolvidas neste setor, poderá representar, pelo modelo esquemático do nosso relatório, que intencionalmente não aprofunda exaustivamente todas as tarefas desenvolvidas, a fim de não o tornar demasiado extenso, uma repetição dos projetos anteriormente discriminados.

Este facto é reflexo da natureza e complexidade dos projetos, cujas fases de desenvolvimento são pautadas pela confluência de diversas especialidades e interposições de entidades externas, sucedendo-se temporalmente momentos distintos e tarefas diferentes, aqui não particularizados pelos motivos já referidos.

Elaboração de projetos

- Requalificação da Avenida Papa João XXIII – Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução em curso por entidade externa (estudo prévio elaborado).
- Ecovia entre Ourém e Fátima – Elaboração programa base.
- Requalificação urbana da Rua e Travessa Dr. Júlio F. Constantino/Rua Anjo de Portugal/Rua da Sagrada Família (e outras, todas, no centro Norte de Fátima) – Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução em curso por entidade externa (estudo prévio elaborado).
- Requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira – Troço entre as rotundas dos Álamos e do Ribeirinho – Elaboração do projeto de execução.
- Requalificação das Ruas Gregório Correia e de Castela – Estudo Prévio.
- Abertura da Rua Dr. Armando Henrique Reis Vieira – Estudo Prévio.
- Requalificação do campo da Caridade – Revisão do estudo prévio.
- Elaboração de projeto de execução para implantação de uma ilha ecológica em Seixa.
- Melhoramentos no encaminhamento dos utentes e visitantes Jardim de Infância do Bairro.

- Edifício Multiusos de Caxarias - Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução em curso por entidade externa (Projeto de execução em fase de aprovação).
- Unidade de Cuidados de Saúde de Rio de Couros – Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução em curso por entidade externa (Projeto de execução em fase de aprovação).
- Centro Escolar Fátima Sul – Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução em curso por entidade externa (Projeto de execução em fase de aprovação).
- Reconversão de JI em Centro Escolar de Atouguia - Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução em curso por entidade externa (Projeto de execução em fase de aprovação).
- Candidatura para instalação de bungalows no Parque Natureza, Agroal – Estudo Prévio.
- Reabilitação do Parque Ribeirinho Dr. António José Teixeira, em Ourém – Programa Preliminar.
- Instalação de Parómetros no centro da cidade de Fátima.
- Instalação de pilares retrácteis na Praça Mouzinho de Albuquerque – projeto de execução.
- Reabilitação do edifício sede do Museu Municipal de Ourém, tendo em vista a reabilitação do edifício e melhoria do ponto de vista da eficiência energética.
- Requalificação urbana da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes – projeto de execução.
- Requalificação do Largo da Cruz, Regato – Estudo Prévio.
- Reabilitação da Capela de São Sebastião – Elaboração de cláusulas específicas (procedimento 1) e de Programa Preliminar (procedimento 2).
- Unidade de Saúde Familiar Auren - aplicação de proteção exterior aos utentes – Realização do projeto de execução da arquitetura.
- Projeto de execução da Praça e Parque de Lazer no Largo do Rossio, em Urqueira
- Loja do Cidadão, Ourém – Programa Preliminar.
- Projeto de Sanitários Públicos de Apoio ao Castelo e Paço do Conde – Estudo Prévio.
- Arranjo da envolvente da Casa Mortuária de Seiça. Projeto de execução de arquitetura realizado.
- Reabilitação da Capela de São Sebastião – Programa preliminar executado.

- Elaboração do projeto de execução para a Construção da Área de Acolhimento Empresarial da Freixianda - Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução em curso por entidade externa (projeto de execução aprovado).
- Elaboração do projeto da proposta vencedora do Orçamento Participativo – Parque Lazer no Brejo- Espite”.
- Projeto de reorganização/transformação do antigo posto da PSP em apartamentos.
- Elaboração de proposta para a Rua das Passadeiras, N.º Senhora da Piedade, Ourém.
- P145/2020 – Construção de Campo de Ténis e Acessos – Fátima.
- Plano de Mobilidade e Acessibilidade Inclusiva do Centro Urbano de Fátima.
- Construção da Ecovia Fátima – Ortiga – Elaboração do Programa Preliminar e acompanhamento do projeto de execução elaborado por entidade externa (empreitada em curso).

Acompanhamento de projetos (contratados externamente)

- Requalificação da ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9 – projeto de execução.
- Projeto de Requalificação Urbana das Ruas Dr. Neves Eliseu e F. Sá Carneiro – projeto de execução.
- Reabilitação do antigo Mercado Municipal de Ourém para Fórum Cultural – projeto de execução.
- Requalificação da EM 357, Estrada de Leiria – projeto de execução.
- Projeto de Requalificação Urbana da EN113, troço entre os limites urbano e este da Cidade de Ourém – projeto de execução.
- Projeto de execução (especialidades) da Praça e Parque de Lazer no Largo do Rossio, em Urqueira.
- Requalificação da Avenida Papa João XXIII – Fátima – Estudo Prévio.
- Requalificação Urbana de Vários Arruamentos no Centro Norte de Fátima (Rua e Travessa Dr. Júlio Ferreira Constantino/ Rua da Padroeira/ Rua Anjo de Portugal/ Rua de São Pedro/ Rua de São José/ Rua da Sagrada Família/ Rua de N.ª Sr.ª de Lurdes) – Estudo Prévio
- Desmoronamento de Arribas na Estrada de Alvega – Projeto execução em fase de aprovação.
- Requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus – Estudo Prévio.
- Centro Escolar Fátima Sul – projeto execução em fase de aprovação.

- Elaboração de projeto de execução para a Construção da Área de Acolhimento de Freixianda - projeto execução aprovado.
- Requalificação do espaço público do núcleo central - Jardim de Le Pléssis – Trévisé – empreitada em curso.
- Adaptação das áreas sociais na Escola EB 2/3 Dr. Manuel Lopes Perdigão | Partes 1 e 2 - projeto execução em fase de aprovação.
- Reconversão de JI em Centro Escolar de Atougua - projeto execução em fase de aprovação.

Análise e estudos ou pareceres técnicos

- Beneficiação da iluminação no acesso à Mata Municipal – Elaboração de proposta.
- Instabilidade do Edifício Sede da Junta de freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias – Inf. Técnica.
- Pedido de informação acerca de um projeto de MOBILIDADE - IPCB.
- Acessibilidade a estabelecimento comercial em Espite.
- Estacionamento em frente ao Edifício Fórum- Fátima.
- Instabilidade do Edifício sede da Junta de Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias.
- Análise de projeto de loteamento em Urqueira -Chã.
- Requalificação da envolvente ao Cineteatro Municipal de Ourém.
- Análise aos arranjos exteriores do projeto de reabilitação de antigo edifício da Rua do Colégio de São Miguel, em Fátima.

Acompanhamento e fiscalização de obras

- P020/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel – Acompanhamento e apoio à fiscalização na fase de execução da obra.
- P021/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Olival – Acompanhamento e apoio à fiscalização na fase de execução da obra.
- P022/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral – Acompanhamento e apoio à fiscalização na fase de execução da obra.
- SGIMCI – Acompanhamento do funcionamento do sistema.
- P092/2019 - Centro de Documentação Joaquim Ribeiro (adaptação do edifício da EB1 do Zambujal, com vista acolher o acervo documental e bibliográfico do Dr. Sérgio Ribeiro) – Acompanhamento da obra e da equipa de fiscalização.
- P182/2017 – Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua adaptação para Espaços Museológicos. Acompanhamento da obra e da equipa de fiscalização.

- P129/2018 - Reabilitação do Cineteatro Municipal de Ourém. Acampamento da obra e da equipa de fiscalização.
- P076/2019 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase. Fiscalização da obra.
- P017/2019 – Construção do Centro Escolar da Carvoeira – Caxarias. Acompanhamento e apoio à fiscalização na fase de execução da obra.
- P076/2019 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase. Fiscalização da obra.
- P0140/2019 – Reabilitação do Largo das Escolas e Escadaria, em Ourém.
- P063/2020 – Construção de Passadiço do Agroal.
- P057/2020 – Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil).
- P078/2019 - Requalificação do espaço público do núcleo central - Jardim de Le Plessis - Trévisse – Fiscalização da empreitada.

Participação (membro do júri) em procedimentos de formação de diversos contratos

- P107/2019 - Arranjos vários no Centro Escolar Santa Teresa – Ourém.
- P063/2019 - Reabilitação da Zona Balnear do Agroal - União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais.
- P085/2019 - Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de «P017/2019 – Construção do Centro Escolar de Carvoeira».
- P078/2019 - Requalificação do espaço público do núcleo central - Jardim de Le Pléssis – Trévisse.
- P044/2020 - EN356 – Requalificação da Ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9.
- P038/2020 - Requalificação da EM 357 - Estrada de Leiria, Troço entre a Rotunda Norte e o Limite do Concelho.
- P033/2020 - Colocação de Saias Metálicas e substituição de Rails no Concelho de Ourém.
- P057/2020 – Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil).
- P0104/2020 – Elaboração de projeto de Execução para Reconversão do JI em Centro Escolar de Atougua.
- P145/2020 – Construção de Campo de Ténis e Acessos – Fátima.
- P137/2020 - Elaboração do Projeto de Requalificação Urbana da Rua de São João de Eudes em Fátima.

- P140/2020 - Elaboração do projeto de execução para a construção do Centro Escolar de Fátima Sul.
- P133/2020 - Elaboração dos Projetos de Arquitetura e Especialidades e Elaboração de Estudo Geológico e Estudo Geotécnico - UCS Caxarias.
- P091/2020 - Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada "P038/2020 - Requalificação da EM 357 - Estrada de Leiria, troço entre a Rotunda Norte e o Limite do Concelho".

Acompanhamento da execução de contratos

- P016/2019 - Serviços de fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém e sua Adaptação para Espaços Museológicos.
- P076/2019 - Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª Fase.
- P097/2019 – Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança da Empreitada de Reabilitação do Cineteatro Municipal de Ourém.
- P020/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Alburitel – Acompanhamento e apoio à fiscalização na fase de execução da obra.
- P021/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Olival – Acompanhamento e apoio à fiscalização na fase de execução da obra.
- P022/2019 - Unidade de Cuidados de Saúde de Sobral – Acompanhamento e apoio à fiscalização na fase de execução da obra.
- P092/2019 - Centro de Documentação Joaquim Ribeiro (adaptação do edifício da EB1 do Zambujal, com vista acolher o acervo documental e bibliográfico do Dr. Sérgio Ribeiro).
- P129/2020 - Elaboração de Prospeção Geológica - Geotécnica, para Requalificação das Ruas Dr. Neves Eliseu e Rua Francisco Sá Carneiro.
- P133/2020 – Elaboração dos projetos de arquitetura especialidades e elaboração do estudo geológico e geotécnico da UCS de Caxarias.

Outros

- Membro da equipa técnica de coordenação do Orçamento Participativo.
- Cadernos do Castelo – publicação a intervenção- elaboração da estrutura da publicação e de conteúdos.

- Prestação de esclarecimento quanto ao procedimento de formação de empreitada P123/2020 - Requalificação da Rua Dr. Neves Eliseu e Dr. Francisco Sá Carneiro – Ourém.

2.3.11.2. – Setor de Medições e Orçamentação

Elaboração de mapa de medições e estimativa

- Plano de Mobilidade e Acessibilidade Inclusiva do Centro Urbano de Fátima.
- Instalação de Pilaretes Retráteis na Praça Mouzinho de Albuquerque – Ourém.
- Requalificação Urbana da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes.
- Instalação de Parómetros nos Centros Norte e Sul da Cova de Iria – Fátima.
- Remoção e Instalação de um Ecoponto – Seiça.
- Há Luar no Agroal – Promoção do Ecoturismo no Interior de Portugal.
- Elaboração de lista de preços unitários.
- Proposta vencedora do Orçamento Participativo - Construção de Campo de Ténis e Acesso em Fátima.
- Requalificação Urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira – Troço entre a rotunda do Ribeirinho e dos Álamos.

Análise do Mapa de Medições e Estimativa de Projetos externos

- Requalificação da EM 357 – Estrada de Leiria.
- Requalificação da Rua Dr. Eliseu e Dr. Francisco Sá Carneiro – Ourém.
- Construção de Ecovia Fátima – Ortiga.
- Remodelação da Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais - Travessa Dr. Júlio Ferreira Constantino.
- Requalificação Urbana Rua Dr. Neves Eliseu e Dr. Francisco Sá Carneiro.
- Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil).
- Reabilitação do Antigo Mercado de Ourém para Fórum Cultural.
- Construção do Passadiço do Agroal.
- Projeto de Requalificação Urbana da EN113, troço entre os limites urbano e este da cidade de Ourém Reabilitação do Largo do Rossio e envolvente – Urqueira.
- Construção do Passadiço do Agroal.
- Construção da Área de Acolhimento Empresarial da Freixianda.

Elaboração de Autos de Medição

- Grande Rota do Carso – Verificação de sinalética.
- Grande Rota do Carso – Validação de Auto de Medição.
- Reabilitação do Castelo e Paço dos Condes de Ourém - Elaboração de Autos de Medição.
- Reabilitação do Cine Teatro de Ourém - Elaboração de Autos de Medição.
- Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira – 1ª Fase – Elaboração de Autos de Medição e acompanhamento de Obra.
- Construção do Centro Escolar da Carvoeira – Freguesia de Caxarias - Elaboração de Autos de Medição.
- Reabilitação do Largo das Escolas e Escadaria, em Ourém.

Esclarecimentos e Erros e Omissões de fase concurso.

- Requalificação da EM 357 – Estrada de Leiria.
- Requalificação da EN 356 – Requalificação da zona industrial ao IC9.
- Centro de Recolha Oficial de Ourém (canil/gatil).
- Construção do Passadiço do Agroal.
- Requalificação das Ruas Dr. Neves Eliseu e Rua Francisco Sá Carneiro.
- Construção de Ecovia Fátima – Ortiga.

2.3.11.3. – Setor de Topografia

Levantamentos topográficos

- Levantamento topográfico e implantação de marcos no lugar de Sesmarias – Espite.
- Levantamento topográfico da Estrada do Carregal – Ourém.
- Levantamento topográfico de terreno na Rua Nova da Igreja – Fátima.
- Levantamento topográfico de ponte na Rua do Vale das Sobreiras – Escandarão.
- Levantamento topográfico na Rua Principal desde o Parque de Lazer até ao cruzamento com a Rua Nª Sra. das Candeias – Freixianda.
- Levantamento topográfico de troços na EM 607 desde o Estremadouro até á Lameirinha – Seiça.
- Levantamento topográfico da Rua Dr. Silva Neves – Ourém.

- Levantamento topográfico de terreno entre a Rua São João de Deus e a Rua São João de Eudes.
- Levantamento topográfico no Largo da Junta de Freguesia – Urqueira.
- Levantamento topográfico de vários troços na estrada da Lameirinha.
- Levantamento topográfico da Estrada da Carvoeira e Travessa da Carvoeira em Alburitel.
- Levantamento topográfico de envolvente junto à rodoviária de Fátima para criação de acesso a terrenos, Fátima.
- Levantamento topográfico de terrenos contíguos ao restaurante Recinto e implantação de estrada de acesso aos terrenos, Fátima.
- Levantamento topográfico de terrenos na Rua Nova da Igreja para implantação de estação elevatória, Fátima.
- Levantamento topográfico de terreno na Estrada das Albogadas para implantação de estação elevatória, Eira da Pedra / Fátima.
- Levantamento topográfico de ponte na Estrada dos Moinhos, Amieira.
- Levantamento topográfico da envolvente do cemitério do Castelo, N^a Sra. das Misericórdias.
- Levantamento topográfico junto ao miradouro do Castelo N^a Sra. Das Misericórdias.
- Levantamento topográfico e Implantação de Sondagens Arqueológicas no Castelo, N^a Sra. Das Misericórdias.
- Levantamento topográfico de terrenos contíguos á antiga Sinagoga no Castelo, N^a Sra. Das Misericórdias.
- Levantamento topográfico e implantação de extrema do terreno, no cruzamento da Rua Principal com a Rua das Oliveiras Altas e Rua do Baldio, Rio de Couros.
- Levantamento topográfico da parcela 3 na Estrada da Ortiga e respetivo cálculo de área, Fátima.
- Levantamento topográfico na Rua do Colégio São Miguel, Fátima.
- Levantamento topográfico da Rua Santo Agostinho, Fátima.
- Levantamento topográfico da Rua dos Congresso, Ourém.
- Levantamento topográfico na rotunda do LIDL, Ourém.
- Implantação do Lancil na Rua Dr. João Silva Neves, Ourém.
- Implantação dos limites do lote 30 da Zona Industrial Casal dos Frades, Seixa
- Levantamento topográfico na Rua dos Congressos, Ourém.
- Levantamento topográfico do Jardim de Infância da Atouguia.

- Levantamento topográfico de terreno contíguo à Associação Cultural e Recreativa de S. Gens, Pinhel, Atouguia.
- Levantamento topográfico de casa devoluta na Rua Principal, Salgueira de Cima.
- Levantamento topográfico da Rua do Rosário, Fátima.
- Levantamento topográfico na Rua Padre Raimundo, Fátima.
- Levantamento topográfico na E.N. 356 para efeitos de cálculo de áreas, Seiça.
- Levantamento topográfico dos Limites da Adega Cooperativa Divinis, Seiça.
- Levantamento topográfico de várias sondagens afetas à obra do Castelo, Nª Sra. Misericórdias.
- Levantamento topográfico no interior da Torre Dona Mécia, Castelo, Nª Sra. Misericórdias.
- Levantamento topográfico do terreno contíguo ao miradouro e cemitério do Castelo, Nª Sra. Misericórdias.
- Implantação de limites de expropriação na E.N.356, na sequência da beneficiação do troço entre a rotunda do IC9 e a Zona Industrial de Casal dos Frades, Seiça.
- Implantação de muro no Bairro 25 de Setembro, Ourém.
- Implantação de lancil no cruzamento da Rua Principal do Carregal com a E.N.349, Ourém.
- Implantação de lancil na Rua Nossa Sra. Do Patrocínio, Matas.
- Levantamento topográfico da ponte 097, na Rua Principal, Freixianda.
- Levantamento topográfico de terrenos envolventes À Capela de São Sebastião, Atouguia.
- Levantamento topográfico das fachadas do edifício da UCS em Rio de Couros.
- Levantamento topográfico do Cruzamento da Rua São Bartolomeu com a Rua Santo António, Caxarias.
- Levantamento topográfico de várias sondagens arqueológicas afetas À obra do Castelo, Nª Sra. Misericórdias.
- Levantamento topográfico da Rua das Passadeiras, Nª Sra. da Piedade, Ourém.
- Levantamento topográfico na Rua da Cooperativa e cálculo de área de cedência, Fátima.
- Levantamento topográfico na E.N. 113 e no Beco do Moinho para ligação de esgotos domésticos ao coletor público em Lagarinho, Ourém.
- Levantamento topográfico na Estrada da Ortiga para implantação de vários marcos de propriedade.
- Levantamento topográfico de uma parcela de terreno entre os lotes 41 e 42 na Zona Industrial de Casal dos Frades, Seiça.

- Implantação de rotunda no cruzamento da Zona Industrial com a E.N.356, na sequência da beneficiação do troço entre a rotunda do IC9 e a Zona Industrial de Casal dos Frades, Seixa.
- Implantação da área de cedência do terreno contíguo à adega cooperativa Divínis, na sequência da beneficiação do troço entre a rotunda do IC9 e a Zona Industrial de Casal dos Frades, Seixa.
- Implantação de Lancil na Rua do Ribeirinho, Caridade, Ourém.
- Verificação de Implantação no parque Industrial de Fátima.
- Verificação de Implantação na Rua do Poço da Valada, Fátima.
- Verificação de Implantação na Rua da Ladeirinha, Moita Redonda, Fátima.
- Verificação de implantação na Rua Francisco Sá Carneiro, Ourém.
- Verificação de implantação na Rua Principal, Casa Velha, Fátima.
- Verificação de implantação na Avenida dos Pastorinhos, Fátima.
- Verificação de implantação na Urbanização Encosta Real, Ourém.
- Verificação de implantação na Urbanização Quinta da Sapateira, Ourém.
- Verificação de Implantação na Rua Encosta da Fazarga.
- Verificação de implantação na Avenida Irmã Lúcia, Fátima.
- Verificação de implantação do lote 10, no loteamento 1/03 na Praceta António Henriques, Seixa.
- Verificação de implantação do lote 18 da Zona Industrial Casal dos Frades, Seixa.
- Verificação de implantação dos lotes 2 e 3 da Zona Industrial Casal dos Frades, Seixa.
- Verificação de várias implantações em Fátima e na Zona Industrial de Casal dos Frades, Seixa.

2.3.11.4. – Setor de energia e eficiência energética

Processos relacionados com a concessionária da rede de distribuição de energia no concelho.

[EDP – Distribuição]

- Reporte de anomalias na rede de iluminação pública à Concessionária.
- Análise de pedidos de iluminação pública, relocalização de luminárias e pedidos de extensão de rede I.P.

Projetos de Eficiência Energética

- Projeto de iluminação pública - largo das escolas e escadaria – Santa Teresa.
- Modernização dos sistemas semaforicos sob jurisdição do município – Implementação de tecnologia LED.
- Projeto de execução para eficiência energética na piscina Municipal de Ourém.
- Programa preliminar de eficiência energética na piscina municipal de Caxarias.
- Estudo de redução de consumo em iluminação pública.
- Projeto de eficiência energética do sistema de IP, através de Empresas de Serviços Energéticos (ESSE).

Pareceres técnicos de projetos da especialidade elétrica e telecomunicações.

- Requalificação da EM 357 – Estrada de Leiria.
- Requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus - Estudo Prévio.
- Requalificação da rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública da Rua Santa Teresa.
- Projeto de iluminação pública - Largo das Escolas e Escadaria – Santa Teresa.
- Requalificação de sistemas semaforicos EN113 – Alburitel.
- Requalificação urbana da Rua Tenente Coronel Moreira Lopes.
- Requalificação da ligação da Zona Industrial de Casal dos Frades ao IC9.
- Praça e Parque de Lazer no Largo do Rossio, em Urqueira.
- Requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira – Troço entre as rotundas dos Álamos e do Ribeirinho.
- Requalificação do espaço público do núcleo central - Jardim de Le Pléssis – Trévisse.
- Reabilitação do antigo Mercado Municipal de Ourém para Fórum Cultural.
- Infraestruturas elétricas e telecomunicações de serviço público em Aljustrel, Fátima.
- Loteamento das Matas - Cercal.
- Zona Industrial da Freixianda.

Sistemas técnicos instalados em edifícios municipais

- Análise, reportes e apoio na reparação de sistemas de iluminação em centros escolares.
- Apoio técnico sobre os sistemas elétricos existentes em instalações municipais.
- Acompanhamento de procedimentos e informação sobre anomalias em equipamentos de elevação municipais, Sistemas de AVAC [Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado] e Sistemas Elétricos. TRE- [Técnico Responsável pela Exploração de instalações elétricas municipais].

- Procedimento de agregação de sistemas de intrusão (Alarmes) em instalações municipais.
- Instalação de Muppies digitais na cidade de Ourém e Fátima.

Eficiência energética em edifícios municipais

- Registo, monitorização e análise de consumos de eletricidade, gás e gasóleo em instalações.
- Procedimentos de fornecimento de gás propano e natural a instalações. Agregação de consumos.
- Racionalização de consumos energéticos nas Piscinas Municipais de Ourém.

2.3.12 – GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Considerando as incógnitas conduzidas pelas medidas de contenção à Covid-19, que vieram condicionar e alterar planos a todos os níveis, 2020 foi um ano de particular mudança organizacional também para o Gabinete de Imagem e Comunicação (GIC).

Atuando em alicerces já existentes, a estratégia comunicacional passou por reforçar a presença da autarquia nos meios de comunicação digital.

Com um plano de ações focado na definição de canais a utilizar, formatos, conteúdos e respetivos cronogramas verificou-se uma execução prática de algumas produções com objetivos fundamentais.

SERVIÇO EXECUTADO PELO GIC

Decorrendo do conteúdo funcional que lhe foi atribuído, o GIC tem por missão assegurar um serviço especializado de apoio e assessoria comunicacional, aos membros do executivo em permanência, nos domínios também da imagem e da promoção de atividades e eventos da responsabilidade do Município.

Em 2020, a face mais visível do GIC resultou do exercício de funções enquanto veículo difusor da atividade do município suscetível de poder vir a interessar aos munícipes e assim, produziu e tornou pública, através dos meios tradicionais e digitais, a informação que, em cada momento, se mostrou de relevante importância, transmitindo-a de forma genérica, ou mais localizada.

O GIC mantém a produção noticiosa através da publicação em papel “Ourém Município – Informação Municipal”, com uma tiragem de 4.000 exemplares, distribuídos conjuntamente com os jornais Notícias de Ourém e Notícias de Fátima e colocados à disposição do público, gratuitamente, em locais de grande acesso. Trata-se de uma opção estratégica que se tem revelado adequada para difusão da publicação, ponderando os públicos-alvo e aspetos relacionados com a contenção financeira, que importa acautelar. A partir de 2018 essa difusão passou a estender-se também a França.

O GIC, para além de assumir a sua missão em termos informativos neste universo de plataformas e dispositivos mediáticos, reparte ainda as suas atividades em contexto diferente, mas igualmente relevante, nomeadamente no que se refere às relações com os órgãos de comunicação social (jornais, rádios e televisões de expressão regional e nacional), para os quais se produz um número significativo de “notas de imprensa” relativas às atividades do município, assim como de outras entidades com relevante interesse público, que solicitam à Câmara Municipal colaboração na difusão das suas iniciativas. Complementarmente, tem sido o GIC o elo de ligação entre os meios de comunicação social e a Administração Municipal para a gestão informativa de um vasto conjunto de assuntos, dos quais se relevam os imensos pedidos de informação veiculados pelos meios, sobre assuntos concretos e que carecem de informação mais especializada com origem em diferentes Divisões, ou no Gabinete da Presidência.

Importa referir a capacidade técnica instalada, que tem permitido ao GIC realizar vários diretos relacionados com a atividade autárquica, nomeadamente as sessões da Assembleia Municipal e as sessões públicas promovidas pelo executivo em todo o espaço do concelho. Outra área que o GIC gere, é a da publicidade e propaganda estática do Município, o que inclui a conceção, gestão e implementação de dispositivos fixos em todo o concelho, seja ao nível de informação de interesse público em circunstâncias concretas, seja na publicitação de eventos. Ainda na área da produção gráfica o GIC produz dispositivos visuais estáticos para suportes próprios e de outras entidades (outdoors) incluindo os suportes eletrónicos. Nesta vertente da produção gráfica restará aludir à imensa panóplia de produtos gráficos que diariamente são solicitados por parte de todo o universo municipal, pelo movimento associativo e pelas Juntas de Freguesia.

Complementarmente, esta vertente funcional do GIC produz anúncios e publicações para jornais, rádios e televisões, fazendo a gestão da tipologia e dos custos associados a esses serviços, numa lógica da maior economia e eficácia. O GIC ao ser dotado de recursos audiovisuais

de nova geração, permite-se produzir documentos em vídeo de elevada qualidade, suscetíveis de virem a integrar os vários dispositivos de difusão mediática disponíveis, bem como para arquivo e memória futura.

AÇÕES E CONTEÚDOS

- Acompanhamento de Atividade Municipal, caráter informativo, noticioso e fotográfico;
- Divulgação de Agenda: Difusão de atividades em agenda, em articulação com respetivas divisões coordenadoras;
- Roteiro pelas Freguesias: Apresentação promocional das freguesias do concelho, em formato vídeo, na página de Facebook, instagram e Youtube;
- Hora do Presidente: Formato existente desde 2019, na página de Facebook;
- Constituição de base de dados para segmentação de público: Articulação com as divisões dos assuntos de cultura, ação educativa, desporto e eventos para recolha de dados em atividades várias;
- Comunicação com Público Infantil: Em articulação com Museu e Biblioteca Municipais para proporcionar noção territorial através de ação educativa de estímulo do pensamento visual;
- Tratamento e/ou publicação de informação noticiosa e respetiva difusão;
- Acompanhamento de atividade, tratamento de informação e respetiva difusão: Reuniões de Câmara; Briefings com a imprensa; Acompanhamento semanal de obras de intervenção no concelho; Reuniões; Assinatura de Protocolos; Consignações; Apresentações; Exposições; Webinar's; conferências de imprensa; Visitas.
- Captação e/ou tratamento de materiais gráficos e /ou multimédia e respetivo conteúdo para envio e/ou difusão: Materiais de Informação / atualização Covid-19; Campanhas; Atividade Desporto, Educação e Ação Social; Atividade Cultura e Património; Atividade equipamentos (Biblioteca, Museu, Arquivo; Oficina do Património, Galeria Vila Medieval); Atividade Ambiente; Atividade Turismo; Atividade Associativismo; Datas comemorativas; Atividade Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo.
- Tratamento de comunicações, votos e anúncios promocionais: Publicação de Documentos, tratamento de textos e atualizações no site, nas áreas Divisão Financeira, Recursos Humanos; Divisão Ambiente Sustentabilidade; Contratação Pública; Expediente; Associativismo, Desporto e Juventude;

- Recolha para registo e arquivo de informação: Clipping imprensa local e regional; Antropologia biológica na Vila Medieval; Evolução da obra de requalificação do Castelo e Paço - Vila Medieval; Evolução da obra de requalificação Cineteatro; Evolução da obra Requalificação Jardim Le Plessis-Trévis; Evolução da obra Passadiço Agroal; Evolução da obra canil Municipal; Colocação Monumento Rotunda da Corredoura.

2.3.13 – SERVIÇO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E PROTOCOLO

Com a implementação do novo Serviço de Atividades Municipais e Protocolo o mesmo desenvolveu ao longo do ano de 2020, as seguintes ações:

Setor de Protocolo e Planeamento de Eventos

- A) Inauguração do Adro da Capela de S. Jorge Freixianda- 26 janeiro
- B) Apoio Fórum Estudante- 31/01
- C) Inauguração do Mercado do Peixe- Freixianda-16/02
- D) Inauguração Quartel dos Bombeiros Freixianda- 14/06
- E) Cerimónia do dia 20 de junho, com um novo formato ajustado e que garantiu a segurança a todos os participantes. Inauguração da Praça Dr. Francisco Vieira e da Rota dos Pastorinhos.
- F) Receção comitiva Erasmus+, nos Paços do Concelho - Apoio na tradução e oferta de lembranças aos alunos e professores.
- G) Apoio na receção à secretária de Estado das Comunidades Portuguesas na reunião da CIMT e na apresentação da Diáspora- 31/07
- H) Apoio à ACISO, na receção da Secretária de Estado do Turismo nos Monfortinos para reunião de trabalho com hoteleiros- 12/08
- I) Inauguração das obras de expansão do Parque Dr. António Teixeira- 22/08
- J) Apoio na receção do embaixador de Malta a Ourém -14/09.

Eventos:

- Desfile de Carnaval nas ruas de Ourém- realizado a 23/02
- Carnaval sénior-24/02- Apoio logístico ao evento que se realizou no Centro Municipal de Exposições.

- IWRT- Workshop Internacional de Turismo Religioso - Protocolo do evento e apoio logístico 5 e 6/03
- Apoio à Comissão da Igreja de Vale Travesso para transmissão do programa televisivo da RTP no âmbito da Festa de Nossa Sr.^a do Livramento
- Organização e apoio logístico de apresentação do Rally Vila Medieval de Ourém (não realizado)
- Preparação da Caminhada da Paz 2020 (não realizado)

Músicas a Gosto

Com a suspensão de algumas atividades agendadas, o dinamismo em Ourém não parou, sofreu ajustamentos que possibilitaram que nos meses de verão, nomeadamente em agosto e setembro, os munícipes pudessem usufruir de momentos de lazer.

Realização das Músicas a Gosto na praça Mouzinho de Albuquerque com a realização de 16 concertos em agosto às sextas e sábados e 10 concertos no mês de setembro, com bandas musicais do concelho. Foi uma forma de ajudar os músicos a voltarem ao ativo e promover a boa música que se produz no concelho.

Realizado na Praça Mouzinho de Albuquerque, o recinto foi fechado com controle de entradas para cumprimento das regras de distanciamento. Cada sessão contou com cerca de 200 pessoas a assistir.

DOMINGÃO

No dia 23 de agosto, realizou-se o programa televisivo “Domingão” da SIC, que percorreu o concelho mostrando pontos turísticos e dinamizando as ruas das freguesias por onde passou o camião. Um percurso que se iniciou em Freixianda e terminou em Fátima. Percorreu freguesias do concelho, sem paragem para evitar aglomerados.

A partir do dia 15 de março e face às medidas de distanciamento social impostas pela Direção-Geral de Saúde, para minimizar os riscos de contágio da Covid-19, tornou-se necessário aplicar medidas extraordinárias que passaram pelo cancelamento de eventos. Foi neste contexto e com a evolução da pandemia que foi imposto a proibição de realização de festivais de música/eventos de massa, até 30 de setembro de 2020.

Natal em Ourém 2020.

- Prendas aos alunos das escolas do 1º ciclo e Jardins Infantis
- Distribuição, recolha e afixação de lonas “Pinta com Pinta” com 18 escolas a participar. Lonas afixadas nos cubos, distribuídos pelas cidades de Ourém e Fátima e nas vilas de Caxarias, Freixianda e Olival.
- Recolha de Músicas de Natal em suporte logístico de alunos do Centro Escolar da Caridade;
- Recolha de mensagens áudio de Natal dos Presidentes de Junta das Freguesias do concelho de Ourém
- Lançamento do concurso “Cartas ao Pai Natal” para os alunos do 1º ciclo das escolas do concelho de Ourém. Concurso que premiou as três melhores cartas. Participaram 798 alunos das escolas do 1º ciclo de Ourém.
- Acompanhamento na iluminação e sonorização das ruas das cidades de Ourém e Fátima.
- Transmissão e organização do auditório para anúncio dos vencedores do concurso “Comércio Local”.

Atividades previstas que contavam com o Apoio do Município Ourém em 2020:

Evento	Data de realização	Nova Data	Protocolo com Município	Valor	Observações
Caminhada da Paz	22 março	ADIADO 2021	Sim	2.500€	Assinado, mas sem pagamento
Rally Medieval de Ourém	4 e 5 de abril	ADIADO 2021	Sim	40.000€	12.500-1ª tranche já atribuída
Festival da Paz Fátima	6 e 7 junho	ADIADO 2021	Sim	25.000€	Não foi paga
Festas da Vila de Caxarias	13 e 14 junho	ANULADO			
Feirourém	18-21 junho	ADIADO 2021			
Festas da Vila Freixianda	27 e 28 junho	ADIADO 2021			
Ourearte Music Fest	10-12 julho	ADIADO 2021			
Festa Cultural e Gastronómica Urqueira	10-12 julho	ADIADO 2021			
Músicas a gosto	Agosto-setembro	REALIZADO			
Copa Ibérica Petanca	8 e 9 agosto	ADIADO 2021	Sim	3.000€	Não foi assinado

Festa do Emigrante-Freixianda	13 agosto	ADIADO 2021			
Bênção dos Capacetes-Fátima	20 setembro	Adiado para 19 setembro 2021			
16ª concentração Vespina	18 a 20 setembro	ANULADO			
Prova Atletismo Caxarias	11 outubro	ANULADO			
Convenção Fitness Ourém (Vilafit)	17 outubro	ANULADO			
Feira de St Iria	30,31 outubro 1 de novembro	ADIADO 2021			
Natal em Ourém	6 dezembro-6 janeiro	Realizado em parte			

Paralelamente a estas tarefas:

- Colaborou com vários serviços municipais na implementação das necessidades para fazer face à pandemia, através da elaboração de planos de contingência, distribuição de material de prevenção. Este serviço prestou igualmente apoio a eventos promovidos por associações locais. (Academia de Música Banda de Ourém, Sociedade Filarmónica Ouriense, Bar das Piscinas Municipais).

Setor de Equipamentos Técnicos e Instalações

- Apoio na divulgação institucional com colocação de *muppies*, outdoors, distribuição de jornais, filmagens diversas (Minuto Ambiental, Visita à Valorlis, Óleões)
- Apoio logístico na exposição “Bem vinda sejas Amália”, assim como no concerto realizado na Praça Mouzinho de Albuquerque
- Apoio de transmissão e logístico- “Congresso da Rede Cultura 2027”, dias 22 e 23 de outubro.
- Transmissão e logística “II Encontro da Rede de Museus do Médio Tejo” - 9 novembro
- Transmissão e logística da 1ª Assembleia Geral da Associação dos Shrines of Europe, no dia 4 de dezembro;
- Transmissão e logística no “Hospitality Education Awards” no auditório dos Paços do concelho, 10 de dezembro;
- Apoio no Webinar “Investimento da Diáspora”, dia 11 de dezembro;
- Apoio e gestão do auditório municipal;

- Gestão do Centro Municipal de Exposições para realização de testes Covid;
- Transmissão de todas as sessões de assembleias municipais ao longo de 2020;
- Centro Municipal de exposições: Organização/gestão do espaço para testes e vacinação covid.

Paralelamente a estas tarefas, o SAMP colaborou com vários serviços municipais na implementação das necessidades para fazer face à pandemia. Foram elaborados os planos de contingência dos serviços internos, assim como o do mercado municipal, em colaboração com o SMPC.

2.3.14 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

O concelho de Ourém, sendo um concelho de grande dimensão e que apresenta uma grande densidade e dispersão populacional, está sujeito a um conjunto vasto de riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sociogeográfica, da concentração de pessoas, bens e infraestruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Desta forma, o Município de Ourém e não obstante as obrigações impostas pelos vários diplomas legais que têm vindo a ser publicados, considera que a proteção da vida e integridade física das pessoas e dos seus bens deverá ser garantida em permanência.

Para tal, e conforme previsto na Lei nº 65/2007, de 12 de novembro na sua atual redação, a qual define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito das autarquias locais, a Câmara Municipal de Ourém criou e inclui-o no seu organograma interno o Serviço Municipal de Proteção Civil, o qual se rege por regulamento municipal próprio e através do qual desenvolve a sua política municipal de segurança, no âmbito da Proteção Civil.

Em resumo, o Município de Ourém tem-se preocupado em promover medidas de planificação eficientes com vista a responder quer ao nível institucional quer ao nível operacional a possíveis

situações de acidente grave ou catástrofe, dotando o Serviço Municipal de Proteção Civil, dos meios necessários para tal.

O Serviço Municipal de Proteção Civil tem como missão, assegurar a tomada atempada de medidas e o acionamento de mecanismos de atuação tendentes a prevenir riscos de abrangência coletiva inerentes à probabilidade da ocorrência de acidentes ou catástrofes naturais, ao socorro e assistência à população bem como à proteção de ativos biológicos e valores patrimoniais e, subseqüentemente, ao apoio aos munícipes na reposição da normalidade.

ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

De acordo com o artigo 10.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro na sua atual redação, compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) executar as atividades de proteção civil de âmbito municipal, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida nesta matéria.

Nos domínios da prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades, compete ao SMPC:

- Realizar estudos técnicos com vista à identificação e avaliação dos riscos que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
- Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
- Operacionalizar e acionar sistemas de alerta e aviso de âmbito municipal;
- Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil.

Nos domínios do planeamento e apoio às operações, compete ao SMPC:

- Elaborar planos prévios de intervenção de âmbito municipal;
- Preparar e executar exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;
- Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência e à respetiva resposta;
- Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;

- Fomentar o voluntariado em proteção civil.

Nos domínios da logística e comunicações, compete ao SMPC:

- Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para as operações de proteção e socorro;
- Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro e apoiar logisticamente a sustentação das operações de proteção e socorro;
- Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Planear e gerir os equipamentos de telecomunicações e outros recursos tecnológicos do SMPC;
- Manter operativa, em permanência, a ligação rádio à rede estratégica de proteção civil (REPC);
- Assegurar o funcionamento da sala municipal de operações e gestão de emergências.

Nos domínios da sensibilização e informação pública, compete ao SMPC:

- Realizar ações de sensibilização e divulgação sobre a atividade de proteção civil;
- Promover campanhas de informação junto dos munícipes sobre medidas preventivas e condutas de autoproteção face aos riscos existentes e cenários previsíveis;
- Difundir, na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação.

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

De acordo com o estatuído no n.º 3 do Artigo 3.º da Lei n.º 65/2007 na sua atual redação, de 12 de novembro as competências da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) são as seguintes:

- Diligenciar pela elaboração do plano municipal de emergência e proteção civil;
- Acompanhar a política diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Dar parecer sobre o acionamento do plano municipal de emergência e proteção civil;
- Promover e apoiar a realização de exercícios a nível municipal, simulacros ou treinos operacionais, que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil;
- Promover e difundir a emissão de comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social;

- A CMPC do município de Ourém reúne ordinariamente, numa média de duas vezes por ano ou extraordinariamente sempre que se justifique, assegurando este serviço todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Lista de documentos elaborados

- Plano de Prevenção e Emergência 01/2020 – Praia Fluvial do Agroal;
- Plano de Coordenação Municipal 01/2019 – International Worksops of Religious Tourism 05 e 06 de março;
- Plano de Operações Municipal 01/2019 – Covid - 19;
- Plano de Coordenação Municipal 02/2019 – Operação Peregrinação Internacional Aniversário 12 e 13 de outubro;
- Comunicados da Previsão de Risco de Incêndio Florestal durante o Verão;
- Planeamento de Exercícios e Simulacros;
- Entre outros.

Tarefas Operacionais Realizadas

- Colaboração e organização em exercícios e simulacros em estabelecimentos de ensino, e em empresas localizadas no concelho de Ourém;
- Acompanhamento e resolução de situações de perigo coletivo;
- Preparação e coordenação entre várias entidades e organismos nas Peregrinações a Fátima, nomeadamente em junho, agosto e outubro;
- Participação em vistorias técnicas para ampliação de redes de água;
- Participação nos briefings técnico-operacional distritais, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém;
- Participação em reuniões de preparação do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais com várias entidades;
- Levantamento e verificação dos Pontos de Água de apoio ao combate aos incêndios e recuperação de vários que se encontravam inativos;
- Levantamento e identificação de estruturas e equipamentos para apoio logístico no âmbito dos incêndios rurais;
- Acompanhamento e apoio técnico-logístico das ocorrências de incêndio rural durante o verão;

- Preparação e execução de ações de vigilância preventiva nas zonas de maior pressão de incêndios rurais durante o verão;
- Preparação e participação em reuniões técnico-operacionais com os comandos dos Corpos de Bombeiros do Concelho de Ourém;
- Preparação e participação nas reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil;
- Acompanhamento e resolução de ocorrências de emergência, nomeadamente inundações, aluimento de terras, queda e abate de árvores, edifícios em risco de queda entre outros, no concelho de Ourém;
- Participação em seminários e jornadas temáticas na área da Proteção Civil;
- Tratamento dos dados de sinistralidade rodoviária recebidos regularmente do Destacamento Territorial de Tomar da Guarda Nacional Republicana, em virtude do protocolo celebrado com esta entidade;
- Preparação das ações de formação de Suporte Básico de Vida aos alunos do 9.º ano das escolas públicas do concelho com a colaboração dos Bombeiros do concelho de Ourém;
- Preparação das ações de formação de Sistema Integrado de Emergência Médica aos alunos do 6.º ano das escolas públicas do concelho com a colaboração dos Bombeiros do concelho de Ourém;
- Participação nas reuniões da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Levantamento e identificação de estruturas e equipamentos no âmbito do Plano de Operações Municipal – COVID-19;
- Preparação e participação em várias reuniões no âmbito da pandemia por COVID-19;
- Acompanhamento e apoio na implementação dos planos de contingência setoriais COVID-19 do Município de Ourém;
- Acompanhamento e articulação diária da situação da pandemia por COVID-19 no concelho de Ourém com as várias entidades envolvidas, das quais se destaca a Autoridade de Saúde;
- Realização de visitas conjuntas com a Autoridade de Saúde e Segurança Social às ERPI e outras Estruturas de Respostas Sociais no âmbito da pandemia por COVID-19;
- Acompanhamento e apoio técnico-logístico às situações de surtos de COVID-19 nas Estruturas de Respostas Sociais e outras;
- Acompanhamento e apoio técnico-logístico à implementação e funcionamento da Estrutura de Apoio de Retaguarda (EAR) de Fátima para doentes COVID-19;

- Acompanhamento e apoio no processo de testagem à COVID-19 dos trabalhadores de Estruturas de Respostas Sociais e dos trabalhadores do Município;
- Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual no âmbito da pandemia por COVID-19 a Estruturas de Respostas Sociais e aos Corpos de Bombeiros do concelho;
- Planeamento e execução de ações de descontaminação em vários edifícios onde ocorreram surtos de COVID-19;
- Atendimento semanal aos munícipes;
- Entre outras.

Artigos para a comunicação social

- Elaboração de diversos artigos para publicação nos meios de comunicação, nomeadamente na página de Facebook do SMPC e do Município de Ourém, no âmbito das medidas preventivas a aplicar ao longo do ano, de acordo com as problemáticas associadas a cada época, bem como dos trabalhos realizados;
- Participação em entrevista na ABC-Rádio, sobre a preparação do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios e ponto de situação COVID-19 no concelho;
- Elaboração de avisos a população, associados a Alertas da ANEPC, para publicação nas redes sociais.

Tarefas Administrativas Realizadas

- Emissão de pareceres sobre a colocação de hidrantes de combate a incêndios no âmbito dos pedidos de ampliação de redes de água;
- Gestão e arquivo de informações internas e despachos;
- Organização e manutenção de dossier analógico e digital, atualizado com a legislação relevante para o setor da proteção civil;
- Gestão de apoio ao munícipe nas mais diversas matérias de âmbito da proteção civil;
- Análise e emissão de pareceres de Planos de Contingência para a COVID-19;
- Análise ao parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil sobre o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Ourém;
- Elaboração de correspondência aos munícipes, entre outros.

O ano de 2020, foi um ano atípico e dominado pela maior pandemia de que todos nós temos memória e para a qual ninguém estaria completamente preparado. Além de todas as situações habituais com que o serviço se depara e às quais é necessário dar resposta, a COVID-19 foi o maior desafio com que nos deparamos e para a qual tivemos que dedicar a nossa atenção diária

desde o seu surgimento em março até ao final do ano, o que nos obrigou a relegar para segundo plano outras situações às quais não conseguimos dedicar a atenção que desejaríamos. O acompanhamento permanente efetuado nesta matéria, permitiu mitigar e reduzir o impacto causado no concelho, que ainda assim foi significativo.

O período de menor pressão da COVID-19, que correspondeu aos meses de verão, implicou a nossa mobilização para o flagelo dos incêndios rurais. Embora a área ardida não tenha tido o impacto verificado em anos passados, o número elevadíssimo de ocorrências verificadas e a sua concentração em determinados locais e períodos poderiam ter tido consequências muito mais danosas para o concelho, realçando-se aqui a excelente articulação entre todos os agentes que concorrerem para a mitigação deste problema.

2.3.15 – GABINETE DE SALUBRIDADE ANIMAL E SAÚDE PÚBLICA

As Competências do Médico Veterinário Municipal estão vertidas em Legislação específica, em particular o Decreto Lei 116/98, de 5 maio.

No âmbito das competências atribuídas ao Gabinete de Salubridade Animal e Saúde Pública, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- 700 Canídeos Vacinados contra a Raiva;
- 247 Canídeos Identificados Eletronicamente (Microchip);
- 242 Novos Boletins Sanitários;
- 242 DIAC emitidos – Documentos de identificação Animal de Companhia (da base de dados do CIAC);
- 28 Canídeos restituídos aos detentores.

Outras ações diversas:

- Responsável pela aplicação no terreno do Protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Proença-a-Nova no âmbito do CIRAE.
- Respostas/Perícias solicitadas pelo Ministério Público de Ourém
- Processo n.º 65/20.9T9ORM, – 12/03/2020;
- Processo: 252/19.2GDGBR – 15/10/2020.

- Processamento/Análise de relatórios, informações, serviços e diligências externas oriundos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública - 4 Autos;
- Auto de notícia n.º NUIPC 411/20.5GAVNO;
- Processo com o NUIPC 37/20 – 3T9OR;
- Auto de notícia n.º 00268/20;
- Auto de contra ordenação n.º 122/20
- Solicitações frequentes para verificação eletrónica de animais envolvidos em agressões/acidentes na tentativa de encontrar os detentores responsáveis.
- Colaboração solicitada ao Médico Veterinário de Ourém pela DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária em Concelho limítrofe – Alcanena
- Colaboração da Autoridade Veterinária Municipal com a Câmara de Alcanena para a realização de vistoria conjunta coma Delegada de saúde daquele Concelho, ao Agregado Familiar.
- Participação como membro integrante do Júri do Procedimento Concursal para Técnico Superior (Médico Veterinário) do Município de Ferreira do Zêzere
- Substituição do Dr. Fernando Monteiro de Mação durante as respetivas férias.
- Participação na vistoria que a DGAV realizou no CIRAE em 11/08/2020, solicitada pelo Dr. Fernando Monteiro.
- Acompanhamento da vistoria realizada pela DGAV (Dr.ª Susana Costa e Dr.ª Raquel Luizelo ao CRO.
- Acompanhamento da visita ao CRO por parte das Deputadas do PAN, Ana Sousa Real e de Bebiania Cunha.
- Realização da Campanha de esterilização de pequenos animais por parte do Município de Ourém.

2.3.16. – GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

O concelho de Ourém, como qualquer outro concelho com grande densidade populacional, está sujeito a vários tipos de vulnerabilidades que podem fragilizá-lo, potenciando os seus riscos, decorrentes não só de causas naturais e tecnológicas, como da sua situação sócio-geográfica, da concentração de pessoas, bens e infra-estruturas, meios de produção e serviços, entre outros.

Perante esta realidade, e reforçada pelas novas e constantes exigências dos diplomas legais que têm vindo a ser publicados de alguns anos a esta parte, o Município de Ourém considerou a defesa da floresta, acima de tudo, ser assegurada permanentemente.

Nesse sentido a Câmara Municipal criou em 2019, no seu organograma interno, o Gabinete Técnico Florestal, através do qual tem vindo a desenvolver a sua política municipal de segurança, e defesa da floresta no concelho.

Reconhece-se aqui o papel preponderante e decisivo das autarquias nesta problemática, através de uma intervenção sistemática ao nível da planificação preventiva e operacional e ainda no pressuposto de que a defesa da floresta se constitui como o eixo fundamental do desenvolvimento urbano e ambiental necessário à garantia e melhoria dos padrões de qualidade de vida das populações.

Na sequência do acordo realizado entre a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e o Município de Ourém, foi criada, no dia 04 de novembro de 2004, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e posteriormente, em 01 de março de 2005, a entrada em funcionamento o seu Gabinete Técnico Florestal.

Em suma, o Município de Ourém tem-se esforçado para levar a cabo um planeamento eficaz e concertado tendo em vista a resposta institucional e operacional o mais atempadamente possível, surgindo naturalmente dessa necessidade a implementação de uma dinâmica do Gabinete Técnico Florestal.

A constituição do Gabinete Técnico Florestal (GTF), a funcionar desde março de 2005, resulta de um acordo entre o Município de Ourém e o Ministério de Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

O objetivo do GTF consiste em desenvolver tarefas de planeamento, operacionais, de gestão e controlo, administrativas e de formação e treino, entre as quais:

- Elaboração e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Plano Operacional Municipal, participação nos processos de planeamento e de ordenamento dos espaços rurais e florestais;
- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano de Desenvolvimento Florestal, centralização da informação relativa a incêndios florestais, promoção do cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto que

republicou o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, acompanhar e divulgar o índice diário do risco de incêndio florestal, relacionamento com as entidades públicas e privadas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI), coadjuvar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara na Comissão Municipal de Defesa da Floresta em reuniões e situação de emergência;

- Supervisão e controlo das obras municipais e subcontratadas relativas à DFCI, construção e gestão do sistema de informação geográfica para DFCI, gestão da base de dados para DFCI, envio de propostas e pareceres de DFCI;
- Elaboração de relatórios de atividade relativos aos programas de ação previstos no plano de defesa da floresta; elaboração de informações periódicas (mensais) acerca dos incêndios ocorridos no município, elaboração de informação especial sobre os grandes incêndios.

Foi publicada a Lei n.º 20/2009, de 12 de maio que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos GTF, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, entre elas:

- Acompanhamento das políticas de fomento florestal;
- Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta;
- Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos;
- Apoio à Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- Elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios a apresentar à Comissão Municipal de Defesa da Floresta;
- Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis;
- Recolha, registo e atualização da base de dados da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI);
- Apoio técnico na construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta;
- Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho;
- Aprovar pela assembleia municipal, e preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante à autorização da utilização do fogo de artifício ou outros artefactos

pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela assembleia municipal.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), do município de Ourém, (criada no âmbito da Lei n.º 14/2004 de 8 de maio) foi formalmente constituída a 13 de junho de 2005, funcionando como um centro de coordenação e ação local de âmbito municipal sob a coordenação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no mandato anterior, tendo as seguintes atribuições:

- Articular a atuação dos organismos com competências em matérias de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica;
- Elaborar um plano de defesa da floresta contra incêndios, que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios em consonância com o PNDFCI, com o respetivo plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e com o respetivo plano regional;
- Avaliar e propor à Autoridade Florestal Nacional, de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;
- Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
- Desenvolver ações de sensibilização à população;
- Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil, e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança;
- Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização rápida e eficaz por parte dos meios de combate;
- Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- Colaborar na divulgação de avisos às populações;

- Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
- Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta.

A CMDF do Município de Ourém reúne, em média, duas vezes por ano, sendo este serviço a assegurar todos os procedimentos administrativos que daí advêm.

Ao longo de 2020, foram sendo elaborados os seguintes documentos:

- Plano Operacional Municipal - 2020;
- Atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio;
- Entre outros.

Tarefas operacionais

- Coadjuvação ao Sr. Presidente e/ou Vereador com o Pelouro da Proteção Civil em reuniões e em situações de emergência, quando relacionadas com incêndios florestais, designadamente na gestão dos meios municipais associados à Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Acompanhamento das ocorrências de incêndio florestal e análise técnica dos mais relevantes.
- Acompanhamento, ao longo do período crítico, das ocorrências de incêndios florestais no concelho de Ourém e zonas limítrofes;
- Registo de queimas de sobrantes agrícolas e florestais que totalizaram aproximadamente 22.000 registos;
- Apoio e participação, nos processos de contra-ordenação respeitantes a queimas de sobrantes agrícolas e florestais;
- Exterminação de ninhos de vespas asiáticas. Durante o ano 2020, registaram-se 40 ninhos primários e 282 de ninhos secundários e outras situações relacionadas com outro tipo de vespas 105;
- Acompanhamento da execução das faixas de gestão de combustível ao redor da rede viária, prevista no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Atendimento semanal aos munícipes;
- Execução dos programas de ação previstos nos Planos Operacionais Municipais;
- Ações de sensibilização nas freguesias e nas escolas do concelho;
- Construção da base de dados das ocorrências de incêndios florestais;

- Entre outras tarefas.

Artigos escritos para a comunicação social

Foi publicada informação ao longo deste último ano, nos mais diversos meios de comunicação local, artigos referentes a:

- Medidas de proteção (incêndios florestais);
- Medidas de mitigação relativas à doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro;
- Vespa Velutina ou Vespa Asiática;
- Alerta Fogueiras, Queima e Queimadas;
- Divulgação das atividades do Gabinete Técnico Florestal;
- Entre outros.

Tarefas de gestão e controlo

- Identificação, priorização, supervisão e controlo de situações de risco de incêndio, através de queixas dos munícipes, de identificação de zonas críticas por parte do GTF;
- Realização de informações especiais (com caracterização da área ardida e cartografia associada) sobre os incêndios verificados no município, para envio ao CDOS de Santarém, GNR e Bombeiros do local.

Atividades Protocoladas e Parcerias

Para o desenvolvimento das atividades do GTF foram assinados protocolos com as seguintes entidades e com os seguintes objetivos:

- Junta de Freguesia de Urqueira – apoio financeiro para o funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais SF23 16C

Tem havido, ao longo do tempo, uma continuidade nas parcerias criadas, nomeadamente com instituições com responsabilidade nas áreas do GTF. Foram desenvolvidos contactos e criadas parcerias com inúmeras entidades entre as quais o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o Comando Distrital de Operações de Santarém, forças policiais e de autoridade, associações humanitárias de bombeiros, Freguesias, corpos de escuteiros e entidades de infraestruturas de serviços essenciais.

Neste sentido, o Município de Ourém tem vindo a implementar, de modo programado e estruturado, uma visão da defesa da floresta.

Adotou-se uma estratégia, assente nos pilares basilares da prevenção e da preparação, entendidas como etapas sucessivas de um ciclo contínuo em que se quer assegurar a melhoria permanente.

3. ANÁLISE ORÇAMENTAL

3.1 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Quadro 11 – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Impostos diretos	10 201 189,59	11 452 559,69	12,27	10 624 464,50	-7,23
Imposto municipal sobre imóveis	6 536 876,64	6 511 204,82	-0,39	6 675 652,16	2,53
Imposto único de circulação	1 150 341,49	1 190 582,55	3,50	1 121 378,65	-5,81
Imposto municipal sobre transmissões	1 636 290,33	2 861 950,81	74,90	1 910 221,54	-33,25
Derrama	877 681,13	888 821,51	1,27	917 212,15	3,19
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Impostos diversos	0,00	0,00	--	0,00	--
Taxas, multas e outras penalidades	1 999 004,14	2 211 266,87	10,62	996 053,02	-54,96
Impostos indiretos específicos das Autarquias Locais	1 939 292,22	2 039 532,93	5,17	702 325,72	-65,56
Mercados e feiras	116 441,14	106 903,61	-8,19	55 256,99	-48,31
Loteamentos e obras	554 372,19	649 071,70	17,08	409 312,56	-36,94
Ocupação da via pública	3 905,50	8 880,49	127,38	751,76	-91,53
Saneamento	1 140 451,55	1 156 316,61	1,39	158 833,94	-86,26
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	11 694,54	12 265,51	4,88	9 374,17	-23,57
Licença sobre o ruído	1 357,08	85,12	-93,73	0,00	-100,00
Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	118,18	446,59	277,89	966,96	116,52
Taxa pela emissão do certificado de registo	0,00	0,00	--	669,03	--
Taxa turística	0,00	0,00	--	0,00	--
Taxa de gestão de resíduos - TGR	0,00	0,00	--	6 646,72	--
Publicidade	33 339,79	31 309,56	-6,09	141,22	-99,55
Utilização da rede viária municipal	0,00	0,00	--	0,00	--
Controlo metrológico	12 401,36	14 414,01	16,23	0,00	--
Outras	65 210,89	59 839,73	-8,24	60 372,37	0,89
Multas	59 711,92	171 733,94	187,60	293 727,30	71,04
Rendimentos de Propriedade	1 782 648,14	1 764 534,21	-1,02	1 838 401,89	4,19

Transferências correntes	14 194 310,11	14 456 379,64	1,85	15 483 243,33	7,10
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	211 003,10	150 602,42	-28,63	101 950,46	-32,30
Administração Central - Estado	13 952 549,91	14 227 736,13	1,97	15 247 397,09	7,17
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	0,00	46 843,93	--	75 241,24	60,62
Serviços e Fundos Autónomos	31,87	0,00	--	5 000,00	--
Segurança Social	25 482,36	25 482,36	0,00	25 482,36	0,00
Famílias	4 233,49	3 814,50	-9,90	26 907,68	605,41
Outras (transferências correntes)	1 009,38	1 900,30	88,26	1 264,50	-33,46
Venda de bens e serviços correntes	2 193 726,91	2 498 041,28	13,87	905 925,19	-63,73
Venda de bens	31 995,09	13 341,22	-58,30	7 131,52	-46,55
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	119 798,28	202 223,36	68,80	131 611,65	-34,92
Saneamento - Ligação	59 873,98	33 248,83	-44,47	9 295,48	-72,04
Resíduos Sólidos	1 529 240,29	1 556 428,09	1,78	207 560,56	-86,66
Trabalhos por conta de particulares	22 006,89	15 722,08	-28,56	21 770,87	38,47
Cemitérios	21 761,70	31 989,16	47,00	35 086,30	9,68
Mercados e Feiras	48 496,94	113 023,44	133,05	1 829,00	-98,38
Parques de estacionamento	85 576,49	243 480,90	--	148 592,36	-38,97
Rendas	77 945,51	63 110,77	-19,03	74 411,12	17,91
Outras (venda de bens e serv. correntes)	197 031,74	225 473,43	14,44	268 636,33	19,14
Outras receitas correntes	197 301,41	198 749,21	0,73	299 996,22	50,94
Venda de bens de investimentos	207 177,43	275 032,55	32,75	40 588,00	-85,24
Transferências de capital	2 455 715,01	4 094 156,30	66,72	11 075 415,75	170,52
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	116 028,82	--	116 028,82	0,00
Administração Central - Estado	994 099,00	2 162 745,99	117,56	2 163 075,00	0,02
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	998 124,02	1 302 089,50	30,45	8 168 789,28	527,36
Outras (transferências de capital)	463 491,99	513 291,99	10,74	627 522,65	22,25
Ativos financeiros	188 536,07	69 833,23	-62,96	42 649,63	-38,93
Passivos financeiros	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Rep. não abatidas nos pagamentos	176 726,88	0,00	-100,00	5 835,81	--

Saldo da gerência anterior	2 350 507,06	5 455 669,26	132,11	9 320 899,61	70,85
Total	37 446 842,75	43 976 222,24	17,44	52 133 472,95	18,55
Total ¹	33 389 158,26	36 745 520,43	10,05	41 271 985,34	12,32

¹ Receitas Totais (excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior)

Impostos diretos

Compreende as receitas advindas dos impostos diretos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Veículos, o Imposto Municipal sobre Transmissões e a Derrama.

Em 2020, as receitas relativas a estes impostos, denotam uma quebra em 7,2% que, em termos absolutos, significa uma quebra das receitas num valor próximo de 828,1 mil euros.

Para a referida circunstância contribuíram as diminuições verificadas no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (-951,7 mil euros) e no imposto único de circulação (-69,2 mil euros).

Em oposição, registam-se aumentos as receitas resultantes do imposto municipal sobre imóveis (+164,4 mil euros) e derrama (+28,4 mil euros).

No cômputo geral, estas receitas ascenderam a um valor ligeiramente superior a 10,6 milhões de euros.

Impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades

Os impostos indiretos compreendem as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagos por unidades empresariais, nomeadamente, as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se, neste capítulo, as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e

saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.

Em 2020, o classificador económico sofre uma alteração aglutinando os impostos indiretos e as taxas numa classificação única designada de taxas.

Estas receitas denotam um expressivo decréscimo em 55% (-1,2 milhões de euros), sofrendo a influência decorrente da tramitação para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, das receitas inerentes à área do saneamento, circunstância que induziu uma quebra destas receitas num valor próximo de 997,5 mil euros.

Importa ainda observar a diminuição das receitas com mercados e feiras (-51,6 mil euros), tendo havido um período de isenções nesta área, bem como uma quebra nos loteamentos e obras (-239,8 mil euros) e na publicidade (-31,2 mil euros).

Ao invés, verifica-se um aumento das receitas decorrentes da aplicação de multas (+122 mil euros).

As receitas totais neste capítulo ascenderam a um valor próximo de 996,1 mil euros.

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam uma variação positiva, face ao período homólogo do ano anterior, na ordem de 4,2%, representando uma variação absoluta positiva próxima de 73,9 mil euros.

Note-se que a expressividade destas receitas é decorrente, essencialmente, do contrato de concessão em curso com a EDP, no âmbito da distribuição de energia em baixa.

Destacam-se ainda as receitas inerentes a torres eólicas instaladas na área territorial adstrita ao Município, tendo estas ascendido a um montante na ordem de 168,6 mil euros e 35,2 mil euros referentes a antenas de telecomunicações.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

As receitas desta natureza demonstram uma variação positiva de 7,1%, denotando, a variação verificada nas transferências do Estado (+ 1 milhão de euros), de famílias (+23,1 mil euros – em resultado da gestão direta do Centro Comunitário) e do financiamento comunitário a projetos correntes (+28,4 mil euros)

Ao invés, verifica-se uma diminuição das transferências correntes de empresas públicas municipais e intermunicipais, em 48,7 mil euros (2019 ainda teve impacto decorrente do encerramento da empresa municipal Ourémviva).

Deste modo, verifica-se uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 1 milhão de euros. As receitas totais, neste âmbito, ascendem a um valor na ordem dos 15,5 milhões de euros.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Em 2020, verifica-se uma diminuição absoluta destas receitas, num valor próximo de 1,6 milhões de euros repercutindo, em parte, a influência decorrente das receitas inerentes à área dos resíduos sólidos terem transitado para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente (-1,4 milhões de euros no que concerne às receitas de resíduos sólidos).

Será ainda de observar a quebra das receitas induzidas pelo contexto pandémico, seja pela diminuição da atividade económica seja pelas isenções praticadas. Deste modo, verificam-se quebras nas receitas com serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto (-70,6 mil euros), mercados e feiras (-111,2 mil euros) e parques de estacionamento (-94,9 mil euros).

As receitas totais neste âmbito ascenderam a 905,9 mil euros.

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas sofreram uma pequena variação positiva em 51% (variação absoluta em 101,2 mil euros).

A receita mais representativa, neste capítulo, reporta-se ao reembolso de encargos com instalações, o qual ascendeu a 122,9 mil euros.

Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam uma quebra em 85,2% que, em termos absolutos, significa uma variação negativa em 234,4 mil euros.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui as receitas relativas a heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados. Abrange também as quantias ou valores apreendidos, bem como a venda de géneros e mercadorias apreendidos e, ainda, as receitas referentes a fianças-crime quebradas e depósitos de contratos não cumpridos.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2020, denota um substancial acréscimo em 171% que, em termos absolutos, significa um aumento destas receitas num valor próximo de 7 milhões de euros, refletindo, o aumento das receitas relativas a financiamentos comunitários consignados a investimento (+6,9 milhões de euros) e outras transferências de capital da Administração Central (+114,2 mil euros).

Neste capítulo, importa reportar que as transferências de capital da Administração Central se situaram próximas de 2,2 milhões de euros e as relativas aos fundos comunitários, em 8,2 milhões de euros.

No cômputo geral, estas receitas ascenderam a um valor próximo de 11,1 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação.

O ano de 2020 denota uma variação absoluta negativa em 27,2 mil euros (-38,9%).

As receitas totais neste capítulo situaram-se em 42,6 mil euros.

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto, a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas, cujo efeito é extraordinário, não se registou qualquer variação, sendo de salientar que o valor de 1,5 milhões de euros ocorrido se reporta, integralmente, ao empréstimo de curto prazo, o qual foi totalmente amortizado no exercício em análise, pelo que não transita de ano económico qualquer montante em dívida, observando-se as disposições legais aplicáveis, refletindo-se igual montante no orçamento de despesa, inclusive no pagamento.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual onde se incluem receita, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de *know-how*.

Durante o ano de económico de 2020, não se verificaram quaisquer receitas desta natureza, em similaridade com o ocorrido no ano anterior.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria, em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.

No decurso do ano em reporte, verificaram-se 5,8 mil euros de receitas inerentes a este âmbito.

Saldo da gerência anterior

Abrange as receitas resultantes do saldo da gerência referente ao ano económico anterior (2019). Neste contexto, o valor ascendeu a um montante na ordem dos 9,3 milhões de euros, significando uma variação positiva em 70,8% (+3,9 milhões de euros).

Resumo das Receitas Liquidadas

No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifesta um aumento na ordem dos 18,6%. Será relevante referir que, excluindo os efeitos extraordinários que se associam às receitas resultantes da venda de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior, face a 2019, verificou-se um aumento das receitas liquidadas na ordem dos 12,3% que, em termos absolutos, representou um aumento na ordem dos 4,5 milhões de euros.

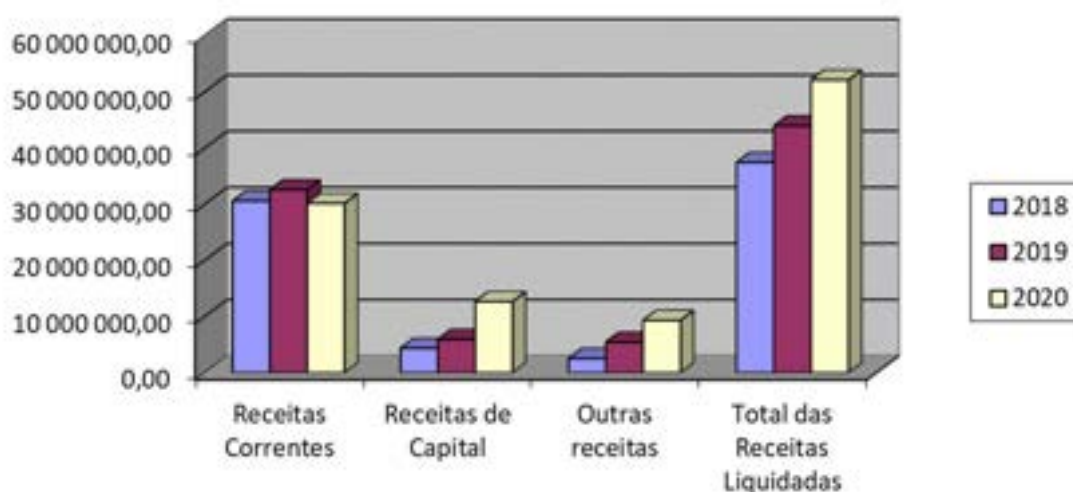
Em termos de variação absoluta, as receitas liquidadas denotam um aumento na ordem dos 8,2 milhões de euros, atingindo em termos totais, um valor ligeiramente superior a 52,1 milhões de euros.

Quadro 12 – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Receitas Correntes	30 568 180,30	32 581 530,90	6,59	30 148 084,15	-7,47
Receitas de Capital	4 351 428,51	5 939 022,08	36,48	12 658 653,38	113,14
Outras receitas	2 527 233,94	5 455 669,26	115,88	9 326 735,42	70,95
Total das Receitas Liquidadas	37 446 842,75	43 976 222,24	17,44	52 133 472,95	18,55

Gráfico 2 – Resumo das Receitas Líquidas



3.2 – EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Quadro 13 – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Despesas com pessoal	8 579 698,17	9 704 753,98	13,11	9 549 154,76	-1,60
Remunerações certas e permanentes	6 666 438,17	7 465 278,83	11,98	7 374 152,41	-1,22
Abonos variáveis ou eventuais	88 995,29	126 321,56	41,94	59 667,97	-52,77
Segurança social	1 824 264,71	2 113 153,59	15,84	2 115 334,38	0,10
Aquisição de bens	616 494,62	1 080 342,32	75,24	993 242,20	-8,06
Matérias-Primas e subsidiárias	140 046,59	116 201,23	-17,03	150 719,04	29,71
Combustíveis e lubrificantes	198 660,44	262 296,47	32,03	146 260,62	-44,24
Limpeza e higiene	23 299,34	21 248,48	-8,80	77 522,53	264,84
Alimentação - refeições confeccionadas	29 423,28	388 966,98	1221,97	325 406,36	-16,34
Material de escritório	71 255,84	76 690,40	7,63	62 803,47	-18,11
Material de transporte-peças	34 421,37	28 892,74	-16,06	34 555,96	19,60
Prémios, condecorações e ofertas	22 193,52	33 283,19	49,97	30 623,12	-7,99
Outros bens	97 194,24	152 762,83	57,17	165 351,10	8,24
Aquisição de serviços	8 513 119,70	8 586 028,47	0,86	5 413 859,76	-36,95
Encargos das instalações	850 218,64	899 605,78	5,81	785 020,92	-12,74
Limpeza e Higiene	37 998,00	1 045,50	-97,25	0,00	-100,00
Conservação de bens	198 479,52	169 588,42	-14,56	145 691,28	-14,09
Locação de edifícios	47 421,84	36 429,48	-23,18	36 600,00	0,47
Comunicações	72 609,75	58 207,05	-19,84	61 850,11	6,26
Transportes	921 380,65	947 250,98	2,81	654 815,33	-30,87
Seguros	68 451,10	67 717,98	-1,07	59 181,78	-12,61
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	251 507,77	118 018,54	-53,08	229 973,63	94,86
Publicidade	59 964,93	38 608,25	-35,62	57 810,70	49,74
Vigilância e segurança	55 056,08	38 421,00	-30,21	28 492,80	-25,84
Assistência Técnica	15 836,96	31 119,51	96,50	64 324,24	106,70
Encargos de cobrança	247 853,68	250 663,48	1,13	247 474,37	-1,27
Manutenção de espaços verdes	202 296,91	196 791,22	-2,72	256 526,45	30,35

Exploração e manutenção de ETAR's	595 382,88	652 133,36	9,53	56 939,66	-91,27
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1 481 879,58	1 578 576,33	6,53	146 342,43	-90,73
Limpeza e manut. de florestas e caminhos florestais	63 262,54	155 012,75	145,03	115 519,40	-25,48
Iluminação Pública	1 515 083,69	1 498 307,58	-1,11	1 163 611,63	-22,34
Limpeza urbana	374 777,23	389 191,49	3,85	378 846,50	-2,66
Outros serviços	1 891 697,72	1 459 339,77	-22,86	924 838,53	-36,63
Juros e outros encargos	72 960,34	63 143,68	-13,45	52 581,57	-16,73
Transferências correntes	2 276 909,65	2 110 703,47	-7,30	3 098 878,57	46,82
Administração Local	686 366,55	929 785,81	35,46	1 022 826,45	10,01
Instituições sem fins lucrativos	578 396,24	601 352,79	3,97	1 344 735,95	123,62
Famílias	683 223,63	491 584,68	-28,05	601 316,17	22,32
Outras (transferências correntes)	328 923,23	87 980,19	--	130 000,00	47,76
Subsídios	310 479,12	4 485,95	-98,56	0,00	-
Outras despesas correntes	537 720,15	1 375 946,65	155,89	252 376,32	-81,66
Aquisição de bens de capital	5 041 709,49	5 283 101,16	4,79	12 284 804,96	132,53
Investimentos	1 350 659,85	2 204 593,05	63,22	5 314 498,61	141,06
Locação financeira	0,00	26 422,95	--	45 315,53	--
Bens de domínio público	3 691 049,64	3 052 085,16	-17,31	6 924 990,82	126,89
Transferências de capital	977 779,96	1 135 890,51	16,17	1 317 018,05	15,95
Administração Local	334 678,75	360 338,54	7,67	486 278,80	34,95
Instituições sem fins lucrativos	643 101,21	775 551,97	20,60	820 739,25	5,83
Outras (transferências de capital)	0,00	0,00	--	10 000,00	--
Ativos financeiros	165 044,25	304 266,50	--	0,00	-
Passivos financeiros	3 494 475,70	3 028 448,01	-13,34	2 505 134,11	-17,28
Outras despesas de capital	0,00	0,00	--	0,00	--
Total	30 586 391,15	32 677 110,70	6,84	35 467 050,30	8,54

Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus

funcionários e agentes, como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem, contudo, serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza apresentam uma quebra em 1,6% que, em termos absolutos, significou um decréscimo próximo de 155,6 mil euros.

Deste modo, as despesas incidentes neste capítulo ascenderam a um valor ligeiramente superior a 9,5 milhões de euros.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2020 regista um decréscimo destas despesas em 8,1%, influenciadas pela diminuição verificada, essencialmente, nos combustíveis e lubrificantes (-116 mil euros), na alimentação – refeições confeccionadas (-63,6 mil euros) e material de escritório (-13,9 mil euros).

Em sentido inverso, destaca-se o aumento observado na aquisição de matérias-primas e subsidiárias (+34,5 mil euros) e na limpeza e higiene (+56,3 mil euros).

Em termos absolutos totais, a aquisição de bens significa um valor ligeiramente superior a 993,2 mil euros, tendo registado um decréscimo em 87,1 mil euros, face ao ano anterior.

Aquisição de serviços

Compreende as despesas efetuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transportes, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras despesas com serviços.

Face a 2019, o ano económico de 2020 regista uma quebra em 37% traduzindo, essencialmente, a diminuição verificada nos encargos de instalações (-114,6 mil euros), na conservação de bens (-23,9 mil euros), nos transportes (-292,4 mil euros), na exploração e manutenção de ETAR's (-595,2 mil euros, atividade transferida para empresa intermunicipal), recolha, transporte e tratamento de resíduos urbanos (-1,4 milhões de euros, atividade transferida para empresa intermunicipal), iluminação pública (-334,7 mil euros) e outros serviços diversos (-534,5 mil euros).

Em oposição, verifica-se um aumento das despesas com estudos, pareceres, projetos e consultadoria (+112 mil euros), publicidade (+19,2 mil euros), assistência técnica (+33,2 mil euros) e manutenção de espaços verdes (+59,7 mil euros).

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor na ordem dos 5,4 milhões de euros, tendo registado uma variação absoluta negativa próxima de 3,2 milhões de euros.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam uma diminuição em 16,7%, significando uma quebra absoluta na ordem dos 10,6 mil euros, continuando a persistir a permanência de taxas de juro historicamente baixas, circunstância que associada à diminuição do volume de endividamento de médio e longo prazo, induz esta tendência.

Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza sofreram um acréscimo em 46,8%, refletindo o aumento para a Administração Local (+93 mil euros), Instituições Sem Fins Lucrativos (+743,4 mil euros) e

Famílias (+109,7 mil euros), estes dois últimos agregados, por influência dos apoios concedidos no âmbito da mitigação do impacto da COVID-19.

No total, estas despesas representaram um valor na ordem dos 3,1 milhões de euros.

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou fatores de produção.

Em 2020, não ocorreram quaisquer despesas neste âmbito.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo sofrido uma diminuição em 81,7% (-1,1 milhões de euros). Note-se que o ano de 2019 se encontra influenciado por um volume anormalmente elevado de restituição de impostos cobrado pela Autoridade Tributária.

Em termos absolutos, estas despesas atingiram um valor próximo de 252,4 mil euros.

Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando, em regra, um aumento do ativo, designadamente terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2020, por comparação ao ano anterior, verifica um aumento em 132,5%, que em termos absolutos representa uma variação positiva de 7 milhões de euros, para um total de despesas desta natureza na ordem dos 12,3 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos

Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas assinalam um acréscimo em 16%. Deste modo, verificou-se uma variação absoluta positiva na ordem de 181,1 mil euros. Neste contexto, será de reportar o aumento ocorrido para a administração local (+125,9 mil euros) e para as instituições sem fins lucrativos (+45,2 mil euros).

Estas despesas assinalaram um valor total ligeiramente superior a 1,3 milhões de euros.

Ativos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação.

No ano de 2020 não se verificou qualquer despesa neste âmbito, que compara com o ano de 2019, no qual se verificou uma despesa de 304,3 mil euros, referentes integralmente, à participação do Município de Ourém no Fundo de Apoio Municipal (110 mil euros) e à empresa intermunicipal Tejo Ambiente, E.I.M. S.A. (194,2 mil euros).

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas apresentam uma variação negativa em 17,3%. Em termos totais, a amortização de empréstimos de médio e longo prazo representou um valor na ordem de 1 milhão de euros.

Outras despesas de capital

Nesta rubrica, não se verificou qualquer despesa, pelo que se regista uma variação nula face ao ano anterior.

Resumo das Despesas Realizadas

No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem uma variação positiva de 8,5%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor total obtido na ordem dos 35,5 milhões de euros.

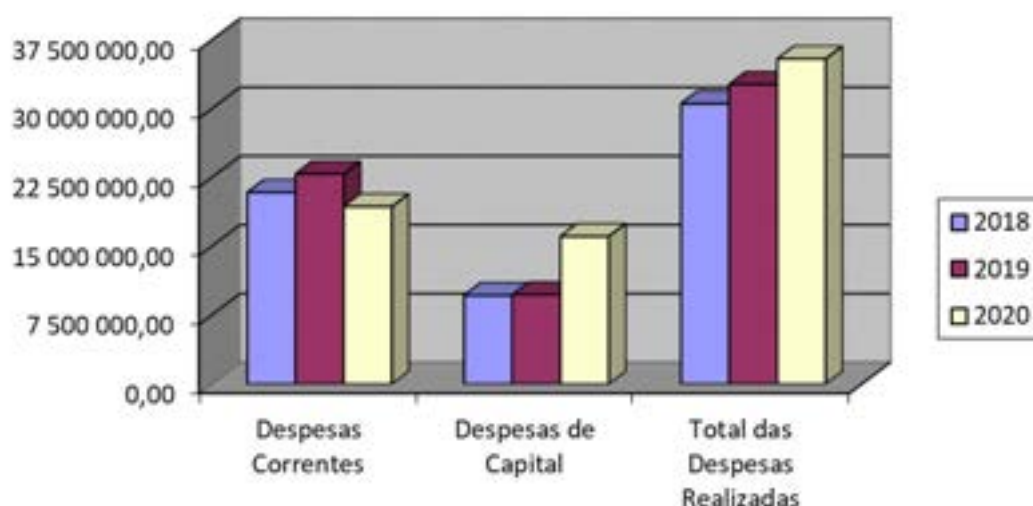
As despesas correntes assinalam uma quebra em 15,6% (variação absoluta negativa na ordem dos 3,6 milhões de euros), ascendendo a um valor próximo de 19,4 milhões de euros. De sentido inverso e com assinalável expressividade, assinala-se um aumento das despesas de capital (65,2%), denotando uma variação absoluta positiva próxima de 6,4 milhões de euros.

Quadro 14 – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Despesas Correntes	20 907 381,75	22 925 404,52	9,65	19 360 093,18	-15,55
Despesas de Capital	9 679 009,40	9 751 706,18	0,75	16 106 957,12	65,17
Total das Despesas Realizadas	30 586 391,15	32 677 110,70	6,84	35 467 050,30	8,54

Gráfico 3 – Resumo das Despesas Realizadas



3.3 – EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DAS GOP'S POR OBJETIVOS E PROGRAMAS

3.3.1 – EVOLUÇÃO DAS GOP'S

Quadro 15 – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Educação	2 949 250,74	2 726 553,46	-7,55	3 747 585,62	37,45
Ensino Básico	759 800,07	352 330,23	-53,63	1 831 248,49	419,75

Ensino Secundário e Profissional	0,00	0,00	--	0,00	--
Ensino Superior	0,00	0,00	--	0,00	--
Ações de Cooperação e Apoio ao Ensino	2 189 450,67	2 374 223,23	8,44	1 916 337,13	-19,29
Cultura, Desporto e Tempos Livres	983 680,82	950 195,54	-3,40	1 180 728,74	24,26
Cultura	299 483,46	231 541,26	-22,69	383 294,42	65,54
Desporto e lazer	683 867,04	718 654,28	5,09	791 899,32	10,19
Património	330,32	0,00	-100,00	5 535,00	--
Ação Social	338 273,18	259 619,71	-23,25	695 551,85	167,91
Saúde	0,00	109 720,70	--	660 869,42	502,32
Habituação e Urbanismo	3 860 342,06	3 034 109,32	-21,40	6 011 196,10	98,12
Habituação	0,00	0,00	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	172 760,88	106 754,31	-38,21	53 262,46	-50,11
Iluminação	1 515 913,35	1 509 067,65	-0,45	1 180 015,17	-21,81
Urbanização	2 171 667,83	1 418 287,36	-34,69	4 777 918,47	236,88
Saneamento e Salubridade	2 954 359,02	4 130 528,10	39,81	2 558 640,61	-38,06
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	1 090 119,28	2 160 760,28	98,21	1 938 977,81	-10,26
Resíduos Sólidos	1 864 239,74	1 967 767,82	5,55	594 759,48	-69,77
Higiene Pública	0,00	0,00	--	24 903,32	--
Cemitérios	0,00	2 000,00	--	0,00	-100,00
Proteção Civil	471 324,66	722 224,76	53,23	820 924,03	13,67
Serviços Municipais de Proteção Civil	95 655,12	186 106,14	94,56	167 261,41	-10,13
Bombeiros	375 669,54	536 118,62	42,71	653 662,62	21,92
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	658 062,50	1 181 840,00	79,59	1 411 130,35	19,40
Água	42 162,64	31 683,22	-24,85	67 307,96	112,44
Energia	0,00	0,00	--	9 427,75	--
Turismo	76 265,79	9 214,92	-87,92	642 593,89	6873,41
Feiras e Mercados	55 309,72	58 213,30	5,25	10 307,51	-82,29
Apoio ao Tecido Empresarial	0,00	390 484,84	--	235 215,28	-39,76
Outras Ações de Desenvolvimento	453 941,69	654 251,07	44,13	428 642,46	-34,48
Ações de Cooperação com o Exterior	30 382,66	37 992,65	25,05	17 635,50	-53,58

Comunicações e Transportes	1 191 205,72	805 956,23	- 32,34	1 550 185,45	92,34
Rede Viária e Sinalização	1 147 631,73	705 006,94	-38,57	1 523 101,37	116,04
Transportes	43 573,99	100 949,29	--	27 084,08	-73,17
Defesa do Meio Ambiente	320 298,43	211 495,73	- 33,97	319 024,61	50,84
Parques e Jardins	217 241,41	206 507,73	-4,94	262 429,22	27,08
Proteção Ambiental	103 057,02	4 988,00	-95,16	56 595,39	1034,63
Freguesias	1 031 133,76	1 248 249,07	21,06	1 454 729,65	16,54
Apoio ao Investimento	176 129,50	167 205,73	-5,07	284 233,27	69,99
Deleg. de competências - âmbito do Invest.	149 679,78	725 790,98	--	801 828,60	10,48
Apoio a despesas correntes	154 759,44	180 400,00	16,57	180 131,27	-0,15
Deleg. de compet. - âmbito de desp. corr.	550 565,04	174 852,36	-68,24	188 536,51	7,83
Instalações e Serviços Municipais	673 534,16	807 063,55	19,83	488 450,11	-39,48
Edifícios	10 564,98	70 724,68	569,43	45 000,00	-36,37
Medidas de Modernização e Eficiência	590 107,73	639 836,40	8,43	304 944,79	-52,34
Outros investimentos	72 861,45	96 502,47	32,45	138 505,32	43,53
Total	15 431 465,05	16 187 556,17	4,90	20 899 016,54	29,11

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano sofreram um aumento em 29,1%, face ao valor ocorrido em 2019. O volume total realizado situou-se próximo de 20,9 milhões de euros.

Educação

No decurso de 2020, as despesas realizadas no presente objetivo manifestam uma variação positiva em 37,5%. O valor global deste objetivo situou-se ligeiramente superior a 3,7 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Atividades de Animação e Apoio à Família;
- Generalização de refeições escolares;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Transporte escolar;
- Aquecimento das escolas;

- Combate ao insucesso e abandono escolar (projeto PEDIME);
- Conservação e manutenção de equipamentos educativos;
- Medida extraordinária para suprimimento de ausências – recurso a empresas de trabalho temporário;
- Ação social escolar;
- Apoio à Natalidade e Infância;
- Aquisição de equipamento informático;
- Centro Escolar de Caxarias;
- Arranjos vários no Centro Escolar de Santa Teresa (Ourém);
- Requalificação da Escola EB1/JI de Pisão Matas;
- Requalificação da JI/EB1 de Casal dos Bernardos;
- Arranjos no Centro Escola de Ourém Nascente;
- Requalificação da EB1 de Espite.

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objetivo evidencia um acréscimo em 24,3%, face ao valor verificado no ano transato, verificando-se um aumento no programa “Cultura” (+151,8 mil euros) e no programa “Desporto e Lazer” (+73,2 mil euros).

Em termos absolutos o aumento representa uma variação positiva na ordem dos 230,5 mil euros. O total das despesas inerentes a este objetivo ascendeu a um valor próximo de 1,2 milhões de euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Programa Cultural;
- Centro Joaquim Ribeiro;
- Construção do Passadiço do Agroal;
- Beneficiação de parques infantis;
- Programa desportivo e de lazer do município;
- Locação operacional do espaço afeto à Biblioteca Municipal;
- Apoios ao investimento concedidos a associações culturais:
 - Conservatório de Música e Artes do Centro – Requalificação do Auditório (49,3 mil euros);

- Arabesque – Academia de Dança – Requalificação das Instalações da Escola (24,3 mil euros).
- Apoios ao investimento concedidos a associações de desporto e lazer, com destaque para os seguintes valores realizados em 2020:
 - Grupo Desportivo Vilarense – Requalificação de Recinto de Jogos e Campo de Futebol (129,4 mil euros);
 - Clube Atlético Ouriense – Melhoria da Eficiência Energética no Complexo Desportivo da Caridade (21,5 mil euros);
 - Grupo Desportivo Sobralense – Remodelação da Sede e Arranjos Exteriores (15,4 mil euros).

Ação Social

O ano de 2020 registou um substancial aumento das despesas verificadas neste objetivo em 168% (+435,9 mil euros), muito por influência dos apoios concedidos às IPSS tendo em vista mitigar o impacto decorrente da COVID-19. Neste âmbito, as despesas ascenderam a um montante próximo de 695,6 mil euros as quais se reportam, ao apoio às IPSS no âmbito da COVID-19, mas ainda alguns apoios ao investimento, tais como:

- Centro Social da Ribeira do Fárrio – Requalificação da Unidade de Cuidados Continuados (200 mil euros);
- Jardim Infantil de Ourém – Melhoria das Instalações da Associação (40 mil euros);
- Apoio à aquisição de diversos equipamentos de transporte, no âmbito de candidatura de financiamento desenvolvida pelo município (129,8 mil euros).

Saúde

Este objetivo denota um acréscimo em 502% que em termos absolutos representou uma variação positiva ligeiramente superior a 551,1 mil euros, por influência da implementação dos Centros de Saúde em Sobral, Alburitel e Olival.

Deste modo, as despesas incidentes nesta função ascenderam a um valor próximo de 660,9 mil euros.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objetivo denota um expressivo aumento, o qual se pautou numa variação positiva em 98% (+3 milhões de euros), atingindo, este objetivo, um

valor ligeiramente superior a 6 milhões de euros. Neste contexto, reporta-se o aumento verificado no programa “Urbanização” (+3,4 milhões de euros) e quebras nos programas “Planeamento Urbanístico” (-53,5 mil euros) e “Iluminação” (-329,1 mil euros).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Iluminação Pública (essencialmente, consumos);
- Reabilitação do Antigo Mercado Municipal – Fórum Cultural e Terminal de Transportes (estudos e projetos);
- Reabilitação do Teatro Municipal de Ourém;
- Reabilitação do Castelo e Paço do Conde (Conservação e Musealização);
- Expansão e Reabilitação do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira (fase 1);
- Requalificação – Vila de Vilar dos Prazeres;
- Requalificação do Centro Urbano de Alburitel;
- Requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e Dr. Neves Eliseu (Ourém) – Estudos e projetos;
- Rua Dr. Joaquim Francisco Alves (Ourém);
- Reabilitação da Rua Casal Ramalho, Rua S. João Batista e Rua da Ladeira (Lomba d’Égua);
- Beneficiação do Lardo da Escola St. Teresa e Escadaria (Ourém);
- Requalificação da Rotunda dos Namorados (Ourém);
- Aquisição de terrenos, com maior relevo a aquisição verificada para a construção de um parque de estacionamento em Aljustrel;
- Diversas intervenções de urbanização das cidades e vilas existentes na área do Município.

Saneamento e Salubridade

Este objetivo sofreu uma diminuição em 38%, assinalando um valor de despesas realizadas próximo de 2,6 milhões de euros. Importa referir que a área do saneamento e dos resíduos urbanos, em 2020, tramitou para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação de esgotos;
- Limpeza urbana;

- Empreitada de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Fátima – Casa, Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga;
- Empreitada de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de Espite, Matas e Cercal;
- Início da empreitada de construção do Centro de Recolha Oficial de Ourém (Canil/Gatil de Ourém),

Proteção Civil

As despesas inseridas neste objetivo sofreram uma variação positiva em 13,7%, apresentando um valor total realizado de 820,9 mil euros. O programa “Bombeiros”, regista um aumento da despesa realizada em 117,5 mil euros e, ao invés, o programa “Serviços Municipais de Proteção Civil”, uma variação absoluta negativa de 18,8 mil euros.

Neste objetivo destacam-se os seguintes projetos:

- Limpeza e manutenção de florestas e caminhos florestais;
- Controlo da Vespa Velutina;
- Apoio financeiro às corporações de bombeiros do concelho.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objetivo, apresenta uma expressiva variação positiva, a qual se situa em 19,4%, reportando um valor total das despesas realizadas na ordem de 1,4 milhões euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Ampliação e remodelação das redes e sistemas de abastecimento de água;
- Ações de apoio ao emprego;
- Ourém/Fátima – Destinos Turísticos Acessíveis;
- Ciclovia – Igreja de Fátima/Ortiga;
- CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) – Quotização e comparticipação do Município nos projetos em que aderiu;
- Área de Localização Empresarial em Freixianda – aquisição de terrenos e projetos;
- Beneficiação da Zona Industrial de Casal dos Frades – Acesso de ligação (troço IC9-ZI);
- Participação no Fundo de Apoio Municipal;
- Ações de Natal do Município;
- Apoio financeiro a associações empresariais (apoio atribuído à ACISO para promoção do turismo religioso)

Comunicações e Transportes

O ano de 2020 apresentou um acréscimo das despesas afetas a este objetivo em 92,3%. Em termos totais, estas despesas situaram-se num valor próximo de 1,6 milhões de euros (variação absoluta positiva em 744,2 mil euros face a 2019).

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Sinalização viária do concelho;
- Reabilitação da Estrada da Salgueira (Espite);
- Reparação de Rails e Guardas – Lei 33/2004;
- Reabilitação da Rua Principal – Alveijar;
- Reabilitação da Rua do Barreiro (Matas);
- Construção e/ou beneficiação de pontes e pontões – Reparação da Ponte 125, na Rua Marquês de Valência, em Ourém;
- Beneficiação de diversos caminhos municipais:
 - Várias ruas na União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
 - Reparação de danos provocados por deslizamento de terras na Rua da Capela – Calçada – Gondemaria;
 - Trabalhos diversos na Freguesia de Caxarias;
 - Reabilitação da rede viária na Freguesia de Atouguia;
 - Reabilitação viária – Vilar dos Prazeres e Carregal;
 - Requalificação da Rua do Moinho, Rua da Escadaria, Rua das Escolas e Jardim Envolvente – União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos;
 - Diversas outras.

Defesa do Ambiente

As despesas realizadas e inseridas neste objetivo denotam um aumento em 50,8%, para o qual contribuiu um acréscimo verificado no programa “Parques e Jardins” (+55,9 mil euros) e “Proteção Ambiental” (+51,6 mil euros). O valor total de despesas realizadas no presente objetivo foi ligeiramente superior a 319 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Manutenção de jardins municipais e espaços verdes públicos;
- Limpeza de linhas de água.

Freguesias

O presente objetivo denota um aumento em 16,5%. As despesas totais realizadas neste âmbito ascenderam a um montante na ordem de 1,5 milhões de euros.

Neste contexto, importa destacar a delegação de competências, resultante do contrato estabelecido com as Freguesias no âmbito da rede viária municipal e os apoios ao investimento concedidos, essencialmente no âmbito de casas mortuárias e cemitérios.

Instalações e Serviços Municipais

O ano de 2020 assinala uma quebra nas despesas realizadas adjacentes a este objetivo (variação absoluta negativa de 318,3 mil euros). Estas despesas totalizaram um valor próximo de 488,5 mil euros.

Reporte dos projetos realizados mais significativos:

- Beneficiação de Edifícios municipais;
- Aquisição de equipamento básico;
- Aquisição de equipamento administrativo;
- Aquisição de equipamento informático;
- Aquisição de software informático;
- Honorários para patrocínio judicial e pareceres;
- Promoção e imagem do Município;
- Vigilância e segurança dos edifícios municipais.

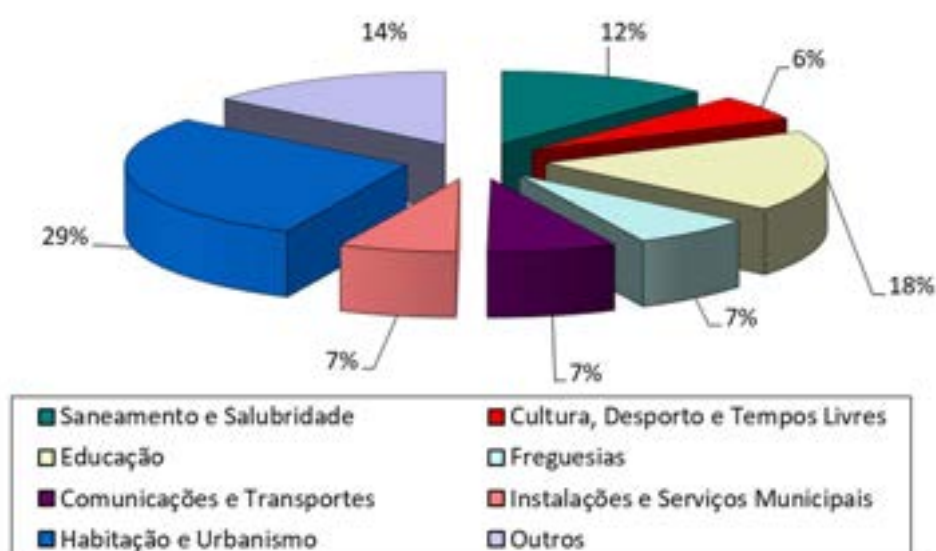
3.3.2 – ESTRUTURA DAS GOP'S

Quadro 16 – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	Uni: Euro	
	2020	Peso (%)
Educação	3 747 585,62	17,93
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1 180 728,74	5,65
Ação Social	695 551,85	3,33
Saúde	660 869,42	3,16
Habitação e Urbanismo	6 011 196,10	28,76

Saneamento e Salubridade	2 558 640,61	12,24
Proteção Civil	820 924,03	3,93
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	1 411 130,35	6,75
Comunicações e Transportes	1 550 185,45	7,42
Defesa do Ambiente	319 024,61	1,53
Freguesias	1 454 729,65	6,96
Instalações e Serviços Municipais	488 450,11	2,34
Total	20 899 016,54	100,00

Gráfico 4– Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's



Conforme decorre da leitura do quadro e do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's, no ano de 2020, reporta-se ao objetivo “Habitação e Urbanismo” com um peso no cômputo das despesas em GOP's de 29%.

Importa ainda destacar os objetivos “Educação”, e “Saneamento e Salubridade”, tendo um peso de, respetivamente, 18 % e 12%.

3.4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.4.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

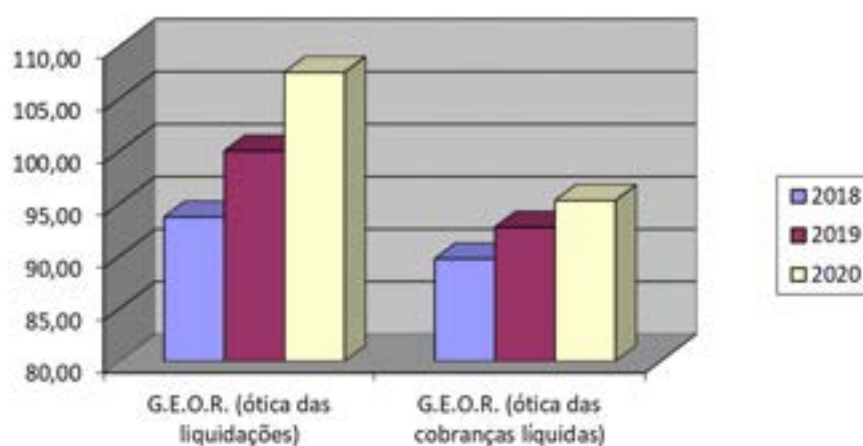
O grau de execução orçamental da receita visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada líquida (ótica das cobranças líquidas) na qual se consideram os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições e da receita liquidada (ótica das liquidações), ambos os fatores comparativamente ao valor total previsto no orçamento da receita num determinado ano económico.

Quadro 17 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

					Uni: Euro
Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
<i>(ótica das liquidações)</i>					
G.E.O.R (Corrente)	108,54	108,11	-0,39	107,52	-0,55
G.E.O.R (Capital)	46,89	71,13	51,69	113,85	60,07
G.E.O.R. (Total)	93,74	100,03	6,71	107,53	7,49
<i>(ótica das cobranças líquidas)^a</i>					
G.E.O.R (Corrente)	104,60	101,14	-3,31	104,02	2,86
G.E.O.R (Capital)	41,69	58,11	39,38	69,41	19,45
G.E.O.R. (Total)	89,76	92,78	3,36	95,31	2,73

^{a)} considera os efeitos resultantes dos reembolsos e restituições

Gráfico 5 –Grau de Execução do Orçamento da Receita



Na ótica das liquidações, o grau de execução orçamental da receita obtido foi na ordem dos 107,5%, sofrendo uma variação absoluta positiva em 7,5 p.b. face ao valor ocorrido no ano anterior. O grau de execução da receita corrente, na ótica das liquidações, foi de 107,5% e de capital, na mesma ótica, situou-se em 113,9%,

Na ótica das cobranças, o grau de execução orçamental situou-se nos 95,3%, tendo observado uma variação absoluta positiva em 2,5 p.b. face ao grau obtido no ano anterior.

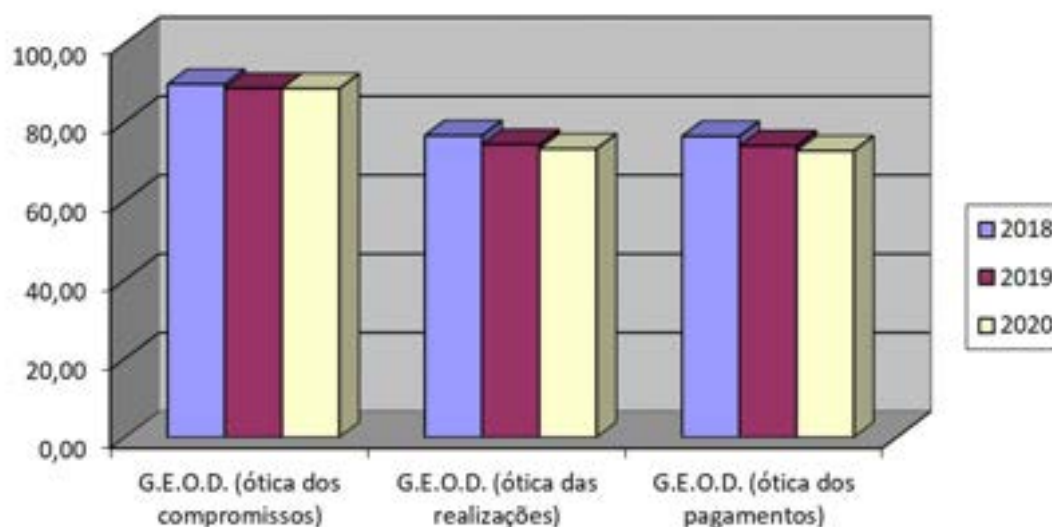
Importa realçar que, face ao valor obtido, o Município de Ourém superou a meta definida no n.º 3 do artigo 56.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a qual promove alertas precoces para a DGAL, para o membro do Governo responsável pela área das finanças e ainda para os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, sempre que a autarquia registar em dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento inferior a 85%.

3.4.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro 18 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

					Uni: Euro
Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	91,95	91,04	-0,98	90,44	-0,67
G.E.O.D (Capital)	85,54	84,40	-1,34	86,66	2,68
G.E.O.D. (Total)	89,59	88,55	-1,16	88,51	-0,04
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	82,95	83,48	0,63	81,54	-2,32
G.E.O.D (Capital)	65,66	59,11	-9,98	65,18	10,28
G.E.O.D. (Total)	76,57	74,33	-2,92	73,20	-1,52
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O.D (Corrente)	82,79	83,25	0,56	80,78	-2,97
G.E.O.D (Capital)	65,54	58,51	-10,72	64,91	10,93
G.E.O.D. (Total)	76,42	73,97	-3,21	72,69	-1,73

Gráfico 6 –Grau de Execução do Orçamento da Despesa



O grau de execução orçamental da despesa visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Na ótica dos compromissos, o grau de execução orçamental foi de 88,5%. Na ótica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, o valor apurado demonstra que se executaram 73,2% das despesas previstas. Na ótica dos pagamentos, o grau de execução situou-se nos 72,7%.

3.4.3 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Atividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (ótica dos compromissos), a despesa realizada (ótica das realizações) e da despesa paga (ótica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

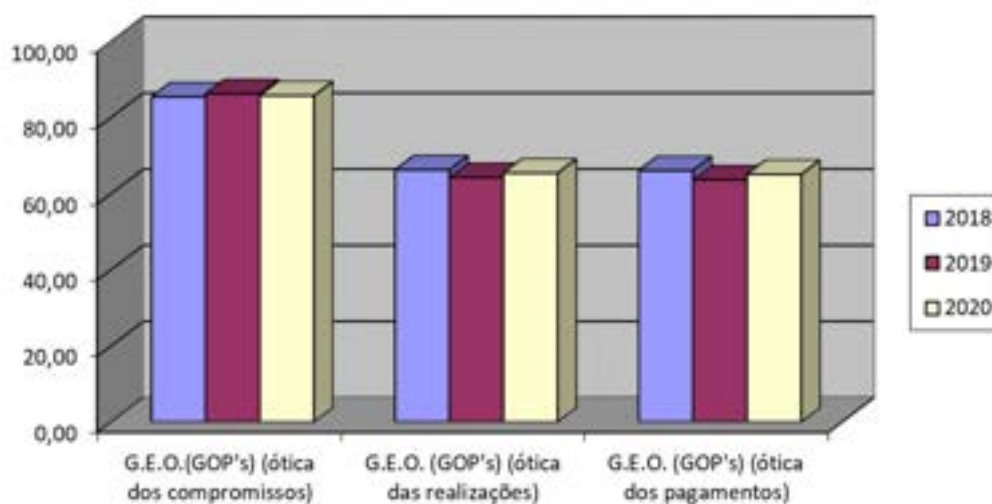
Quadro 19 – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Uni: Euro

Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
<i>(ótica dos compromissos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	85,39	86,21	0,96	85,73	-0,56
G.E.O. (PPI)	79,68	78,66	-1,28	84,95	7,99
G.E.O. (AMR's)	89,33	92,58	3,64	87,08	-5,94
<i>(ótica das realizações)</i>					
G.E.O. (GOP's)	66,24	64,18	-3,10	65,39	1,88
G.E.O. (PPI)	52,95	45,76	-13,58	60,56	32,34
G.E.O. (AMR's)	75,44	79,74	5,69	73,79	-7,45
<i>(ótica dos pagamentos)</i>					
G.E.O. (GOP's)	66,06	63,60	-3,72	65,07	2,30
G.E.O. (PPI)	52,77	44,91	-14,89	60,25	34,15
G.E.O. (AMR's)	75,26	79,38	5,47	73,43	-7,49

Gráfico 7 – Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's



Na ótica dos compromissos, na ótica das realizações e na ótica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi, respetivamente, de 85,7%, 65,3% e 65,1%.

No que concerne ao PPI, este apresenta um grau de execução orçamental na ótica das realizações de 60,6% e dos pagamentos de 60,3%.

As AMR's apresentam um grau de execução orçamental, na ótica das realizações de 73,8% e na ótica dos pagamentos de 73,4%.

3.5 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ANOS SEGUINTES

No término do ano económico em relato, verificava-se a existência de um total de 19,5 milhões de euros de compromissos para anos seguintes. Do montante reportado, e de acordo com os contratos assumidos, e face à sua potencial realização, os encargos irão incidir, essencialmente, no ano económico de 2021 (11,7 milhões euros).

Note-se que os compromissos assumidos, com exceção do que se reporta a empréstimos de médio longo prazo, não se reportam a dívida a terceiros, mas somente a atos assumidos perante terceiros, os quais apenas após cumprimento pela outra parte interveniente, do contratualmente estabelecido, se podem constituir como uma dívida municipal.

Quadro 20 – Mapa resumo dos compromissos assumidos⁶

uni: euro

Ano	Montantes
2021	11 681 300,65
2022	1 841 726,65
2023	1 292 915,14
Seguintes	4 698 208,35
TOTAL	19 514 150,79

⁶ Compromissos assumidos ainda sem realização, pelo que ainda não conferem dívida, com exceção do que respeita a empréstimos de médio longo prazo já contraídos

3.6 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

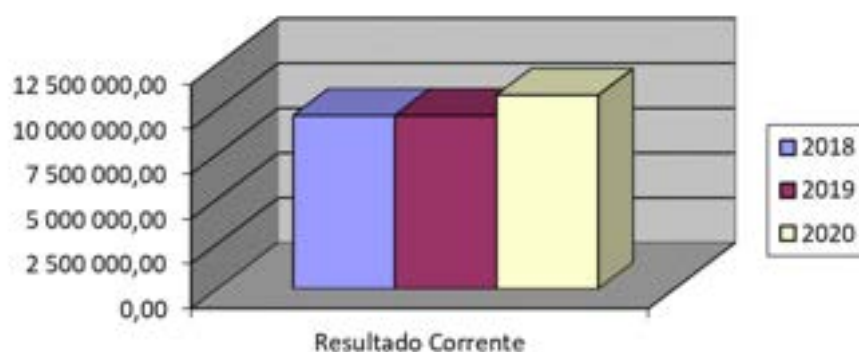
3.6.1 – RESULTADO CORRENTE

Quadro 21 – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	30 568 180,30	32 581 530,90	6,59	30 148 084,15	-7,47
Despesas correntes realizadas	20 907 381,75	22 925 404,52	9,65	19 360 093,18	-15,55
Resultado Corrente	9 660 798,55	9 656 126,38	-0,05	10 787 990,97	11,72
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico 8 – Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2020 evidencia a ocorrência de um superavit corrente próximo de 10,8 milhões de euros, ou seja, as receitas correntes liquidadas foram superiores às despesas correntes realizadas, permitindo a ocorrência de uma poupança corrente.

Contudo, importa observar dois fatores que influenciam a análise ao valor disposto e que contextualizam uma análise mais efetiva ao resultado apresentado. O primeiro fator reporta-se às receitas liquidadas e às despesas realizadas que transitam de ano económico e que, deste modo, têm uma influência direta no resultado apurado.

Quadro 22 – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do ano anterior a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Resultado corrente obtido	9 660 798,55	9 656 126,38	-0,05	10 787 990,97	11,72
Receitas liquidadas correntes que transitaram de ano	1 234 740,88	1 109 908,08	-10,11	2 103 151,88	89,49
Despesas realizadas correntes que transitaram de ano	215 214,81	41 178,54	-80,87	61 276,03	48,81
Resultado orçamental corrente, excluindo o impacto derivado do ano anterior	8 641 272,48	8 587 396,84	-0,62	8 746 115,12	1,85

Consequentemente, tendo por referência a influência decorrente do primeiro fator enunciado e extraíndo a sua influência do apuramento do resultado em análise, verifica-se que o resultado corrente se situa na ordem dos 8,7 milhões de euros, manifestando uma variação absoluta positiva, ligeiramente superior a 158,7 mil euros, face ao valor apurado para o ano económico de 2019 (na ordem dos 8,7 milhões de euros).

Como segundo fator, salienta-se ainda o impacto da despesa corrente inerente à aquisição de matérias-primas, a qual ascendeu a 70,5 mil euros, na medida em que as referidas despesas são transformadas em investimento, através da execução de obras por administração direta.

3.6.2 – RESULTADO ORÇAMENTAL

O ano de 2020 regista um superavit orçamental próximo de 16,7 milhões de euros. Em termos de representatividade, o superavit ocorrido significa 32% do total das receitas liquidadas e 47% das despesas realizadas e evidencia uma variação absoluta positiva deste resultado num valor próximo de 5,4 milhões de euros.

Excluindo o impacto decorrente das receitas liquidadas e das despesas realizadas que transitam de ano económico, verificou-se a ocorrência de um resultado orçamental na ordem dos 13,6 milhões de euros.

Quadro 23 – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	37 446 842,75	43 976 222,24	17,44	52 133 472,95	18,55
Total das Despesas Realizadas	30 586 391,15	32 677 110,70	6,84	35 467 050,30	8,54
Resultado Orçamental	6 860 451,60	11 299 111,54	64,70	16 666 422,65	47,50
Nota Orçamental	Superávit Orçamental	Superávit Orçamental		Superávit Orçamental	

Quadro 24 – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do ano anterior a p.c.

uni: Euro

Descrição	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Resultado orçamental obtido	6 860 451,60	11 299 111,54	64,70	16 666 422,65	47,50
Receitas liquidadas que transitaram de ano	6 471 272,03	1 591 918,96	-75,40	3 190 285,73	100,41
Despesas realizadas que transitaram de ano	275 871,93	58 089,52	-78,94	159 404,16	174,41
Resultado orçamental, excluindo o impacto derivado do ano anterior	665 051,50	9 765 282,10	1368,35	13 635 541,08	39,63

4. FONTES DE FINANCIAMENTO

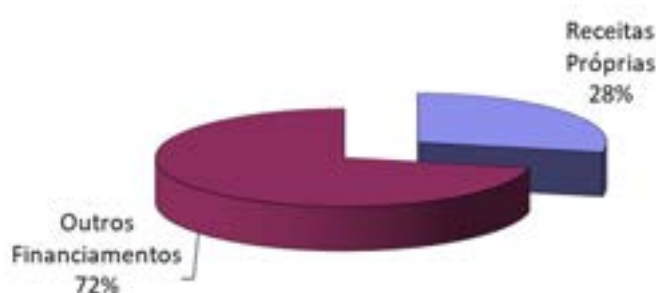
4.1 – RECEITAS PRÓPRIAS

4.1.1 – ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas permite aferir a capacidade da autarquia em gerar, localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objetivos propostos.

Gráfico 9 – Estrutura da Receita

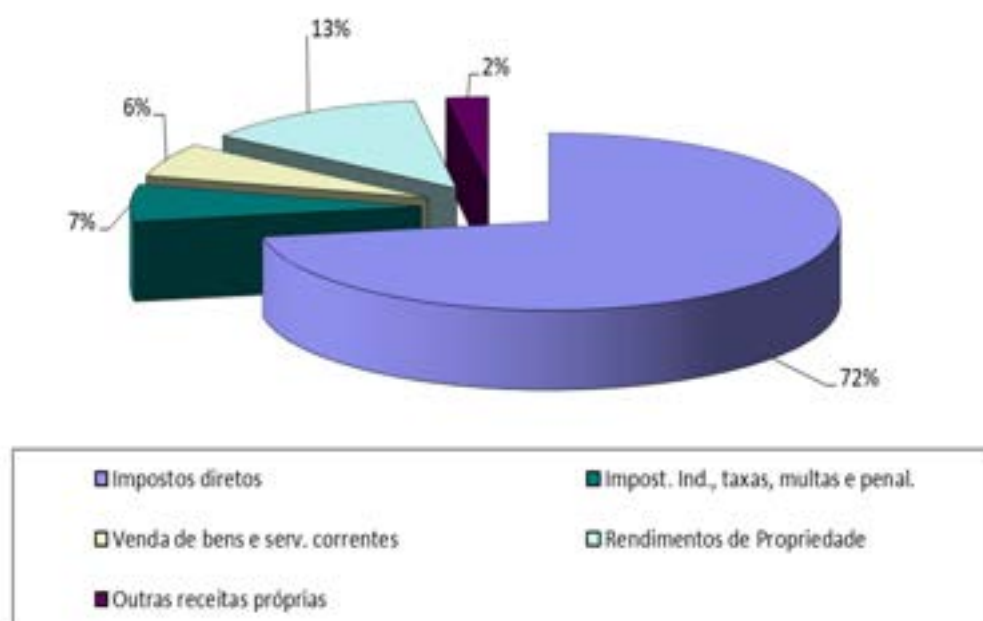


O gráfico acima apresentado denota que as receitas próprias do município representam 28% das receitas totais. Será ainda de referir que o valor apresentado denota uma deterioração absoluta deste indicador em 14 p.b, face ao valor obtido no ano anterior.

Os impostos diretos, onde se incluem os impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 72%, seguidos dos rendimentos de propriedade (12,5%).

Os impostos indiretos, taxas, multas e penalidades representam 6,8% do total das receitas próprias e as vendas de bens e prestações de serviços correntes 6,1%.

Gráfico 10 – Estrutura das Receitas Próprias



4.1.2 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Quadro 25 – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

uni: Euro

Receitas Próprias	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	16 769 583,69	18 470 017,04	10,14	14 748 078,45	-20,15

Em 2020, as receitas próprias assinalam um valor ligeiramente superior a 14,7 milhões de euros, denunciando uma variação negativa na ordem dos 20,2% face ao volume verificado no ano anterior.

4.1.3 – INDICADORES

Através da análise dos indicadores seguidamente expostos, podemos verificar que as receitas próprias diminuíram a sua representatividade nas receitas totais em 32,7%. O grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias é de 42%. As receitas próprias, *per capita*, foram na ordem dos 334,85 euros (-20%), e, por Km², de 35.401,05 euros (-20,2%).

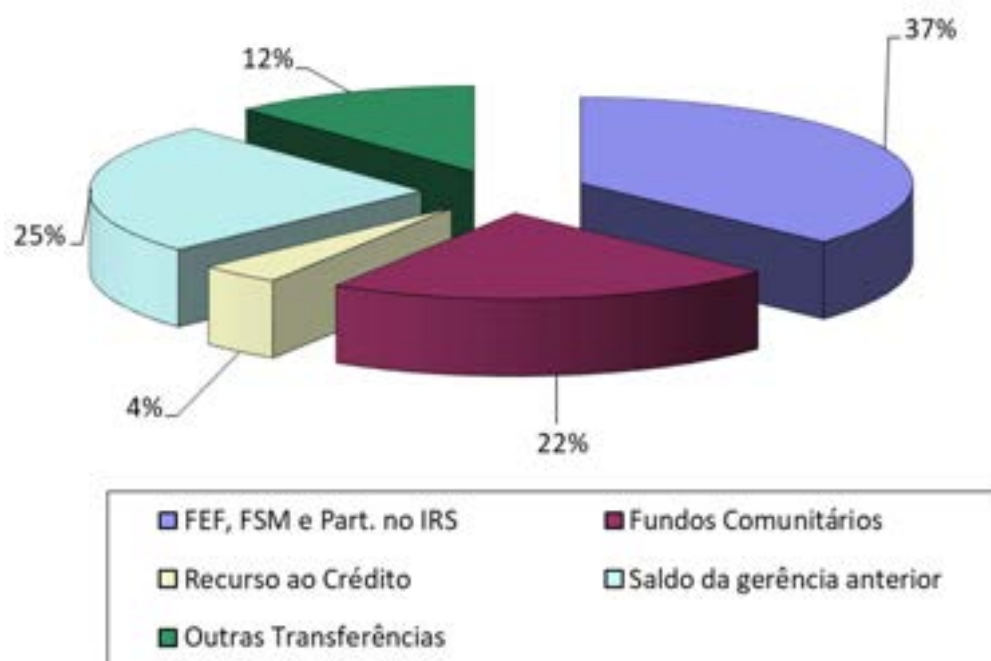
Quadro 26 – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,45	0,42	-6,21	0,28	-32,65
Receitas Próprias / Despesa Total	0,55	0,57	3,09	0,42	-26,43
Receitas Próprias por Km2	40 253,44 €	44 335,13 €	10,14	35 401,05 €	-20,15
Receitas Próprias <i>per capita</i>	377,64 €	419,13 €	10,98	334,85 €	-20,11

4.2 – OUTROS FINANCIAMENTOS

4.2.1 – ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Gráfico 11 – Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico que se apresentou na página anterior, o maior recurso financeiro relativo aos “Outros Financiamentos”, provém da participação do município nos impostos do Estado (37%), do saldo da gerência anterior (25%) e dos fundos comunitários (22%).

De salientar que as outras transferências representaram 12% do total destas receitas e o recurso ao crédito 4% (influência do crédito de curto prazo, cujo impacto orçamental é de efeito nulo).

4.2.2 – EVOLUÇÃO DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Quadro 27 – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

uni: Euro					
Outros Financiamentos	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	20 677 259,06	25 506 205,20	23,35	37 385 394,50	46,57

Os “Outros Financiamentos” manifestam um aumento na ordem dos 46,6%, sendo o volume total verificado, em 2020, na ordem dos 37,4 milhões de euros.

4.2.3 – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

No decurso de 2020, a participação dos municípios nos impostos do Estado consubstanciou-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro (Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal), no Fundo Social Municipal e na participação do IRS.

O FGM visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, em função dos respetivos níveis de funcionamento e investimento, sendo a sua distribuição efetuada tendo por base os seguintes critérios:

- 5% igualmente por todos os municípios;
- 65% na razão direta da população (ponderada) residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo, sendo a população residente nas Regiões Autónomas ponderada pelo fator 1.3, estabelecendo-se ainda os seguintes ponderadores marginais:
 - os primeiros 5000 habitantes – 3;
 - de 5001 a 10000 habitantes – 1;
 - de 10001 a 20000 habitantes – 0,25;
 - de 20001 a 40000 habitantes – 0,5;
 - de 40001 a 80000 habitantes – 0,75;
 - > 80000 – 1.

- 25% na razão direta da área ponderada por um fator relativo à amplitude altimétrica do município e 5% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida; ou
- 20% na razão direta da área ponderada por um fator de amplitude altimétrica do município e 10% na razão direta da área afeta à Rede Natura 2000 e da área protegida, nos municípios com mais de 70% do seu território afeto à Rede Natura 2000 e de área protegida.

O Fundo de Coesão Municipal (FCM) visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e é a soma da compensação fiscal (CF) e da compensação por desigualdade de oportunidades (CDO) baseada no índice de desigualdade de oportunidades (IDO), os quais traduzem situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O Fundo Social Municipal constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, sendo a sua repartição anual pelos municípios estabelecida, de acordo com os seguintes indicadores:

- 35% de acordo com os seguintes indicadores relativos às inscrições de crianças e jovens nos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico do município:
 - 4% na razão direta do número de crianças que frequentam o ensino pré-escolar público;
 - 12% na razão direta do número de jovens a frequentar o 1º ciclo do ensino básico público;
 - 19% na razão direta do número de jovens a frequentar o 2º e 3º ciclos do ensino básico público;
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes inscritos na rede de saúde municipal:
 - 10,5% na razão direta do número de beneficiários dos programas municipais de cuidados de saúde continuados;
 - 22% na razão direta do número de utentes inscritos nos centros de saúde concelhios;

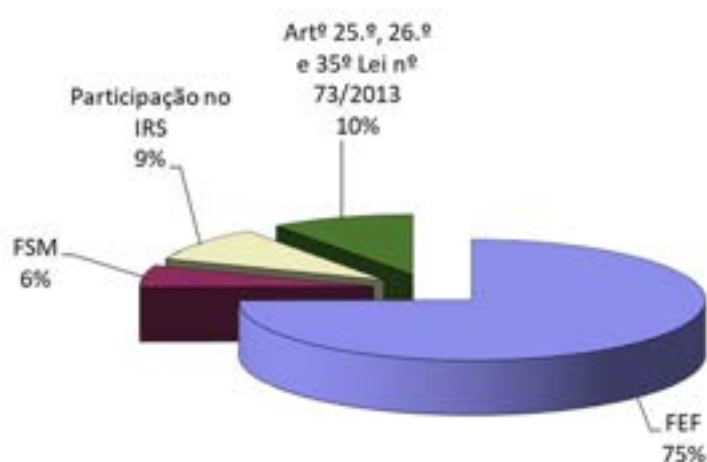
- 32,5% de acordo com os seguintes indicadores relativos ao número de utentes e beneficiários das redes municipais de creches, estabelecimentos de educação pré-escolar, equipamentos na área dos idosos, designadamente estruturas residenciais e centros de dia e programas de ação social de cada município:
 - 5% na razão direta do número de inscritos em programas de apoio à toxicodependência e de inclusão social;
 - 12,5% na razão direta do número de crianças até aos 3 anos de idade, que frequentam as creches e jardins de infância;
 - 15% na razão direta do número de adultos com mais de 65 anos residentes em lares ou inscritos em centros de dia e programas de apoio ao domicílio.

Os municípios têm ainda direito a uma participação fixa de 2% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial e uma participação variável até 3% no IRS, sendo esta última aplicável em consonância com a deliberação do órgão deliberativo do município. Neste contexto, o Município de Ourém deliberou manter a participação de 5%.

4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais

O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que representa cerca de 75% do total dos três fundos. O Fundo Social Municipal, o qual é um financiamento consignado a algumas despesas no âmbito da educação, saúde e ação social, constitui 6% dos fundos municipais e a participação no IRS representa 9% destas receitas. Por fim, referir que a receita resultante da aplicação dos artigos 25.º, 26º e 35º da Lei 73/2013, representa 10% do total dos fundos municipais obtidos em 2020.

Gráfico 12 – Estrutura dos Fundos Municipais



4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais

Por observação do quadro que se expõe, verifica-se que o FEF sofreu uma variação positiva em 6,2% e a participação no IRS um aumento de 5%. Já no que concerne ao FSM, verificou-se uma estagnação do valor obtido (facto que permanece há vários anos). Relativamente à aplicação do n.º 3, do artigo 35º, da Lei 73/2013, verificou-se um aumento em 63,3%, atingindo um valor próximo de 1,4 milhões de euros.

No conjunto, estas receitas observam um acréscimo próximo de 9,5%, significando uma variação absoluta positiva na ordem de 1,2 milhões de euros.

Quadro 28 – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

uni: Euro					
Fundos Municipais	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
FEF	9 940 986,00	9 747 423,00	-1,95	10 347 130,00	6,15
FSM	808 796,00	808 796,00	0,00	808 796,00	0,00
Participação no IRS	1 165 644,00	1 231 871,00	5,68	1 293 264,00	4,98
Nº 3 artº 35º Lei nº 73/2013	0,00	840 288,00	--	1 372 454,53	63,33
Total	11 915 426,00	12 628 378,00	5,98	13 821 644,53	9,45

4.2.4 – COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

Quadro 29 – Evolução da Cooperação Técnica a preços correntes

uni: Euro

Coop. Técnica e Financeira	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	0,00	0,00	--	0,00	--

Em 2020, não se verificaram quaisquer receitas neste âmbito, sendo de referir que o último ano em que o município obteve receitas neste contexto, foi em 2017, resultantes de um protocolo extraordinário estabelecido com a Administração Central para beneficiação de infraestruturas em Fátima, no âmbito do Centenário das Aparições.

4.2.5 – FUNDOS COMUNITÁRIOS

No decurso de 2020, verificou-se um aumento das receitas relativas a fundos comunitários em 511%. Estas receitas situaram-se num valor ligeiramente superior a 8,2 milhões de euros, denotando uma variação absoluta positiva próxima de 6,9 milhões de euros.

Quadro 30 – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro

Fundos Comunitários	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	998 124,02	1 348 933,43	35,15	8 244 030,52	511,15

4.2.6 – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

4.2.6.1 – Curto Prazo

Em 2020 contratualizou-se um empréstimo de curto prazo contraído para fazer face a necessidades de tesouraria, tendo esse valor sido integralmente pago no mesmo ano económico. Dadas as características deste tipo de empréstimo, realça-se que, por observância às movimentações orçamentais que origina, nomeadamente refletindo igual valor, quer no orçamento da receita, quer no orçamento da despesa, este empréstimo acaba por apresentar um efeito nulo.

4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo

Em 2020, tal como nos anos anteriores, não se obteve qualquer receita inerente a empréstimos de médio e longo prazo.

4.2.7 – INDICADORES

O quadro que se apresenta permite aferir que o peso dos outros financiamentos no total da receita aumentou 23,6%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram mais de 100 % das despesas totais realizadas em 2020. Os outros financiamentos, *per capita*, foram na ordem dos 848,82 euros e, por Km², de 89.739,31 euros.

Em 2020, os fundos municipais representaram 27% do total das receitas e cobriram 39% das despesas totais realizadas. Estas receitas significaram, *per capita*, um valor de 313,81 euros e, por Km², de 33.177,26 euros.

Será de salientar que os fundos comunitários significaram 23% do total das despesas realizadas, tendo sido obtido um valor de financiamento, *per capita*, de 187,18 euros.

Quadro 31 – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,55	0,58	5,04	0,72	23,64
Outros Financ. / Despesa Total	0,68	0,78	15,46	1,05	35,04
Outros Financiamentos por Km2	49 633,36 €	61 224,69 €	23,35	89 739,31 €	46,57
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	465,64 €	578,79 €	24,30	848,82 €	46,65
Fundos Municipais / Receita Total	0,32	0,29	-9,75	0,27	-7,68
Fundos Municipais / Despesa Total	0,39	0,39	-0,80	0,39	0,84
Fundos Municipais por Km2	28 601,60 €	30 312,96 €	5,98	33 177,26 €	9,45
Fundos Municipais <i>per capita</i>	268,33 €	286,57 €	6,80	313,81 €	9,51
Coop. Tén. Financ. / Receita Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Coop. Tén. Financ. / Despesa Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Coop. Tén. Financeira por Km2	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--

Coop. Tén. Financeira <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Fundos Comunitários / Receita Total	0,03	0,03	15,08	0,16	415,53
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,03	0,04	26,50	0,23	463,08
Fundos Comunitários por Km2	2 395,88 €	3 237,96 €	35,15	19 788,84 €	511,15
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	22,48 €	30,61 €	36,18	187,18 €	511,48
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p / Despesa Total	0,00	0,00	--	0,00	--
Empréstimos m.l.p por Km2	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	0,00 €	0,00 €	--	0,00 €	--

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

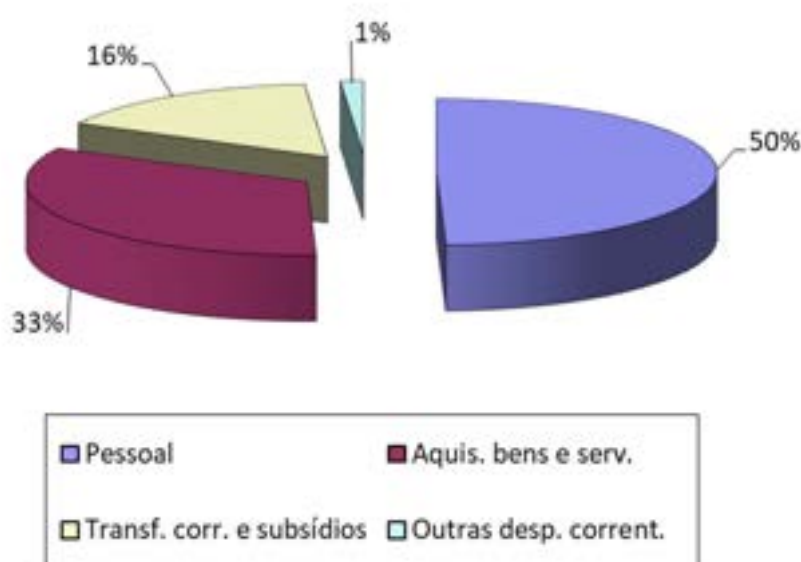
5.1 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São, para o efeito, retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projetos por administração direta que, na prática, são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas na conta residual, designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Gráfico 13 – Estrutura das Despesas de Funcionamento



Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2020 reporta-se a despesas com pessoal (50%) e à aquisição de bens e serviços (33%). De salientar ainda as despesas com transferências correntes e subsídios, as quais representam 16% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Quadro 32 – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro

Despesas de Funcionamento	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	20 834 421,41	22 862 260,84	9,73	19 307 511,61	-15,55

As despesas de funcionamento sofreram uma quebra em 15,6%, (note-se que a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor se situou em 0% no decurso de 2020).

5.1.3 – INDICADORES

Quadro 33 – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,68	0,70	2,95	0,64	-9,41
Desp. Func. / Despesas Correntes	1,00	1,00	0,07	1,00	0,00
Desp. Func. / Despesas Totais	0,68	0,70	2,71	0,54	-22,19
Despesas de Funcionamento por Km ²	50 010,61 €	54 878,21 €	9,73	46 345,44 €	-15,55
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	469,18 €	518,80 €	10,57	438,37 €	-15,50

A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento registou um decréscimo em 9,4%. No ano em análise, estas despesas representam 54% das despesas totais. As despesas de funcionamento, *per capita*, foram na ordem dos 438,37 euros, e, por Km², de 46.345,44 euros.

5.2 – DESPESAS COM PESSOAL

5.2.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Quadro 34 – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes

uni: Euro					
Despesas com Pessoal	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	8 579 698,17	9 704 753,98	13,11	9 549 154,76	-1,60

Estas despesas sofreram uma quebra em 1,6%, assinalando uma variação absoluta negativa próxima de 155,6 mil euros.

5.2.2 – INDICADORES

Quadro 35 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,28	0,30	6,12	0,31	5,55
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,41	0,42	3,16	0,49	16,52
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,28	0,30	5,88	0,27	-9,34
Despesas de Pessoal por Km ²	20 594,57 €	23 295,14 €	13,11	22 921,64 €	-1,60
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	193,21 €	220,22 €	13,98	216,81 €	-1,55

As despesas com pessoal consumiram 31% das receitas correntes liquidadas. A representatividade das despesas com pessoal, no total das despesas, foi de 49% e significou *per capita*, um valor na ordem dos 216,81 euros e por Km² de 22.921,64 euros.

5.3 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

5.3.1 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS RELATIVAS À AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Quadro 36 – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

uni: Euro

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	9 129 614,32	9 666 370,79	5,88	6 407 101,96	-33,72

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se uma quebra destas, face ao ano anterior, em 33,7%, tendo atingido um valor ligeiramente superior a 6,4 milhões de euros.

5.3.2 – INDICADORES

Quadro 37 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,30	0,30	-0,66	0,21	-28,90
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,44	0,42	-3,44	0,33	-21,51
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,30	0,30	-0,89	0,18	-38,93
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	21 914,58 €	23 203,00 €	5,88	15 379,51 €	-33,72
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	205,59 €	219,35 €	6,69	145,47 €	-33,68

Em 2020, 21% das receitas correntes foram afetadas às despesas com a aquisição de bens e serviços, valor que significa uma quebra deste fator em 28,9%. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais foi, respetivamente, de 33% e 18%. As despesas com a aquisição de bens e serviços, *per capita*, foram de 145,47 euros e, por Km², de 15.379,51 euros.

5.4 – SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da atividade municipal, no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Quadro 38 – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes

uni: Euro					
Serviço da Dívida	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	3 567 436,04	3 091 591,69	-13,34	2 557 715,68	-17,27
(excluindo a amortização do emp. de curto prazo)	2 067 436,04	1 591 591,69	-23,02	1 057 715,68	-33,54

Estas despesas sofreram uma quebra em 17,3%. Importa ter em consideração que este volume de despesa se encontra influenciado pela utilização de um empréstimo de curto prazo. Excluindo o mencionado fator de influência (empréstimo a curto prazo), o qual assume um efeito nulo no âmbito orçamental (relação receita/despesa), estas despesas apresentam um decréscimo em 33,5%.

5.4.2 – INDICADORES

Nos indicadores expostos, exclui-se das despesas com o serviço da dívida, o volume reportado à amortização do empréstimo de curto prazo.

Deste modo, o serviço da dívida representa 2% das receitas totais e absorve 3% do cômputo das despesas. As despesas com o serviço da dívida, *per capita*, foram de 24,01 euros e, por Km², de 2.538,92 euros.

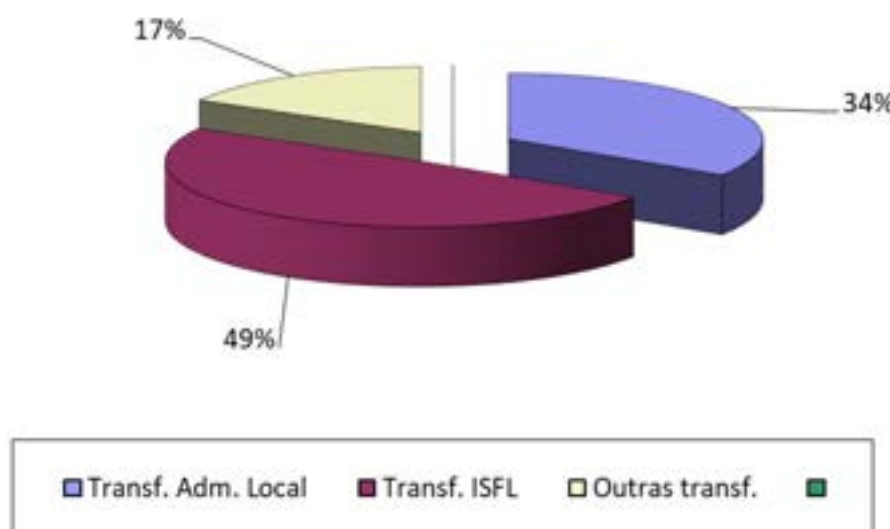
Quadro 39 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,06	0,04	-34,45	0,02	-37,06
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,07	0,05	-27,94	0,03	-38,77
Serviço da Dívida por Km ²	4 962,64 €	3 820,43 €	-23,02	2 538,92 €	-33,54
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	46,56 €	36,12 €	-22,43	24,01 €	-33,51

5.5 – APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

5.5.1 – ESTRUTURA DOS APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

Gráfico 14 – Estrutura dos apoios concedidos



Aproximadamente 49% dos apoios concedidos são respeitantes a verbas cedidas às instituições sem fins lucrativos e 34% referentes a apoios concedidos à Administração Local (essencialmente, freguesias).

5.5.2 – EVOLUÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS A TERCEIROS

Quadro 40 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro					
Apoios Concedidos	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	3 565 168,73	3 251 079,93	-8,81	4 415 896,62	35,83

No decurso de 2020, os apoios concedidos a terceiros significaram um valor na ordem dos 4,4 milhões de euros, denotando uma variação positiva em 35,8%, face ao valor verificado no ano anterior.

5.5.3 – INDICADORES

Quadro 41 – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,10	0,07	-22,35	0,08	14,08
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,12	0,10	-14,64	0,12	25,14
Apoios concedidos por Km2	8 557,77 €	7 803,84 €	-8,81	10 599,85 €	35,83
Apoios concedidos <i>per capita</i>	80,29 €	73,77 €	-8,11	100,26 €	35,90

Os apoios concedidos afetam cerca de 8% das receitas totais, significam 12% do somatório das despesas realizadas totais e uma capitação por habitante de 100,26 euros.

5.6 – INVESTIMENTO MUNICIPAL

5.6.1 – INVESTIMENTO DIRETO

5.6.1.1 – Evolução do investimento direto

Quadro 42 – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Direto Municipal	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	5 041 709,49	5 256 678,21	4,26	12 239 489,43	132,84

O período em análise evidencia um acréscimo do volume de investimento direto municipal em 132,8%, tendo o montante realizado ascendido a um valor na ordem dos 12,2 milhões de euros.

5.6.1.2 – Indicadores

Quadro 43 – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Investimento Direto / Receitas Totais	0,13	0,12	-11,22	0,23	95,56
Investimento Direto / Despesas Totais	0,16	0,16	-2,41	0,35	114,52
Investimento Direto por Km ²	12 102,04 €	12 618,05 €	4,26	29 379,48 €	132,84
Investimento Direto <i>per capita</i>	113,54 €	119,29 €	5,06	277,89 €	132,96

Em 2020 o investimento direto municipal realizado absorveu 23% das receitas totais e significou 35% das despesas totais. O volume de investimentos diretos, *per capita*, foi de 277,89 euros e, por Km², de 29.379,48 euros.

5.6.2 – INVESTIMENTO TOTAL (DIRETO E INDIRETO)

Nesta análise, considerar-se-á como investimento do município, não só o investimento por este realizado, denominado por investimento direto, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 – Evolução do investimento total

Quadro 44 – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes

uni: Euro					
Investimento Total Municipal	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Total	6 019 489,45	6 418 991,67	6,64	13 601 823,01	111,90

O investimento total municipal reporta um acréscimo em 111,9% e representa um volume ligeiramente superior a 13,6 milhões de euros.

5.6.2.2 – Indicadores

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento total situou-se nos 26%, registando um aumento em 78%, face ao ano anterior. No ano em análise, estas despesas representaram 38% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total foi na ordem dos 308,82 euros, e por Km², de 32.649,60 euros

Quadro 45 – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto)

Indicadores	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,16	0,15	-9,20	0,26	77,98
Investimento Total / Despesas Totais	0,20	0,20	-0,19	0,38	95,23
Investimento Total por Km2	14 449,09 €	15 408,05 €	6,64	32 649,60 €	111,90
Investimento Total <i>per capita</i>	135,56 €	145,66 €	7,45	308,82 €	112,02

5.6.3 – O INVESTIMENTO MUNICIPAL E AS SUAS PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

Através da análise efetuada ao quadro seguinte, verifica-se que, no ano de 2020, as fontes de financiamento de capital foram superiores ao investimento total, na ordem dos 4,1 milhões.

Para esta circunstância contribuiu, nomeadamente, a poupança corrente verificada, a qual se situou na ordem dos 10 milhões de euros.

Quadro 46 – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes

Designação	2018	Peso (%)	2019	Peso (%)	2020	Peso (%)
Investimento Total a)	6 019 489,45	--	6 418 991,67	--	13 601 823,01	--
Receitas de Capital (1)	4 351 428,51	31,05	5 939 022,08	38,08	7 717 088,56	43,48
Venda de Bens de Investimento	207 177,43	1,48	275 032,55	1,76	3 092,00	0,02

uni:
Euro

Participação nos Impostos do Estado (Capital)	994 099,00	7,09	2 162 745,99	13,87	2 236 736,34	12,60
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Comunitários (Capital)	998 124,02	7,12	1 302 089,50	8,35	3 780 875,81	21,30
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso ao Crédito	1 500 000,00	10,70	1 500 000,00	9,62	1 500 000,00	8,45
Outras Receitas de Capital	652 028,06	4,65	699 154,04	4,48	196 384,41	1,11
Poupança Corrente (2)	9 660 798,55	68,95	9 656 126,38	61,92	10 031 189,79	56,52
Total das Fontes de Financiamento (b)	14 012 227,06	--	15 595 148,46	--	17 748 278,35	--
Fontes de Financiamento / Investimento	2,33	--	2,43	--	1,30	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	7 992 737,61		9 176 156,79		4 146 455,34	

a) Investimento direto e indireto

b) (1) + (2)

6. CUMPRIMENTOS LEGAIS NA DESPESA

6.1 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS DAS DESPESAS MUNICIPAIS COM PESSOAL

Neste âmbito importa observar as limitações impostas pela LOE/2019 (Lei 71/2018), de 31 de dezembro.

Deste modo, os municípios que se encontrem em situação de saneamento financeiro, nos termos do n.º 1, do artigo 58.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, é aplicável o artigo 55.º da LOE/2018, o qual estabelece um notório controlo ao recrutamento de trabalhadores, permitindo o seu recrutamento excecional, condicionado à observância de um conjunto de pressupostos cumulativos, designadamente que não induza um aumento da despesa com pessoal verificada em 31 de dezembro 2019.

Já no que concerne aos municípios que não se encontrem em situação de saneamento financeiro (circunstância aplicável ao Município de Ourém), aplicam-se os princípios gerais subjacentes à Lei 73/2013, no que diz respeito às regras do equilíbrio, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Complementarmente, será relevante considerar as metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, definidas ao abrigo do PAEL e que serão monitorizadas e expostas em ponto próprio (vide capítulo 9 do presente documento).

Observando o quadro que se expõe na página seguinte, verifica-se que, após imputação das diversas variáveis a considerar neste âmbito, o Município de Ourém apresenta um encargo com as despesas decorrentes de pessoal, superior ao volume existente no início do PAEL (2012), próximo de 2,6 milhões de euros.

Quadro 47 – Despesas com pessoal

		(2012)	2018	2019	2020
		(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)	(Acumulado)
(A)	Despesas com pessoal (capítulo 01)	6 386 549,87 €	8 579 698,17 €	9 704 753,98 €	9 549 154,76 €
(B)	Aquisição de serviços (rubrica 02.02, referentes a pessoas singulares - NIF iniciado por 1 ou por 2)	86 689,74 €	228 235,41 €	164 236,09 €	145 192,99 €
(C)	Subtotal(C)= (A)+(B)	6 473 239,61 €	7 004 429,21 €	8 807 933,58 €	9 694 347,75 €
Impactos a excluir					
(D)	Despesas com pessoal resultantes da contratualização de competências a administração central na administração local (MEC)	2 154 083,77 €	2 465 157,90 €	2 741 146,75 €	2 800 150,03 €
(E)	Reposição da redução remuneratória*	--	52 600,00 €	52 600,00 €	0,00 €
(F)	Decisão legislativa ou judicial	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(G)	Processos de dissolução e da internalização de atividades do município	0,00 €	1 096 990,23 €	1 398 674,63 €	0,00 €
(H)	Despesas no âmbito do atendimento digital assistido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(I)	Subtotal (I) = (D)+(E)+(F)+(G)+(H)	2 154 083,77 €	3 614 748,13 €	4 192 421,38 €	2 800 150,03 €
(J)	TOTAL (J) = (C) - (I)	4 319 155,84 €	4 921 324,18 €	5 193 185,45 €	6 894 197,72 €
Variação face ao ano de início do PAF (Plano de Ajustamento Financeiro), ou seja, 2012					2 575 041,88 €
Variação face ao ano anterior					1 701 012,27€

* Valores apurados por estimativa constante, face ao efeito gradual estabelecido anualmente nas LOE

6.2 – CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei das Finanças Locais (revogada pela Lei 73/2013 de 3 de setembro, a qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014) estabelece princípios orientadores em matéria de endividamento

autárquico, redefinindo quer o conceito de endividamento, quer o modelo de apuramento dos limites, destacando-se, neste âmbito:

- Artigo 52.º – Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º da Lei 73/2013, definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. Deste modo, as entidades que relevam são:

- Os serviços municipais e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4, do artigo 16.º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresariais do Estado ou regional, por força do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifiquem, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção por parte do município, pelo montante total.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no artigo 52.º da Lei 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º)

6.2.1 – ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO – SEC/2010

O montante de endividamento líquido municipal, cujo conceito é transposto no SEC2010 é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos ativos financeiros, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras e as aplicações de tesouraria. Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido das entidades em que o município participa (proporcionalmente à sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o setor empresarial local, caso se verifique incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

O endividamento líquido, apurado nos termos do SEC 2010, resulta num endividamento líquido de 0, decorrente da circunstância dos ativos financeiros superarem os passivos financeiros, após exclusão do capital em dívida excecionado.

Quadro 48 – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2020

uni Euro	
Resumo dos ativos líquidos	28 657 179,12
Resumo dos passivos líquidos	11 775 293,69
Endividamento líquido nos termos do SEC 2010 a considerar	0,00

6.2.2 – ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO

Nos termos do artigo 50.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo são contraídos para acorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante permitido contratualizar com instituições financeiras, contribuindo para tal circunstância, o condicionalismo deste empréstimo se amortizar no ano económico da sua constituição, pelo que não consente fundar dívida de curto prazo em médio e longo prazo.

Neste contexto, esta autarquia contratualizou um empréstimo de curto prazo de 1,5 milhões de euros não apresentando no final do exercício, qualquer valor em dívida neste âmbito.

6.2.3 – ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Os empréstimos de médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal, tendo as sucessivas Leis do Orçamento do Estado induzido notórias restrições à sua contratualização, embora agora esteja associada ao limite da dívida total.

No decurso de 2020, esta autarquia não contraiu qualquer empréstimo desta natureza. Consequentemente, o capital em dívida de médio e longo prazo inerente a empréstimos situava-se ligeiramente superior a 3 milhões de euros (de considerar em complemento 933,4 mil euros referentes à amortização prevista para os próximos 12 meses, os quais se consideram nos financiamentos obtidos a curto prazo), ao qual acresce montante de 27,5 mil euros referente à participação no Fundo de Apoio Municipal, 57,8 mil euros inerentes à aquisição de imobilizado em locação financeira, 35 mil euros referentes à aquisição de imobilizado com acordos de médio prazo estabelecidos e 170,2 mil euros a outras aquisições a médio longo prazo.

6.2.4 – VOLUME DE PAGAMENTOS EM ATRASO

A LOE/2017 e a LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) estabelecem a obrigatoriedade na diminuição do volume de pagamentos em atraso.

Neste contexto, reporta-se que em 31 de dezembro de 2020, não existia qualquer pagamento em atraso apurado nos termos da LCPA.

6.2.5 – LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Quadro 49 – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)

Designação	Valores (em euros)
Receitas correntes líquidas cobradas - 2017	28 313 680,71
Receitas correntes líquidas cobradas - 2018	29 458 272,22
Receitas correntes líquidas cobradas - 2019	30 478 379,02
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos)	44 125 165,98
Dívida Total apurada em 31/12/2020	6 557 443,71
Exclusão da participação no FAM	55 014,75
Dívida referente a Operações de Tesouraria (OT)	53 510,91
Dívida Total a considerar (exclui o efeito do FAM e OT)	6 448 918,05
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013 (a)	37 676 247,93

(a) Não inclui a dívida total das entidades intermunicipais e participadas que sejam de considerar

Conforme se pode verificar no quadro acima apresentado, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido, dispondo de uma margem próxima de 37,7 milhões de euros.

Importa ainda mencionar que o apuramento apresentado ainda não é o definitivo, considerando que será de imputar o contributo para o endividamento de entidades participadas, circunstância que só será exequível após encerramento e aprovação das contas pelas entidades participadas, designadamente associações de municípios.

Contudo, os eventuais valores a imputar, face à sua reduzida relevância material no contexto dos valores apresentados, não deverão alterar substancialmente o sentido da análise disposta.

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

7.1 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

7.1.1 – CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Quadro 50 – Mapa de Condições Económicas

Designações	Exercícios	
	2020	2019*
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	-1,26%	0,28%
1.2 Económica	-1,13%	0,22%
1.3 Vendas	-550,62%	21,30%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	0,000	0,004
2.2 Grau de alavancagem	-1,115	-1,278
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	-0,011	0,002
3. Rotações		
3.1 Rotação do Ativo	0,002	0,010
3.2 Rotação do Ativo Corrente	0,02	0,09
3.3 Rotação do Ativo Imobilizado	0,002	0,010
4. Gestão		
4.1 de Matérias	-1,60	0,98
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	228,5	80,5
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	25	21

* valores apurados tendo por base do POCAL

(a) Entendeu-se adotar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

(b) Cálculo em conformidade com a fórmula estabelecida pela DGAL e divulgação da respetiva entidade

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na atividade.

Todos os indicadores de rendibilidade denotam uma deterioração, decorrente do apuramento de um resultado líquido do exercício negativo, quando efetuada comparação com o ano anterior.

Equações fundamentais

A alavancagem, designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2020 (-1,23) que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador, a existência de uma taxa de retorno dos capitais investidos negativa.

Rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do ativo. No entanto, será conveniente mencionar que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta, que não é preponderante no desenvolvimento da atividade do Município.

Gestão

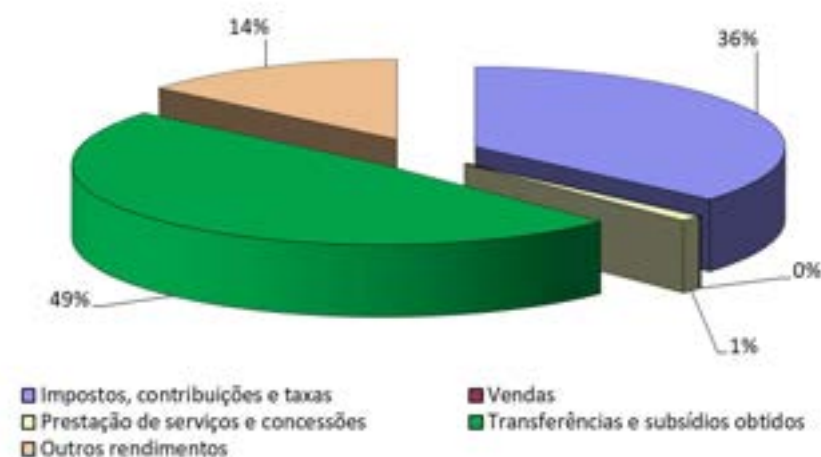
O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso sofreu um aumento, face ao ano anterior, na ordem dos 148 dias. Desta forma, o prazo médio de cobrança expresso em dias situou-se na ordem dos 228,5 dias, refletindo o período de crise decorrente do contexto pandémico.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c será de referir que a DGAL ainda não divulgou o valor inerente ao fim do exercício de 2020. Deste modo o valor disposto referente a 2019, reporta ao apuramento divulgado pela DGAL e o dado disposto de 2020, a cálculo efetuado pelo Município de Ourém, podendo existir divergências no método de apuramento efetuado entre os dois organismos, pelo que a comparabilidade estará condicionada.

7.1.2 – RENDIMENTOS

7.1.2.1 – Estrutura dos rendimentos

Gráfico 15 – Estrutura dos Rendimentos



A estrutura dos rendimentos demonstra que 49 % destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado. Os impostos, contribuições e taxas representam 36% dos rendimentos totais. Os outros rendimentos significam 14% do total dos proveitos. As prestações de serviços e concessões representam, apenas, 1% do total dos rendimentos.

7.1.2.2 – Evolução dos rendimentos

Quadro 51 – Evolução dos rendimentos a preços correntes

uni: Euro					
Rendimentos	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Impostos, contribuições e taxas	11 547 331,93	12 061 046,83	4,45	11 378 301,17	-5,66
Impostos diretos e indiretos	9 915 313,57	11 188 034,81	12,84	10 608 555,14	-5,18
Derrama	751 397,11	883 251,32	17,55	885 806,36	0,29
Imposto municipal sobre imóveis	6 375 874,45	6 469 620,12	1,47	6 585 148,31	1,79

Impostos único de circulação	1 151 951,38	1 182 444,87	2,65	1 135 568,80	-3,96
Outros - Impostos abolidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Imposto municipal sobre transmissões	1 636 090,63	2 652 718,50	62,14	2 002 031,67	-24,53
Taxas, multas e outras penalidades	1 729 367,04	1 921 813,23	11,13	769 746,03	-59,95
Taxas sobre espetáculos e divertimentos	882,00	1 100,80	24,81	232,20	-78,91
Taxas específicas das autarquias locais	1 692 428,70	1 785 846,90	5,52	548 485,47	-69,29
Mercados e feiras	101 363,06	103 419,81	2,03	60 153,39	-41,84
Loteamentos e obras	543 328,97	611 300,86	12,51	410 082,18	-32,92
Ocupação da via pública	3 955,66	8 831,77	123,27	700,16	-92,07
Saneamento (Conserv. e tratamento)	922 145,24	943 818,82	2,35	226,07	-99,98
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	10 090,47	13 024,39	29,08	12 778,66	-1,89
Taxa de Gestão de Resíduos	0,00	0,00	--	6 646,72	--
Publicidade	33 339,79	31 766,60	-4,72	928,96	-97,08
Cemitérios e Casas Mortuárias	0,00	0,00	--	3 538,50	--
Certidões	8 036,49	9 500,32	18,21	9 931,98	4,54
Autenticação documental	1 628,37	5 164,32	217,15	2 711,26	-47,50
Plantas de localização	3 701,73	2 570,25	-30,57	1 155,36	-55,05
Elevadores	39 569,20	28 190,30	-28,76	34 459,20	22,24
Controlo Metrológico	12 401,36	14 414,01	16,23	78,61	-99,45
Outros	89 177,98	13 845,45	-84,47	5 094,42	-63,21
Multas e Outras Penalidade	36 056,34	134 865,53	274,04	221 028,36	63,89
Vendas	20 289,25	5 693,49	-71,94	5 550,44	-2,51
Prestação de serviços e concessões	1 597 759,73	1 839 924,16	15,16	366 549,30	-80,08

Serviços específicos do setor da educação	0,00	0,00	--	103 972,39	--
Saneamento - Tarifa de Ligação	56 076,78	13 212,17	-76,44	8 172,08	-38,15
Resíduos Sólidos	1 255 223,74	1 284 725,16	2,35	756,21	-99,94
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	356,52	1 590,61	346,15	0,00	-100,00
Trabalho por conta de particulares	16 303,49	11 797,82	-27,64	14 904,40	26,33
Cemitérios	21 761,70	31 989,16	47,00	35 086,30	9,68
Parques de Estacionamento	69 691,90	198 290,02	184,52	120 235,40	-39,36
Serviços Desporto	102 881,43	140 677,78	36,74	69 670,39	-50,48
Mercados e feiras	39 477,05	90 333,55	128,83	0,00	-100,00
Outros	35 987,12	67 307,89	87,03	13 752,13	-79,57
Transferências e subsídios obtidos	15 328 440,29	16 589 046,29	8,22	15 185 832,58	-8,46
Reversões	0,00	0,00	--	495,76	--
Outros rendimentos	1 774 334,10	1 726 231,01	-2,71	4 353 750,02	152,21
Rendimentos suplementares	14 289,65	5 799,94	-59,41	132 693,59	2187,84
Recuperação de contas a receber	0,00	0,00	--	3 613,91	--
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 319 831,60	1 938 519,53	-16,44	1 890 109,98	-2,50
Alienação de ativos tangíveis	545 497,50	212 288,52	-61,08	17 285,62	-91,86
Rendas em propriedades de investimento	1 774 334,10	1 726 231,01	-2,71	1 872 824,36	8,49
Outros rendimentos	1 157 976,11	743 268,13	-35,81	2 327 332,54	213,12
Transferências de capital	2 250 961,71	1 649 022,39	-26,74	0,00	-100,00
Total	34 271 881,69	34 967 176,97	2,03	31 290 479,27	-10,51

Os rendimentos totais evidenciam uma variação negativa em 10,5% (-3,7 milhões de euros) refletindo, essencialmente, as quebras verificadas nos impostos e taxas (-682,7 mil euros), as prestações de serviços e concessões (-1,5 milhões de euros) e as transferências e subsídios obtidos (-1,4 milhões de euros). No contexto das quebras será de referir a influência decorrente da atividade de saneamento e de resíduos urbanos estar agora à responsabilidade da Tejo Ambiente e consequentemente as receitas associadas ou ainda a circunstância de nos termos

da SNC-AP deixarem de ser considerados como rendimento do exercício as transferências de capital não especificamente consignadas a um investimento, em concreto as resultantes do Orçamento de Estado, ou seja componente de capital do FEF (1.034.0713 euros) e da aplicação do artigo 35º, n.º 3 da Lei 73/2013 (1.128.362 euros).

Em sentido oposto, será de registar o aumento observada nos rendimentos inerentes a multas e outras penalidades (+86,1 mil euros) e outros rendimentos (+2,6 milhões de euros).

Impostos, contribuições e taxas

Nesta conta são registadas as receitas provenientes de impostos, contribuições e taxas, no caso as conferidas na lei às autarquias locais, reconhecidas na base do acréscimo.

Os proveitos com impostos diretos e indiretos registam uma quebra em 5,2% (-579,5 mil euros), evidenciando quebras verificadas no Imposto Único de Circulação (-46,9 mil euros) e no imposto municipal sobre transmissões (-650,7 mil euros). Ao invés destaca-se um aumento no imposto municipal sobre imóveis (+115,5 mil euros) e derrama (+2,6 mil euros). Deste modo, os impostos ascenderam a um valor ligeiramente superior a 10,6 milhões de euros.

Relativamente às taxas multas e outras penalidades, verifica-se um decréscimo em 60%, o que significa uma variação negativa num valor próximo de 1,2 milhões de euros, sofrendo a influência das quebras absolutas observadas nos mercados e feiras (-43,3 mil euros), loteamentos e obras (-201,2 mil euros), saneamento (-943,6 mil euros), publicidade (-30,8 mil euros) e controlo metrológico (-14,3 mil euros). Será de evidenciar o efeito resultante da transferência de gestão do saneamento para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente e consequentemente dos rendimentos associados a esta área, bem como os efeitos decorrentes das isenções de algumas taxas municipais, no âmbito dos auxílios decorrentes da crise pandémica. Neste âmbito será de destacar o acréscimo verificado nas multas e outras penalidades, com uma variação absoluta de 86,2 mil euros.

No seu cômputo geral, estes rendimentos ascenderam a um valor próximo de 548,5 mil euros.

Vendas

Nesta conta são registadas todas as operações de venda, resultantes da atividade autárquica corrente, particularmente resultante da venda de ativos anteriormente registados na Classe 3, nos termos da NCP 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.

Os rendimentos inseridos neste capítulo situaram-se na ordem dos 5,6 mil euros e representam uma pequeníssima variação absoluta negativa.

Prestações de serviços e concessões

Esta conta respeita aos trabalhos e serviços prestados que sejam próprios dos objetivos ou finalidades principais da entidade.

Estes rendimentos ascenderam um valor ligeiramente superior a 366,5 mil euros e evidenciam uma quebra absoluta próxima de 1,5 milhões de euros, sofrendo, essencialmente, a influência resultante da diminuição dos rendimentos inerentes a resíduos sólidos (-1,3 milhões) área que foi transferida para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente, parques de estacionamento (-78,1 mil euros), serviços de desporto (-71 mil euros), mercados e feiras (-90,3 mil euros) e outros (-53,6 mil euros).

De destacar os rendimentos inerentes aos serviços específicos do setor da educação os quais representaram um valor total próximo de 104 mil euros.

Transferências e subsídios obtidos

Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contraprestação, destinados à cobertura de gastos correntes, quer sejam específicos (transferências consignadas), que não tenham uma afetação pré-estabelecida (transferências não consignadas).

Os subsídios são transferências correntes obtidas por unidades produtivas sem contraprestação, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remuneração de fatores de produção.

Note-se que nesta conta se registam as transferências a que as autarquias têm direito, designadamente nos termos do regime financeiro das autarquias locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado respeitante a cada ano económico, que sejam de natureza corrente.

O ano de 2020 denota um decréscimo em 8,5 % (-1,4 milhões de euros), sendo de referir que as transferências de capital resultantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro ou mesmo a aplicação do artigo 35º da Lei das Finanças Locais, deixaram de ser considerados neste capítulo.

O Fundo de Equilíbrio Financeiro significou um valor de 9,3 milhões de euros), o Fundo Social Municipal (808,8 mil euros), a participação no IRS (1,3 milhões de euros), a participação no IVA (244,1 mil euros) e na área da educação, apuram-se transferências num valor próximo de 3,4 milhões de euros.

No seu cômputo geral estes rendimentos situaram-se próximos de 15,2 milhões de euros.

Reversões

Registam-se nesta conta o desreconhecimento (anulação ou diminuição) de depreciações, amortizações, perdas por imparidade e provisões, creditando-se, previamente registadas nestas contas.

Este capítulo apresenta um valor de reduzida materialidade (495,76 euros).

Outros rendimentos e ganhos

Neste contexto, são registados os rendimentos, inerentes ao valor acrescentado, das atividades que não sejam próprias dos objetivos da autarquia, bem como outros rendimentos e ganhos diversos.

Este capítulo evidencia uma variação absoluta positiva em 2,6 milhões de euros, sofrendo a influencia do aumento verificado nos rendimentos suplementares (+126,9 mil euros), nos rendimentos em investimentos não financeiros (+48,4 mil euros), onde assumem particular destaque os rendimentos com terrenos e recursos naturais (216,3 mil euros), e com a concessão da rede elétrica de baixa tensão (1,6 milhões de euros), e ainda os outros rendimentos mais residuais (+1,6 milhões de euros), estes últimos refletindo os rendimentos com correções relativas a períodos anteriores (778,8 mil euros) e à imputação de subsídios e transferências para investimento (1,5 milhões de euros).

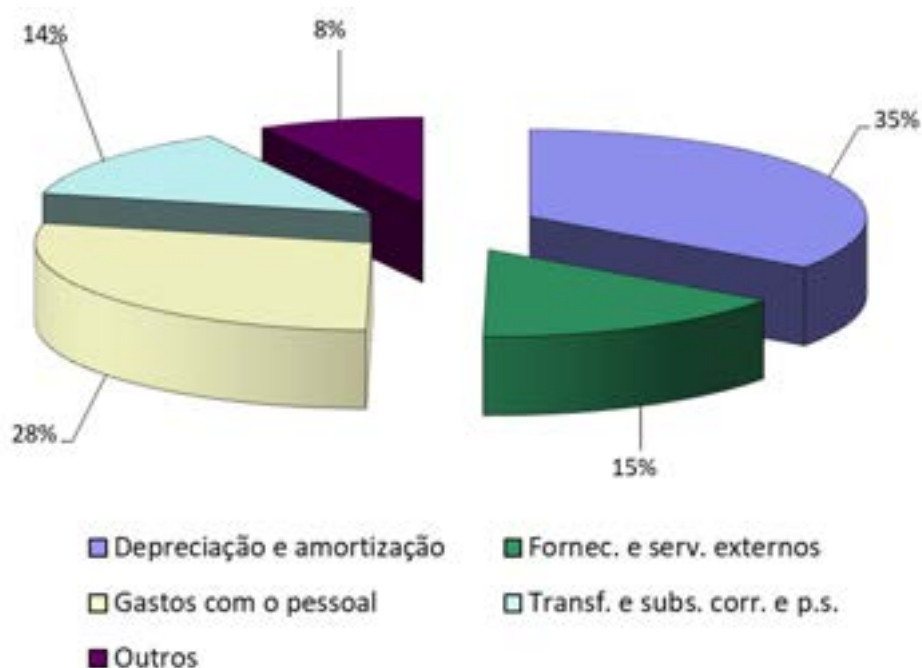
Uma vez mais referir a quebra resultante da alteração do sistema contabilístico, denotando o ano de 2019 um rendimento com transferências de capital num valor ligeiramente superior a 1,6 milhões de euros, facto que em 2020 não ocorre.

No seu cômputo geral, estes rendimentos situam-se num valor próximo de 4,4 milhões de euros.

7.1.3 – GASTOS

7.1.3.1 – Estrutura dos gastos

Gráfico 16 – Estrutura dos Gastos



Com o peso mais preponderante na estrutura dos gastos, surgem os inerentes a depreciação e amortização, os quais representam 35% dos gastos totais.

Realce-se ainda o peso dos gastos com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, com um peso de 28% e 15%, respetivamente.

7.1.3.2 – Evolução dos gastos

Quadro 52 – Evolução dos gastos a preços correntes

Gastos	uni: Euro				
	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Transferências e subsídios concedidos	3 521 262,59	3 236 399,32	-8,09	4 491 109,83	38,77
Transferências Correntes Conced.	2 552 280,98	2 111 973,01	-17,25	2 986 556,05	41,41
Associações de Municípios	15 436,90	19 658,60	27,35	166 588,74	747,41
Freguesias	671 314,56	910 960,50	35,70	994 684,64	9,19
Instituições s/fins lucrativos	574 446,24	598 806,79	4,24	1 161 114,46	93,90
Famílias	306 010,06	483 845,03	58,11	559 168,21	15,57
Outras transferências correntes concedidas	332 173,23	94 216,14	-71,64	0,00	-100,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	302 924,12	4 485,95	-98,52	105 000,00	2240,64
Transf. de capital concedidas	968 981,61	1 128 912,26	16,51	1 504 553,78	33,27
Serviços e Fundos Autónomos	0,00	0,00	--	10 000,00	--
Freguesias	325 809,28	342 058,09	4,99	462 660,53	35,26
Instituições s/fins lucrativos	615 531,33	775 551,97	26,00	1 031 893,25	33,05
Outras transferências de capital concedidas	27 641,00	11 302,20	-59,11	0,00	-100,00
Custo das merc. vend. e mat. cons.	563 286,07	496 006,49	-11,94	826 416,61	66,61
Fornecimentos e Serviços Externos	8 423 137,23	8 935 952,03	6,09	5 143 733,55	-42,44
Transportes Escolares	854 228,64	796 306,03	-6,78	511 519,12	-35,76
Cantinas escolares (Pré-escolar)	194 903,35	229 491,62	17,75	121 260,11	-47,16
Ocupação de tempos livres / Prolongamento de horário	155 072,52	165 130,34	6,49	131 769,48	-20,20
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1 311 980,41	1 430 866,35	9,06	10 196,27	-99,29
Limpeza Urbana	361 475,93	380 491,01	5,26	388 289,71	2,05
Exploração e Manutenção de ETAR's	610 396,30	637 630,98	4,46	0,00	-100,00
Estudos, pareceres e consultadoria jurídica	237 666,14	192 872,81	-18,85	84 205,96	-56,34

Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	0,00	0,00	--	50 488,35	--
Trabalhos de impressão	17 648,14	13 540,79	-23,27	34 317,36	153,44
Limpeza e man. De florestas e caminhos florestais	75 737,09	146 648,22	93,63	110 444,91	-24,69
Publicidade, comunicação e imagem	59 786,09	45 258,79	-24,30	63 998,78	41,41
Vigilância e Segurança	90 608,16	45 683,07	-49,58	38 649,02	-15,40
Contratos individuais por avença	12 238,25	60 010,70	390,35	87 255,99	45,40
Apoio judiciário	128 388,90	65 320,85	-49,12	40 864,32	-37,44
Comissões de cobrança	245 088,75	249 199,46	1,68	245 731,59	-1,39
Conservação e reparação de ativos fixos	207 301,64	151 281,38	-27,02	74 310,03	-50,88
Outros contratos de assistência técnica	27 526,35	80 409,04	192,12	106 391,11	32,31
Espaços verdes	172 345,25	201 579,05	16,96	2 306,82	-98,86
Materiais de consumo	119 045,16	91 213,54	-23,38	68 907,93	-24,45
Eletricidade	2 099 573,30	2 010 042,89	-4,26	1 539 630,98	-23,40
Combustíveis e lubrificantes	108 524,46	164 692,48	51,76	110 876,94	-32,68
Água	231 952,06	303 652,50	30,91	250 410,91	-17,53
Deslocações, estadas e transportes	7 474,39	19 723,78	163,88	609,64	-96,91
Rendas e Alugueres	153 942,26	110 867,39	-27,98	91 577,56	-17,40
Comunicação	72 846,38	54 951,56	-24,57	60 161,13	9,48
Seguros	56 747,05	65 142,46	14,79	73 584,54	12,96
Limpeza, Higiene e Conforto	45 288,20	1 261,11	-97,22	254,79	-79,80
Serviços desportivos e de lazer	118 016,68	340 119,03	188,20	93 896,20	-72,39
Serviços de educação	359 136,48	432 862,87	20,53	448 773,80	3,68
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	288 198,90	449 701,93	56,04	303 050,20	-32,61
Gastos com o Pessoal	8 749 350,44	9 882 907,78	12,96	9 447 009,24	-4,41
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	317 090,12	271 250,29	-14,46	306 135,97	12,86
Remunerações do pessoal	6 586 616,45	7 464 315,89	13,33	6 935 190,20	-7,09
Benefícios pós-emprego	5 638,84	8 657,25	53,53	4 218,25	-51,27
Indemnizações	0,00	36 096,14	--	27,95	-99,92

Encargos sobre remunerações	1 503 979,86	1 651 325,37	9,80	1 614 460,86	-2,23
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	105 030,40	113 307,53	7,88	149 380,99	31,84
Outros gastos com pessoal	198 447,85	314 204,02	58,33	296 100,01	-5,76
Outros encargos sociais	32 728,92	23 751,29	-27,43	141 495,01	495,74
Gastos de depreciação e amortização	11 153 127,83	10 845 255,21	-2,76	11 614 201,72	7,09
Perdas por imparidade	0,00	48 280,00	--	8 340,19	-82,73
Provisões do período	86 106,85	0,00	--	369 000,00	--
Outros gastos	986 153,65	1 063 032,66	7,80	1 383 858,67	30,18
Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00	--	738 571,45	--
Correções relativas a períodos anteriores	125 265,15	269 914,53	115,47	422 760,64	56,63
Quotizações	109 748,98	120 255,84	9,57	127 734,60	6,22
Outros gastos	494 763,01	531 243,31	7,37	94 791,98	-82,16
Gastos por juros e outros encargos	76 626,33	66 308,58	-13,47	55 670,76	-16,04
Juros e encargos suportados - Empréstimos de médio longo prazo	71 389,42	62 302,19	-12,73	51 522,47	-17,30
Outros gastos financeiros	5 236,91	4 006,39	-23,50	4 148,29	3,54
Total	33 559 050,99	34 574 142,07	3,02	33 339 340,57	-3,57
Total (s/amortizações)	22 405 923,16	23 728 886,86	5,90	21 725 138,85	-8,44

Os gastos totais apresentam uma diminuição em 3,6%, significando, em volume monetário, um valor na ordem dos 33,3 milhões de euros, ou seja, denotando uma variação absoluta negativa num montante na ordem de 1,2 milhões de euros. Extraíndo os gastos relacionados com depreciações e amortizações, a variação absoluta ocorrida será negativa num valor ligeiramente superior a 2 milhões de euros.

Transferências e subsídios correntes concedidos

As transferências são transações sem contraprestação através das quais uma entidade pública transfere uma importância para uma outra entidade sem que dela receba qualquer contrapartida.

São enquadráveis nesta conta e como tal consideradas transferências monetárias definitivas, todo e qualquer tipo de subvenção, subsídios, benefício, auxílio, ajuda, patrocínio, indemnização, compensação, gratificação, reembolso, doação, participação ou vantagem financeira e qualquer outro apoio, independentemente da sua natureza, designação e modalidade.

Quanto à finalidade, as transferências subdividem-se em:

- a) Transferências correntes, quando a transferência se destina a apoio a despesa de bens e serviços correntes (como despesas com pessoal e fornecimentos de serviços externos);
- b) Transferências de capital, quando a transferência se destina à aquisição de bens de capital, nomeadamente ativos fixos tangíveis.

Os subsídios correntes que também são transferências concedidas, sem contrapartida, a outras entidades, mas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remuneração dos fatores de produção. Assim, são exemplos de subsídios correntes os fluxos financeiros não reembolsáveis, do Estado ou outra entidade pública (por exemplo um município), para outras entidades públicas, ou para empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos de produção (por exemplo tarifas de água).

Os gastos desta natureza ostentam um acréscimo em 38,8%, o que representa uma variação absoluta positiva em 1,3 milhões de euros, atingindo no seu cômputo, um valor próximo de 4,5 milhões de euros.

Relativamente às transferências correntes concedidas, destacam-se os aumentos verificados nas transferências para associações de municípios (+147 mil euros), a Freguesias (+83,7 mil euros), instituições sem fins lucrativos (+562,3 mil euros), famílias (+75,3 mil euros) e com sociedades e quase sociedades não financeiras (+100 mil euros).

No âmbito das transferências de capital, salientam-se os aumentos ocorridos nas transferências para as Freguesias (+120,6 mil euros) e instituições sem fins lucrativos (+256,3 mil euros).

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Esta conta serve de registo das saídas de existências nela mencionadas, por venda ou consumo (integração no processo produtivo). Assim, regista o valor de custo das saídas dos inventários, por vendas (mercadorias) ou por integração no processo produtivo (matérias consumidas).

Estes custos refletem um aumento em 66,6% (+330,4 mil euros), ascendendo a um valor total na ordem dos 826,4 mil euros).

Fornecimentos e serviços externos

Nesta conta registam-se todos os gastos incorridos com a aquisição de bens de consumo corrente não duradouros e não destinados a venda, e a aquisição de serviços prestados por terceiros.

Os gastos desta natureza sofreram uma quebra expressiva em 42,4% (-3,8 milhões de euros), com quebras verificadas nos transportes escolares (-284,8 mil euros), cantinas escolares (-108,2 mil euros), recolha, transporte e tratamento de resíduos urbanos, área que foi transferida para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente (-1,4 milhões de euros), exploração e manutenção de ETAR's, ou área transferida para a referida empresa intermunicipal (-637,6 mil euros), estudos, pareceres e consultadoria jurídica (-108,7 mil euros), conservação e reparação de ativos fixos (-77 mil euros), materiais de consumo (-22,3 mil euros), eletricidade (-470,4 mil euros), combustíveis e lubrificantes (-53,8 mil euros), água (-53,8 mil euros) e serviços desportivos e de lazer (-246,2 mil euros).

Os gastos com eletricidade, serviços de educação, transportes escolares e limpeza urbana são os mais representativos.

Os gastos totais verificados neste âmbito situaram-se na ordem dos 5,1 milhões de euros.

Gastos com pessoal

Nesta conta registam-se as remunerações atribuídas ao pessoal da entidade (incluindo os titulares de órgãos de soberania), e os gastos de carácter social, obrigatório e facultativos. Engloba também os seguros relativos ao pessoal como seja de seguros de ramos de vida, acidentes no trabalho e doenças profissionais, bem como seguros que garantam o benefício de reforma, invalidez ou sobrevivência.

Será de referir que nesta conta consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeira processamento normalmente individualizado de trabalhadores da entidade. Assume ainda os gastos que a entidade patronal suporta com a segurança social, remunerações por formação prestada por colaboradores da entidade, saúde, ou em benefício dos recursos humanos da entidade.

As componentes da remuneração são as previstas no artigo 146º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ou seja, a remuneração base, suplementos remuneratórios e prémios de desempenho.

Estes gastos denotam uma diminuição em 435,9 mil euros resultante, essencialmente, de uma quebra nas remunerações do pessoal (-529,1 mil euros) e apesar dos aumentos nos outros encargos sociais (+117,7 mil euros), nos acidentes de trabalho e doenças profissionais (+36,1 mil euros) e na remuneração dos membros dos órgãos autárquicos (+34,9 mil euros).

Deste modo, os gastos totais com pessoal situaram-se na ordem dos 9,4 milhões de euros.

Gastos de depreciação e amortização

Esta conta serve para registar a depreciação dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento (modelo de custo) e a amortização de ativos intangíveis, atribuídas ao exercício.

Consideram-se depreciação/amortização, a imputação sistemática (por regra, anual) da quantia depreciable/amortizável de um ativo fixo tangível, de uma propriedade de investimento ou de um ativo intangível.

Estes gastos sofreram um aumento em 7,1% (+768,9 mil euros) e reflete a adoção de novas tabelas de depreciação/amortização induzidas pela aplicação do SNC-AP.

Deste modo, estes gastos ascendem a um valor ligeiramente superior a 11,6 milhões de euros.

Perdas por imparidade

Esta conta regista as perdas por imparidade a serem reconhecidas no período, relativas a contas a receber, inventários, investimentos financeiros, propriedades de investimento, ativos fixos tangíveis e investimentos em curso, em obediência aos requisitos da NCP 9 – Imparidade de Ativos, NCP – 10 Inventários e NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Estes gastos denotam uma variação absoluta negativa em 39,9 mil euros, ascendendo no seu cômputo a um valor na ordem dos 8,3 mil euros.

Provisões

Esta conta regista a variação de estimativa dos riscos, em cada espécie de provisão, ocorrida no período de relato, em conformidade com a NCP-15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Estes gastos, em 2020, ascendem a um valor de 369 mil euros, relativamente à constituição de provisão no âmbito do processo n.º 1656/09.BELRA-A referente à entidade Jular Turismo S.A.

Outros gastos e perdas

Regista os gastos e perdas não enquadráveis em outras contas de gastos especificamente identificadas.

Estes gastos evidenciam um aumento em 30,2% (+320,8) sendo de referir um aumento inerente às correções relativas a períodos anteriores (+152,8 mil euros) e o efeito resultante da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial no que concerne ao prejuízo apurado pela empresa intermunicipal Tejo Ambiente (valor a assumir pelo Município de Ourém de 738,6 mil euros).

Gastos por juros e outros encargos

Nesta conta registam-se os juros suportados, ou seja, a quantia que um devedor tem a responsabilidade de pagar ao credor, ao longo de um dado período, pela utilização de uma determinada quantia de capital, e que não corresponde ao reembolso deste. Esta rubrica inclui ainda as diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento.

Em 2020, os gastos neste âmbito ascenderam a um valor próximo de 55,7 mil euros, assinalando uma quebra em 16% (-10,6 mil euros), face ao ano anterior.

7.1.4 – RESULTADOS

7.1.4.1 – Resultado antes de depreciações e gastos

O resultado antes de depreciações e gastos de financiamento situou-se positivo em 9,6 milhões de euros.

Face ao ano anterior, verificou-se uma variação absoluta negativa em aproximadamente 1,7 milhões de euros, representando uma quebra em 14.9%.

Quadro 53 – Evolução do resultado antes de depreciações e gastos a preços correntes

uni: Euro

	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	--	11 304 598,69	--	9 621 011,18	-14,89

7.1.4.2 – Resultado operacional

Este indicador denota uma diminuição do volume de negatividade deste resultado em 494%, representando uma variação absoluta negativa em 2,5 milhões de euros.

Quadro 54 – Evolução do resultado operacional a preços correntes

uni: Euro

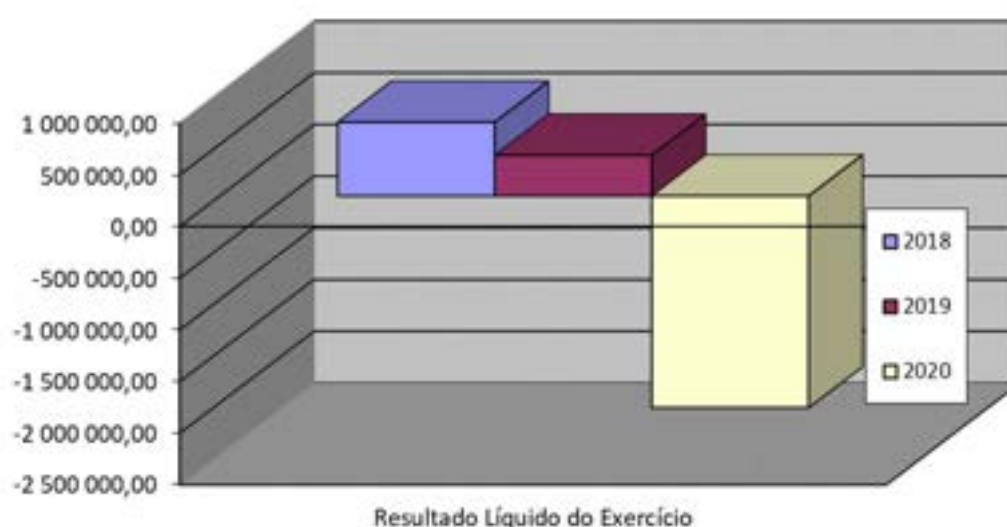
	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Resultado operacional	-3 394 297,52	505 706,00	114,90	-1 993 190,54	-494,14

7.1.4.3 – Resultado líquido do exercício

Quadro 55 – Evolução do resultado líquido do exercício a preços correntes

uni: Euro					
	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Resultado Líquido do Exercício	712 830,70	393 034,90	-44,86	-2 048 861,30	-621,29

Gráfico 17 – Resultado Líquido do Exercício



Sobre a interpretação do resultado não será consentâneo, quer com os objetivos das autarquias locais, quer sob a ótica concetual, a associação do R.L.E., ao termo lucro ou prejuízo, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efetuada com base nos conceitos vigentes para o setor privado.

Importa ainda destacar a ausência de doutrina, que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade inerente ao SNC-AP e a especificidade das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o setor privado.

Em complemento ao disposto, importa salientar a falta de comparabilidade entre os anos de 2019 e 2020, pelo facto de 2020 representar a implementação de um novo sistema contabilístico, no caso o SNC-AP, versus o POCAL que foi aplicado até 2019.

Consequentemente, além de múltiplas alterações subjacentes e que não se vão relatar no presente documento, será de observar desde logo, as seguintes alterações materialmente relevantes que influencia, este apuramento em 2020, face a 2019:

- a) Revisão da vida útil e respetivas amortizações dos ativos tangíveis, designadamente de todos os imóveis, induzindo, em regra, períodos de vida útil inferiores aos anteriormente previstos e consequentemente, originando um aumento dos gastos com depreciações e amortizações. Face a 2019, 2020 assinala um aumento dos gastos com depreciações e amortizações em 768.946,51 euros.;
- b) As transferências de capital resultantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro e da aplicação do artigo 35º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, verbas que em 2019 eram reconhecidas na sua totalidade com rendimentos do exercício, em 2020, não são dispostas nesses termos. Assim, caso fosse aplicado o método vigente para a contabilização destas receitas em 2019, no em análise, seria observado um incremento dos rendimentos do exercício em 1.034.713 euros (FEF) e 1.128.362,60 euros (artigo 35º da Lei 73/2013), totalizando um aumento total de em 2.163.075,60 euros.

Embora de forma pouco académica e sem assertividade metodológica, se extraído o o impacto reportado nas alíneas a) e b) anteriormente dispostas, o resultado líquido do exercício apurado, tramitaria de um valor negativo na ordem dos 2 milhões de euros, para um valor positivo em 883,8 mil euros. Se analisado complementarmente que do montante de capital do FEF, se especializou ao presente exercício um rendimento de 75,9 mil euros, conclui-se que por analogia ao sistema contabilístico aplicado em 2019, resultado líquido seria positivo na ordem de 807,9 mil euros.

Não obstante o já disposto, uma vez mais, será importante reforçar que a dimensão das depreciações e amortizações verificadas em 2020 (11,6 milhões de euros), estão a influenciar a comparabilidade deste indicador com outras autarquias, veja-se por exemplo o quadro apresentado na página seguinte (dados extraídos do website da DGAL referentes ao ano económico de 2019, exceto Tomar).

Neste contexto, verifica-se que o Município de Ourém dispõe de um ativo bruto mais elevado do que, por exemplo, o Município de Santarém e quase o dobro, se observado o ativo bruto de

Tomar. Consequentemente, poderão estar em causa os seguintes aspetos que tenderão a serem cumulativos (hipóteses não avaliadas e consequentemente não demonstradas):

- a comparabilidade dos dados entre municípios está comprometida, por eventual ausência de fiabilidade nos reportes apresentados por algumas autarquias (não dispõem da totalidade do património inventariado/valorizado);
- a excessiva dispersão dos aglomerados populacionais terá induzido?
 - o Município de Ourém a dispor de uma duplicação de equipamentos e infraestruturas com uma utilização manifestamente aquém do seu efetivo potencial, circunstância que se reflete na existência de um ativo imobilizado manifestamente expressivo;
 - A representatividade de infraestruturas, cuja vida útil é mais reduzida, apresenta-se mais expressiva, na composição do imobilizado do Município de Ourém, designadamente, rede viária, saneamento, iluminação pública, entre outros. Note-se que, segundo o CIBE, uma rede viária terá um período de vida útil máximo de 20 anos, enquanto um edifício (ex. centro escolar), o período de vida útil será tendencialmente de 50 anos.

Efetivamente, não obstante a problemática inerente à comparabilidade dos dados apresentados pelos diferentes municípios, parece notória e marcante, a conclusão de que o modelo de sustentabilidade do Município de Ourém continua a carecer de uma ponderada análise, em virtude da forte pressão gerada pela atual configuração territorial, impelindo um desequilíbrio estrutural que induz uma pressão substancial num conjunto significativo de custos, em áreas tão díspares como a educação, o ambiente, os transportes, entre muitos outros.

A alteração deste paradigma, se reconhecida a problemática inerente à gestão territorial subjacente, será uma tarefa hercúlea a desenvolver, certamente, durante décadas.

Quadro 56 – Comparação entre alguns municípios (dados de 2019)

Municípios	Custos com Amortizações	Valor do Ativo Bruto
Abrantes	6 150 642 €	290 209 068 €
Ourém	11 131 765 €	329 151 800 €
Pombal	9 440 343 €	327 974 049 €
Santarém	4 645 580 €	317 800 449 €
Tomar	4 859 223 €	172 597 588 €
Torres Novas	6 115 789 €	230 162 876 €

7.2 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

7.2.1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Quadro 57 – Mapa de condições financeiras

Designações	Exercícios	
	2020	2019*
(Fundo de Maneio)	13 472 116,60 €	14 269 331,88 €
(Cash Flow Estático (MLL))	9 621 011,18 €	11 240 208,49 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	8,73	4,65
1.2 Autonomia	0,89	0,78
1.3 Estabilidade (s.r.)	7,73	3,65
2. Estrutura do Ativo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,89	0,78
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,93	0,81
2.3 Peso Relativo do A.I. no Ativo Total	86,07%	89,00%
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	5,10	3,72
3.2 Liquidez Reduzida	4,94	3,62
3.2 Participação - Existências no Ativo Corrente	3,08%	2,59%

3.4 Financiamento do Ativo Corrente	0,80	0,73
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	0,13	0,27
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	0,00	0,00
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	48,70	26,51
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,64	0,09
4.5 Grau de dependência de dívidas a médio e longo prazo	0,02	0,02

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de ativos em meios líquidos de resposta às dívidas e, além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afetar, no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado indica que o passivo corrente se encontra coberto pelo ativo corrente. Desta forma, o fundo de maneio reflete-se um valor positivo próximo de 13,5 milhões de euros.

Cash Flow Estático

O *cash flow* revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.. O ano de 2020 denota um valor positivo, neste âmbito, na ordem de 9,6 milhões de euros.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta um excelente nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.). Quanto à autonomia, o valor supera a barreira dos 0,5, facto que resulta num índice de autonomia consistente.

Estrutura do Ativo

No que diz respeito à estrutura do ativo, regista-se um aumento da cobertura do ativo imobilizado em capitais permanentes. O peso relativo do ativo imobilizado no ativo total é bastante pronunciado, denotando um valor de 86%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados continuam a demonstrar uma melhoria continuada destes indicadores, denotando valores que demonstram uma assinalável capacidade da entidade em satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

A representatividade dos inventários no total do ativo corrente registou uma pequena variação, significando, em 31 de dezembro, 4,9% deste total.

O financiamento do ativo corrente denota um valor positivo.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento denota uma deterioração. Importa observar que o valor apresentado é inferior à unidade (1), pelo que, segundo este indicador, a autarquia dispõe de uma boa capacidade de endividamento. Contudo, convém ainda mencionar que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida no regime financeiro das autarquias locais, pelo que, para melhor compreensão, se aconselha leitura atenta ao ponto 6.2 do presente documento (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento).

O grau de dependência do ativo líquido total face ao financiamento resultante de dívidas a médio e longo prazo reflete que 2% do ativo líquido total se deve a financiamento externo.

A medida de envelhecimento do imobilizado denota um valor razoável, indiciando a existência de uma parte muito significativa de imobilizado novo ou recente.

7.2.2 – DÍVIDAS DE TERCEIROS

No que concerne a dívidas de terceiros, estas situam-se próximas de 6,2 milhões de euros, tendo sofrido um aumento substancial em 328% (+4,7 milhões de euros), sofrendo a influência do método de contabilização dos financiamentos externos consignados aprovados, os quais são reconhecidos nos termos do SNC-AP, no momento da contratualização e não do seu direito ao recebimento.

Nesse âmbito, veja-se um montante de 4,6 milhões por receber inerente a devedores de transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos.

Quadro 58 – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Dívida de Terceiros	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	412 732,99	1 143 243,67	176,99	4 605 953,43	302,88
Clientes c/c	14 954,37	15 407,43	3,03	216 641,40	1306,08
Contribuintes c/c	184 294,62	149 606,51	-18,82	0,00	-100,00
Utentes, c/c	233 907,20	241 991,61	3,46	12 837,63	-94,70
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	335 945,46	350 280,56	4,27	358 124,99	2,24
Estado e outros entes públicos	113 437,14	109 992,03	-3,04	100 238,20	-8,87
Outros devedores	422 504,92	375 294,57	-11,17	862 635,80	129,86
Total da dívida de terceiros	779 085,44	1 437 746,59	84,54	6 156 431,45	328,20

Gráfico 18 – Evolução das dívidas de terceiros



7.2.3 – DÍVIDAS A TERCEIROS

Quadro 59 – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes

Descrição da Dívida a Terceiros	2018	2019	var. (%)	2020	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	3 582 607,72	2 828 689,38	-21,04	3 258 419,67	15,19
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	1 046,87	681,90	-34,86	7 169,13	951,35
Fornecedores, c/c	39 930,31	59 768,09	49,68	58 053,29	-2,87
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	1 231 219,30	1 030 628,76	-16,29	1 140 480,73	10,66
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	100 965,75	108 957,28	7,92	137 281,25	26,00
Financiamentos obtidos	1 528 258,44	1 004 910,38	-34,24	933 352,33	-7,12
Financiamentos obtidos - Locações financeiras	0,00	0,00	--	59 368,92	--
Fornecedores de investimento, c/c	11 360,91	98 128,13	763,73	489 359,13	398,69

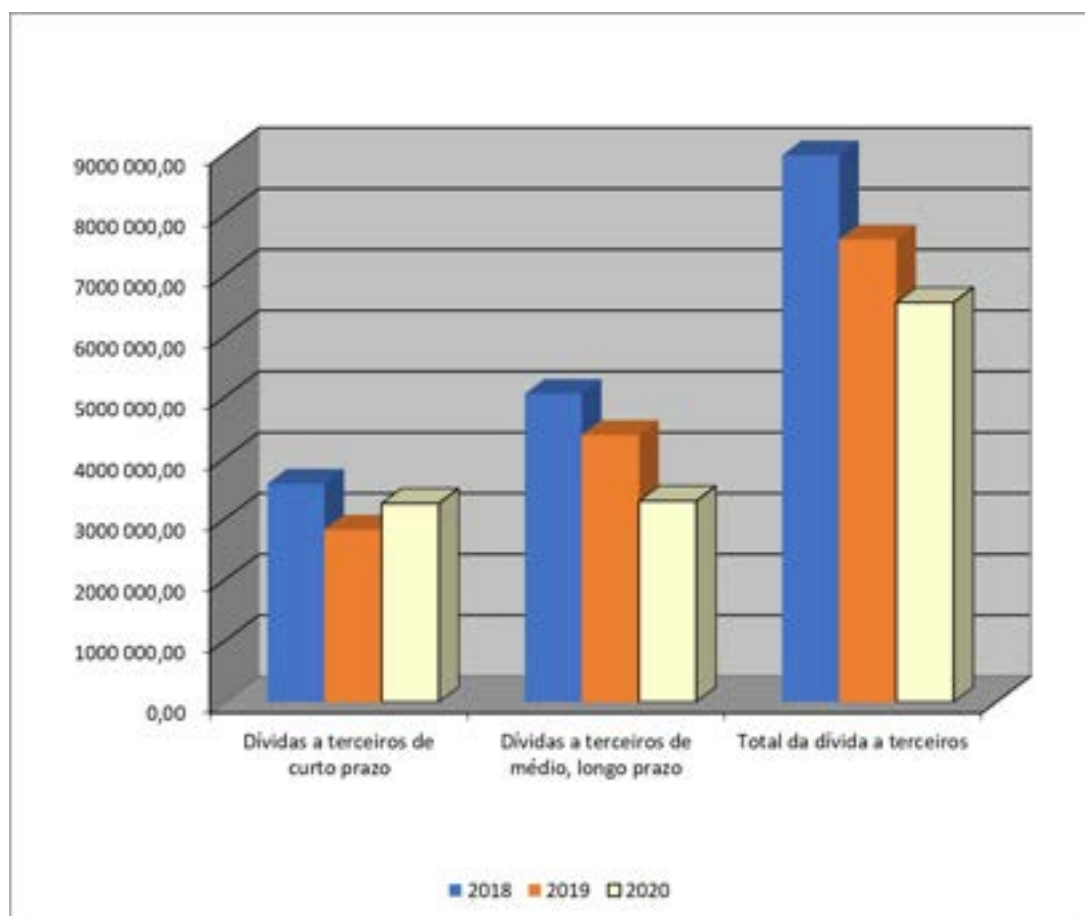
Fornecedores de investimento - Fat. em receção e conferência	170 529,77	498 009,97	192,04	254 751,55	-48,85
Outros Credores	444 281,62	27 604,87	-93,79	151 095,93	447,35
Fundo de Apoio Municipal	55 014,75	0,00	-100,00	27 507,41	--
Dívidas a terceiros de médio, longo prazo	5 055 454,70	4 381 528,04	-13,33	3 297 344,83	-24,74
Financiamentos obtidos	4 945 425,20	3 940 325,25	-20,32	3 006 749,19	-23,69
Financiamentos obtidos - Locações financeiras	0,00	85 008,79	--	57 824,30	-31,98
Fornecedores de Investimento c/c	0,00	47 000,00	--	35 000,00	-25,53
Outros Credores	0,00	254 179,25	--	170 264,00	-33,01
Fundo de Apoio Municipal	110 029,50	55 014,75	-50,00	27 507,34	-50,00
Total da dívida a terceiros	8 971 378,74	7 588 619,87	-15,41	6 555 764,50	-13,61

No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, verificou-se um aumento em 15,2% (+429,7 mil euros), ascendendo a um valor próximo de 3,3 milhões de euros. Se excluído o montante reportado referente à amortização de empréstimos de médio longo prazo, que irá ocorrer nos próximos 12 meses (pelo que transita a sua influência para o curto prazo), teremos uma dívida a terceiros de curto prazo na ordem de 2,3 milhões de euros.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em 24,7% que, em termos absolutos, significou uma quebra próxima de 1,1 milhões de euros. No cômputo geral, as dívidas desta natureza situam-se em 3,3 milhões de euros (4,2 milhões se acrescido o montante em dívida de empréstimos de médio e longo prazo que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual surgem expostos nas dívidas a terceiros de curto prazo).

O valor total das dívidas a terceiros apurado situa-se num valor próximo de 6,6 milhões de euros apresentando uma diminuição em 13,6%, face ao valor registado em 2019 (quebra absoluta na ordem de 1 milhão de euros).

Gráfico 19 – Evolução das dívidas a terceiros



Se efetuada comparação com a dívida total existente na data de referência à aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro (junho de 2012: dívida total de 37,7 milhões de euros), verifica-se uma diminuição da dívida total, no decurso do PAF (em 112 meses), na ordem dos 31,1 milhões de euros.

Importa salientar que a dívida total apurada, apresenta o seu valor mais baixo (6,6 milhões de euros), quando efetuada análise a todo o período comparável. Note-se que, em 2002, o valor da dívida total se situava na ordem dos 21,5 milhões de euros. Se efetuada comparação à média aritmética dos últimos 18 anos (24,5 milhões de euros), verifica-se que em 31 de dezembro de 2020, a dívida se situa inferior à média num montante na ordem dos 17,9 milhões de euros.

Gráfico 20 – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2020)



8. CONTABILIDADE DE GESTÃO

Enquadramento

No cumprimento do disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 publicada no Decreto-Lei nº 192/2015 a 11 de setembro, no ano de 2020, com a sua entrada em vigor, o Município procedeu ao ajustamento do apuramento da Contabilidade de Gestão, anteriormente designada por Contabilidade de Custos.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão na Administração Pública, definindo os critérios gerais da sua apresentação, dando orientações para a elaboração da estrutura, desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

Com a implementação da Contabilidade de Gestão, pretende-se que a mesma nos forneça informação relevante e analítica sobre os custos de bens e serviços e, em alguns casos, sobre os rendimentos, servindo de auxílio à tomada de decisões, tanto ao nível interno da gestão pública como ao nível externo, nomeadamente na prestação de contas.

O coeficiente de imputação dos custos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Os custos indiretos de cada função resultam da aplicação do respetivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indiretos apurados. Os custos indiretos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indireto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indiretos.

Análise dos Custos por função

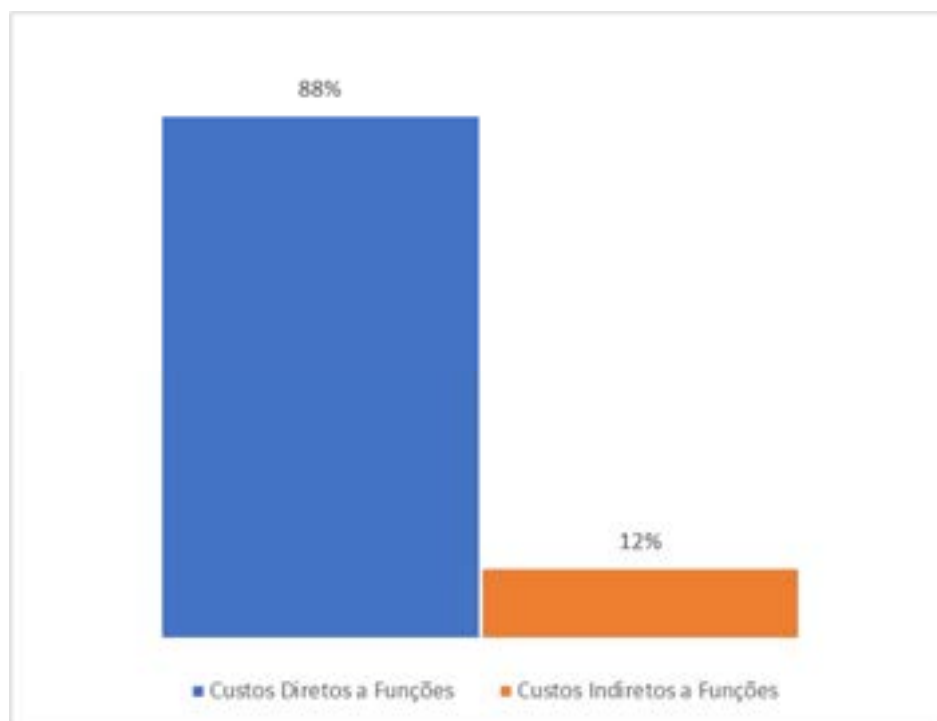
A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional de custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP. Consequentemente, podem-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais

diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e na prossecução das suas atribuições.

Conforme mapa seguinte, cujos custos se encontram agregados por funções, verifica-se que é nas funções sociais que tem maior representatividade no Município, representando 52% do total dos custos, seguindo-se as funções económicas, com 34% e as funções gerais com 26%.

Código	Designação	Custos Diretos	Custos Indiretos	Total de Custos	Var. (%)
1	Funções Gerais	3 756 293,73	223 345,68	3 979 639,41	26%
110	Serviços gerais da administração pública	469,47	0,00	469,47	0%
111	Administração geral	2 258 931,63	0,00	2 258 931,63	57%
120	Segurança e ordem pública	3 514,52	0,00	3 514,52	0%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	1 493 378,11	223 345,68	1 716 723,79	43%
2	Funções Sociais	12 946 499,30	1 896 571,05	14 843 070,35	52%
210	Educação	12 081,46	0,00	12 081,46	0%
211 / 212	Ensino não superior e Serviços Auxiliares	5 900 086,43	1 034 172,49	6 934 258,92	47%
220	Saúde	34 595,72	5 491,71	40 087,43	0%
221	Serviços individuais de saúde	70 136,78	0,00	70 136,78	0%
232	Ação social	935 980,62	122 145,99	1 058 126,61	7%
241	Habitação	44 525,75	6 468,70	50 994,45	0%
242	Ordenamento do território	366 365,79	59 052,16	425 417,95	3%
243	Saneamento	1 093 891,20	163 033,22	1 256 924,42	8%
244	Abastecimento de água	914 010,22	0,00	914 010,22	6%
245	Resíduos sólidos	215 309,09	33 903,07	249 212,16	2%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	794 220,75	102 443,97	896 664,72	6%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	126 802,09	0,00	126 802,09	1%
251	Cultura	711 326,03	115 483,47	826 809,50	6%
252	Desporto, recreio e lazer	1 701 562,53	249 017,21	1 950 579,74	13%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	25 604,84	5 359,06	30 963,90	0%
3	Funções Económicas	8 416 070,27	1 312 054,31	9 728 124,58	34%
320	Indústria e energia	1 158 802,67	189 165,84	1 347 968,51	14%
330	Transportes e comunicações	7 224,82	1 238,29	8 463,11	0%
331	Transportes rodoviários	6 792 107,76	1 049 531,36	7 841 639,12	81%
340	Comércio e turismo	13 074,23	0,00	13 074,23	0%
341	Mercados e feiras	112 915,91	17 211,46	130 127,37	1%
342	Turismo	175 469,17	26 222,37	201 691,54	2%
350	Outras funções económicas	156 475,71	28 684,99	185 160,70	2%
4	Outras funções	1 575,03	125,16	1 700,19	0%
430	Diversas não especificadas	1 575,03	125,16	1 700,19	100%
	Total de custos	25 120 438,33	3 432 096,20	28 552 534,53	

Analisando o total de custos por função verificamos que os custos diretos representam 88% total dos custos e os custos indiretos representam os restantes 12%.



A análise evolutiva da repartição dos custos pelas funções verificamos uma diminuição do total dos custos de 2019 para 2020, nas funções sociais e económicas, conforme quadro infra, facto que se deve à atual pandemia que se vive, dado que é nas funções sociais que se encontra a área da educação.

Designação	2018	2019	Var. (%)	2020	Var. (%)
Funções Gerais	2 085 326,92	2 900 886,71	28,11	3 979 639,41	27,11
Funções Sociais	17 849 056,48	18 579 443,39	3,93	14 843 070,35	-25,17
Funções Económicas	11 409 413,01	11 241 729,46	-1,49	9 728 124,58	-15,56
Outras funções	43 636,37	237,80	-18250,03	1 700,19	86,01
Total de gastos	31 387 432,78	32 722 297,36	4,08	28 552 534,53	-14,60

Análise de custos por bens ou serviços de maior impacto

Nos mapas seguintes, representam-se as funções com maior percentagem de gastos no apuramento da contabilidade de gestão.

Função Administração Geral

A Função Administração Geral compreende os custos com as atividades de âmbito geral do município.

No decurso de 2020, e no que à função 111 diz respeito, verifica-se algumas variações devido à reestruturação das unidades orgânicas do Município.

Administração Geral					
Designação do Bem/Serviço	2018	2019	Var. (%)	2020	Var. (%)
Assembleia Municipal	29 871,86	37 579,72	20,51	29 471,51	-27,51
Atas	14 904,05	15 202,81	1,97	2 648,10	-474,10
Divisão de Ação Cultural	12 096,84	9 256,63	-30,68	26 991,74	65,71
Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	25 795,08	29 389,66	12,23	39 130,09	24,89
Divisão de Apoio Fundos Comunitários, Expediente	27 398,76	13 377,59	-104,81	17 879,29	25,18
Divisão de Educação e Vida Saudável	17 052,72	14 463,51	-17,90	18 304,61	20,98
Divisão de Empreendedorismo e Turismo	16 759,54	50 298,37	66,68	61 328,22	17,98
Divisão de Fiscalização e Contencioso	14 582,15	4 924,13	-196,14	21 114,20	76,68
Divisão de Gestão Financeira	66 238,94	36 177,73	-83,09	79 513,66	54,50
Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	127 368,45	119 065,40	-6,97	52 647,13	-126,16
Divisão de Projetos Técnicos	0,00	0,00	--	21 994,88	100,00
Divisão de Recursos Humanos e Informática	29 982,05	25 466,88	-17,73	19 201,95	-32,63
Divisão de Urbanismo e Território	28 046,41	45 246,57	38,01	70 363,24	35,70
Encargos com Frota Automóvel	46 568,90	38 671,46	-20,42	33 373,20	-15,88
Executivo e Gabinetes de Apoio	94 061,90	60 297,95	-56,00	40 867,79	-47,54
Formação de Pessoal	7 364,33	6 362,92	-15,74	4 664,36	-36,42
Gabinete de Imagem e Comunicação	47 485,30	36 752,68	-29,20	29 057,95	-26,48
Gestão Centro de Exposições	16 304,25	32 479,89	49,80	42 575,83	23,71
Patrocínio Jurídico	134 247,35	65 320,85	-105,52	57 547,04	-13,51
Receção e registo de correspondência	23 762,70	24 421,80	2,70	0,00	--
Reparação/Manutenção e Limpeza de edifícios Municipais	151 260,89	646 548,57	76,60	907 227,30	28,73
Serviço de Atividades Municipais e Protocolo	--	--	--	332,10	--
Verificação Metrológica	5 623,98	4 523,66	-24,32	4 844,66	6,63

Função Proteção Civil e Luta Contra Incêndios

A função proteção civil e luta contra-incêndios compreende os serviços de prevenção, combate a incêndios e socorro às populações, bem como subsídios concedidos às Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho.

Proteção civil e luta contra incêndios					
Designação do Bem/Serviço	2018	2019	Var. (%)	2020	Var. (%)
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Caxarias	57 270,47	81 199,50	29,47	73 747,31	-10,11
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Fátima	158 845,22	262 525,39	39,49	289 116,79	9,20
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém	160 440,06	198 668,14	19,24	163 106,81	-21,80
Centro Municipal Proteção Civil	27 683,31	39 189,25	29,36	50 022,11	21,66
Combate a catástrofes e situações de emergência	3 164,36	4 983,42	36,50	7 997,24	37,69
Construção e Beneficiação de Pontos de Água	9 725,97	8 963,86	-8,50	8 120,76	-10,38
Construção/ Manutenção Bocas de Incêndio	4 212,37	535,99	-685,90	883,61	39,34
COVID19	0,00	0,00	--	535 632,13	100,00
Equipa de Intervenção Permanente	33 586,09	62 118,62	45,93	154 043,29	59,67
Limpeza Coersiva Terrenos/Faixa Interrupção Combustível	75 886,02	146 646,84	48,25	111 828,88	-31,14

Função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino

A função ensino não superior e serviços auxiliares de ensino reúne todos os apoios a estudantes em matéria de transportes escolares, fornecimento de refeições, do complemento de apoio à família, as atividades de enriquecimento curricular e de apoio às artes, bem como a recuperação, conservação e manutenção dos edifícios escolares.

Com a delegação de competências na área de educação do 2º, 3º Ciclo e do Secundário, passou a ser da responsabilidade do Município o fornecimento de refeições a estes níveis de ensino, bem como a manutenção e reparação dos edifícios escolares.

Ensino não superior/Serviços auxiliares de ensino					
Designação do Bem/Serviço	2018	2019	Var. (%)	2020	Var. (%)
Ação Social Escolar	20 218,39	16 883,97	-19,75	13 565,46	-24,46
Aquecimento das escolas	65 662,93	69 606,20	5,67	41 357,84	-68,30
Atividades de enriquecimento escolar	59 636,10	73 075,79	18,39	67 783,86	-7,81
CIMT - Estudo da Rede de Transportes e do Transporte	--	--	--	13 393,81	--
Conservação e Manutenção de Equipamentos Básico	732,23	126,53	-478,70	4 431,42	97,14
Conservação Equipamentos Educativos EB 2/3	10 943,45	2 863,06	-282,23	4 034,40	29,03
Encargos com instalações escolares	239 053,57	341 500,51	30,00	214 939,37	-58,88
Encargos com Instalações Escolares (Agrupamentos)	--	--	--	38 815,58	--
Enriquecimento Curricular áreas inic. ao desp. e artes	116 400,59	107 886,14	-7,89	109 810,80	1,75
Fornecimento de Leite	--	--	--	4 321,02	--
Fornecimento de refeições Ensino Básico	295 211,00	310 851,84	5,03	247 002,81	-25,85
Fornecimento de refeições pré escolar	217 660,28	200 828,12	-8,38	121 260,11	-65,62
Forum Estudante	5 844,82	3 830,75	-52,58	3 816,54	-0,37
Manutenção de escolas e Espaços Envolventes	17 126,01	39 901,36	57,08	60 791,17	34,36
Manutenção de espaços verdes nas escolas	24 307,40	25 237,87	3,69	29 914,73	15,63
PEDIME	--	174 110,32	--	73 489,03	-136,92
Prolongamento de horário	191 669,22	165 130,34	-16,07	131 769,48	-25,32
Refeições escolares (Agrupamentos)	--	--	--	125 514,71	--
Reparação e Manutenção das escolas e Jardins de Inf.	40 305,18	32 872,66	-22,61	38 836,44	15,36
Transporte de alunos p/refeições	12 229,21	11 162,37	-9,56	18 682,64	40,25
Transporte escolar 2º e 3º ciclos	424 415,67	409 715,39	-3,59	281 618,21	-45,49
Transporte escolar Secundário e Profissional	68 878,57	71 104,88	3,13	72 533,20	1,97
Transporte pré-escolar e 1º CEB e Vigilantes	459 682,60	455 434,14	-0,93	277 722,87	-63,99
Transportes alunos p/ piscinas - 1º CEB	16 231,06	15 229,99	-6,57	5 466,28	-178,62
Transportes alunos p/ piscinas - Pré-escolar	7 928,89	4 960,66	-59,84	1 703,59	-191,19
Vigilantes escolares - Auxiliares	194 177,44	43 836,15	-342,96	74 293,53	41,00
Visitas de Estudo	22 922,67	22 145,65	-3,51	2 051,70	-979,38

Função Desporto

A função desporto, recreio e lazer, é representativa dos gastos existentes com os edifícios de apoio ao desporto, bem como os apoios concedidos às coletividades de âmbito desportivo.

Desporto					
Designação do Bem/Serviço	2018	2019	Var. (%)	2020	Var. (%)
Apoio à Construção de Parques de Lazer nas Sedes de Freguesia	7 778,78	6 262,98	-24,20	6 610,08	5,25
Apoio ao Associativismo Desportivo	318 979,02	347 589,78	8,23	421 196,01	17,48
Atividades Desportivas	--	25 322,06	--	8 965,39	-182,44
Estádios Municipais	109 867,99	139 666,40	21,34	182 655,12	23,54
Parques Infantis	17 691,31	15 102,46	-17,14	28 862,79	47,67
Pavilhões Gimnodesportivos	61 571,41	85 300,87	27,82	81 487,82	-4,68
Piscinas Municipais	151 450,98	159 884,78	5,27	148 661,09	-7,55
Viver + Saudável	--	5 585,51	--	3 620,33	-54,28

Função Indústria e Energia

Relativamente à indústria e energia, salientamos o serviço de iluminação pública, por ser a atividade mais relevante da função, tendo a mesma observado uma diminuição de gastos, consequência da transição para lâmpadas LED.

Indústria e Energia					
Designação do Bem/Serviço	2018	2019	Var. (%)	2020	Var. (%)
Ampliação e Modernização	23 071,84	9 656,04	-138,94	9 656,04	0,00
Iluminação de Natal	10 149,12	1 309,34	-675,13	223,32	-486,31
Iluminação Pública	1 599 252,25	1 526 126,13	-4,79	1 120 930,02	-36,15

Função comunicação e transportes

O quadro abaixo apresentado, indica a imputação dos custos dos bens da função 331 – Transportes Rodoviários, cujas obras foram efetuadas por administração direta e que dizem respeito a pequenas intervenções realizadas em diversas estradas e caminhos municipais.

Comunicação e Transportes					
Designação do Bem/Serviço	2018	2019	Var. (%)	2020	Var. (%)
Conservação e Manutenção	1 084,89	11 805,99	90,81	5 443,66 €	-116,88
Construção e Beneficiação de Abrigos de Passageiros	5 757,59	8 535,63	32,55	5 674,05 €	-50,43
Construção e/ou Beneficiação Pontes e Pontões	24 733,11	41 908,51	40,98	43 040,97 €	2,63
Freguesia de Alburitel	11 518,65	3 393,75	-239,41	3 704,28 €	8,38
Freguesia de Atouguia	28 791,69	16 707,21	-72,33	7 736,19 €	-115,96
Freguesia de Caxarias	26 562,95	14 138,70	-87,87	9 475,27 €	-49,22
Freguesia de Espite	11 392,11	13 339,73	14,60	8 352,09 €	-59,72
Freguesia de Fátima	52 937,87	38 803,89	-36,42	24 272,71 €	-59,87
Freguesia de N.ª S.ª da Piedade	19 383,29	28 675,20	32,40	19 909,04 €	-44,03
Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias	18 862,31	26 565,84	29,00	20 888,82 €	-27,18
Freguesia de Seiça	32 317,34	9 377,20	-244,64	6 087,53 €	-54,04
Freguesia de Urqueira	9 918,62	11 055,25	10,28	6 918,01 €	-59,80
União de Freg. Freixianda, Rib. Fárrio e Formigais	22 680,19	28 323,79	19,93	18 269,52 €	-55,03
União de Freg. Gondemaria e Olival	10 921,33	13 194,23	17,23	6 682,42 €	-97,45
União de Freg. Matas e Cercal	32 885,18	11 058,31	-197,38	4 562,61 €	-142,37
União de Freg. Rio de Couros e Casal Bernardos	33 679,58	15 681,24	-114,78	14 988,28 €	-4,62
Sinalização horizontal	3 664,95	8 293,36	55,81	9 014,69 €	8,00
Sinalização semafórica	40 588,34	31 502,92	-28,84	40 663,59 €	22,53
Sinalização vertical diversa	140 810,92	42 320,23	-232,73	56 544,43 €	25,16

9. MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Em 28 de setembro de 2012, o órgão deliberativo do Município de Ourém autorizou a adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), no âmbito do Programa II, de acordo com o n.º 3, do artigo 2.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto.

No contexto do referido programa, foi disposto um quadro (Quadro – VI), com a lista de pagamentos em atraso, a financiar com o empréstimo a contratar, tendo por referência a data de 31 de março de 2012, nos termos da Portaria 281-A/2012, de 14 de setembro.

Consequentemente, em 16 de novembro de 2012 foi celebrado o contrato de empréstimo inerente ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), com o Estado Português (representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças), no valor de 3.487.457,23 euros.

Considerando que a interpretação do Tribunal de Contas, em sede de submissão do processo de empréstimo a fiscalização prévia, foi divergente da anteriormente preconizada pela Direção Geral das Autarquias Locais e da Direção Geral do Tesouro e Finanças, tornou-se imperativo excluir as faturas posteriores a 30 de novembro de 2011, pelo que, em 30 de janeiro de 2013, foi celebrado um aditamento ao contrato, estabelecendo um empréstimo do Estado Português, no valor de 3.365.329,77 euros, alterando-se, para o efeito, o Quadro-VI previsto no PAEL.

Finalmente, em 11 de março de 2013, o processo de empréstimo celebrado entre o Município de Ourém e o Estado Português, obteve visto do Tribunal de Contas, tendo a primeira tranche sido transferida para o Município de Ourém, em 18 de abril de 2013 e a segunda e última, em 30 de setembro de 2013.

Monitorização da Plano de Ajustamento Financeiro

Identificação das medidas

Quadro 60 – Identificação das medidas do PAF

Ano 2020			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
B.1 Aumento da receita			
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		X	No plano aprovado, esta medida será executada gradualmente entre 2015 e 2017
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita			
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	X		Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do Saneamento	X		O processo de concessão do saneamento foi revogado, tendo recentemente sido implementada uma empresa intermunicipal com esta responsabilidade funcional.
B.2 Redução da despesa			
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais			
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa			
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014 e efeito nulo nos seguintes		X	Face ao PAEL, importa observar o impacto da internalização da empresa

			municipal OUREMVIVA, a assunção de novas competências, bem como a evolução das remunerações, seja por via do aumento do salário mínimo, seja pela evolução dos funcionários nas carreiras.
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	X		Meta cumprida.
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	X		Meta cumprida.
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	X		Meta cumprida.
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	X		Meta cumprida.
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	X		Meta cumprida.
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	X		Meta cumprida.
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	X		Meta cumprida.
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	X		Meta cumprida.
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	X		Meta cumprida.
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.13 Redução na publicidade não obrigatória		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	As despesas aumentaram face ao ano 0.
5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	As despesas aumentaram face ao ano 0.

5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificou-se que as metas foram cumpridas.
5.17 Redução nas infraestruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		No conjunto verificou-se que as metas foram cumpridas.
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	X		
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)		X	A redução face ao ano 0, não atingiu a meta estabelecida.
5.26 Redução nos serviços de consultoria jurídica externa	X		Meta cumprida.
5.27 Concessão do saneamento			
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento		X	O processo de concessão do saneamento foi revogado, tendo esta área sido

5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento		X	delegada na entidade intermunicipal Tejo Ambiente.
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)		X	

Apuramento dos desvios nas medidas do PAF

O impacto positivo esperado em 2020 no âmbito das medidas do PAF, em resultado do aumento da receita e da poupança gerada, seria na ordem dos 3,6 milhões de euros.

Conforme se pode verificar no quadro seguidamente apresentado, o impacto positivo obtido situou-se ligeiramente superior a 2,6 milhões de euros, pelo que, no que respeita às medidas previstas implementar, o Município de Ourém, evidencia um desvio negativo em 1 milhão de euros. Contudo, excluindo o impacto decorrente da delegação de competências com as freguesias, verifica-se um desvio em apenas 37,4 mil euros.

No âmbito do valor obtido será ainda de considerar a influência decorrente do aumento dos encargos com pessoal observados que emanam das atualizações remuneratórias, das progressões, do processo de internalização resultante do encerramento da empresa municipal Ourémviva, bem como o aumento observado nas despesas com remunerações inerente ao pessoal não docente, decorrentes da delegação de competências vigente na área da educação, influencias não dispostas na evolução do plano aprovado.

Quadro 61 – Apuramento de desvios nas medidas do PAF

(euros)

Descrição das medidas	Valores Previstos - Ano económico de 2020			Observações
	Previsão variação no PA: aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (1)	Variação executada no Orçamento (2011 - ano de referência no PAF/2020): Aumento de receita (+) ou diminuição de despesa (+) (2)	Desvio (3) = (2) - (1)	
B.1 Aumento da receita				
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	450 000	0	-450 000	Medida prevista executar no plano aprovado, gradualmente entre 2015 e 2017

2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	50 000	0	-50 000	Medida prevista executar no plano aprovado, gradualmente entre 2015 e 2017
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita	0	0	0	
3.1 Aumento previsível com avaliação em curso do IMI	1 250 000	2 614 244	1 364 244	Todos os imóveis foram avaliados nos termos do CIMI
3.2 Concessão do saneamento - retribuição do concessionário	50 000	0	-50 000	
3.3 Inexistência de captação das taxas e tarifas associadas	-936 500	-861 416	75 084	
Total de Aumento da receita (B.1)	863 500	1 752 828	889 328	
B.2 Redução da despesa				
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	0		0	
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa			0	
5.1 Inexistência de novos ingressos de pessoal nos anos de 2013 e 2014, efeito nulo nos seguintes	0	-1 954 550	-1 954 550	(reporta o efeito do pessoal não docente, das atualizações remuneratórias, das progressões ocorridas e da internalização resultante do encerramento de empresa municipal)
5.2 Inexistência de horas extraordinárias em 2013 e 2014 e redução em anos seguintes	20 000	33 599	13 599	
5.3 Redução dos Estágios Profissionais	25 000	36 185	11 185	
5.4 Redução dos Contratos de Emprego Inserção	0	18 909	18 909	
5.5 Redução na aquisição de matérias-primas	17 500	199 979	182 479	
5.6 Redução nas despesas com prémios, condecorações e ofertas	1 250	-19 389	-20 639	
5.7 Racionalização na aquisição de peças para manutenções	3 750	30 299	26 549	
5.8 Racionalização no consumo de combustíveis	37 500	223 534	186 034	
5.9 Racionalização no consumo de material de escritório	7 500	11 532	4 032	
5.10 Racionalização nas despesas de comunicação	4 500	23 017	18 517	
5.11 Redução nas despesas com deslocações e estadas	2 500	23 266	20 766	
5.12 Redução nas despesas com estudos, pareceres e consultadoria	200 000	84 072	-115 928	
5.13 Redução na publicidade não obrigatória	6 000	5 937	-63	
5.14 Redução nos apoios correntes concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	2 000	-961 339	-963 339	

5.15 Redução nos apoios correntes concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	50 000	-690 794	-740 794	
5.16 Redução nos eventos, animação e desporto (Contrato-Programa com empresa municipal)	258 500	1 996 648	1 738 148	
5.17 Redução nas infra-estruturas desportivas - Estádios (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.18 Redução em comunicação e imagem (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.19 Redução em Gestão do serviço de componente de apoio à família (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.20 Redução na promoção do desenvolvimento rural (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.21 Redução nos gastos de cedência de pessoal (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.22 Redução nos gastos anuais de funcionamento, recursos humanos e trabalhos especializados (Contrato-Programa com empresa municipal)				
5.23 Redução na brigada de intervenção urbana de Fátima (Contrato-Programa com empresa municipal)	7 000	98 446	91 446	
5.24 Redução nos apoios de capital concedidos a Freguesias (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	250 000	59 451	-190 549	
5.25 Redução nos apoios de capital concedidos a Instituições Sem Fins Lucrativos (inexistência de novas atribuições em 2013 e 2014)	350 000	155 132	-194 868	
5.26 Redução nos serviços de consultadoria jurídica externa	75 000	126 061	51 061	
5.27 Concessão do saneamento			0	
5.27.1 Redução até à inexistência de contratualização externa de serviços na área do saneamento	998 916	906 491	-92 425	Investimento com financiamento comunitário
5.27.2 Inexistência de investimento direto municipal na área do saneamento	455 853	455 853	0	
5.27.2 Encargos previstos para a concedente, sendo compensados pelas receitas (vide B1 ponto 3.2)	0	0	0	
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)	2 772 769	862 339	-1 910 429	
B.3 Outras medidas				
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)			0	
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)			0	
8. Outras medidas b)			0	
... discriminar cada medida numa linha			0	
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)	0	0	0	
Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)	3 636 269	2 615 167	-1 021 101	
Impacto da Delegação de Competências (Domínio da Rede Viária - Lei 75/2013)			983 630	
Apuramento da meta (excluindo o impacto da Delegação de Competências)			-37 471	

Evolução da dívida a terceiros

Quadro 62 – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF (em euros)

Uni: Euro

PAF - EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO						
Descrição	2011	1.º sem. 2012	2.º sem. 2012	2020 (previsto)	2020 (apurado)	Desvio obtido em 2020
Dívida de Curto prazo						
Empréstimos de CP	0	500 000	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a 31/12/2020	3 081 379	3 351 115	3 351 351	920 713	992 721	72 008
Outra	11 839 064	14 442 141	12 316 536	1 026 432	2 294 885	1 213 438
Fornecedores c/c	5 124 210	5 862 208	6 581 091	182 250	1 198 534	10 16 284
Fornecedores de investimento c/c	3 340 19	3 216 935	2 823 239	546 750	779 111	232 361
Estado e Outros Entes Públicos	149 776	131 261	163 045	36 450	103 960	67 510
Clientes, contribuintes e utentes	26 830	33 847	34 558	24 057	0	-24 057
Administração autárquica	265 045	586 097	450 814	54 675	0	-54 675
Outras contas a pagar	2 933 085	4 611 793	2 263 789	182 250	158 265	-23 985
Participação no FAM	0	0	0	0	55 015	55 015
Subtotal Curto prazo	14 920 444	18 293 256	15 667 888	1 947 145	3 287 606	1 340 461
Dívida de Médio e longo prazo						
Empréstimos	19 367 903	17 938 621	15 998 046	4 953 257	3 006 749	-1 946 508
No âmbito do PAEL			0	1 753 959	1 315 346	-438 613
Outros empréstimos de médio/longo prazo	19 367 903	17 938 621	15 998 046	3 199 298	1 691 403	-1 507 895
Outra	1 718 391	1 491 461	1 165 000	0	263 088	263 088
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	17 18 391	149 1461	1 165 000	0	92 824	92 824
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	0	0	0	0	170 264	170 264
Participação no FAM	0	0	0	0		0
Subtotal Médio e longo prazo	21 086 294	19 430 082	17 163 046	4 953 257	3 269 837	-1 683 420
Total da dívida	36 006 737	37 723 338	32 830 934	6 900 402	6 557 444	-342 958
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	45 338	45 338	135 441	150 000	580 424	430 424
Total da Dívida de natureza orçamental	35 961 399	37 678 000	32 695 493	6 750 402	5 977 020	-773 382
Exclusão da dívida resultante da participação no FAM				6 750 402	5 922 005	-828 397
Valor de disponibilidades existentes em 31/12/2020 (excluindo depósitos, garantias e cauções)						11 164 609
Apuramento final considerando o impacto potencial das disponibilidades existentes						-5 242 604

O PAF aprovado estabelece uma meta da dívida total, em 2020, em 6.900.402 euros. Observando o quadro exposto na página seguinte, verifica-se que a dívida total de natureza orçamental se situou em 6.557.444 euros, ou seja, superando-se a meta definida em 342.958 euros.

Sobre este assunto, importa ainda observar que se deverá excluir a dívida referente à participação do Município de Ourém no FAM, conforme indicações na DGAL, sendo evidente que se trata de circunstância não prevista aquando da elaboração do Plano de Ajustamento Financeiro. Deste modo, verifica-se que a meta estabelecida é atingida, havendo uma superação em 828.397 euros.

Complementarmente ao disposto, será de salientar que esta autarquia transitou de ano económico com um montante em disponibilidades de 11.164.609 euros (excluindo os depósitos caução), pelo que com a utilização deste recurso, ou seja, caso a autarquia tivesse utilizado a totalidade do montante existente em instituições financeiras e caixa para abater a dívida existente, a dívida situar-se-ia em 0 euros, evidenciando o município ainda disponibilidades num montante de 5.242.604 euros.

Deste modo, o Município de Ourém evidencia uma superação da meta definida no PAF num valor próximo de 12 milhões de euros.

Em suma, a evolução da dívida a terceiros encontra-se superada, face às metas delineadas no PAF, sendo de realçar que, com a implementação do referido plano (dívida no início do PAF: ± 37,7 milhões de euros, em 30/06/2012), o Município de Ourém assinala, à data de 31/12/2020 uma diminuição expressiva da dívida a terceiros total que, em termos absolutos, representou uma quebra na ordem dos 31,1 milhões de euros (-82,5%).

Se excluía a influência decorrente da participação no FAM e o impacto potencial das disponibilidades, a quebra ocorrida face ao volume existente no início do PAF, será integral, ou sem na ordem dos 37,7 milhões de euros.

10. CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO COM O GRUPO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

O n.º 3, do artigo 75.º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro vem estabelecer que, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Neste contexto, importa ainda observar o disposto nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo os quais concetualizam a existência ou presunção de controlo.

Complementarmente, será de observar a NCP-22 referente às demonstrações financeiras consolidadas e à definição de controlo aí disposta, concluindo-se que o Município de Ourém não dispõe de qualquer entidade controlada.

Será de referir que a participação na empresa intermunicipal Tejo Ambiente (32,37%), sobre a qual foi aplicado o Método da Equivalência Patrimonial, em observância à NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, considerando que a autarquia ao dispor de uma participação superior a 20%, se presume que dispõe de influência significativa.

11. OUTRAS DISPOSIÇÕES

11.1 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo aos pontos 2.7.3.1 e 2.7.3.2, propomos que o Resultado Líquido do Exercício do Município de Ourém, referente a 2020, no montante negativo de 2.048.861,30 euros, seja transferido para os “Resultados Transitados”.

11.2 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

A evolução previsível da atividade encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico e, em particular, no Orçamento para 2021 e Opções do Plano para o período 2021-2025, com os constrangimentos reportados no ponto seguinte do relatório.

11.3 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

O período já decorrido de 2021, continua a evidenciar uma conjuntura pandémica com efeitos nefastos económicos e sociais. Os dados recentemente divulgados pelo Eurostat referentes ao primeiro trimestre de 2021, reportam que a economia da zona euro recusou 1,8% (da União Europeia - 1,7%) e que Portugal registou a maior quebra deste território, com uma diminuição do PIB em 5,4%.

Neste contexto, o horizonte a médio prazo antevê-se como difícil e desafiante, carecendo de muita resiliência, perspetivando-se como necessário o contributo de todos, para a almejada recuperação económica. Evidentemente, a definição de políticas públicas de apoio ao tecido empresarial e às famílias, assumem um papel vital e fundamental no sucesso que se espera que consigamos alcançar.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Estrutura do pessoal segundo o grupo profissional	66
Gráfico 2 – Resumo das Receitas Líquidas	332
Gráfico 3 – Resumo das Despesas Realizadas.....	339
Gráfico 4– Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's	348
Gráfico 5 –Grau de Execução do Orçamento da Receita	349
Gráfico 6 –Grau de Execução do Orçamento da Despesa.....	351
Gráfico 7 – Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's.....	352
Gráfico 8 – Evolução dos Resultados Correntes.....	354
Gráfico 9 – Estrutura da Receita	357
Gráfico 10 – Estrutura das Receitas Próprias	358
Gráfico 11 – Estrutura dos Outros Financiamentos	359
Gráfico 12 – Estrutura dos Fundos Municipais	363
Gráfico 13 – Estrutura das Despesas de Funcionamento	367
Gráfico 14 – Estrutura dos apoios concedidos.....	372
Gráfico 15 – Estrutura dos Rendimentos	385
Gráfico 16 – Estrutura dos Gastos.....	391
Gráfico 17 – Resultado Líquido do Exercício	400
Gráfico 18 – Evolução das dívidas de terceiros.....	407
Gráfico 19 – Evolução das dívidas a terceiros	409
Gráfico 20 – Evolução das dívidas a terceiros no período comparável (2002/2020)	410

Índice de quadros

Quadro 1 – Indicadores Avançados para a UE27	17
Quadro 2 – Legislação do ano 2020 mais relevante, com impacto nas autarquias.....	18
Quadro 3 – Ranking e indicadores do <i>Doing Business 2020</i>	31
Quadro 4 – Informação Estatística 2019 referente à área do Município de Ourém	39
Quadro 5 – Composição dos membros do Órgão Executivo e funções atribuídas.....	62
Quadro 6 – Evolução do Pessoal segundo o grupo profissional	65

Quadro 7 – Evolução segundo o escalão etário e sexo	66
Quadro 8 – Evolução do Absentismo	67
Quadro 9 – Evolução dos acidentes ocorridos em serviço	68
Quadro 10 – Protocolos e Contratos-Programa elaborados em 2020.....	71
Quadro 11 – Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes	325
Quadro 12 – Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes.....	332
Quadro 13 – Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes	333
Quadro 14 – Resumo das Despesas Realizadas a preços correntes	339
Quadro 15 – Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes	339
Quadro 16 – Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's.....	347
Quadro 17 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita	349
Quadro 18 – Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa	350
Quadro 19 – Evolução do Grau de Execução Orçamental das GOP's	352
Quadro 20 – Mapa resumo dos compromissos assumidos	353
Quadro 21 – Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes	354
Quadro 22 – Evolução dos resultados correntes excluindo o impacto derivado do ano anterior a preços correntes	355
Quadro 23 – Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes	356
Quadro 24 – Evolução do resultado orçamental obtido excluindo o impacto derivado do ano anterior a p.c.	356
Quadro 25 – Evolução das Receitas Próprias a preços correntes	358
Quadro 26 – Evolução dos Indicadores de Receitas Próprias	359
Quadro 27 – Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes	360
Quadro 28 – Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes	363
Quadro 29 – Evolução da Cooperação Técnica a preços correntes.....	364
Quadro 30 – Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes	364
Quadro 31 – Evolução dos Indicadores dos Outros Financiamentos.....	365
Quadro 32 – Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes	368
Quadro 33 – Evolução dos Indicadores das Despesas de Funcionamento	368
Quadro 34 – Evolução das Despesas com Pessoal a preços correntes	369
Quadro 35 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Pessoal	369
Quadro 36 – Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes...	370
Quadro 37 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	370

Quadro 38 – Evolução das Despesas com o Serviço da Dívida a preços correntes	371
Quadro 39 – Evolução dos Indicadores das Despesas com Serviço da Dívida	371
Quadro 40 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes.....	372
Quadro 41 – Evolução dos Indicadores dos apoios concedidos a terceiros	373
Quadro 42 – Evolução do Investimento Direto Municipal a preços correntes.....	373
Quadro 43 – Evolução dos Indicadores de Investimento Direto	374
Quadro 44 – Evolução do Investimento Total Municipal (direto e indireto) a preços correntes	374
Quadro 45 – Evolução dos Indicadores de Investimento Total (direto e indireto).....	375
Quadro 46 – O Investimento Mun. e as suas principais fontes de financiamento a preços correntes	375
Quadro 47 – Despesas com pessoal.....	378
Quadro 48 – Síntese do endividamento líquido municipal à data de 31/12/2020.....	380
Quadro 49 – Limite da dívida total (artigo 52.º da Lei 73/2013)	382
Quadro 50 – Mapa de Condições Económicas.....	383
Quadro 51 – Evolução dos rendimentos a preços correntes.....	385
Quadro 52 – Evolução dos gastos a preços correntes	392
Quadro 53 – Evolução do resultado antes de depreciações e gastos a preços correntes.....	399
Quadro 54 – Evolução do resultado operacional a preços correntes.....	399
Quadro 55 – Evolução do resultado líquido do exercício a preços correntes	400
Quadro 56 – Comparação entre alguns municípios (dados de 2019).....	403
Quadro 57 – Mapa de condições financeiras.....	403
Quadro 58 – Evolução das dívidas de terceiros a preços correntes	406
Quadro 59 – Evolução das dívidas a terceiros a preços correntes	407
Quadro 60 – Identificação das medidas do PAF.....	420
Quadro 61 – Apuramento de desvios nas medidas do PAF	423
Quadro 62 – Evolução da dívida a terceiros face à previsão estabelecida no PAF (em euros)	426